

AFETO & VIOLÊNCIA

LUGARES DE SERVIDÃO E RESISTÊNCIA



NÚCLEO DE PESQUISA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

ORGANIZAÇÃO

Bader B. Sawaia
Renan Albuquerque
Flávia R. Busarello
Gláucia T. Purin



**AFETO
&
VIOLÊNCIA**

LUGARES DE SERVIDÃO E RESISTÊNCIA

COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

- Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Cristian Farias Martins (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Grazielle Açoilini (UFGD – Dourados/MS)
Heloisa Helena Corrêa (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

CONSELHO EDITORIAL DA OBRA

- Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Leandro Infantini (UALg – Portugal)
Patrícia Bayod Donatti (LAP/UNICAMP – Campinas)
Patrícia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Rita Juliana Poloni (UFPEL – Pelotas/RS)

Bader B. Sawaia
Renan Albuquerque
Flávia R. Busarello
Gláucia T. Purin
organizadores

AFETO & VIOLÊNCIA

LUGARES DE SERVIDÃO E RESISTÊNCIA



ALEXA
Embu das Artes - SP
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles

Antônio Cattani UFRGS

Alfredo Bosi USP

Arminda Mourão Botelho Ufam

Spartacus Astolfi Ufam

Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra

Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3

Cesar Barreira UFC

Conceição Almeida UFRN

Edgard de Assis Carvalho PUC/SP

Gabriel Conh USP

Gerusa Ferreira PUC/SP

José Vicente Tavares UFRGS

José Paulo Netto UFRJ

Paulo Emílio FGV/RJ

Élide Rugai Bastos Unicamp

Renan Freitas Pinto Ufam

Renato Ortiz Unicamp

Rosa Ester Rossini USP

Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor

Jacob Moysés Cohen

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Direitos autorais e democratização científica

Este livro acompanha princípios do sistema *Open Access Science*, “Acesso Livre de Ciência” (ou “Acesso Aberto”), que atualmente entende a necessidade de disponibilização e compartilhamento livre de cópias gratuitas, também online, de textos científicos revistos por pares (*peer-reviewed*), bem como comunicações em conferências, livros-coletâneas, livros de autoria solo ou em grupo, bem como relatórios técnicos, teses e documentos de trabalho.

De modo que aumentar a visibilidade e o impacto de investigações desenvolvidas por meio de uma maior acessibilidade, a partir de pressupostos do sistema OAS, é interesse óbvio das universidades aqui implicadas, PUC-SP e Ufam, das suas respectivas unidades orgânicas (centros de investigação), PEPGPSICSO e PP-GCCom/FIC, bem como de docentes e discentes individualmente aqui participantes.

Portanto, investigadores/as que publicam seus resultados no livro *Afeto & Violência* entendem e aceitam a permissão para que demais cientistas desenvolvam novas pesquisas a partir de suas bases de dados, com a devida citação da fonte. Autoras e autores integrantes do *Afeto & Violência* reafirmam que o corpus da literatura científica em acesso aberto não implica em custos ou compensações financeiras de qualquer espécie, tanto porque o saber democratizado é condição necessária a um sistema de comunicação científica que promova eficiência e progresso social e tecnológico.

© by Alexa Cultural

Direção

Yuri Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Michel Justamend e Renan Albuquerque

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A319t ALBUQUERQUE, R.
B976f BUSSARELLO, F. R.
S271b - SAWAIA, B. B.
P375G - PURIN, Gláucia T.

Afeto & violência: lugares de servidão e resistência, Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque, Flávia R. Busarello e Gláucia T. Purin (orgs.), Alexa Cultural: Embu das Artes/SP, EDUA: Manaus, AM, 2020

14x21cm - 340 páginas

ISBN - 978-65-87643-45-8

1. Antropologia - 2. Psicologia Social - 3. Sociologia - 4. Comportamento - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Psicologia Social
Sociologia
Antropologia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores.

ALEXA

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexax@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com



Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.
6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência - Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Relações Institucionais e Internacionalização

A coletânea é produto do vínculo interinstitucional de pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGPSO/PUC-SP) junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGCCom/UFAM). As coordenações dos PPGs conciliaram investigações a partir do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN), situado na PUC-SP e registrado no diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq sob a coordenação da Profa. Dra. Bader B. Sawaia, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM), situado na UFAM e liderado pelo Prof. Dr. Renan Albuquerque.

O conjunto de textos reflete as parcerias acadêmicas nacionais e internacionais destes dois núcleos de pesquisa. Dessa forma, apresenta estudos realizados por pesquisadores e docentes de universidades de diferentes regiões do Brasil: PUC-SP, UFAM, Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), Universidade Santo Amaro (UNISA), Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie), Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG) com as quais o NEXIN mantém vínculo institucional de pesquisa, visando: i) fortalecer processos de revisão e criação teórico/metodológica no campo dos saberes e práticas em psicologia social; ii) realizar pesquisas interinstitucionais envolvendo diversos territórios no Brasil e América Latina e iii) formar parcerias potentes e comprometidas com a superação das injustiças e desigualdades sociais para configurar uma rede interinstitucional de pesquisa. Outras parcerias internacionais se fazem presente, por meio dos estágios de doutorandas com a Universidade de Lisboa/PORT e Universidad de Salamanca/ESP, para aprofundar estudos sobre a

obra de Spinoza com a filósofa e professora da Universidade de Lisboa, Dra. Maria Luisa Ribeiro, com o filósofo e professor da Universidad de Salamanca, Dr. Luciano Espinosa Rubio, e com a Universidade Coimbra/PORT, por meio do Centro de Estudos Sociais. No momento, também possui parceria de pesquisa com professores de Psicologia da Universidad de Costa Rica (UCR) para aprofundar a categoria sofrimento ético-político em comunidades tradicionais.

A parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) é expressa a partir da autoria da Dra. Lavínia Lopes Salomão Magiolino e da Dra. Eugênia Bridget Gadelha, das respectivas instituições, na escrita da orelha e contracapa do livro.

A coletânea conta ainda com o apoio do Coletivo Garoa, o qual desenvolve trabalhos em escolas públicas, grupos autônomos e outros espaços públicos realizando atividades artísticas e estéticas, mediante a participação da nexiana Dra. Kelly Cristina Fernandes, e ainda do Núcleo São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), onde se realizam eventos científicos estaduais e locais, cursos de curta duração e outras atividades, na qual participam duas nexianas, Dra. Gláucia T. Purin e a doutoranda Cinara B. de Oliveira.

As pesquisas aqui relatadas recebem ou receberam fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), via Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES/PDSE), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq/PUCSP).

Prefácio

Conforme seus passos pesados batiam no asfalto e depois na calçada, o Comandante se aproximava da porta e mesmo antes de entrar, já vinha repetindo uma pergunta em voz alta, para que ouvíssemos; “não está havendo aqui uma inversão de valores”? O Comandante estava vestido em sua farda cinza e havia calçado seus coturnos. Trazia na cintura uma pistola ponto 40. Ao passar pelo batente da porta, não se sentou à mesa, nem tomou um café. Em voz alta, dirigiu-se ao grupo de sete militantes do Centro Comunitário ZL (ou seria Centro Comunitário ZS?), que lhe esperava há quarenta minutos.

O Centro é um lugar em que, aos domingos, há uma roda de samba. Nessa roda, ritualiza-se pela música uma comunidade. Durante a semana aquele centro oferece suporte psicológico, jurídico, material e educacional para famílias pobres, às vezes muito pobres, que moram na favela ao lado. O Centro não tem muitos recursos e é um lugar acolhedor, em que pessoas de tipos muito diferentes conversam, quase sempre sorrindo. O Comandante não parecia estar no clima do lugar.

O Centro fica em São Paulo (ou será em Belo Horizonte?). Não, é em Fortaleza. A cena se passa no mês de novembro de 2017 (talvez março de 2018?). Os militantes que esperavam pelo Comandante ficaram surpresos com a aproximação, porque já haviam tido diversas conversas com ele. Dessa vez, ele parecia mudado. Olhando nos olhos de Rosa, mais agressivamente do que de costume, o Comandante explicou o que queria dizer com aquela coisa da “inversão de valores”:

“Não seriam vocês, que ‘passam a mão na cabeça de bandido’, os que deveriam prestar contas a nós, que defendemos a sociedade?”

Os militantes ouviram a pergunta. Um olhou para o outro, sem reconhecerem-se ou a ele. Os militantes não calçavam

coturnos, mas sandálias de dedo, de couro ou tênis. Não usavam farda, mas calças jeans, bermudas, vestidos. Não portavam arma alguma, nem o semblante carregado do Comandante, embora tivessem motivos para isso. Rosa portava, na verdade, uma criança no seu ventre. Antes dele chegar, o Comandante, conversávamos todos sorrindo sobre como era engraçada uma de nossas amigas dali. E perguntávamos o nome que Rosa daria à filha.

Rosa e o Comandante já se conheciam. Na primeira vez em que ela o chamou ao Centro, em 2010, contou-lhe que um policial da ronda escolar cheirava cocaína no capô da viatura e assediava as meninas na saída da escola pública do bairro, às 22h45. Na segunda vez, em 2012, o Comandante foi chamado porque dois policiais mataram um rapaz negro que voltava para casa caminhando, perto do Centro, por engano. Depois de um turno de 10h na casa noturna em que trabalhava, o rapaz tomou um tiro na nuca, endereçado a dois outros rapazes da mesma cor, que haviam roubado uma moto e passavam pelo local. Na terceira, quarta e quinta vezes que o Comandante foi chamado, nos anos seguintes, eram casos de tortura (um policial arrastava um rapaz preso e o mandava gritar “eu amo a polícia!” pela favela), de sequestro cometido por policial e, novamente, de homicídio policial de um “trabalhador”, ocorrido nas redondezas.

Diziam os rumores daquela época que, nesse último caso, o policial do mesmo batalhão do Comandante (ou teria sido de outro? Essas coisas se repetem...), era envolvido nos esquemas de tráfico de cigarros vindos do Paraguai. Ninguém confirmou se os rumores eram verdadeiros, porque não houve nenhuma investigação oficial. As mortes nas favelas de Fortaleza (ou seria nas de Manaus?) simplesmente não são investigadas pelos governos. Dos mais de 85% dos homicídios sem esclarecimento no Brasil (ou seria na Sociedade de Esquina?), quase todos são de pobres. Será que é por isso que as facções, que esclarecem esses crimes localmente em Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo, ganham legitimidade entre os favelados, também de Curitiba?

Não sei. Mas é fato que em todas essas cinco vezes anteriores em que Rosa e o Comandante conversaram, eles haviam se comunicado. Das outras cinco vezes, o Comandante havia dito que as denúncias de Rosa eram muito graves, que a polícia apuraria e

não aceitaria aquele comportamento de seus homens, “de maneira nenhuma”. Dissera ainda, das outras vezes, que as providências seriam tomadas internamente para que aqueles policiais acusados fossem transferidos. Que o Centro poderia ficar tranquilo, porque a polícia militar (ou seria Civil?) queria estar sempre do lado dos defensores de direitos, agindo sempre dentro da lei, protegendo a população e a Constituição.

Algo havia mudado dessa vez, lá por 2017. Não na favela, porque naquela sexta-feira, sexta vez em que o Comandante era chamado ao Centro, ele ouviu da boca de Rosa uma história terrível como as anteriores: naquela semana, dois policiais teriam invadido uma casa de família sem nenhum mandado oficial, arrastando pelos braços, para dentro, um adolescente que era amigo daquela família desde que nasceu, e que teria “cagoetado” seu “comparsa”, um dos filhos daquela casa. Depois de invadirem a casa, os dois policiais teriam feito os dois adolescentes (os “comparsas”) ajoelha-rem-se e, na frente dos irmãos mais jovens, os torturaram até que dissessem um nome, de alguém dali – um terceiro – que os policiais queriam encontrar.

Enquanto prosseguiam na tortura, os policiais se referiam aos dois jovens como “preto filha da puta”, “favelado de merda”, “cu de burro” e “arrombado”. Ao final dessa sessão, eles mataram com um tiro na cabeça o morador da casa, tiro ouvido pelos irmãos mais novos, entre 7 e 12 anos de idade, refugiados no cômodo ao lado. Deixaram vivo o “cagoeta”, para que o próprio universo criminal local cuidasse dele. Antes de saírem os policiais (ou seriam bandidos?) eles roubaram celulares, computador e mesmo eletrodomésticos da cozinha da casa, alegando que eles “não tinham nota fiscal”. Estariam os policiais “defendendo a sociedade”, como o Comandante disse que eles fazem, quando chegou à reunião?

Michel Foucault, em um dos seus livros mais importantes, usa essa mesma expressão no título: “Defender a sociedade”. Para o autor francês, era isso mesmo que o policial fazia, mas “a sociedade” para ele evidentemente não incluía os rapazes torturados, um deles morto. A sociedade se voltava contra eles. Eram adolescentes ainda, não haviam completado dezoito anos de idade. Não houve nenhuma reparação à família, depois desse caso. O Co-

mandante estaria de acordo com aquilo? Rosa não podia acreditar.

Talvez ele só estivesse cansado, ou sob demasiada pressão; talvez estivesse ouvindo na igreja de bairro, que passou a frequentar em 2015, testemunhos de colegas que iam nessa direção. Talvez as eleições do ano seguinte (ou seriam já naquele ano?) faziam circular pelo Whatsapp do Comandante muitos discursos de ódio. Talvez. Rosa não sabia o que estava acontecendo, ela respeitava o Comandante pela sua atitude nas conversas anteriores. Ele repetia, no entanto, que aquilo era uma “inversão de valores”

Quero aqui dizer a mesma frase do Comandante, mas com um pequeno deslocamento: “está havendo aqui, nesse livro, uma inversão de valores”. Porque não é parte dos valores dominantes hoje, no Brasil (ou seria no mundo?) que pessoas como Rosa, de afetos emancipados, tenham espaço para falar. Nas páginas desse livro há muitas Rosas falando. Mesmo naquela situação radical, ela enxergava o sofrimento psíquico que o Comandante vivia, em 2017, sem perder de vista sua responsabilidade frente ao sofrimento atroz dos adolescentes torturados, ou das estudantes asediadas por policiais. Apesar de tudo o que Rosa vivia no Centro, desde 2010, ela não teve ódio do Comandante. Contou-me depois (ou teria sido para outra pessoa?) que sentiu pena dele.

A persistência espinosista na existência, que estrutura esse livro, significa, no Brasil de 2020, uma inversão radical dos valores dominantes (ou serão valores subalternos, que querem ser dominantes?). “Valores” que produzem tantas ações dignas de monstros, mas que não são mais do que ações de pessoas, como todos nós, frágeis e potencialmente criadoras, em um mundo virado ao contrário.

As três partes desse livro compõem um caminho, da violência à utopia da emancipação. Da violência do Comandante à resistência pacífica – e tecida no dia-a-dia – de Rosa. A primeira parte do livro recupera o debate sobre “a violência na perspectiva da psicologia sócio-histórica”, já propondo inversões categoriais; a segunda parte segue situando o sofrimento psíquico e suas saídas também entre o indivíduo e suas relações sociais, esfera de compreensão e transformação, para então propor uma reflexão sobre a “Desigualdade social da violência no contexto brasileiro e latino-americano: afetações dolorosas e resistência”; a terceira parte do

livro propõe saídas: “Em busca da práxis no diálogo com a arte, a justiça e a educação”. Não é fácil ter tanta empatia – o universo dos afetos – lidando com situações de violência extrema.

Eu chamei o Comandante de Comandante, de policial, mas agora, inspirado pela leitura deste livro, queria despi-lo de sua farda, e toma-lo como outra coisa que ele também é (porque todos nós somos muitos). Queria chama-lo de trabalhador. O Comandante deveria se comportar como tal, naquela reunião, e sobretudo como um servidor público, que deve representar o público por onde anda. O Comandante não é juiz moral do mundo, nem representa apenas seus pares, mas tem um dever nobre de proteger a sociedade toda (ou seria uma parte dela?). Deveria ser cobrado a fazê-lo, por nós, e não insuflado por políticos e pastores, ou por massas, a acobertar homicídios, sequestros, extorsões e assédios dessa gravidade, em prol de um lado que estaria certo.

Como Comandante-trabalhador, este homem era respeitado não apenas por Rosa e outros militantes, como por mim e por toda a comunidade, pelas comunidades de favela, ainda que sua corporação fosse capaz de cometer barbaridades. Sua presença era um contrapeso, e uma aposta em outro futuro. Como Comandante-totalitário, em sua farda, ele causou pena em Rosa e não foi mais chamado para dialogar com o Centro. Muito mais grave: com essa nova face o Comandante deixou que atrocidades fossem cometidas, que vidas fossem esmagadas no ódio, ao lado do Centro Comunitário em que o samba chora sorrindo.

Eu chamei os meninos que foram torturados, um deles morto selvagememente, de “adolescentes”. Porque eles são adolescentes, também. Mas gostaria agora de acrescentar um termo à sua descrição, que os iguala ao Comandante. Esses dois meninos deixaram a escola cedo, aos 12 anos, para trabalharem em turnos de 12/36h em uma microempresa do bairro, de capital misto (parte estrangeira, parte nacional). São, portanto, trabalhadores.

A empresa em que eles trabalham não oferece salário em troca da mão de obra, nem adicional noturno, férias ou décimo-terceiro. Apenas comissão sobre as vendas, mas ainda assim os meninos (os vivos, os que morreram) tiram ou tiravam dali um dinheiro bastante bom, sobretudo para quem não pôde estudar. O consumo dos produtos que vendem, em alta há três décadas, fez o

ponto de venda em que eles trabalhavam prosperar. Muitos carros passavam por lá, montou-se inclusive um drive-thru. Já está claro que os rapazes torturados, um deles morto, varavam noites trabalhando para o mercado transnacional de psicoativos. Vendiam cannabis para fumar, mas também estimulantes apresentados em pó para inalar (como aquele que o policial fumava no capô da viatura há anos atrás) ou em forma de pedra, fumada em cachimbos. Os meninos também vendiam “loló”, uma mistura de clorofórmio, éter e outros inalantes, usados em festas e bailes de favela.

Festas como aquela de Paraisópolis, em 2019, que incomodou tanto os vizinhos com o pancadão que a polícia militar foi chamada, e sendo chamada resolveu “defender a sociedade” matando 9 rapazes, não por coincidência da mesma cor dos meninos que haviam sido torturados, um deles morto, ali perto do Centro ZL (ou seria ZN?). Da mesma cor do rapaz que voltava para casa depois de seu turno de trabalho, e dos motociclistas que passaram ao lado dele numa moto roubada. É que essas festas, esses nomes, essas cores, esses jeitos da polícia atuar são todos parecidos, e essas ações se repetem tanto que a gente se perde, embora não devesse se perder.

A reunião entre Rosa, os outros seis militantes do Centro e o Comandante durou menos de 10 minutos, dessa última vez. O Comandante não despiu a farda, não contou o que sentia, tampouco queria ouvir nada. Queria apenas dizer, vestido de Comandante violento, esse lugar que ele aprendeu a ocupar na selva de pedra, e disse. O que acontecia ali era o seguinte: o Centro ZL (ou seria ZO?) defendia os bandidos e não os policiais, e é por isso que as coisas estavam daquele jeito. Os militantes sabiam o que os bandidos diziam, mas não sabiam o que eles faziam. Sabiam o que os policiais faziam de errado, mas não o que eles faziam de certo. Que era por pessoas como eles – militantes do Centro ZL, ZS, ZO, ZN e outros, talvez também da PUC ou da UFSCar – que o Brasil tinha chegado no ponto em que chegou. Militantes comunitários equivaliam a bandidos, nessa nova lógica de valores já invertidos. Professores universitários seriam ainda mais perigosos: eles formam os militantes que “passam a mão na cabeça” de bandidos.

Para Rosa era triste vê-lo assim. É triste ver o que está virando este país, e as polícias deste país, inflamadas como estão, atacando tudo e todos em prol da certeza totalitária de que esta-

riam certas, do lado certo, desse mundo binário que eles acreditam que existe. Estariam certos, mesmo sendo esses homens horríveis que passaram a gostar de ser.

O problema é que eles não estão certos. Nem do que fazem, nem do lado certo. O Comandante tinha razão em uma única coisa, quando levantava a voz antes mesmo de ouvir Rosa. Estava havendo ali uma inversão de valores. A inversão era produzida por ele mesmo, que professava agora como “valores” o que recebia pelo whatsapp da igreja, pelo facebook dos colegas de batalhão e pelo instagram na comunicação institucional de sua corporação. Se antes as reuniões entre Rosa e o Comandante, mesmo que denunciando atrocidades, eram pautadas pelos valores da lei e da função pública dos policiais, da civilidade e da democracia, mesmo que houvesse atrocidades, agora eram outros os valores em jogo, os que movem as atrocidades.

Não houve mais nenhum acordo entre o Comandante e Rosa. Não houve interesse, por parte do Comandante, em apurar os crimes cometidos pelos seus policiais ou mesmo pelos rapazes que trabalhavam naquelas microempresas de que falávamos. O Centro ZL estava do lado dos bandidos, para o Comandante binário, pelo simples motivo de, entre os jovens que frequentavam as oficinas educacionais, e de esporte, haver revendedores daquela empresa (logo eles que são tão empreendedores!). Se antes Rosa e o Comandante conversavam, em suas diferenças, agora as eleições, as igrejas, os interesses e a propaganda totalitária faziam com que o Comandante a ameaçasse, não importava que ela estivesse grávida, que o caso que ela denunciava fosse tão absurdamente grave. Como só há dois lados no mundo, o Comandante já pressupunha que sua farda o situava do lado certo, junto da sua massa de subordinados.

Isso não traz alegrias, Comandante, nem produz poder. Produz medo, e tivemos medo dele e de seus homens brutos, dali para frente. Nunca mais o respeitamos, entretanto. O caminho do poder e da transformação é outro, Comandante, e este volume, coordenado pela força intelectual e política de Bader Sawaia e da rede de pesquisas que ela lidera na PUC, centrada no NEXIN, inverte o caminho da violência. Ao fazê-lo, propõe não uma, mas outras formas de pensar nosso conflito urbano, nossa violência, as saídas

para ela. Porque não há só dois lados no mundo, há bilhões de lados e saídas, como são bilhões as pessoas que aqui existem.

Oxalá sejamos menos Comandante fardado, e mais Rosa, mulher de pele preta (ou seria de outra cor?) e vestido azul (ou seria preto?), preta de empatia, consciente do que é nosso mundo e gestando o novo. As reflexões de um pensamento também novo, mas pautado pela utopia da emancipação que move gerações, emprenha esse livro.

Gabriel Feltran¹
São Carlos, 16 de maio de 2020

¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Professor Associado I da Universidade Federal de São Carlos.

Sumário

Prefácio

Gabriel Feltran

- 11 -

Apresentação

Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque, Flávia R. Busarello e Gláucia T. Purin

- 23 -

Prólogo - A dimensão ético-ontológica da violência

Bader Sawaia

- 33 -

BLOCO I

A VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Afetividade, emoções e violências no trabalho

Margarida Barreto

- 45 -

A dimensão política da não violência

José Carlos de Oliveira

- 57 -

A pesquisa ação-participante como um enfrentamento a violência na(s) cidade(s)

Flávia R. Busarello e Juliana Berezoschi

- 71 -

Juventude negra: acolher, fortalecer e (re)existir

Marcos Antonio Batista da Silva

- 89 -

Traços de alegria – um afeto que veste as moradoras de
rua em São Paulo
Livia Maria C. dos Santos
- 109 -

BLOCO II

A DESIGUALDADE SOCIAL DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO BRASI-
LEIRO E LATINO-AMERICANO: AFETAÇÕES
DOLOROSAS E RESISTÊNCIA

As memórias da ditadura: o que pode a gestão do sofrimento?
Silvia Queiroz e Edson Teles
- 133 -

Lo ético-político y el daño psicosocial en las luchas comunitarias
María Andrea Araya Carvajal, Helga Arroyo Araya, Dylana Rodríguez Muñoz
- 147 -

Em busca de respostas para a pergunta de Daniel: reflexões sobre
a política de extermínio de jovens negros periféricos no Brasil a
partir da psicologia sócio-histórica
Aline M. Veloso e Cinara Brito de Oliveira
- 169 -

Reflexões sobre a dimensão ético-política da memória coletiva e
da violência de Estado no Brasil
Naiara R. Vicente de Matos
- 187 -

Um estudo sobre os afetos e a arte na arena do slam
Laís Biasoli Moler
- 205 -

A experiência de viver em bairro pobre da periferia de São Paulo:
uma análise centrada nos sentidos de
lazer e diversão de adolescentes
Bader B. Sawaia e Tainá Millainy Lima Pesqueira
- 219 -

Vivência, direito e necessidade: um estudo sobre a dimensão psicossocial no processo de regularização fundiária de uma favela em São Paulo
Diana Jaqueira Fernandes
- 239 -

BLOCO III
EM BUSCA DA PRÁXIS NO DIÁLOGO COM
A ARTE, JUSTIÇA E EDUCAÇÃO

Imbricações entre a violência estrutural e a de Estado: a forma de (re)existir dos sujeitos compreendidas a partir das narrativas dos moradores da região central da cidade de Santos/SP
Nathalia Franco Macedo e Raiane Patrícia Severino Assumpção
- 257 -

Servidão como violência dentro dos muros da educação
Elisa H. Musha e Kelly Cristina Fernandes
- 269 -

Obstáculos psicossociais para o manejo sustentável na Amazônia
Renan Albuquerque, Bader B. Sawaia e Flávia R. Busarello
- 281 -

Violências e afetos vividos pelos estudantes do Movimento Secundarista autônomo de São Paulo entre 2015 e 2018
Gláucia Tais Purin e Bader B. Sawaia
- 311 -

SOBRE AUTORAS E AUTORES
- 331 -

Apresentação

Este livro dá continuidade à empreitada do NEXIN/PU-C-SP de analisar questões sociais referentes à desigualdade social pelo prisma dos afetos, com base na filosofia spinozista e na psicologia vigotskiana, considerando as suas capacidades de revelar os graves problemas sociais e orientar a luta coletiva. Faz parte da coleção iniciada com *Afeto e Comum* e elege, aqui, a violência social como questão central, dada a dimensão que vem se apresentando na atualidade histórica e a perplexidade com que assistimos ao *revival* de questões geradoras de violência e incitamento ao ódio, quando pensávamos estarem superadas pela história, como genocídios, guerras, polarizações ideológicas e religiosas. Ao mesmo tempo fortalece-se a retórica da violência como necessária para manter a lei e ordem, culpabilizando-se perversamente a vítima dela: o pobre, o negro, o indígena, o homossexual, a mulher, o adolescente.

Consideramos que a psicologia social, ao analisar o drama que se configura no enlace entre subjetividade e o contexto social ou na análise de como essa exterioridade é experimentada e reproduzida por singularidades e coletivos, pode contribuir para a superação de retóricas ideológicas da lei e da ordem, bem como da psicologização e naturalização da violência. Nessa direção, pode também colaborar com a revisão de pressupostos ontológicos clássicos da psicologia, que correm o risco de serem legitimadores da violência em todos os seus âmbitos.

Ah, medo tenho não é de ver a morte, mas de ver nascimento.
Medo, mistério. (ROSA, 2019, p.76)

Pode parecer um paradoxo analisar a violência pela ontologia de Spinoza, filósofo que se contrapôs a Hobbes, no momento em que o cotidiano da violência têm nos remetido justamente ao filósofo inglês e sua concepção de homem egoísta, que precisa da

sociedade e governos fortes e autoritários para conter sua violência. Para Spinoza, o homem não é bom ou mau, é potência de perseverar na existência. Ele não carrega em si sua destruição.

Paradoxo ou ingenuidade de nossa parte? Não, simplesmente a recusa de conhecimentos consagrados que sustentam e dicotomizam o bem e o mau, a violência e a paz. O desafio do livro não é denunciar o aumento da violência sofrida pela maioria do povo brasileiro, mas colaborar com a compreensão do porquê continuamos a perseverar na existência em meio ao terror da violência, bem como, ao inverso, entender os poderosos processos afetivos que sustentam a violência social¹.

O medo a bater nos dentes. Nos incisivos, nos molares. [...] O medo a entregar amigos a sanha dos potentados. (MEIRELES, 1977, p.132).

O que significa em síntese, colaborar com a empreitada que marca a história das ciências humanas e sociais em entender a configuração da violência na dialética do particular, universal e singular.

Seguindo as orientações de Lane e Baró, de que não se faz psicologia sem conhecimento da realidade e da importância da construção de uma psicologia social latino-americana, esta coletânea apresenta pesquisas e reflexões teóricas sobre violência, desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão-Inclusão Social do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - NEXIN/PUCSP - e de seus parceiros de outras universidades nacionais e internacionais. Entendendo que a análise psicossocial da violência pode contribuir com os esforços para compreendê-la, elegemos como universo das pesquisas situações sociais que encerram a violência em sua sutileza e complexidade, nos diversos territórios e temáticas, associados à desigualdade social: comunidades ribeirinhas, indígenas, camponeses, jovens pobres, jovens negros, travestis, violência de Estado, moradores de rua e participantes de movimentos sociais. Da pers-

¹ However, if she is doing something that infringes the rules, or at least might be seen as something that infringes them, the affect of shame conquers or possesses the person. Whenever the eye of the Other disapproves, the guilty party feels annihilated: she blushes, bends her head so she cannot see the judgment of the Eye, runs away or at least feels the urge to disappear or sink into the earth in order not to be seen. Are you not ashamed? You should be ashamed! You must be ashamed! Shame on you! (HELLER, 2003, p.1019).

pectiva teórica, optamos por analisar a violência pela experiência dos que sofrem, destacando os afetos como indicadores éticos das determinações sociais e o seu papel nas ações de enfrentamento. Assim, ao mesmo tempo em que retratam a crueza das experiências da violência, falam de arte, de afetos, lazer e de comunalidade.

Ao iniciar a leitura desta obra, o leitor encontrará o *Prólogo*, de autoria da Profa. Dra. Bader B. Sawaia, o qual reflete sobre as implicações da violência a partir do referencial teórico de Vigotski e Spinoza.

O livro está dividido em três grandes blocos, sendo que no primeiro temos um debate teórico da violência social e de suas categorias, intitulado “A violência na perspectiva da psicologia sócio-histórica: reflexões teórico-metodológicas”, que inicia com o capítulo que discorre sobre *Afetividade, emoções e violências no trabalho*, de autoria da Dra. Margarida Barreto, no qual analisa afetos e emoções nos espaços de trabalho e como gestão e organização institucional afetam a saúde dos trabalhadores, interferindo em sua satisfação, alterando seu estado de ânimo e capacidade produtiva, favorecendo um estado de ansiedade, angústia e desespero, desencadeando sofrimentos que podem levar a diferentes transtornos e mesmo a morte, por suicídio. Ressalta ainda que, nas relações de trabalho, afetos e emoções têm-se expressado, com certa frequência, por meio de atos e ações violentas, discriminatórias, irônicas, racistas, doentias e recorrentes, que configuram a violência laboral, estimulada pelos processos e formas do capitalismo organizar o trabalho na contemporaneidade.

O segundo capítulo, *A dimensão política da não violência*, de autoria do doutorando José Carlos de Oliveira, demonstra que a estratégia não violenta pode se tornar plausível em nosso atual contexto sociopolítico, marcado pelo ressurgimento de discursos religiosos fundamentalistas, neoconservadores e alinhados com a economia de mercado. O autor destaca três estratégias: a Teologia da Libertação (TdL), a não violência ativa de Gandhi e a espiritualidade política de Foucault.

O terceiro capítulo do presente bloco, denominado *A pesquisa ação-participante como um enfrentamento a violência na(s) cidade(s)*, é de autoria das doutorandas Flávia R. Busarello e Juliana Berezoschi. Como um farol em meio ao nevoeiro conduz na-

vegadores, as autoras, através de uma pesquisa ação-participante, procuram entender o sofrimento ético-político gerado pela composição das diversas violências sofridas pelos corpos daqueles que vivem na cidade de Blumenau/SC. Retratam duas pesquisas ação-participantes que procuraram compreender o sofrimento ético-político gerado pela produção de violência silenciosa que acomete corpos indesejados de indígenas e de travestis na cidade.

Dr. Marcos Antonio Batista da Silva escreve o quarto capítulo, *Juventude negra: acolher, fortalecer e (re)existir*. O foco do texto é olhar para a relação entre juventude, desigualdades sociais e educacionais, racismo e a violência que recai sobre o corpo negro. O autor propõe-se a discutir questões raciais pela ótica da psicologia, objetivando o combate ao racismo e a promoção de uma educação antirracista. Para tanto, o texto discute o conceito de juventude e apresenta uma conexão com as sociedades contemporâneas, considerando o Estado e educação de jovens.

O quinto capítulo e último deste bloco, *Traços de alegria – um afeto que veste as moradoras de rua em São Paulo*, de autoria da doutoranda Lívia Maria C. dos Santos, retrata parte da realidade de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, caminhando por momentos distintos: mulheres nas calçadas, em ocupações e participantes de movimento social. Quem lê o título pode se perguntar: qual o espaço para a alegria nesse cenário onde a violência se manifesta em todas as suas nuances? O objetivo consiste exatamente em trazer esse afeto potente à luz das análises. Busca-se, portanto, encontrar brechas da alegria na experiência da mulher moradora de rua por meio de trabalho de campo realizado durante pesquisa de doutorado da autora.

O segundo bloco, “Desigualdade social da violência no contexto brasileiro e latino-americano: afetações dolorosas e resistência”, inicia com o capítulo de autoria do Dr. Edson Teles e da Dra. Silvia Queiroz, designado *As memórias da ditadura: o que pode a gestão do sofrimento?*. Nele, discutem acerca da maneira como a conexão ditadura-democracia age na produção e na gestão do sofrimento infringido às vítimas da repressão política e os efeitos que esse modo de atuar exerce sobre subjetividades contemporâneas. Os autores afirmam que tanto em ditadura como em democracia o militante político, primeiramente convertido, e depois congelado num estado de vítima sofredora, ocupa a centralidade das compo-

sições memorialísticas, ao mesmo tempo em que tem parte de suas memórias capturada pelo aparelho de Estado para operar como uma eficaz ferramenta de controle social.

As autoras costa-riquenhas María Andrea Araya Carvajal, Helga Arroyo Araya e Dylana Rodríguez Muñoz nos brindam com o capítulo *Lo ético-político y el daño psicosocial en las luchas comunitarias*. Elas refletem sobre manifestações de sofrimento ético-político e danos psicossociais causados pelo capitalismo neoliberal em populações que mantêm um vínculo profundo com a terra. Para isso, apresentam experiências de lutas comunitárias da Costa Rica e Colômbia, que estão ligadas a lutas ambientais, lutas por terras, povos indígenas e comunidades rurais.

Em busca de respostas para a pergunta de Daniel: reflexões sobre a política de extermínio de jovens negros periféricos no Brasil a partir da psicologia sócio-histórica é o capítulo das doutorandas Aline M. Veloso e Cinara Brito de Oliveira. As autoras analisam as relações entre a política de extermínio de jovens negros periféricos no Brasil e as múltiplas dimensões da colonialidade européia a partir de um relato de experiência. As autoras entendem que a colonização medeia as relações entre sujeitos políticos por meio de múltiplas dimensões, como raça, gênero, idade e classe social, determinando não só o seu lugar no mundo, mas também a forma de compreender, analisar e intervir na realidade. Assim, algo dito por um pensador de ascendência africana, que se propõe à construção de uma epistemologia que visa a libertação do oprimido, sobre o papel da polícia na relação violenta entre colonizador e colonizados, pode ser reconhecido por um jovem negro da periferia de Salvador, filho da diáspora africana.

Também nesse bloco está o texto *Reflexões sobre a dimensão ético-política da memória coletiva e da violência de Estado no Brasil*, da doutoranda Naiara R. Vicente de Matos. O capítulo propõe análise da dimensão ético-política da memória coletiva da ditadura civil-militar brasileira a partir de abordagens teóricas da psicologia social. A autora busca investigar como a estrutura ético-política de ação da memória coletiva, a respeito das ações de violência de Estado, modula a implicação da subjetividade e dos fenômenos sociais no presente. A autora afirma que quando a sociedade esquece fatos vividos, por exemplo, quando estes não são renovados nas comemorações, dos lutos, nos monumentos e símbolos, não deixa

para as gerações seguintes o conhecimento sobre o que foi vivido e questiona: por que ainda hoje o Brasil segue tímido quanto à possibilidade de abrir seus arquivos da ditadura?

No capítulo *Um estudo sobre os afetos e a arte na arena do slam* a Dra. Laís Biasoli Moler compartilha dados de sua tese de doutorado, cujo objetivo foi investigar por meio de uma pesquisa participante, a vivência psicológica produzida a partir da participação no *slam*, que são gincanas de poesias faladas e constituem um movimento contemporâneo urbano periférico de autorrepresentação em que é possível ouvir e narrar vivências cotidianas a partir de um recorte de classe, gênero e etnia.

A coletânea também apresenta, no sexto capítulo deste bloco, o relato de uma pesquisa de Iniciação Científica intitulada *A experiência de viver em bairro pobre da periferia de São Paulo: uma análise centrada nos sentidos de lazer e diversão de adolescentes*, de autoria da Dra. Bader Burihan Sawaia e Tainá Millainy Lima Pesqueira. O capítulo apresenta questões sobre lazer e diversão de adolescentes moradores da periferia da grande São Paulo, com o objetivo de conhecer os sentidos que essas atividades têm para eles e as expressões delas em seus cotidianos. As autoras partem do pressuposto vigotskiano de que lazer e diversão são necessidades fundamentais na adolescência, momento de ampliação de potencialidades, abertura de horizontes e de aquisição de novos interesses, sendo um deles o de se relacionar com grupos de pares. A metodologia utilizada para a pesquisa qualitativa seguiu os procedimentos: entrevistas semiestruturadas individuais, observação participante das atividades de lazer e do cotidiano do território e um grupo lúdico-investigativo com os adolescentes.

Seguindo o território de São Paulo o capítulo da doutoranda Diana Jaqueira Fernandes, intitulado *Vivência, direito e necessidade: um estudo sobre a dimensão psicossocial no processo de regularização fundiária de uma favela em São Paulo*, reflete sobre a dimensão psicossocial da questão social da moradia, a partir da vivência do processo de regularização fundiária e do direito à moradia em área de ocupação irregular. A pesquisa de campo foi realizada em uma favela da zona sudeste da cidade de São Paulo e no capítulo a autora afirma que vivência e moradia são dois conceitos siameses que, na pesquisa, indicam a singularização da dialética

subjetividade/objetividade decorrentes da (não)democratização da terra urbana.

O terceiro bloco do livro, “Em busca da práxis no diálogo com a arte, justiça e educação”, inicia com o capítulo *Imbricações entre a violência estrutural e a de Estado: a forma de (re)existir dos sujeitos compreendidas a partir das narrativas dos moradores da região central da cidade de Santos-SP* da Mestra Nathalia Franco Macedo e Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção. Neste texto é apresentado o resultado de uma experiência de produção do conhecimento a partir da compreensão e relação com as formas de existir tramadas pelos sujeitos que ocupam, habitam e transitam pela Região Metropolitana da Baixada Santista. A partir de uma abordagem qualitativa, elege-se a estratégia da cartografia combinada com elementos da etnografia, em que a produção dos dados foi realizada através do caminhar, do observar e dos diálogos com os “outros” que surgiram neste processo.

A doutoranda Elisa H. Musha e Dra. Kelly Cristina Fernandes nos apresentam o capítulo *Servidão como violência dentro dos muros da educação*, o qual tem o objetivo de analisar, na perspectiva de Spinoza, como a ética, a política e os afetos podem ser compreendidos na relação da servidão com as violências sutis que se expressam no contexto educacional. As autoras entendem que o ataque às políticas de incentivo à educação e às universidades públicas tem como horizonte fomentar um modelo acríptico que promova a ignorância como política de Estado. Nesse sentido, o ambiente educacional é visto como um local importante que tem a finalidade de produzir o desenvolvimento das pessoas no sentido de torná-las ativas.

Dr. Renan Albuquerque, Dra. Bader B. Sawaia e a doutoranda Flávia R. Busarello escrevem o capítulo *Obstáculos psicossociais para o manejo sustentável na Amazônia*. O texto avalia a continuidade da produção de itens florestais entre assentados da reforma agrária na Amazônia, tendo por pressuposto o fato de que existem obstáculos psicossociais para essa produção, sobremaneira no tocante à identidade e ao sentimento do comum. A população assentada em estudo teve assistência de um Programa de Manejo Florestal Federal, o ProManejo (Ibama), durante dois anos e o texto parte da análise de uma pesquisa aplicada nessa região bem como de conversas informais com essas populações.

A coletânea se encerra com o capítulo das doutoras Gláucia T. Purin e Bader B. Sawaia *Violências e Afetos vividos pelos estudantes do Movimento Secundarista Autônomo de São Paulo entre 2016 e 2018*. A partir de uma pesquisa participante, realizada durante 3 anos, as autoras afirmam que depois dos estudantes participarem do Movimento Secundarista Autônomo de São Paulo, passaram a conviver mais frequente e intensamente com as múltiplas formas de violências no ambiente escolar, nas ruas e nas atividades do movimento cometido pela direção, alguns professores, colegas discentes e principalmente policiais. Descrevem com detalhes a vivência da inclusão perversa, na qual os secundaristas foram tratados com disciplinarização, controle, criminalização e deslegitimação para manutenção da ordem na desigualdade social, sendo responsabilizados individualmente pelo próprio sofrimento, aqui denominado de ético-político. Mas também defendem que a potência coletiva, em multitudes, destes estudantes organizados, fortaleceu a ação política de cada um e do próprio movimento, tendo os movido para a busca de um ensino e políticas eficazes e enfrentamento das violências e injustiças sociais.

Em síntese, os capítulos em seu conjunto retratam a vivência da violência, mas também procuram configurar uma práxis transformadora. Eles não dão respostas prontas, mas indicam caminhos e nos provocam a pensar a violência como a mais triste das paixões, que nos encerra na passividade da servidão e que, portanto, se a tristeza não for combatida, têm-se terreno fértil à violência.

A alegria não é diretamente má, mas boa; a tristeza, em troca, é diretamente má (SPINOZA, *Ética IV*, prop 41).

Assim, inspirada em Spinoza, a coletânea apresenta uma instigante proposição de que não é a violência que gera a tristeza, pelo contrário, é a tristeza que alimenta a violência e, por conseguinte, mantém a servidão que impulsiona o sujeito a esquecer um dos princípios espinosanos mais importantes: que não há nada mais útil para um sujeito do que outro sujeito (SPINOZA, *Ética IV*, prop. 35, corolário 1).

Esperamos que essas provocações inspirem práxis de enfrentamento à violência, com base na proposta filosófica de Spinoza de que ela é um exercício cotidiano de transformação dos afetos passivos em afetos alegres e de que “se duas pessoas

se põem de acordo e unem suas forças, mais elas podem juntas e, conseqüentemente, mais direito têm do que cada uma delas tinha por si só na natureza” (SPINOZA, *Trat. Político*. Capítulo II, §13).

Nota dos organizadores:

Este livro foi concluído antes da covid-19 ter se transformado em Pandemia, por isso não há referência direta a ela nas análises da violência, mas, indiretamente, as reflexões contribuem para a análise da mediação da desigualdade no sofrimento produzido pelo confinamento imposto pelo vírus.

Referências

HELLER, Agner. Five approaches to the phenomenon of shame. *Social Research*, vol. 70, n. 4. 2003.

MEIRELES, Cecília. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 22. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SPINOZA, Benecidtus. *Tratado Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

*Bader B. Sawaia
Renan Albuquerque
Flávia R. Busarello
Gláucia T. Purin
(Orgs.)*

A dimensão ético-ontológica da violência

Bader Sawaia

Estamos aturdidos com o avanço da violência em todos os níveis da vida humana, o que não é fenômeno exclusivamente contemporâneo¹. A perplexidade frente a ela marca a história das ideias e a cada momento de acirramento nos perguntamos: por que não conseguimos vencê-la? Por que impomos, banalizamos ou permitimos grandes sofrimentos evitáveis aos outros? A violência está no indivíduo ou na sociedade? O Estado é causa da violência ou seu controlador?

Essas indagações têm impulsionado o desenvolvimento das ciências, entre elas a Psicologia Social, cuja história é marcada por pensadores que presenciaram a emergência de novas e terríveis forças de destruição do humano, quando se imaginava que a razão a afastaria e traria a paz. Foram experiências que marcaram mudanças em suas reflexões e categorias analíticas. O que mostra que na análise da violência é preciso considerar não só a força destrutiva, mas paralelamente refletir sobre as reações criativas e afirmações da vida que ela promove em todos os níveis, como formas de resistência coletiva, criação da sociedade e do Estado, novas práticas culturais, relações internacionais, entre outras.

Em suma, violência é termo polifônico, complexo, multifacetado, abrange desde bullying, desastres ambientais, crime em família, assalto, violência policial, violência do Estado, guerra, agressão física, assim como diferentes territórios e dimensões público/privado. Ante essa diversidade e para não perdê-la em modelos ideológicos ou manifestações empíricas, o presente prólogo foca a dimensão ético-ontológica da violência.

¹ Agradeço a valiosa colaboração de Glauca T. Purin na formatação e correção deste texto.

Falar em ontologia não é se esconder na reflexão filosófica, desconsiderando que a sociedade brasileira é demarcada pela violência do colonialismo e da escravidão, desde sua fundação. Ao contrário, trabalhar a ontologia é considerar que a violência encerra um determinado modo de entender as ações, por meio das quais o homem instaura o mundo. Sua análise representa a busca do enfrentamento radical deste problema, o subtexto das teorias sobre violência, das definições de justiça, saúde, políticas públicas, que, inclusive, correm o risco de serem legitimadores da violência em todos os seus âmbitos, justificando cerceamentos, controle e a naturalização da violência, nos tornando seus colaboradores, como diria Bauman (2008, p. 40): “uma cumplicidade imunda”.

Já foi bastante denunciado que a ontologia da violência favorece o pensamento político de todas as doutrinas racistas e eugenistas, ao excluir a ideia de humanidade que garante o princípio da igualdade. Não é a toa que Gobineau, ministro de Hitler, escreveu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. Também, pode sustentar uma interpretação eugenista da relação indiscutível entre desigualdade, violência e criminalidade, no sentido de criminalização dos pobres, como aponta Zaluar (1985). Neste prólogo, pretende-se apresentar a ontologia que sustenta os textos do presente livro que analisam diferentes formas de objetivação da violência mediadas pela desigualdade social e ação do Estado, e o fazem por meio da análise dos afetos. Trata-se da ontologia spinozista, que destaca como diretriz a liberdade e a alegria, e de sua interpretação teórico conceitual elaborada por Vigotski no corpo da psicologia, que acrescenta a imaginação/criação.

Podem parecer um paradoxo ou romantização da violência, analisá-la por meio desses pressupostos, nesse momento em que o cotidiano da violência tem nos remetido justamente a filósofo inglês, Hobbes e a sua concepção de homem egoísta, que precisa da sociedade e governos fortes e autoritários para reprimir essa violência. Ainda mais, sendo esta a ontologia predominante na psicologia.

Spinoza não analisou a violência especificamente, mas oferece pressupostos importantes à compreensão e prática de enfrentamento a ela. Como afirma Bove (1996), é possível ler em Spinoza uma filosofia da resistência à violência da dominação que é o próprio motor da antropogênese, ou seja, da construção dos Esta-

dos, “cujo fim é a liberdade”, e não a redução dos homens ao estado de “bestas brutas e de autômatos” (TTP), o que de modo geral Spinoza denomina “uma vida humana”. E ele localiza esse confronto nos afetos. Assim, a questão política em Spinoza confunde-se com a questão ética da construção das formas de “vida humana”, e esta com as afetações do corpo e da mente.

Vigotski também não se debruçou diretamente sobre violência, mas o combate a ela constitui o subtexto de sua obra. Igualmente a Spinoza, seu interesse está no processo de hominização do homem e como a psicologia pode colaborar para potencializá-lo, a despeito das determinações sociais. Entende como Marx que para se humanizar, o sujeito precisa se apropriar do que foi produzido ao longo da história da humanidade (liberdade e igualdade), mas também necessita continuar esse processo de transformação (criação). Assim, ele soma aos pressupostos de liberdade e igualdade o de imaginação e criação. O impedimento a esse processo é uma violência social, que é vivida, singularmente como sofrimento ético-político, considerando, tal qual seu filósofo favorito, Spinoza, que os afetos desempenham papel importante nesse processo².

A teoria dos afetos na reflexão sobre violência

Como é possível a partir do prisma dos afetos alcançar conhecimentos sobre violência social, sem cair no psicologismo?

Para entender esta proposição, primeiro é preciso conhecer a concepção de homem e de afeto nas obras de Spinoza e Vigotski. Para o filósofo, o homem não é bom, nem mau ou violento. Somos seres de paixão: desejo e imaginação movidos pelo desejo natural de simplesmente perseverar na existência. É isso que nos move. Ele aborda o bem e o mal como relativo à ação e à potência, ao que promove ou obstaculiza perseverar na existência. Spinoza apresenta análises comuns às de seu contemporâneo mais velho: Thomaz Hobbes, mas difere quanto às motivações dos homens para a formação da sociedade. Em Spinoza, elas são mais positivas, voltada ao aprimoramento do *conatus*³ de cada um, ao contrário da concepção hobbesiana, para a qual o que une os homens e motiva o contrato social é o pavor uns dos outros, o que leva todos a abdicarem dos seus direitos naturais em troca de proteção.

2 Agradeço ao mestrando Péricles S. Macedo pelas reflexões sobre violência em Vigotski.

3 *Conatus* potência de agir singular e finita.

Para Spinoza não precisamos da ameaça da força para viver em sociedade e não destruir o outro. Criamos a cidade, pois nela há maior possibilidade de aumentarmos nosso *conatus*, na união com os outros, justamente uma prática da potência dos corpos. A sociedade representa o prazer de viver em conjunto, uma organização em que o direito de natureza de cada um, em lugar de ter sido transferido ou abandonado a quem quer que seja, possa, ao contrário, afirmar-se como princípio dinâmico e continuado da própria vida do corpo comum⁴. A sociedade favorece uma vida humana, entendendo por humana, uma vida que não se define pela circulação do sangue nem por outras funções comuns a todos os animais, mas, acima de tudo, pela autonomia de ser a causa adequada de suas ações e pensamentos (TP, V, artigo 5). Entretanto, reconhece que, historicamente, não é o que ocorre, a vida em sociedade tem favorecido a “desmesura do poder” (TP) e suas consequências como a agressão à vida humana, o desrespeito ao seu direito natural que é determinado pelo desejo e pela potência, de se conservar. O corpo político, marcado pela desmesura do poder distribui desigualmente a garantia do direito natural de cada um, quebrando o comum, vínculos afetivos de concórdia e cooperação e “passando a exigir que amem o que odeiam, respeite o que despreza, destrua o que estima” (CHAUÍ, 2011, p. 166).

A esse contexto, Spinoza nomina de servidão, um corpo político definido pelo negativo: impotência humana, perda da potência de agir e de pensar do corpo e da mente. Temos aqui a essência da violência para Spinoza: uma composição de desmesura do poder, desrespeito aos direitos naturais e desigualdade social, e como já dito, a afetividade desempenha papel de relevo nesse processo.

Os homens estão necessariamente submetidos aos afetos, os quais tem papel fundamental na origem e funcionamento das sociedades políticas. Essa afirmação de Maquiavel, citada por PEÑA (2007, p. 437) poderia ser de Spinoza. Há consenso sobre ela, a diferença está na concepção de afeto, de sua relação com a razão e em sua ontologia que coloca a ética nos afetos, afirmando que eles não podem ser criticados ou eliminados, mas compreendidos. Para Maquiavel, afetos são fenômenos psicológicos da ordem do

4 Segundo Bove (1996) são reflexões inspiradas em Cristo.

erro, que deve ser governado pela razão. Maquiavel funda sua teoria política com essa premissa; é necessário que quem ordena as leis da república pressuponha que todos os homens são maus. Nessa direção, desenvolve uma teoria que propõe um conjunto de estratégias para conservar e aumentar o poder do príncipe mediante o uso adequado das paixões dos súditos (PENÃ, 2007).

Spinoza reflete os afetos como lugar da servidão, mas também da resistência. Eles são a porta de entrada das afecções que recebemos do mundo e das ideias da mente. Não há hierarquia entre razão e emoção, mente e corpo e nenhum deles guarda a verdade contra o outro que é agente do erro.

O conhecimento do bom e do mau nada mais é do que o afeto de alegria e tristeza quando dele somos conscientes (CHAUÍ, 2011). Em outras palavras, o que faz uma coisa boa ou má é o afeto de alegria ou de tristeza que dela derivam, que por sua vez estão relacionados com o aumento ou diminuição de minha capacidade de perseverar na existência. “Reflexos condicionados da potência de agir do homem, os afetos testemunham suas variações e sua maior ou menor perfeição em função do caráter adequado ou inadequado da causa que os produz” (CHANTAL, 2011, p. 194).

Daí a sua reflexão de que os afetos tristes são violentos, destroem a capacidade de perseverar na existência: “a tristeza diminui ou refreia a potência de agir do homem” (SPINOZA, esc. da prop. 7), mantendo na servidão, ao mesmo tempo que é produzida por ela, de modo insidioso.

Dentre as paixões tristes, Espinosa destaca o sistema medo e esperança (CHAUÍ, 2011, p. 174), duas paixões inseparáveis e intercambiáveis, cuja articulação vai se compondo com outros afetos tristes flutuantes como o ódio, a cólera, a raiva. A tirania é fruto amargo do medo, que nos leva muitas vezes a abrir mão da liberdade, insinua Spinoza em seu Tratado Político. E mais, ela torna-se contrária a esse esforço de manter a autonomia, quando ele provoca tristeza. “Tudo pelo qual se esforça o homem afetado de tristeza é por afastá-la. Assim, o corpo afetado de tristeza não deseja conservá-la ou expandi-la, mas sim afastá-la” (SPINOZA, Ética, prop. 5), distanciando-se de tudo o que a provoca.

Porém, cabe aqui ressaltar que essa relação negativa entre afetos tristes e autonomia não é lei universal. Não se pode

esquecer a grandiosidade da reflexão de Spinoza que recusa definições morais e cristalizadas de bom e mau. O amor à liberdade, entendendo o seu conceito de liberdade como o desejo de não ser obstaculizado na defesa de nosso direito natural de perseverar na existência e de não ser obrigado a respeitar o que desprezamos, pode se alimentar do medo. Nesse caso, temos o que pode ser qualificado de “medo bom”, como disse uma jovem com dificuldade de aprendizagem, ao distinguir o medo que sentia da mãe do “medo ruim” que sentia da professora (SAWAIA, 1999).

No Tratado Político, Spinoza aponta que do lado dos poderosos, sob os efeitos da divisão social e política, também há medo, mas da revolta popular. Ação que Spinoza julga justa, chegando a falar de um direito de guerra para combater a violência. Neste caso, um ato não violento, pois é resistência à violência imposta pela sociedade, uma recusa como interpreta CHAUI (2011, p. 166) à imposição de que façamos coisas que negam a minha potência.

Aqui se destaca a importância da ontologia spinozista frente à multiplicidade de sentidos da violência, o que pode sustentar uma concepção relativista, que por sua vez pode se reverter em justificativa da violência: violência para educar, para manter a ordem.... Sua concepção de violência está no encontro das dimensões ontológica e histórica, oferecendo um pressuposto universal, e ao mesmo tempo histórico: o direito natural. Tudo que destrói ou impede a realização dele é um ato violento, o que se objetiva de diferentes formas na história, a depender das conformações da desigualdade social e da desmesura do poder.

A violência aparece, portanto, como negação do humano no outro, na medida em que atenta contra seu direito natural: a de ser autônomo, aumentada em perversidade, quando atravessada pela desigualdade social e poder do Estado.

Como os afetos são frutos dos encontros que aumentam ou diminuem minha potência, sendo que a qualidade deles depende das condições sociais de existência, os afetos tristes se distribuem de forma desigual entre as pessoas, conformando um sofrimento que temos nomeado de ético-político (SAWAIA, 1999).

Vigotski complementa essa concepção de servidão ao destacar o direito à imaginação e à singularidades como funda-

mento da hominização do homem. “A vida se tornará criação quando libertar-se definitivamente das forças sociais que a mutilam e deformam. Os problemas da educação serão resolvidos quando forem resolvidas as questões da vida” (VIGOTSKI, 2010, p. 462).

Esse teórico da psicologia criou conceitos que permitem compreender o drama singular e coletivo na experiência da violência, de como as pessoas mantêm acesa a potência de vida ante a convivência cotidiana com a violência e não selar a ideia de sujeito fixo com comportamento de massa frente à violência. Inclusive, permite analisar porque boas pessoas consentem no horror, ou entender porque Quase todo mais grave criminoso feroz, sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo-de-seus-amigos.

“O senhor ache e não ache. Tudo é e não é... Quase todo mais grave criminoso feroz, sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo-de-seus-amigos! Sei desses” (GUIMARÃES ROSA, 1986). Outra alerta importante, que não pode ser esquecida ao finalizar o texto e o feito por Spinoza de que estar alegre ou esperançoso não garante estar agindo adequadamente, podendo significar que estamos enredados em paixões tristes. Ou seja, podemos imaginar estar buscando a liberdade, estando reforçando nossa servidão.

Cuidar dos afetos é buscar ideias adequadas. Não é possível cultivar afetos alegres em meio à imposição da estupidez, que nos aliena do conhecimento de suas causas. Não é possível cultivar afetos alegres quando decisões sobre a saúde do povo fazem parte do jogo eleitoral e da disputa geopolítica - como a discussão sobre uma das medicações possíveis (mas não cientificamente comprovada em termos de uso global) de combate à covid- 19, a hidroxicloroquina -, virando um debate ideológico (SAWAIA, 2020).

Considerações finais

Fazendo uma síntese das reflexões acima, em busca de fundamentos da definição de violência, temos:

- A concepção de violência está no encontro das dimensões ontológica e histórica e as reflexões de Spinoza e Vigotski, configuram diretrizes para essa análise;

- Esses dois fantásticos pensadores oferecem um pressuposto universal e ao mesmo tempo histórico: o direito natural em confronto com as forças bloqueadoras do mesmo que vão marcando a história da sociedade: a luta de classes e conflito de interesses, relações de poder. *Tudo o que destrói ou impede minha potência de perseverar na existência é um ato violento. Resistir a ele é potência de vida;*

- O homem não carrega a violência em si, ela está fora, na sociedade, nos encontros. Os afetos a perpetuam ao mesmo tempo em que é por ela gerado, e dialeticamente a confronta e resiste a ela;

- Os afetos permitem compreender o drama singular e coletivo na experiência da violência e de como as pessoas sofrem a violência e, paradoxalmente, mantêm acesa a potência de vida ante as convivências cotidianas com ela;

Hoje, na nossa sociedade o vetor onto-histórico da violência pode ser sintetizado *na tensão entre a negatividade de si e as exigências de integração perversa sub-humana*. Negatividade de si pressupõe cerceamento da potência de vida, que na perspectiva de ambos é liberdade e felicidade, criação e singularidade. Alguns pensadores apontam dimensões dessa negatividade: Tolstoy: “violência consiste em gente forçando a outra gente, bajo la amenaza de sufrimiento o violencia, para que hagan cosas que no quieren hacer”. Gandhi: “A pobreza é a pior forma de violência”. Martín-Baró (1990) denuncia que: el deshumanizar al otro, convirtiendo lo en el enemigo, no es otra cosa que la manera en que un grupo justifica el uso de la violencia represiva hacia quién considera amenaza para sus intereses. Chaúf (2011, p. 35) destaca que violência é tudo o que age usando a força para ir contra a natureza, desumanizando pela espoliação, violação, brutalidade, intimidação e atos de crueldade.

A perversidade desse processo é que na sociedade marcada pela desigualdade tal processo de desumanização se reproduz historicamente, cristalizando e naturalizando a violência, de forma que o sofrimento ético-político perde a força de resistência e formação do comum, e se torna doença, aprisionando a vida. Assim, reivindicar uma subjetividade revolucionária (SAWAIA e SILVA, 2019) em todas as espacialidades definidoras de encontros,

bem como nas teorias e pressupostos orientadores do saber científico é um fator permanente de subversão e de desestabilização da violência.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Medo líquido. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOVE, Laurent. La Strategie Du Conatus: Affirmation Et Resistance Chez Spinoza. Paris: Vrin, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHANTAL, Jaquet. A unidade do corpo e da mente: afetos, ações e paixões em Espinosa. Tradução Marcos Ferreira de Paula e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

GUIMARÃES ROSA, João. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio; Punamäki, R. L., Rozitchner, L., et al. Psicología Social de la guerra: trauma y terapia. San Salvador: UCA Editores, 1990. (Colección Lecturas Universitarias vol. 4).

PENÃ, J.: uso y control de los afectos en la politica. In: FERNANDEZ, E. e CÁMARA, M. L. El Gobierno de los afectos en Baruj Spinoza. Madri: Editoria Trotta, 2007.

SAWAIA, Bader, BUSARELLO, Flávia, BEREZOSCHI, Juliana, ALBUQUERQUE, Renan. Expressões da Pandemia – Fase 1. Embu das Artes-SP: Alexa Cultural, 2020.

SAWAIA, Bader e SILVA, D. N. H. A Subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social. In: Toassa, G.; Machiavelli, T e Rodrigues, D. (Orgs.) Psicologia Sócio-Histórica e desigualdade social. Goiás: FAPEG, 2019.

SAWAIA, Bader. O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 156 p.

SPINOZA, Baruch de. Ética. Trad. Thomaz Tadeu. (3ª ed.). Belo Horizonte: Autentica, 1955/2010.

____. Tratado Político. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1977/1977.

____. Tratado Teológico Político. (2ª ed.). Lisboa: Estampa, 1988.

VIGOTSKI, L. Semenovich. A Construção do pensamento e da linguagem. Tradução de Paulo Bezerra. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (Coleção textos de psicologia).

____. Psicologia Pedagógica. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 3º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção textos de psicologia).

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLOCO I

A violência na perspectiva da
psicologia sócio-histórica:
reflexões teórico-metodológicas

Afetividade, emoções e assédio moral no trabalho

Margarida Barreto

Introdução

A cada dia torna-se necessário refletirmos sobre afetos, emoções e violência laboral. Também é importante centrarmos nossa discussão na complexidade dos problemas que relacionam saúde e as novas condições de trabalho, como no contexto da mundialização da economia, fusões, reestruturações e reorganização do trabalho. Esta não é uma tarefa fácil, pois vivemos momentos que exasperam a nossa sensibilidade, de modo que encontramos cotidianamente no mundo do trabalho novos agravos: humilhações, exigências, pressão moral, etc. Essas questões desencadeiam sofrimentos que levam ao aparecimento de variados transtornos relacionados aos modos de organizar e administrar o trabalho, fato que impacta as relações sociolaborais que aí se estabelecem. Logo, torna-se essencial compreendermos essas relações dentro de um determinado contexto histórico, o “porquê” das mudanças e como atormentam os trabalhadores nesta era das políticas neoliberais, economia financeirizada, precarização das condições de trabalho, pandemias e aumento das desigualdades.

O mundo material torna visível a historicidade da violência, mostrando-nos que ela é histórica, social, política e econômica, o que significa que os atos de violência se inscrevem no tempo e no espaço e na vida das pessoas (SCHEIDEL, 2020). Desde tempos antigos, a história nos ensina que a desigualdade crescente associada às disputas, paradoxais na aparência, são marcadas por variados sentimentos e emoções, como: medo, angústia, tristeza, ódio, sofrimentos, infortúnios e transtornos. Essas transformações, que à primeira vista podem parecer natural e comum, nos revelam a profunda exploração que sofre grande parte da população, associando a pobreza crescente, ante a concentração de riqueza em

mãos de poucos. Nos Estados Unidos, por exemplo, nos últimos 30 anos, 60% do crescimento de renda do mercado foram concentrados em 1% da população, enquanto apenas 9% do aumento total ficaram com os 90% da população mais pobre. Mesmo em tempos de pandemia, como agora, os ricos ficaram mais ricos, é o que apontam as pesquisas e relatórios da Oxfam (2019).

A correlação entre desigualdades, propriedades, empregos, salários e relações de gênero, por exemplo, nos revelam uma escalada desproporcional das rendas e, simultaneamente, aumento das relações autoritárias e assimétricas. Aqui, a capacidade de administrar o trabalho associado à entrada de novas tecnologias, na área de informática e comunicações, mostra que a busca por maior produtividade e lucros está embasada na imposição, coação e abuso de poder. Nos quais o capital tenta impor aos trabalhadores e trabalhadoras suas formas de pensar, seus critérios, suas normas, seus valores, julgamentos e verdades, quando o alicerce da economia capitalista são homens e mulheres que trabalham a cada ano de forma mais precarizada.

Todavia, é isso que lhe dá o contorno de natural? Ao contrário, em todo o planeta a desigualdade econômica é maior do que parece e a história, ao longo dos séculos, nos revela a continuidade da exploração em novas conformações, que afetam nossos pensamentos, afetos e emoções (SCHEIDEL, 2020). Esse efeito, ou essa sombra, como diria Deleuze (2015), atinge os nossos corpos nos impondo sofrimento. Contudo, essa “sombra” só se forma a partir dos bons ou maus encontros entre os corpos que ocorrem no ambiente de trabalho. São esses encontros que nos permitem conhecer o outro e a nós próprios, mostrando que sua materialidade está relacionada aos deslocamentos e mudanças conjunturais que ocorrem nos modos de administrar e organizar o trabalho.

Esse efeito assimétrico da sombra abre novas fronteiras de sofrimento e desigualdades, expondo o fenômeno crescente da “violência laboral”. Fato que somente passou a ser visibilizado e reconhecido como uma prática de gestão desumana, que afeta homens e mulheres que laboram, nos últimos 20 anos em nosso país. Logo, violência laboral caracteriza condutas abusivas e antiéticas — por meio de palavras, gestos ou comportamentos —, repetitivas, sistemáticas e cotidianas, que atentam contra a dignidade e a in-

tegridade física ou psicológica de trabalhadoras e trabalhadores. O cenário coloca em risco seu emprego, sua saúde mental, seus laços de camaradagem, degradando o ambiente de trabalho. Mesmo quando essa manifestação é interpessoal, não se pode excluir a responsabilidade da gestão e organização do trabalho, que exige mais e maior produtividade de cada trabalhador/a, até porque o “grande irmão” está sempre vigilante e atento.

E aqui cabe perguntarmos: como aquele que testemunha as humilhações, constrangimentos e sofrimentos impostos, pode permanecer indiferente, ou não apresentar sentimentos tristes e medos, a essa condição de total do sofrimento? Adorno (2015, p. 123) disse que o “um e o todo que continua se desdobrando até nossos dias – com ocasionais períodos de respiro – seria teleologicamente o absoluto do sofrimento”. Essa dimensão nos faz compreender o processo “saúde-doença” do trabalhador como um fenômeno eminentemente histórico e humano e, não simplesmente como um fato biológico-natural.

É importante compreendermos que a violência laboral provoca morte, lesões, traumas e agravos mentais, emocionais e espirituais; de maneira que, quando isso ocorre, interfere diretamente na qualidade de vida do trabalhador, bem como na coletividade de trabalhadores, refletindo em suas famílias e podendo levá-los à morte por suicídio.

A conjuntura em que ocorrem as histórias de assédio laboral nos coloca, como desafio, estar atentos às teorias, evitando que as angústias e perplexidades engessem nossas reflexões, transformando algo que é complexo em conceitos simplistas que produzem um conhecimento neutro. Daí ser importante e necessário analisarmos que a intensificação da violência, e até mesmo suas sutilezas, seguem a mesma cadência da exploração à qual estão expostos trabalhadores e trabalhadoras. Em linhas gerais, é possível dizer que a exploração e a violência atingiram uma nova configuração revelando um grau de eficiência historicamente novo, num ambiente global e competitivo.

O momento que se vive no mundo do trabalho é de incertezas e inquietudes que determinam uma forma de sofrimento, ou de mal-estar imposto e internalizado, que faz as trabalhadoras e trabalhadores sentirem-se “inúteis para o mundo”, na medida

em que estão adoecidos e desempregados. É necessário estarmos atentos a essa dimensão da existência, visto que muitos trabalhadores estão adoecidos e profundamente perplexos de tanto trabalhar, sendo tachados de incompetentes, mentirosos, fingidores, preguiçosos e até vagabundos.

Paradoxalmente, enquanto uns são estimulados a ser “novos empreendedores”, outros não conseguem sequer ser contratados, ao mesmo tempo em que os trabalhos formais diminuem, dando lugar à precarização da vida. Cabe uma questão: estaremos à frente nas sociedades nas quais há forte ascensão de valores perturbadores como egoísmo, individualismo, busca por reconhecimento a qualquer preço e sucesso individual associado a traços fortes de um ativismo produtivista desenfreado? Se pensarmos a violência no trabalho, explicitada na exigência de flexibilização, produtivismo crescente, fragmentação do trabalho e novas cobranças que estropiam o trabalhador, entenderemos que a finalidade do capital é a lucratividade e não a satisfação das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras. E esta dimensão transforma o trabalhador em algo dividido, monstruoso, alienado, culpabilizado e adoecido. É essa exigência desmedida que atua e deixa marcas no corpo, causando sofrimento.

Se o modo de produção terceirizado fragmenta trabalhadores e sindicatos, sua justificativa é a redução de custos da mão de obra mediante baixos salários. Estamos vivenciando, além da terceirização e automação, o trabalho uberizado, que é uma forma mais precarizada da terceirização, e até mesmo a economia uberizada em diversos setores. A terceirização, por exemplo, tem “escancarado a cada dia com maior evidência, a sua face excludente, o seu exitoso propósito político de encurralar o trabalhador” (BARROS, 2016).

Deste modo, a automação de um lado e a precarização de outro não são tendências, mas realidades em um sistema liberal, no qual o Estado não intervém, justificando sua ausência pela busca de mais eficiência, qualidade, transparência, flexibilidade e principalmente mais dinheiro no bolso de quem detém os meios de produção. A substituição de trabalhadores por altas tecnologias tem sido frequente, com a justificativa de eles serem “mais caros e menos eficientes”, até mesmo em atividades perigosas, repetitivas

e exaustivas. Logo, os trabalhadores são substituídos por máquinas e robôs, visando diminuir gastos e aumentar os ganhos dos empresários, ao mesmo tempo em que uma “elite mecatrônica” enriquece.

Desempregado e desesperado por um emprego, mesmo que seja precário

A violência laboral, no convívio cotidiano do trabalho, expõe práticas que excluem e administram vidas, que controlam os circuitos dos afetos, emoções e subjetividade, fato que coloca os atos de violência no reino do banal e natural. Um olhar um pouco mais atento vai nos mostrar que, se, por um lado, o discurso dominante fala em liberdade, qualidade de vida e prioriza a realização das necessidades mais supérfluas, por outro os trabalhadores convivem com restrições, ameaças, controles constantes e até mesmo são impedidos de adoecer.

O trabalho continua central e com grande relevância social em nossas vidas, de forma que perder o emprego é perder o sentido da vida, do viver e a identidade profissional; mesmo quando o trabalho é voltado exclusivamente para a produtividade e eficiência técnica, como nos falam:

Eu me sinto traído pela empresa que eu trabalhava. Nunca tive esse problema que eu tenho na mão... bastante dor... E agora que fui demitido; que empresa vai me aceitar doente? (Homem, 50 anos).

É o jogo do patrão... Agente só serve pra dar produção... produção e mais nada. Só dizem: - Olha a produção! Não conversem! Não se distraiam. Tempo é dinheiro... (Homem, 34 anos).

Levando ou não em conta o adoecer, o trabalho faz parte de nossa constituição identitária. Entretanto, a vida na organização moderna não permite o bem-estar, o tratamento respeitoso, apoio mútuo, autonomia, confiança e reconhecimento. O que predomina na organização moderna é a desumanização do trabalho, a violação de direitos, a injustiça e irresponsabilidade empresarial, em especial, quando o significado do trabalho está centrado nas metas

e na maior lucratividade que acumula de riquezas. Um trabalhador desprovido do poder de controlar o seu próprio tempo de trabalho, que tem sua auto-expressão impedida, que não tem autonomia, sente-se desmotivado e a efetivação da produção está na base da manutenção ou não do seu emprego. De forma que aquilo que serve de constituição identitária aos trabalhadores é algo que nunca se realiza em totalidade, visto que o empenho dos trabalhadores têm sido na direção da manutenção de seus empregos e não da sua auto-realização, auto-expressão por meio do trabalho.”

Decompor a dor que nos alucina

A dor coloca em relevo os nossos limites, tornando quase impossível falarmos em sofrimento imposto aos trabalhadores sem discorrermos sobre condições de trabalho; sem refletirmos e avaliarmos vivências subjetivas de trabalhadores no ambiente de trabalho; sem compreendermos fatores psicossociais que perpassam relações sociolaborais, como nos fala este trabalhador:

Eu tô muito magoado com a empresa. Eu dei tudo de mim... Eu nunca faltava...meu ambiente com o pessoal era bom... amizade e tudo..... e eu me sinto traído. Traído mesmo! Foi ficar doente, eles me jogaram no olho da rua (Homem, 41 anos).

Em todo esgotamento psíquico há uma estória que deve ser resgatada, ponderada, analisada e compreendida. Quer sejam ameaças e humilhações públicas ou privadas, ou controle e exigências acima do suportável, estas são informações fundamentais do processo de trabalho, ao mesmo tempo em que são responsáveis pelo desgaste, fadiga e conseqüente aumento do adoecer e morrer dos trabalhadores. Portanto, é impossível refletir sobre a saúde do trabalhador sem lembrar do processo produtivo no qual o trabalhador está inserido.

Aqui, estão inseridos os riscos psicossociais relacionados ao trabalho e que abrangem aspectos de concepção e gestão do trabalho associados aos contextos sociais, organizacionais e culturais, que têm o potencial de causar danos psicológicos ou físicos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019) considera esses riscos como um dos maiores desafios contemporâneos para segurança e saúde do trabalho, pois estão ligados às ocorrências

no local de trabalho tais como o assédio laboral e sexual, os atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados com o objetivo de intimidar ou agredir os trabalhadores, incapazes de se defender.

A violência por parte de terceiros também se coloca como uma questão para a saúde no trabalho, ela se refere à violência por parte de clientes, pacientes, ou alunos que são tão comuns em nossas sociedades.

Se considerarmos a psique humana indissolivelmente unida à ação criadora, devemos analisá-la como função do cérebro e como reflexo do mundo material e social, bem como em sua constante ação e atividade transformadora (VIGOTSKI, 2001). Não é à toa que dentro de um sistema altamente competitivo e flexível, pensamento, fala e subjetividade são constantemente reordenados, reorientados e reconfigurados. Isso porque o capital necessita de respostas rápidas às demandas impostas. E, é neste contexto de competitividade quantofrênica que o capital se apropria e maneja mentes e corações, seduzindo os trabalhadores com promessas de sucesso individual; em outros momentos, demitindo-os quando adoecem de tanto trabalhar (GAULEJAC, 2007). Após eventos de humilhações, encontramos ocorrências de medo e choro que embaralham os sentimentos, atravessam a desordem das pálpebras que teimam em fechar, enquanto lacrimejam tristemente sob o olhar indiferente do gestor.

Enquanto as novas técnicas chegam, o mundo digital vai se impondo e as demissões acontecem em um clima de temor que toma conta do coletivo e os faz questionar: “por quê?” A réplica que esclarece e não satisfaz: “são as novas tecnologias que impõem cortes e diminuição de gastos”. É comum encontrarmos multinacionais de diferentes setores que demitem seus trabalhadores de forma massiva, em especial quando a crise — criada por eles próprios — não atinge a ascensão de lucratividade desejada.

Cada vez mais, exige-se um tipo de trabalhador que tenha tantas competências e habilidades, que mais parece tratar-se de um super-homem. São exigências que afetam a identidade profissional, instaurando insatisfação coletiva e conflitos entre os pares, o que, de certa forma, engendra novas disputas geradoras de tensões e rupturas que podem desembocar no desmoroamento do

Eu, à medida que naturalizam e internalizam o discurso empresarial. Considero que o neoliberalismo, no contexto da reestruturação globalizada, favorece a decomposição do caráter e até inibe, bloqueia, segrega e exclui os trabalhadores tanto em seus locais de trabalho quanto socialmente. E neste contexto, como sentimos e somos afetados?

Sabemos que os afetos constituem variáveis importantes para definirmos um estado de bem-estar. E em uma conjuntura em que se vivem incertezas e múltiplos medos, transpassados por insegurança, na qual prevalece o controle e a disciplinarização do corpo, falta de reconhecimento e desvalorizações, recriminações e constrangimentos, a dúvida toma conta do coletivo, transtornando seu estado de ânimo, causando sofrimento. Aqui, estamos diante de uma anomia, que gera paixões tristes ou alegres, indicadas por Espinosa (Ética III), são indicadores da vida-viva e vivida pelos trabalhadores. De maneira que os trabalhadores expressam afetos de falta de autonomia e criatividade, esfacelamento e liquidez do companheirismo e laços fraternos, competitividade e individualismo, geradores de desrespeito, sensação de vazio e de inutilidade.

Até que ponto estar doente é coisa de ‘sua cabeça’?

O assédio laboral ou a violência moral constitui uma forma desumana de excluir o diferente — aquele que não se submeteu às normas, que questiona o instituído, que participa de atividades sindicais, que faz amizades e fortalece laços de camaradagem —, quebrando a “harmonia” produtiva, que não aceita as falcaturas e sequer faz parte de ações desonestas, apesar dos convites, promessas ou ameaças para calar. Neste contexto, não é difícil compreender o adoecer.

As relações que se constituem na negação do outro e se sustentam no abuso de poder, intolerância, desconfiança, mentiras e indiferença, não podem ser geradoras de alegria, prazer e respeito mútuo. Mas, de infelicidade e doenças, de submissão e passividade, de tristeza e desgaste que impõem sofrimento, como relatam os trabalhadores/as.

Eu estou péssimo! Sinto uma depressão muito grande... porque eu vou a médico e cada um fala uma coisa...outro fala que uma

doença causada pela idade.... O outro, que é de minha cabeça. Vários falam... e cada um dá um resultado... E nunca chegam a falar o que é que eu tenho realmente. Nenhum reconhece que essa doença eu peguei na empresa (Homem, 38 anos).

Antes de entrar nessa firma onde eu trabalho... eu tinha muita saúde e hoje eu me encontro sem poder trabalhar na empresa e sem poder fazer os meus afazeres... Se essa doença é uma doença que para a medicina não tem cura... então agente se sente abatido... por saber que leva consigo um problema que os médicos... a medicina.... Não tem jeito! (Mulher, 35 anos).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016) reconhece que a globalização e as mudanças tecnológicas têm transformado padrões de trabalho e de emprego, muitas vezes contribuindo para intensificar o estresse relacionado ao trabalho. Acrescenta que os altos níveis de desemprego, em particular na ausência de medidas adequadas de proteção social, também podem ter consequências indesejáveis para a saúde mental dos trabalhadores. É o que nos contam os trabalhadores:

Meu problema é igual a todo o pessoal. Eu também fui demitida doente. O médico da empresa só falava que para mim sarar eu tinha que trabalhar... que era uma doença de minha imaginação e que não tinha remédio. Aí eu fiz uma cirurgia num mês e quando foi dois meses depois, tive que fazer outra. Fiquei um mês afastada. Quando voltei para trabalhar, voltou tudo novamente. Aí eu voltei no médico e ele falou que não podia fazer mais nada! Que paramim sarar eu tinha que sair do serviço! Parar de trabalhar. Pedir demissão (mulher, 45 anos).

Agente fica cansado... ninguém respeita... ninguém reconhece a doença.... É só empurrando daqui para lá... até que ele nos demite doente (homem, 35 anos).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019), nos próximos anos existirão mais pessoas com transtornos mentais, como depressão, ansiedade e estresse. Exatamente estes trabalhadores têm de duas a três vezes mais risco de perder o emprego. Mas, o que ocorre que tantos adoecem? Por que há tantos trabalhadores estressados e adoecidos? Os casos de transtornos são recorrentes, caracterizados por episódios depressivos

constantes, ansiedade, pânico e transtornos de adaptação, entre outros, e que resultam de um sofrimento imposto. Apesar desse reconhecimento, não é coincidência que ainda persiste entre muitos profissionais de saúde, em especial aqueles ligados as empresas e corporações de saúde, a culpabilização do trabalhador em seu próprio adoecer, como muitos trabalhadores relatam. Não podemos esquecer que essas humilhações e constrangimentos são praticados na “vida cotidiana” e dimensionados a partir de uma relação dialética entre o extraordinário e o ordinário, entre o comum e o excepcional, entre o particular e o genérico (HELLER, 1980)

Por conseguinte, ao refletirmos sobre o adoecer dos trabalhadores e as condições de trabalho a que estão submetidos, os fatores comuns que aparecem em todos os adoecidos são a “intensificação do trabalho” associada à pressão generalizada para produzir cada vez mais e humilhações direcionadas a eles quando adoecem. Não podemos esquecer que a violência no meio ambiente do trabalho constitui um problema social e acompanha toda a história da humanidade. Contudo, é no final do século XX e primeiras décadas do século XXI que encontraremos uma maior incidência de doenças, mortes, lesões e traumas físicos sem falar nos agravos mentais, emocionais e espirituais relacionados ao trabalho.

O quadro de adoecimentos e mortes coloca a necessidade de uma atuação multiprofissional e intersetorial para todos os envolvidos se quiserem combater de frente a violência laboral. Lembrando que os afetos esta diretamente relacionados ao contexto social que emergem. Devemos nos esforçar para pensar em banir a violência moral dos locais de trabalho. O que não podemos é partilhar do imaginário da inevitabilidade e da falta de controle. Da incapacidade dos gestores e profissionais que deveriam valorizar a vida humana e de cada trabalhador em particular. Cabe aos gestores monitorar as ocorrências, conhecer a organização do trabalho e dar o acolhimento imediato sem culpabilizações, bem como tentar compreender o que desencadeou os atos de violência e pensar estratégias de eliminação dos riscos psicossociais. De maneira que é imperativo que a empresa se responsabilize pela capacitação dos seus gestores e profissionais da saúde, e reconheça que o adoecer tem relação direta com as múltiplas exigências e sobrecarga de trabalho.

Referências

ADORNO, Theodor. Ensaio sobre a Psicologia Social e Psicanálise, São Paulo, Editora UNESP, 2015.

BARROS, João Otávio de Almeida. Assédio Moral Acidentário: a violência no ambiente de trabalho e os reflexos na saúde do trabalhador. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Botucatu, UNESP, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva, 2016

DAMÁSIO, António. O erro de Descartes: Emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia de Letras. 1996

DEJOURS, Christophe. A Loucura do Trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

DELEUZE, Gilles. Espinosa: Filosofia Prática. São Paulo, Editora Escuta, 2015.

_____. Espinosa e o problema da expressão. São Paulo, Editora 34, 2002.

_____. Espinosa e os signos. Portugal: Rés Editora, 1970

GAULEJAC, Vicent. Gestão como doença social. Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo, Editora Ideais & Letras, 2007.

HELLER, Agnes. Teoria de los sentimientos. Barcelona: Editorial Fontamara, 1980.

IAFELICE, Henrique. Deleuze devorador de Spinoza: teoria dos afectos e educação. São Paulo, EDUC, FAPESP, 2015

MINAYO, Maria Cecília. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde

MINAYO, M. C. S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Orgs.). Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p. 13-22.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011

SOUZA, Edinilsa Ramos e MINAYO, Maria Cecília (Orgs.). Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde,

2005.

SPINOZA, Baruch. Tratado de la reforma del entendimiento. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

SPINOZA, Baruch. Princípios de filosofia de Descartes. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

SPINOZA, Baruch. Pensamientos metafísicos. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

LA TAILLE, Yves, OLIVEIRA, Marta Khol, DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo, ed 15:Summus, 1992.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Workplace Stress: A collective challenge, 2016. Acessado em 15/03/2020. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_466547.pdf.

OXFAM BRASIL. Nós e as desigualdades. Percepções sobre desigualdades no Brasil São Paulo, Editoração: Brief Comunicação, 2019

PONCZEK, Roberto Leon. Deus, ou seja, a natureza: Spinoza e os novos paradigmas da física. Salvador, EDUFBA, 2009

SCHEIDEL, Walter. Violência e a história da desigualdade. Da idade da pedra ao século XXI. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

VIGOTSKI, Liev Semionovich. Psicologia pedagógica. Buenos Aires: Alina Baruj, 2001

A dimensão política da não violência

José Carlos de Oliveira

Nota introdutória

As estratégias não violentas de combater a violência¹, podem, às vezes, cair no irenismo, isto é, podem tornar-se meios de “pacificar”, fugir ou até camuflar os conflitos étnicos, de gênero ou religiosos, as lutas entre as classes e os jogos de poder. Entretanto, a não violência pode ser também uma forma alternativa de enfrentamento e resolução de conflitos, que busca evitar o uso da força bruta. Desde o século V antes da era cristã, podemos localizá-la no campo ficcional. Aristófanes (445-385 a.C.), com a peça *Lisístrata*, mostra a iniciativa de mulheres atenienses para acabar com a guerra e seus efeitos devastadores: a redução da população e o enorme dispêndio aos cofres públicos. A estratégia não violenta foi uma greve de sexo.

Considerando o disposto, o objetivo do capítulo será demonstrar que a estratégia não violenta pode se tornar plausível em nosso atual contexto sociopolítico, marcado pelo ressurgimento de discursos religiosos fundamentalistas, neoconservadores e alinhados com a economia de mercado. Neste sentido, serão consideradas três estratégias: a Teologia da Libertação (TdL), a não violência ativa de Gandhi e a espiritualidade política de Foucault.

A TdL será tratada pelo viés das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, até o final da década de 1990, procuravam organizar as lutas populares de resistência não violenta às injustiças perpetradas por um Estado que, defendia de forma violenta, o projeto econômico neoliberal. O crescimento de alguns grupos religiosos neopentecostais, diretamente proporcional ao declínio

1 A violência será abordada como impulso agressivo, que se manifesta através do uso extensivo ou intensivo da força física ou por meio das armas, com o intuito de subjugar, ferir ou matar quem estiver na posição de “inimigo”.

das CEBs, endossou o projeto neoliberal e reforçou as contra-estratégias de libertação. Dentre estes grupos neopentecostais, destaca-se a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que, para propagar seu discurso pragmático, utilizou duas teologias: a da prosperidade e a do domínio. A teologia da prosperidade prega a felicidade e o usufruto dos bens materiais aqui e agora e a teologia do domínio busca projeção sociopolítica via eleição dos membros para cargos públicos como estratégia para derrotar o mal (DANTAS, 2013).

A não violência ativa de Gandhi está presente em toda manifestação contra a exploração dos pobres. Gandhi propõe uma crítica ao modelo democrático ocidental, partindo principalmente do aspecto afetivo-volitivo da não violência e de suas múltiplas expressões.

A espiritualidade política de Foucault parte da mesma premissa: não violência, crítica às imagens pré-fabricadas do sujeito e valorização da dimensão afetiva como fator de transformação do sujeito e das organizações sociopolíticas.

Comunidades eclesiais de base: CEBs e o movimento pentecostal

Na década de 1990, fui morar na Zona Leste de São Paulo, na região de Sapopemba, nas proximidades do Parque Santa Madalena, Jardim Planalto e Fazenda da Juta. Ali, participei das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de outros movimentos que surgiram da mesma raiz: romarias da terra, movimentos de moradia e comissão de justiça e paz. Em comum a estas várias iniciativas, estava a luta pela transformação da realidade sócio-histórica, tão fortemente marcada pela opressão das classes populares. Era uma luta contra a política econômica neoliberal, enquanto justificativa à violência no campo, à violência urbana do mercado imobiliário, que obrigava pobres a ocuparem espaços insalubres e zonas de proteção ambiental, à violência da má distribuição de renda e à violência da discriminação racial e de gênero.

As CEBs, dentro deste contexto fortemente marcado pela injustiça estrutural, eram a expressão mais concreta e notória da Teologia da Libertação (TdL) que, por sua vez, tinha como objetivo específico romper com os universais abstratos de matriz europeia e colaborar com o pensamento crítico emergente na América Lati-

na, desde a criação da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (Cepal), na década de 1940, e da teoria da dependência e do desenvolvimento, nos anos 1960. A TdL procurava conjugar teoria e prática e produzir um discurso que não estivesse dissociado de um viés ético-político², caracterizado pelo combate à desigualdade social e pela desconstrução ideológica, que tornava irreversível e “natural” o “destino” dos pobres: “morrer a morte lenta da pobreza ou a morte rápida da violência”.

A TdL constrói seu discurso a partir da pobreza, do sofrimento e da esperança das classes populares e se posiciona politicamente contra todas as formas de opressão.

A libertação é correlativo de opressão e injustiça, que persistem na forma de um distanciamento maior e sempre mais inumano entre ricos e pobres, na forma de conflitos bélicos e na forma de imposição de culturas comerciais estrangeiras (SOBRINO, 1990, p. 62).

Dentro desta perspectiva, as CEBs produziram um campo de resistência aos vários dispositivos³ que se opunham às reais transformações sócio-históricas. A utilização do método “Ver, Julgar, Agir” e as análises de conjuntura trouxeram um avanço no processo de conscientização e nas estratégias de organização pelos direitos dos trabalhadores, através do fortalecimento das lideranças populares. Entretanto, este projeto de educação política da base não foi suficiente para barrar o crescimento da miséria e da violência, sobretudo no início do ano 2000. Convém sublinhar que esses dois fatores, embora sejam concomitantes, não podem ser vistos como interdependentes.

De acordo com Gabriel Feltran, a miséria sozinha não é a principal causadora da violência. Para existir em escalas cada vez mais amplas, a violência requer a intersecção de três fatores: a desigualdade abissal, os vários mercados ilegais, principalmente os relacionados com as drogas e o roubo de veículos e o encarceramen-

2 Enrique Dussel afirma que esta dimensão ético-política da TdL foi relevante desde os seus primórdios, a partir da obra de Gustavo Gutierrez, Juan Luis Segundo e J.B. Metz. Antes de ser apenas um discurso sistemático, a TdL pretendia ser um instrumento de apoio na luta contra as injustiças e pela transformação social, econômica e política, pois compreendia que, sem estas mudanças estruturais, os pobres não alcançariam uma vida mais digna e justa (DUSSEL, 1994, p. 123).

3 Compreende-se dispositivo como o “conjunto dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder... Conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos variados grupos sociais” (AGAMBEN, 2014, p. 37).

to em massa dos pequenos operadores destes mercados (FELTRAN, 2018, p. 146). O ingresso no mundo do crime, por um grande número de jovens moradores de periferias das grandes cidades, pode ser visto como um fenômeno de reação ao processo de exclusão. Estes atores pertenciam à população formada pelos mais pobres entre os pobres, que, por meio de atividades ilegais, combatiam a frustração perante mudanças sociopolíticas que tardavam a chegar.

Outro modo de reagir ao processo de exclusão, causado pela injustiça estrutural, ocorreu pelo movimento neopentecostal (DANTAS, 2013). Com a expansão das igrejas evangélicas, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus, os deserdados da sociedade encontraram possibilidade de mudar de vida. Ao contrário das CEBs, que insistiam no processo de conscientização e na resistência às opressões macroestruturais, o discurso neopentecostal, baseado na teologia da prosperidade e na leitura fundamentalista da Bíblia, oferecia uma oportunidade aqui e agora. A recompensa não viria em longo prazo, através dos mecanismos político-legais, porém pelo ingresso na igreja. A partir desta adesão, a condição de vida se tornaria menos precária e a possibilidade de acesso a bens de consumo aumentaria, sensivelmente. Este viés individualista convive, paradoxalmente, com a mobilização política proposta pela IURD, o que torna a igreja de Edir Macedo, “um fenômeno político-religioso atípico e contraditório” (DANTAS, 2013).

A guisa de exemplo, atente-se para um programa recente da Igreja Universal, intitulado Universal nas Forças Policiais (UFP), que mostra, em vídeo institucional, sua proposta de combater problemas sociais e emocionais de policiais, tais como depressão, ansiedade, fobias e ideias suicidas — sintomas esses causados pelo uso excessivo da violência no trabalho de manter a ordem social. A UFP promove palestras a policiais e familiares sobre temas ligados à corrupção, ética, drogas, estrutura familiar e educação. Nesses encontros, há “estudos bíblicos”. De acordo com Plínio Teodoro, o programa já atingiu quase um milhão de pessoas e, com ele, a Igreja Universal pretende “recrutar” agentes das forças armadas e da segurança pública para criar um exército pronto a agir em nome da fé.⁴ O uso da violência, mais que um poder conferido pelo Estado,

4 TEODORO, Plínio. Igreja Universal cria seu exército particular com “recrutamento” de PMs. Revista Fórum, 19 jan.2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em 03 fev.2020. Sobre este assunto, pode conferir também artigo de BALLOUSSIER, Ana Virgínia e ARCANJO, Daniela: Universal se une a quartéis e amplia sua atuação com policiais. São Paulo: Folha de São Paulo, 09 fev.2020.

corre o risco de ser justificado como tarefa missionária autorizada pelo próprio Deus.

Com efeito, se no projeto das CEBs havia uma proposta da inculturação, o discurso do respeito à pluralidade e à diversidade, nesta (i)lógica pentecostal, o que se observa é a disseminação de estratégias racistas. Não se trata apenas do ódio inter-racial, pois, conforme salienta Foucault (2010), o espectro racista é mais amplo e opera via estratégias de desqualificação de atores que se afastam da ideologia dominante. Para impedir o avanço de indivíduos e grupos considerados perigosos, legitima-se o uso sistêmico da violência e do direito de matar. Dentro desta lógica perversa, matar nem sempre significa, *pari passu*, assassinar diretamente o outro, mas expor à morte lenta e gradual indivíduos e grupos ou multiplicar riscos de morte, inclusive através de mecanismos como cassação de direitos, expulsão de territórios e segregação política e cultural (FOUCAULT, 2010, p. 215-216).

Convém ressaltar, ainda, que este mecanismo, baseado em discurso e práticas racistas, produz também uma afetividade racista, cuja manifestação fundamental é o ódio, que pode ser de dois tipos: passional ou instrumental. O ódio passional traduz sentimentos de medo, exasperação e raiva com relação aos excluídos; o ódio instrumental, por sua vez, constitui-se de ações estratégicas, cálculos e métodos capazes de produzir laços sociais perversos, que podem se transformar em uma verdadeira máquina de extermínio dos que são classificados como “massa sobrando” (PEIXOTO JÚNIOR, 1998).

A gradativa ascensão da violência e do ódio contra os pobres, concomitante à desarticulação das CEBs e ao avanço do pentecostalismo, vieram ao encontro dos interesses internacionais, principalmente dos EUA, em seu delírio imperialista de combater o crescimento de ideias socialistas na América Latina. Para Noam Chomsky, em entrevista ao ativista Abel Collins, os Estados Unidos desenvolveram inúmeras estratégias para derrotar a Teologia da Libertação e as CEBs, oferecendo, inclusive, treinamento para oficiais militares da América Latina na Escola Kennedy de Guerra Contra a Insurgência (NASSIF, 2013).

Após esta breve memória histórica das CEBs, com seu projeto de resistência popular e transformação sociopolítica, to-

mando-se o atual contexto de polarizações e o crescimento das ações violentas de um Estado, que é constitucionalmente laico, porém está, cada vez mais próximo, ideologicamente, do discurso religioso neopentecostal, convém retomar a questão central do nosso capítulo, tematizada na possibilidade de combater a violência estrutural utilizando-se de formas não violentas. Trazemos à baila, a seguir, duas categorias estruturantes que, assim como propõem as CEBs, articulam instâncias da religião e da política com parâmetros diferentes da atual conjuntura: a não violência ativa de Gandhi e a espiritualidade política de Michel Foucault.

A não violência ativa: Gandhi

Para Gandhi, a violência (*himsa*) leva a uma oposição da força pela força, do ódio pelo ódio, concorrendo para a degradação do tecido social. A não violência (*ahimsa*), por sua vez, concorre para a justiça social, pois não se trata de impotência ou de uma resistência passiva, porém de uma ação transformadora das relações. Trata-se a não violência como “revolução”, iniciada com a decisão de não se aderir a qualquer agenda ‘golpista’ que tenha por meta conquistar o poder. A não violência é “um programa de transformação das relações terminando numa transparência do poder” (MERTON, 1967, p. 52).

Neste sentido, a não violência se afasta do que é tácito ou camuflado, pois a falta de transparência tende a construir muros de proteção ao redor do indivíduo ou de grupos, produzindo a alterofobia, expressão utilizada pela antropóloga Teresa San Roman para designar o medo do que é diferente e estrangeiro. Ao contrário do medo, gerador de passividade, a não violência é sempre ativa:

A não violência consiste em uma luta contra o mal mais ativa e mais real que a da lei do talião⁵, cuja natureza própria é desenvolver, com efeito, a perversidade [...] Busco neutralizar a espada do tirano, não trocando-a por um aço melhor, através de uma resistência que escapará à sua força (GANDHI, 2011, p. 93).

5 A lei do talião consistia na seguinte máxima: “olho por olho, dente por dente”. Contra esta prática institucionalizada da violência, pautada na vingança, Jesus apresenta outro critério baseado na resistência ativa à violência: “se alguém te fere na face direita oferece-lhe também a esquerda” (Evangelho de Mateus, capítulo 5, versículo 38).

Com efeito, o medo, o ódio e a covardia constituem os principais inimigos da não violência ativa, pois além de favorecerem o desejo de vingança, também podem induzir a uma falsa compreensão de não violência como inação. Ao contrário da impotência, a não violência está referida à atitude de não cooperação com qualquer regime ou doutrina capaz de degradar indivíduos e grupos. A não violência entrará em ação toda vez que houver uma recusa ou não conviência com exploração e opressão. Ela expande-se à medida em que se expande o processo de identificação com pessoas que sofrem injustiças. Deste modo, Gandhi põe em xeque a democracia ocidental por causa de dois fatores: por ser sustentada pela violência e por não prover a proteção dos empobrecidos. Pela não violência ativa o rosto fascista deste modelo de governo, baseado na violência, é desnudado (MERTON, 1967, p. 80).

Sobre a não-violência ativa, convém salientar, ainda, que é o oposto a um conjunto de ideias ao qual as pessoas devem aderir de forma mecânica, pois, antes de tudo, a não violência é uma qualidade mais afetiva que intelectual, o que significa dizer que a não violência é uma paixão capaz de apresentar uma contraposição e uma alternativa ao fetichismo da violência⁶. “Sem uma cooperação cordial do espírito, a observação puramente exterior da não-violência não será mais que uma máscara nefasta. Não chegamos ao estado perfeito senão quando o espírito, o corpo e a palavra estiverem convenientemente coordenados” (GANDHI, 2011, p. 96).

Faz-se mister esclarecer que, embora seja uma paixão, não é uma força cega, contudo exige o concurso da razão, o que pode ser observado na citação anterior, a respeito da ação conjunta do corpo, do espírito e da palavra. Embora possua uma dinâmica afetiva fundamental, a não violência possui também um caráter racional e, de acordo com Gandhi, um estatuto científico. Noutras palavras, a não violência atinge as várias esferas da vida pública e privada, da economia e da política, porque perpassa as três dimensões do ser humano: o pensar, o agir e o sentir. De outro modo não seria possível atingir o fim último da não violência que é a *satyagraha*, isto é, a Verdade (GARCIA, 1995, p. 76).

A não violência ativa e a busca pela verdade conseguem combater o fetichismo da violência, porque desvelam o caráter

⁶ Gandhi afirma, ad littera, que “a violência é um fetiche” (MERTON, 1967, p. 48).

parcial, limitado e frágil de suas várias faces, inclusive, aquela que pretende naturalizar a exploração e a morte dos pobres. Somente quando houver uma mudança qualitativa na vida dos pobres, das condições menos dignas para condições mais dignas, pela igualdade econômica, então o fetichismo da violência será finalmente superado.

A igualdade econômica é o fecho da abóbada da independência não violenta. Trabalhar pela igualdade econômica leva a abolir o eterno conflito entre o capital e o trabalho. Para operar um tal nivelamento, deve-se, de um lado, levar a justas proporções a fortuna de alguns ricos, em cujas mãos se encontram concentrados quase todos os recursos da nação e, de outro lado, elevar o nível destes milhões de homens quase mortos de fome e que nada tem para vestir (GHANDI apud GARCIA, 1995, p. 92).

A espiritualidade política: Michel Foucault

Foucault trata a espiritualidade política como uma forma de exercício do poder, isto é, como um modo de ação sobre as ações dos outros. Ao contrário das relações de violência, cujo objetivo é fechar o horizonte das possibilidades, minar as resistências e promover a passividade, o poder está relacionado, necessariamente, com o princípio da atividade, com o efeito que as ações de uns exercem sobre os outros (FOUCAULT, 2009).

A expressão “espiritualidade política” foi criada por Foucault após visita ao Irã, durante levantes populares ocorridos entre setembro de 1978 e fevereiro de 1979. Este movimento, mais tarde chamado de Revolução Iraniana, não pode ser compreendido como uma mera reação à modernização, pois seu objetivo era a transformação do modelo de organização sociopolítica de matriz ocidental. Havia uma reivindicação por outra forma de governo que não reproduzisse o dualismo entre vida moderna e vida arcaica, entre valores religiosos e critérios técnico-científicos. Aspecto importante da revolução era a não violência.

Em texto escrito ao jornal *Corriere della Sera*, Foucault assinala: “Há 10 meses que a população se opõe a um regime que está entre os mais armados do mundo e a uma política entre as mais temidas. Isso com as mãos nuas, sem recurso à luta armada, com uma obstinação e uma coragem que imobilizam o exército: pouco a pouco, ele se congela e hesita a atirar” (FOUCAULT, 2013, p. 242).

Outra característica singular desta insurreição, orquestrada pela quase totalidade da população, era a seguinte: partia de um substrato religioso para articular uma vontade política. A utilização de um vocabulário religioso, por parte dos revolucionários iranianos, foi estratégica, pois era uma linguagem reconhecida por todos e, naquele momento histórico, era a única capaz de expressar o desconforto geral. Ao reivindicarem a instauração de um governo islâmico, em hipótese alguma defendiam a entrega do poder nas mãos do clero xiita, no entanto tratava-se de constituir um novo governo, a partir de ideal diametralmente oposto à obediência cega às leis ou ao dogmatismo religioso, no qual a principal característica deveria ser a busca criativa de parâmetros gerais.

Quando os iranianos falam do governo islâmico, quando sob ameaça de balas, eles gritam na rua, quando rejeitam, em seu nome, as transações dos partidos e dos políticos, sob risco de um banho de sangue talvez, tem outra coisa na cabeça, que não essas fórmulas em toda parte e em parte alguma. E outra coisa no coração. Eles pensam, creio, em uma realidade próxima deles, visto que são, eles próprios, os atores (FOUCAULT, 2013, p. 234).

Christian Laval, em consonância com Foucault, afirma que havia uma espiritualidade embasando a Revolução Iraniana e que esta não se coadunava com nenhum viés pietista ou qualquer tipo de fanatismo, todavia estava relacionada com a capacidade do sujeito de se autotransformar.

[Espiritualidade] pode ser entendida como a possibilidade de se insurgir a partir da posição do sujeito que lhe foi fixado por um poder político, um poder religioso, um dogma, uma crença, um hábito, uma estrutura social [...] é a possibilidade de tornar-se outro [...] a vontade radical de alteridade em relação a si mesmo (LAVAL, 2019, p. 134).

Era uma espiritualidade política por dois motivos. Em primeiro lugar a revolta foi capaz de reunir nas ruas 15 milhões de pessoas, que, em uníssono, reivindicavam algo de interesse comum. Segundo porque, via manifestação⁷ pública, o sujeito era

⁷ A palavra manifestação deve ser tomada em sentido estrito porque, neste caso específico, traduz o modo como um povo, incansavelmente, torna manifesta a sua vontade (FOUCAULT, 2013, p. 283).

“deslocado, transformado e transtornado da sua posição” (FOUCAULT, 2019, p. 21). A subjetividade emergente não seria mais submissa a um modelo pré-fabricado, pois, de agora em diante, seria expressão de uma experiência libertária.

Ao tornar-se outro com relação a si mesmo o sujeito inaugura uma relação diferente com a própria vontade, que, a partir desse movimento, torna-se a base de sustentação de uma afirmação e de uma recusa. Afirmação de um projeto comum tornado possível pela prática da insurreição e recusa de obedecer a qualquer estrutura política, jurídica, militar, religiosa ou a “qualquer coisa” que se tornasse um obstáculo para esta mudança radical na existência. “A vontade é talvez essa coisa que, além de todo cálculo de interesse e mais além, do que há de imediato no desejo [firma] para o sujeito a sua própria posição” (FOUCAULT, 2019, p. 84).

A “vontade de espiritualidade” é compreendida a partir da busca de uma experiência capaz de mudar a perspectiva vigente na direção de algo totalmente diferente e não determinado à priori. Noutras palavras, trata-se de uma vontade radical de alteridade, que “reaparece em estado nu sob os escombros das grandes esperanças revolucionárias” (FOUCAULT, 2019, p. 34). De acordo com Foucault, a vontade se constitui como “ato puro do sujeito” (FOUCAULT, 2019, p. 84). Por meio dela, o sujeito é capaz de arriscar tudo, até a própria vida, na busca do devir.

“Se queremos viver de outra maneira, se queremos mudar de vida, é preciso se expor ao risco de morte. Pois o que opõe ao quadro normativo e ao poder constituído, é uma vontade de viver de outro modo, um desejo de pensar de outro modo” (LAVAL, 2019, p. 123).

A Revolução Iraniana escapa a alguns campos de análise, pois ainda persiste “um medo do que nela há de irredutível” (FOUCAULT, 2019, p. 70). Ainda existe uma dificuldade de aceitar algo que não pode ser reduzido a uma única explicação, algo que fuja às mãos de ferro de uma racionalidade unilateral, que por sua vez só se mantém pelo uso massivo da violência.

Nota conclusiva

As práticas de resistências encetadas pelas CEBs, pela não violência ativa de Gandhi e pela espiritualidade política de

Foucault endossam a vertente revolucionária que procura romper o que Martín Baró chamou de “espiral da violência”⁸ e Bader Sawaya denominou de “sofrimento ético-político” (SAWAIA, 1999). Estas estratégias não fascistas demonstram que é possível superar a resignação, o medo e outros afetos que desmobilizam a luta por novas formas de subjetivação, novas maneiras de relacionar saber e poder e novos jeitos de habitar o mundo.

Embora possuam um lastro religioso, estratégias de ação não violentas, abordadas neste capítulo, não estão circunscritas ao campo religioso, pois seu objetivo é atingir outras esferas da vida social. Diferente do uso político do discurso religioso, utilizado por alguns grupos neopentecostais, como a IURD, as CEBs, a não violência ativa de Gandhi e a espiritualidade política de Foucault apresentam outras correlações entre política e religião, sobretudo porque descartam, a priori, qualquer ranço teocrático ou fatores de alienação, capazes de impedir a emergência do potencial crítico dos excluídos.

Neste sentido, a não violência como estratégia política, estará presente em todas as iniciativas pela transformação da realidade injusta e opressora. Mais que irenismo ou pacifismo, a não violência acena para as lutas por reivindicação de direitos, para afirmação de potências contra hegemônicas e para o surgimento de novos sujeitos históricos. Trata-se de movimentos que ocorrem na contramão da história dos vencedores. A não violência resgata, deste modo, outra etimologia do termo religião. Enquanto “re-ler”, isto é ler de novo, reler, revisar, a religião aponta para uma perspectiva política-libertadora e ratifica a bela expressão de Walter Benjamin, “é preciso reler a história a contrapelo”.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O amigo & o que é um dispositivo? Trad Vinícius N. Honesko. Chapecó/SC: Argos, 2014.

BALLOUSSIER, Ana Virgínia e ARCANJO, Daniela: Universal se une a quartéis e amplia sua atuação com policiais. São Paulo: Folha de São Paulo, 09 fev.2020.

⁸ Para Martín Baró, algumas formas de violência produzem outras formas de violência. “Quando iniciada, a violência desencadeia um processo que, uma vez colocado em marcha, tende a crescer e a se autonomizar de suas raízes históricas. Ao romper com este ciclo, rompe-se também com a própria estrutura geradora da violência”. (MARTINS e LACERDA JR., 2014).

DANTAS, Bruna S. do Amaral. Psicologia Política das Religiões: uma análise dos símbolos e ideologias da Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista de Psicologia Política*, v. 13, n. 28, dez. 2013. Disponível em: <http://www.Pepsic.bvsalud.org>. Acesso em 21 abr. 2020.

DUSSEL, Enrique. Teología de la liberación y marxismo. In: ELLACURÍA, Ignacio e SOBRINO, Jon. *Mysterium Liberationis: conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación I*. Madri: Editorial Trotta, 1994, p. 115 – 144.

FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Portocarreiro e Gilda Gomes Carneiro, 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão, 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Repensar a política*. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Ana Lúcia P. Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução iraniana*. Trad. Lorena Balbino. São Paulo: n-1 edições, 2019.

GANDHI, Mahatma. *Cartas ao ashram*. Trad. Rachel de Andrade Campos. São Paulo: Hemus, 2011.

GARCIA, Maria Cristina. *A paz: as contribuições de Gandhi para a crise do mundo atual*. São Paulo: Navegar, 1995.

LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. In: FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução iraniana*. Trad. Lorena Balbino. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MARTINS, Karina e LACERDA JR., Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência. *Revista de Psicologia Política*, v. 14, n. 31, dez. 2014. Disponível em: <http://www.Pepsic.bvsalud.org>. Acesso em 09 fev.2020.

MERTON, Thomas. *Gandhi e a não violência: textos selecionados de Mahatma Gandhi*. Trad. Walter Warnke. Petrópolis/RJ: Vozes, 1967.

NASSIF, Lourdes. O exército dos EUA ajudou a derrotar a Teologia da Libertação. Disponível em: <http://www.jornalggn.com.br>. Acesso em 06 fev.2020

PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Afeto e discurso racista. Revista latino-americana de psicopatologia fundamental, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 10 ago.2019.

SAWAIA, B. Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 97-118.

SOBRINO, Jon. Os seis jesuítas mártires de El Salvador. São Paulo, Loyola, 1990.

TEODORO, Plínio. Igreja Universal cria seu exército particular com “recrutamento” de PMs. Revista Fórum, 19 jan.2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em 03 fev.2020.

A pesquisa ação-participante como um enfrentamento à violência na(s) cidade(s)

*Flávia R. Busarello
Juliana Berezoschi*

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre duas pesquisas ação-participante (PAP) que foram realizadas no mesmo território: a cidade de Blumenau, localizada em Santa Catarina, caracterizada por sua germanidade e pela Oktoberfest, festa conhecida por ser tradicionalmente alemã. Essa cidade possui uma política identitária que enfatiza a ascendência germânica de seus sujeitos, à qual ancora certas características como ordem e trabalho, e exclui deste patamar as demais etnias e identidades existentes no local. Assim a cidade se torna um grande espetáculo para o turista e demais pessoas que aí transitam, “as cidades turísticas germânicas são feitas de imagens, presas em pequenas ilhotas por onde o turista passa. Cidades dentro da cidade.” (FLORES, 1997, p. 63).

Entende-se que as cidades não são apenas os prédios, ruas, casas, mas um espaço que se movimenta, se move e se transforma, está em metamorfose, “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente” (CALVINO, 2003. p. 11). É no enlace de concreto, ruas, simbologias e corpos que as duas pesquisas acontecem; e assim como um farol em meio a um nevoeiro conduz os navegadores, as autoras, tendo como farol a teoria dos afetos de Baruch Spinoza, uma vez que os afetos permitem a compreensão das relações entre os corpos, procuraram entender como a práxis da PAP pode ser resistência e enfrentamento às ações geradas pela composição das diversas violências sutis e silenciosas vivenciadas pelos corpos indesejados daqueles que vivem na cidade de Blumenau/SC.

O presente capítulo aborda a violência como aquela que se dá no cotidiano de forma silenciosa e sutil, caracterizando-se por produzir e gerar nos sujeitos, que são corpo/mente, as ideias inadequadas (SPINOZA, E III). Essas são compreendidas por Spinoza (E III, Prop. 1) como da ordem do primeiro gênero do conhecimento, pertencem à imaginação. São as imagens que criamos daquilo que nos afeta nos encontros, e não há controle nosso sobre a criação dessas imagens. As imagens que formamos através do campo sensorial são confusas e rasas, não sabemos as causas do que sentimos, mas sentimos seus efeitos sobre nós. É nesse ínterim de olhares e falas reprodutores de preconceito, experienciadas pelas participantes, que a sutil violência ocorre.

Essa violência é produzida em um contexto urbano e acomete os corpos indesejados nesse espaço, porque “[...] la violencia que se ejerce en nombre de lo absoluto es quizás la más aterradora” (ALVARO, 2017, p. 118). O absoluto nesse sentido refere-se ao modo e normas de viver blumenauenses, que escancaram a germanidade predominante. A partir disso nos perguntamos: como encontrar potência em meio ao nevoeiro da violência? Esse nevoeiro que mantém e produz ideias inadequadas nesses corpos/mentes cotidianamente. É o modo como se deve viver, retrata a figura de uma pessoa com as características fiéis aos seus antepassados alemães: branco, trabalhador, com casa própria e jardim na frente, carro na garagem e cumprindo seu papel de pai ou mãe de família. Esse é o único curso possível para qualquer criança que desta família ali nasce. O que deve cumprir horários e as proformas de um cidadão típico de Blumenau. A ação dessa violência dita aqui como silenciosa e sutil isola o sujeito, e impossibilita as formações do comum, tornando assim o (re) existir nesse espaço uma forma de enfrentamento.

As duas pesquisas foram realizadas na cidade de Blumenau, sendo que uma ocorreu junto de um grupo de travestis que vivem nesse território, e a outra com um grupo de mulheres indígenas que migraram para essa cidade há mais de cinco anos. Em se tratando do primeiro, durante a pesquisa com Ashley, Rihanna e Ághata¹ foi possível não somente conhecer suas histórias, mas também as singularidades de suas vivências na cidade a partir

1 Os nomes foram escolhidos pelas participantes durante a pesquisa.

do encontro na pesquisa que se somaram às suas lutas diárias. O coletivo dessas três mulheres travestis foi formado por sentirem a necessidade de um espaço no qual pudessem abranger suas demandas, que eram distintas do movimento LGBT na época de sua formação. Essas mulheres, ao contrário da grande maioria das travestis brasileiras, não são trabalhadoras sexuais, o que não as distancia da violência a que a maioria delas está exposta diariamente. Desde muito novas são excluídas dos espaços de sociabilidade, seja da escola ou do mercado de trabalho.

No caso da segunda pesquisa aqui mencionada, as mulheres indígenas que vivem em Blumenau há mais de cinco anos, Vaiká e Tchului, migram para a cidade procurando a realização dos seus sonhos, vinculados a trabalho e estudo. As duas indígenas não se conheciam, e foi durante a pesquisa ação-participante, através de cafés e participação em rodas de conversas, que essas mulheres se conheceram e se reconheceram em suas histórias, compostas por alegrias e tristezas profundas. Juntas, procuraram na cidade um local de potência e de possibilidade de serem indígenas sem o sentimento de vergonha, conhecendo outras mulheres indígenas com as atividades realizadas pela PAP.

É entendido que a pesquisa ação-participante e a teoria dos afetos de Spinoza são um farol para a práxis psicológica; a partir disso, é possível olhar para a afetividade dos sujeitos e seus encontros, pois os

[...] considerarei também as afeições humanas, tais como o amor, o ódio, a cólera, a inveja, a soberba, a piedade e os outros movimentos da alma, não como vícios, mas como propriedades da natureza humana: maneira de ser que lhe pertencem como calor e o frio, a tempestade e o trovão e todos os meteoros que pertencem à natureza do ar. (SPINOZA, *Trat. Político* Cap I § 4).

É nesse ponto que as duas pesquisas se encontram — o seu farol é o mesmo, os afetos. A busca por esses se dá em Blumenau, uma cidade que se utiliza de uma maquiagem de germânica e loira. Sob a figura de “Fritz e Frida” produz, de um lado, o ideal “corpos brancos/loiros”, e por outro trata de esconder os imperfeitos e disfarçar as irregularidades, agindo tanto em vias institucionais como nas relações sociais. Desse modo que caracterizamos a

violência sutil e silenciosa como geradora de ideias inadequadas, visto que segundo Spinoza as ideias adequadas têm as propriedades de uma ideia verdadeira (Spinoza, E II, Definições). Ou seja, o filósofo holandês explica que as ideias inadequadas de nossos afetos diminuem a potência de ação à medida que, com as ideias adequadas, o sujeito age; e nas ideias inadequadas, necessariamente padece (SPINOZA, E III, Prop 1).

Nesse caso, a violência sutil cotidianamente provoca ideias inadequadas nos sujeitos, utilizando para isso diversos meios: mídias, narrativas, políticas públicas etc.; através desses instrumentos a cidade produz a normatização do que deve existir, o germânico, e o que não deve ser lembrado, o não germânico. Partindo dessa concepção de violência e de uma práxis orientada para as emoções, compreendemos o sujeito como corpo/mente, pois “[...] a mente e o corpo são uma só e mesma coisa, a qual é concebida ora sob atributo do pensamento, ora sob o da extensão” (SPINOZA, E III, Prop 2).

As pesquisadoras se propõem a compreender os afetos — aos quais estamos condenados a sofrer — e a variação de potências como causa dos encontros com as sujeitas das pesquisas. Nesse sentido, encontram-se os afetos não como separados da razão, mas como constitutivos dela. Sawaia lembra que “Espinosa apresenta uma concepção de ética não contingente a retóricas e variações culturais, bem como não transcendente ao homem, mas imanente a ele, constituindo-se, portanto, em um irredutível humano.” (SAWAIA, 2008, p. 151). Somente pelo conhecimento das causas daquilo que nos afeta é possível chegar à razão. Portanto, durante a pesquisa, as autoras não buscaram ignorar emoções e sentimentos, mas tentaram compreender como estes surgiam a partir das vivências durante a ação de pesquisar.

Para tanto é relevante ressaltar que a cidade de Blumenau se caracteriza pelo conservadorismo presente desde o período do integralismo no Brasil (DOMINGUES, 2018). Formada por seus imigrantes alemães, seus costumes, organizados e regidos por uma sociedade bem fechada e patriarcal, regeu formas e padrões de viver que são cultuados até os dias de hoje na cidade (FELLER, 2002). Esta forma de viver deveria estar em conformidade com a religião e o modelo de família baseados nos ideais da Alemanha do

século XIX. Isso implicava numa cobrança não só de si mesmo, mas também das pessoas de classe média no período de 1920-1960 na região do Vale do Itajaí, caso não estivessem de acordo com o modelo. Portanto, ao se tratar de sexualidade, o tema era restrito ao interior familiar, onde as regras impostas eram muito rígidas, principalmente no que se referia às mulheres da época (FELLER, 2002).

É nesse contexto que ambas as pesquisas ocorreram e que as autoras buscaram, em meio às turbulentas ondas de preconceito, navegar utilizando a pesquisa ação-participante (PAP) e a teoria dos afetos de Spinoza como um farol para uma práxis potencializadora desses corpos. O presente capítulo não pretende apresentar uma resolução à violência, mas, principalmente, lembrar que no caso desse território as ações foram norteadas ao enfrentamento das adversidades sociais e julgamentos que violentam os corpos não germanizados.

Pressupostos da Pesquisa Ação-Participante (PAP): um farol em meio ao nevoeiro

Em meio ao nevoeiro da violência cotidiana e sutil na cidade de Blumenau, manifestada através da germanidade explícita, coube às pesquisadoras adotarem práticas que destoassem dessa reprodução e, ao contrário, estivessem norteadas para o seu enfrentamento e para afetações de alegria. A escolha da pesquisa ação-participante (PAP) como método foi antes de mais nada uma escolha ética, visto que um de seus pressupostos é o de negar a condição da neutralidade da produção de conhecimento sobre as envolvidas na pesquisa. Pelo contrário, é compreender que na estreita relação que se forma entre pesquisadoras e quem participa da pesquisa, o conhecimento é construído, sendo impossível evitar que sentimentos e emoções componham o que foi tecido pelos saberes mútuos; “neste sentido não há possibilidade de se gerar um conhecimento ‘neutro’, nem um conhecimento do outro que não interfira na sua existência” (LANE, 2012, p. 18). Ou seja, em termos práticos, a manifestação de emoções e sentimentos durante a prática da pesquisa ação-participante é parte também do processo, da relação que se estabelece entre ambas, o que transforma essas subjetividades na interação dos encontros, pois

apesar de estarem inseridas na mesma sociedade a forma de experienciá-la é distinta.

O vivenciar e experienciar é se afetar e ser afetado. Desse modo, se não há como desprezar emoções e sentimentos entre as envolvidas na pesquisa (pesquisadoras e os dois grupos de mulheres pesquisadas), também não há como se abster do compromisso social, por parte de quem pesquisa, com a realidade das envolvidas. É necessário portanto compreender que a relação estabelecida entre ambas pode ser tanto reprodutora como transformadora das condições sociais em que essas pessoas vivem. Isso, por sua vez, permite às pesquisadoras observarem essa realidade e pensar nas possibilidades de intervenção em conjunto com as participantes, parte inerente da prática da PAP. Dito de outra forma, a PAP permite a pessoas envolvidas observarem e narrarem o modo como vivem, seus conflitos e problemas, e juntas planejarem possíveis soluções, executá-las e alterá-las conforme o desenvolvimento da pesquisa. Por isso, a constante reflexão sobre o tipo de conhecimento produzido nesta prática busca não reproduzir saberes alienantes, opressivos ou autoritários, que contribuam para o sofrimento das participantes. Pelo contrário, é no intuito de contribuir com a busca de liberdade que o conhecimento é constituído (SAWAIA, 1998).

A pesquisa ação-participante também procura uma transformação na forma de viver o território, em virtude de

A desigualdade social se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação. Essa depauperação permanente produz intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônica na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração. Bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, rompendo os nexos entre mente e corpo, entre as funções psicológicas superiores e a sociedade. (SAWAIA, 2009, p. 369-370).

Dessa forma, um dos elementos-chave da PAP são os afetos. A partir do momento em que o farol são os afetos, também se compreende, conforme já anunciado pelo filósofo holandês, que a ética está nas afecções que o nosso corpo produz a partir dos encontros vividos:

A diferencia de aquellos proyectos éticos que entienden la autonomía como una independencia tanto de la sociedad como del «comercio» de los sentidos y proponen una vida ensoledad, la ética spinoziana implica una relación estrecha con la vida social como único medio para el perfeccionamiento del ser humano (MARCÍN, 2008, p. 138).

Spinoza, ao tratar dos afetos, em sua obra *Ética*, não buscou julgá-los, mas compreendê-los de modo que estes são tanto capazes de diminuir ou aumentar a potência dos sujeitos para a ação. Isso quer dizer que a partir dos encontros a nossa *conatus* é aumentada ou diminuída: “o corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor” (SPINOZA, E III, Post.).

Por isso, entendemos que na PAP há tanto o corpo do pesquisador como dos participantes da pesquisa, vivenciando e provocando afecções durante os encontros, uns aos outros, portanto

[...] neste processo deve ser considerada como uma relação inerente ao fato estudado, sendo que o pesquisador é também objeto de estudo e análise tanto por ele próprio como pelo pesquisado. Nesta perspectiva não é possível dissociá-lo pois ele também é parte material da realidade em estudo, e quando a sua atuação, a sua presença é analisada não o é em termos de evitar “vieses” ou de se atingir uma objetividade, mas sim de captar a não-neutralidade como manifestação de um processo que se está procurando compreender em toda a sua extensão (LANE, 1992, p. 46).

A partir de uma visão não cartesiana de corpo/mente, mas sim de um sujeito de potência em ato, tanto pesquisador como participantes da pesquisa são sujeitos protagonistas. Não há uma hierarquia, mas um compromisso social com os bons encontros e com a produção de afetos alegres entre os envolvidos, pesquisador e mulheres das duas pesquisas aqui relatadas. Em se tratando da violência sutil e silenciosa, qual seria o maior enfrentamento do que uma risada fruto da alegria?

Sawaia (1989, p. 60) afirma que a PAP é um “estilo de pesquisa que se desenvolveu mais na prática militante do que na

prática acadêmica”, possuindo um caráter político. Ao caminhar em meio ao nevoeiro da violência sutil e silenciosa, a PAP, norteadada pela produção de alegria, entendendo esses afetos como uma paixão em que a mente passa a uma perfeição maior (Spinoza, E III), torna-se um enfrentamento ético-político contra os afetos tristes e ideias inadequadas fruto das práticas sutis desse tipo de violência.

Alegria,
*Era o que faltava em mim,
Uma esperança vaga,
Eu já encontrei,*

(Cartola, Alegria)

Relatos de campo: seguindo o farol

Os princípios da historicidade, processualidade, dialeticidade, não dicotomia entre o singular e o coletivo, multideterminação do ser humano, interdisciplinaridade, não neutralidade científica e comprometimento social são as linhas condutoras da pesquisa ação-participante (PAP) (LANE, 1992).

Para Vigotski (1999) a compreensão do processo de desenvolvimento é importante, por isso, quando se estuda um fenômeno é necessário estudar como ele se constituiu e quais são as transformações que provoca. Isto quer dizer que, para se conhecer a formação de um grupo e o processo grupal, deve-se compreender esse processo a partir de uma perspectiva histórica que considere a inserção desse grupo na sociedade, assim como os fatores econômicos, institucionais e ideológicos (LANE, 1992).

Para tanto, a PAP permite às pesquisadoras captar os sujeitos e o grupo em seu processo, na constituição, ao compreender que estão em constante formação, pois inseridos em uma sociedade, agindo conforme as determinações deste contexto, são mediados pelas relações sociais e internalizadas de forma diferente por cada ser humano.

As pesquisadoras precisam estar em um constante processo de descolonização, pois possuem tanto a capacidade de

afetar como de serem afetadas, e por isso precisam se observar para não reproduzir normativas sociais dominantes. Compreendendo isso, a pesquisa se torna um processo de aprendizado, tanto para a pesquisadora como para as participantes. Freire já falava sobre esses aprendizados na pesquisa:

Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento (FREIRE, 1999, p. 36).

Para tanto, *na pesquisa com as mulheres indígenas que vivem em contexto urbano* foi escolhida a fotografia como forma de trabalhar a movimentação do povo originário na cidade e na Terra Indígena, as conversas em formato digital através do *WhatsApp* e entrevistas individuais que visam recuperar a memória histórica da migração, bem como ter acesso à história desses sujeitos, além de inúmeros encontros regados a cafés e sucos com conversas informais em uma cafeteria que se tornou local dos nossos encontros. Tudo o que se passou durante a pesquisa foi registrado em diário de campo, tanto as conversas como as afetações vivenciadas.

Por não serem vistas ou tratadas como um “objeto de pesquisa”, dentro de uma hierarquia, as mulheres indígenas foram reconhecidas e chamadas como pesquisadoras-informantes e participaram na construção das análises, debatendo as decisões da pesquisa. Seguiu-se um pressuposto de horizontalidade nos encontros vivenciados por todas, e também uma responsabilidade ético-política com os sujeitos envolvidos, tanto pesquisadora como pesquisadoras-informantes. Sendo assim, para além dos registros das afetações sobre as pesquisadoras-informantes, a movimentação e os afetos da pesquisadora também foram considerados para a execução dessa PAP e registrados em diário de campo.

A pesquisa ação-participante também demonstra a importância da vivência dos sujeitos envolvidos e reafirma a condição de Homem em Movimento (LANE, 1992), ou seja,

os sujeitos se transformam durante a pesquisa. Os encontros vivenciados para além da cidade de Blumenau dão possibilidades de pensar em ações de enfrentamento à violência sutil e silenciosa que não existem nesse local, em especial a existência de um espaço para o povo indígena partilhar afetos, cuidado e acolhimento dentro de uma cidade que zela pelo rótulo de “cidade alemã”, um espaço comum na cidade loira. Essas vivências, para além da cidade loira, demonstram a importância da expansão de horizontes, pois é nesses encontros que reside a capacidade de ver além do que está posto na materialidade de Blumenau, ou de questioná-la.

E com este tempo que não seria Kronos², mas um tempo do corpo/mente e dos afetos, a pesquisa foi feita por trocas de vivências reais e afetivas, enlaçadas pelo vínculo entre as mulheres presentes que tinham a vontade de construir algo diferente na cidade loira.

A cada encontro fomos nos potencializando e abrindo espaço para mais intimidades e aprendizados³.

Assim os encontros que aconteceram durante a PAP também foram potencializadores, e construímos juntas a metodologia e as atividades que compuseram a pesquisa. Nossas conversas eram feitas tanto de forma presencial em Blumenau, como através do *WhatsApp* quando a pesquisadora estava em São Paulo – o que permitiu manter a comunicação e a troca de informação. Ao final também foi feito um grupo de *WhatsApp* de indígenas na cidade de Blumenau, que tinha como princípio a troca de informação e a formação de uma rede de apoio.

A pesquisa já estava acontecendo e cada vez que as aguardava no café era uma mistura de ansiedade e nervosismo, pois ansiava para saber o que mais iríamos fazer.

Através da PAP, foi alterado o caráter histórico que permeia o discurso e o contexto da cidade loira de Blumenau, demonstrando uma forma política da pesquisa, pois a história oficial enfatiza somente o homem branco alemão, e durante a PAP o foco era potencializar a voz dessas mulheres indígenas.

2 Kronos é um deus grego do tempo; esse termo fala do tempo quantificável. O panteão era complementado por Kairós, o tempo oportuno, e Aion, o tempo do longo prazo.

3 Trechos do diário de campo. Utilizamos o formato do itálico para demonstrar os trechos dos nossos diários de campo.

Sei que continuei sendo branca, tanto que em muitos momentos elas pediam licença para mencionar algo do branco, porém a relação era de afeto, o espaço era de partilha, onde trocamos nossa opinião.

A utilização do recurso da fotografia foi algo espontâneo e afetivo, talvez pelo vínculo ou pela praticidade da imagem, mas aconteceu de forma natural e acabou se tornando algo prazeroso e muito significativo no processo da PAP, pois “quando uma pessoa direciona a câmera fotográfica para determinado objeto, símbolo, evento, pessoa ou lugar, em resposta a uma pergunta, e capta esta imagem através da fotografia, naquele instante ela passa a mostrar algo de si” (NEIVA-SILVA e KOLLER, 2002, p. 248). A partir disso, todas as fotografias possuem um conteúdo que não seria possível captar de forma verbal, mas apenas através da imagem. Por isso a prática da fotografia traz à PAP um recurso que vai além do verbal e também se enlaça com a memória — pois a imagem é discurso e memória.

Por isso, a fotografia não foi usada somente com as trocas de informação e momentos, mas também para registrar nossos encontros. Após cada café fazíamos uma foto, que depois foi socializada entre nós em um “Café com Pizza” (BUSARELLO, 2017). A pesquisa ação-participante pressupõe que algo seja construído junto com os sujeitos, mas esta pesquisa também visou instrumentalizar o povo indígena na cidade loira, por isso construímos juntas uma cartilha que compila leis sobre os povos indígenas, informações e endereços eletrônicos que eles podem usar para procurar auxílio para a vida no contexto urbano. A cartilha foi impressa e entregue para as participantes, e também foi disponibilizada online.

A pesquisa ação-participante desenvolvida juntamente com as mulheres travestis foi realizada a partir de itinerários do coletivo transfeminista, pois tanto pesquisadora como participantes circularam nos diferentes espaços pela cidade. Os itinerários foram os locais em que os encontros foram possíveis, onde os corpos dessas mulheres afetavam, mas também elas foram afetadas de diferentes formas.

A constituição da trajetória desse coletivo foi registrada em diário de campo, de modo que os afetos também foram

componentes desses registros. Acompanhando-se o movimento das integrantes da pesquisa nos espaços pela cidade, foi possível escutar essas mulheres de modo que mesmo *sendo uma mulher branca cisgênera, foi possível repensar qual lugar nossos corpos podem ou não ocupar. Assim como também permitiu repensar que tipo de conhecimento é produzido pelas Ciências Humanas sobre os gêneros feminino e masculino.*

Para realizar a pesquisa, foi necessário retirar o véu dos estigmas que distorce a visão sobre esses corpos entendidos em grande parte como promíscuos, vulgares e proibidos de existirem. Isso requer da pesquisadora o compromisso com a realidade que as participantes vivem de modo a não julgar suas atitudes, mas tentar compreendê-las.

O vínculo pré-existente entre as participantes e a pesquisadora foi intensificado durante a pesquisa, o que não quer dizer que atrapalhou as investigações, pelo contrário, foi a partir dos encontros permeados pela afetividade que ambas foram afetadas. Essas afecções (sentimentos e emoções) permitiram construir a processualidade da pesquisa, as ações posteriores, quando “o que acontece com um, afeta o outro” (SAWAIA, 2009, p. 365).

Para tanto, foi necessário compreender os sentidos produzidos pelo significado do que emergia em cada encontro, a partir da base afetivo-volitiva. O que implicou em compreender as diferentes manifestações da linguagem pajubá⁴, utilizada por elas, e práticas de bons encontros que ao longo da pesquisa fortaleceram a relação já existente, como por exemplo conversas informais com cafés em suas casas, as viagens para cidades vizinhas, a participação da pesquisadora como coordenadora de campanha de uma delas à candidatura para deputada estadual e os encontros no Festival Internacional de Teatro Universitário da cidade.

Por esses caminhos, foram construídos os itinerários da pesquisa, tudo anotado no diário de campo, assim como entrevistas e observações constante de todas as etapas, mesmo daquelas que não estavam planejadas, foram refletidas conjuntamente. A partir disso, a utilização de meios de comunicação como *WhatsApp* e

⁴ Linguagem utilizada pelas travestis - de origem africana da língua iorubá-nagô - indicando relação entre a comunidade e religiões de matriz afro-brasileiras combinada à experiência de vida dessas pessoas podendo ter diferentes significados.

Skype facilitou a continuação nos momentos em que a pesquisadora não estava presente. O projeto Cidadania T foi idealizado por elas e como uma de suas primeiras ações foi realizado em parceria com a universidade o Seminário de Inclusão Social Trans, o que proporcionou conhecer mais algumas outras mulheres travestis e perceber as nuances do sofrimento ético-político Trans.

A pesquisa ação-participante como enfrentamento à violência

Manoel de Barros, em seu poema *O livro sobre o nada*, escreve que “a terapia literária consiste em desarrumar a linguagem a ponto que ela expresse nossos mais fundos desejos”. Podemos dizer, parafraseando o poeta, que a pesquisa ação-participante consiste em desarrumar o sujeito, virar os afetos do avesso, de tristes para alegres, a ponto que eles se expandam-se potencializem.

Com isso, é possível afirmar que o farol da teoria dos afetos e da PAP nos guia também ao enfrentamento da violência social, que é composta pela violência sutil e silenciosa, que se caracteriza pela dialética da exclusão/inclusão social:

Exclusão e inclusão são dois pólos do processo de inserção social injusta: o morador excluído do direito de usufruir os bens e serviços da cidade onde mora é incluído pela subjetividade e intersubjetivamente, através da “participação imaginária” ou “cidadania sublimação” (SAWAIA, 1995, p. 22).

A partir disso, ter a teoria dos afetos de Baruch Spinoza juntamente ao método de PAP como um farol, em meio ao nevoeiro da violência sutil, é também compreender a importância dos afetos alegres, pois o sujeito é potência em ato — *conatus* — e por isso Spinoza explica que “por alegria compreenderei daqui por diante, uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor” (SPINOZA, E III, Prop 11, Esc). Alegria é expansão do *conatus* e tristeza é diminuição dessa potência. Por isso, afetos alegres são ações e afetos tristes são padecimentos, conforme o filósofo explica em sua obra. É nesse enlace que o enfrentamento se dá, pois a produção de afetos alegres nos corpos indesejados é a resistência.

Nesse cenário, fica evidente como as emoções são o radar ético dos sujeitos (SAWAIA e SILVA, 2015), pois a forma como sou afetada pelo outro e o afeto decorrente disso é a denúncia dessa relação, quando essa é violenta ou provocadora de afetos tristes. Spinoza traz os afetos, até então da ordem do erro, demonstrando a potência ética deles. Por isso, não há como falar da violência sem falar dos encontros vivenciados: lembrando que o sujeito é corpo/mente e segundo o filósofo holandês o corpo é memorioso e guarda as marcas de seus encontros (SPINOZA, E III). Nesse caso, a PAP com base spinozista não é apenas um método de pesquisa, mas também uma forma de enfrentamento à violência sutil e cotidiana dos sujeitos. É por meio da práxis desse método que corpo/mente são afetados mutuamente nos encontros e se modificam. Ou seja, se ocorrem encontros alegres, as variações do ânimo são potencializadas para a ação, o que só é possível com outro corpo.

Portanto, a PAP pressupõe a formação de comuns, a união dos corpos para aumentar a potência, isso se dá porque:

Se duas pessoas se põem de acordo e unem suas forças, mais elas podem juntas e, conseqüentemente, mais direito têm do que cada uma delas tinha por si só na natureza, e quanto mais numerosos forem os homens que tiverem posto suas forças em comum, mais direito também terão eles todos em conjuntos. (SPINOZA, TP, Capítulo II, §13).

O comum proporciona — os afetos alegres — o maior enfrentamento à violência sutil e cotidiana, visto que é nessas formações que a potência é aumentada. Os bons encontros enlaçam a existência do sujeito, mudando seus afetos, virando-os do avesso. Nesse sentido, “o comum, portanto, é ideia política, um princípio político no sentido de ordenar, comandar e reger toda a atividade política, que se contrapõe ao individualismo triunfante da pós-modernidade” (SAWAIA, 2018, p. 35).

Para isso, as ações da pesquisa ação-participante agem no cotidiano e nos encontros, como no exemplo das conversas regadas a café, que produzem outros afetos nos corpos. Através dos encontros proporcionados pela PAP, as pesquisadoras-informantes eram afetadas de diferentes formas do que a cidade de Blumenau usualmente as afetava. E com isso um afeto de

vergonha de ser indígena muda para vergonha de ter tido vergonha (BUSARELLO, 2017).

A despeito dos afetos tristes sentidos por Ashley, Rihanna e Ághata nos maus encontros, encontraram na união o fortalecimento para buscarem estratégias de enfrentamento ao preconceito, assim como também a resistência por meio das alternativas que encontraram, como a performance social e as atividades realizadas durante a trajetória da pesquisa. As possibilidades por meio da universidade, da moda e da política subsidiaram a potência coletiva para a ação. O que antes seria impossível, já que cada uma, em sua individualidade, sentia medo e vergonha de sair na rua ou de ser violentada fisicamente. Enfrentar é existir, sorrir, cultivar afetos alegres, e além de tudo, em se tratando dos corpos vistos como indesejáveis, é resistir perante a violência silenciosa que os acomete diariamente nos territórios, nesse caso Blumenau, que selecionam o que é permitido viver nesses espaços.

O farol ilumina o nevoeiro, da mesma forma que os afetos lançam a luz aos encontros, e com isso as ideias inadequadas mudam, e os afetos viram do avesso, de tristes para alegres. A transformação dos afetos modifica a potência da mente de pensar, logo, passando do padecimento à ação; nesse sentido, o corpo marcado pelas afecções dos bons encontros é capaz de compor com outros corpos que são de mesma natureza. “A imaginação (inseparável da emoção) aparece como processo psicológico fundamental para que o desenvolvimento adquira seu caráter de atividade revolucionária” (SILVA e SAWAIA, 2015, p. 356).

Portanto, a práxis deve ser norteada para a ação, não reação, agindo no cotidiano dos sujeitos e marcando seus corpos, sendo sua causa adequada, potencializando-os e mediando caminhos — *que possamos compor mais com os demais corpos, para a construção de comuns e diminuição da individuação. Lembrando o que o poeta Lindolf Bell⁵ já dizia, “o homem não é ilha, mas partilha”, que possamos partilhar; talvez, desde o início, seja esse o intuito dessas linhas que não desejam finalizar, mas sim continuar.*

⁵ Lindolf Bell, poeta catarinense nasceu na cidade de Timbó, em Santa Catarina. Como esse capítulo tratou de Blumenau, optamos por trazer as palavras desse autor, também catarinense, para compor com as nossas.

Referências

ALVARO, Daniel. La violencia de la relación. In: TONKONOFF, Sergio. La pregunta por la violencia. Buenos Aires, Argentina: Pluriverso Ediciones, 2017.

BEREZOSCHI, Juliana. “Eu continuo (sobre)vivendo, mas é isso?”: análise psicossocial da formação de um coletivo transfeminista da cidade de Blumenau-SC. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BUSARELLO, Flávia Roberta. “Minha cor não é branca, minha cor não é negra, minha cor é canela”: análise psicossocial da vivência urbana dos Xokleng/Laklãnõ na cidade loira de Blumenau/SC. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.

DOMINGUES, Ana Carolina Carvalho de Souza. Territórios de lazer LGBT em Blumenau. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

FELLER, Nívia. A influência da família e da escola na formação do comportamento das mulheres da elite e da classe média do Vale do Itajaí/SC entre 1920 e 1960. 2002. 102f. Dissertação - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC, 2002.

FLORES, Maria B. R. Oktoberfest: turismo, festa e cultura na Estação do Chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FREIRE, PAULO. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LANE, Silvia. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S.T.M. & CODO, W. Psicologia social: o homem em movimento. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MARCÍN, Luis Ramos-Alarcón. El concepto de ingenium en la obra de Spinoza: análisis ontológico, epistemológico, ético y político.

2008.- Tese (Doutorado em Filosofia). Universidad de Salamanca, Salamanca, 2008.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. *Estud. psicol.*, Natal, vol. 7, n. 2, p. 237-250, 2002.

SAWAIA, Bader; SILVA, D. N. H. Pelo Reencantamento da Psicologia: Em busca da positividade epistemológica da imaginação e da emoção no desenvolvimento humano. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 35, n. Especial, p. 343-360, out. 2015.

SAWAIA, Bader. Afeto e Comum: categorias centrais em diferentes contextos. In: ALBUQUERQUE, R. SAWAIA, B. B. BUSARELLO, F. R. Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018, p. 29 -36

_____. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. São Paulo em Perspectiva, vol. 9, n.2, 1995.

_____. Pesquisa ação participante – a práxis científica com vocação política. *Enfoque*, São Paulo, n. 17, página, set., 1989.

_____. “Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social”. *Psicologia & Sociedade*; vol. 21, n. 3, p. 364-372, set/dez. 2009.

SPINOZA, Baruch de. *Tratado Político*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009.

_____. *Ética*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Juventude negra: acolher, fortalecer e (re)existir

Marcos Antonio Batista da Silva

Introdução

O foco principal deste artigo é a juventude, em especial a juventude negra. Ao se inserir no universo dos estudos das relações raciais e situar o assunto no campo da Psicologia Social no Brasil é possível apreender que essa temática se integra há muito tempo o campo de estudos da Psicologia no Brasil — final do século XIX e início do XX (Escola Nina Rodrigues). Os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues [...] possibilitaram a formulação de um modelo psicofísico de explicação sobre as deficiências do negro brasileiro e sobre as consequências sociais da manutenção do convívio com essa raça” (SANTOS et al., 2012, p. 169). O período entre 1930 e 1950 foi marcado pela introdução da Psicologia no ensino superior e pelo debate sobre a construção sociocultural das diferenças e da desconstrução do determinismo biológico de raças.

Na década de 1990 é retomada a discussão de maneira crítica sobre o legado social do “branqueamento” e de seus efeitos psicológicos sobre a identidade racial da população negra (SANTOS et al, 2012). Nos anos 2000 identifica-se uma produção que dá ênfase à violência psicológica do preconceito e do racismo, ao monitoramento dos efeitos das políticas e dos programas de promoção de equidades étnico-raciais, bem como a estudos sobre desigualdades de gênero, raça, idade e classe. Nas palavras de Sawaia (2003), “o sofrimento ético-político é gerado por práticas econômicas, políticas e sociais que variam de acordo com as variáveis dominantes (uma ou mais de uma) no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe” (p. 56).

Observa-se que a Psicologia passa a focalizar “o negro” não mais como objeto da ciência, mais sim como agente produtor de sua história (SCHUCMAN e MARTINS, 2017). Nesta direção é

importante destacar a contribuição de Frantz Fanon, embora a formação do autor seja psiquiatria. Fanon (2008) estabeleceu um interessante diálogo com a Psicologia. Em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) discutiu sobre as consequências psicológicas da colonização e dos processos de descolonização. A obra “é um importante instrumento de combate útil nos desdobramentos contemporâneos que a luta antirracista assume” (KAWAHALA e VIVAR, 2010).

Para Fanon (2008), “o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir” (p. 95). É importante destacar que a Psicologia está cada vez mais comprometida com o combate ao racismo e visando uma formação antirracista (CARONE e BENTO, 2002; LEMOS et al., 2017; MARTINS et al., 2013).

Refletir sobre a produção e sustentação de desigualdades sociais, principalmente em se tratando da violência à qual a juventude negra está exposta, constitui um compromisso ético e político. Merecem destaque também trabalhos realizados no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São produções que buscaram compreender eixos de desigualdades de raça no contexto da educação brasileira, os quais permitem sustentar perspectiva de análise crítica e política para o campo de estudos das relações étnico-raciais na sociedade brasileira (Negri)¹. Neste contexto cita-se como exemplo o trabalho de Silva e Sawaia (2018), que discutiu sobre a influência familiar e a mobilidade educacional de alunos negros, homens e mulheres de pós-graduação no Brasil.

O estímulo ao acesso à educação superior (graduação e pós-graduação) é estratégia, não a única, de combate ao racismo e à desigualdade racial brasileira em três dimensões: na vida privada, oferecendo “ascensão social”, a si e aos seus descendentes; no plano dos direitos humanos e civis, ao legitimar o negro como produtor de conhecimento; no plano dos movimentos

1 O Negri (Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade) foi vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da PUC-SP por mais de duas décadas. Encerrou suas atividades no âmbito da instituição no ano de 2014, em virtude do falecimento de sua coordenadora, professora Fúlvia Rosemberg, uma pesquisadora feminista e militante dos direitos das crianças e dos bebês e da garantia dos direitos e das oportunidades na educação superior para a população negra.

sociais legitimando sua voz, jurídica e socialmente. Todas elas resultando em pressões às mudanças sócio-estruturais (SILVA e SAWAIA, 2018, p. 19).

Este trabalho nos inspirou a dialogar com três dimensões da exclusão social: objetiva, referente à desigualdade social; ética, referente às injustiças sociais; subjetiva, referente ao sofrimento ético-político produzido pela exclusão social (SAWAIA, 2013). Para Sawaia (2009), “todos temos o firme propósito de assegurar a presença da Psicologia Social na análise das questões sociais como um saber militante em nossas atuações em comunidade” (p. 365). A autora tem se debruçado sobre questões teóricas e empíricas, pautadas na dialética inclusão-exclusão social, a partir de uma perspectiva científico-acadêmica comprometida com a transformação social, marcando um avanço para os múltiplos diálogos na área da Psicologia Social (SAWAIA, ALBUQUERQUE e BUSARELLO, 2018).

Juventude: alguns aspectos fundamentais

Nosso sujeito em questão é o jovem. Vygotsky (1996) buscou compreendê-lo a partir de alguns aspectos fundamentais, sua inserção em um modelo global de sociedade e suas ideologias, isto é, na sua cultura, que também faz parte de sua constituição psicossocial. Dois fatores apontados pelo autor capacitam o jovem a sentir-se membro de sua classe social e dela participar: a vivência na sua comunidade, comungando de atividades e interesses, e o uso de conceitos que permitem conhecer essas atividades e interesses. Partilhando a ideologia de seu grupo, esses conceitos se desenvolvem dentro de uma determinada ideologia social. Vygotsky (1996) aponta para o pensamento do jovem como muito mais flexível do que na infância, com possibilidade de ser dialético. Mas nem sempre os contextos nos quais esse jovem se insere contribuem para o desenvolvimento do pensamento dialético, questionador, transformador.

Para Abramo (1994)

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona

a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável (p.1).

Abramo (2005) entende que é fundamental considerar, ao se pensarem as idades, as relações entre as dimensões culturais e biológicas, pois se há características universais dadas pelas transformações biológicas que acontecem numa determinada fase, a forma como cada sociedade e, no seu interior, cada grupo social representa essas transformações é muito diversificada. Para Dayrell (2003), construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica em considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante de acordo com as vivências dos sujeitos no seu contexto social. Entende-se que os jovens constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa uma única maneira de ser jovem.

Gomes e Laborne (2018), ao discutirem e analisarem um tempo-espaco de ciclo crucial para a continuidade da nossa vida em sociedade, a juventude, assinalam que “[...] violar o direito à vida da nossa juventude é condenar o nosso futuro à pena de morte” (p. 2). Dentre o grande leque de abordagens sobre o direito à vida da juventude brasileira, Gomes e Laborne (2018) tomam como foco de análise interrelações entre juventude e raça, e perguntam sobre a relação entre a garantia de direito à vida e a juventude negra. Questionam: “Como esse direito tem sido afetado pelo racismo? Será que a vida dos nossos jovens negros ao invés de ser garantida está sendo, na realidade, criminalizada? Há um extermínio da vida dessa juventude?” (IB., op. cit.). Nessa direção, indagam também sobre a preocupação da educação sobre tais questões (GOMES e LABORNE, 2018).

Souza Neto (2016), ao refletirem sobre a persistência de uma política de genocídio ancorada a políticas públicas e ao sistema de garantia de direitos voltado à criança e ao adolescente, assinalam que “se de um lado os direitos são resultado das lutas dos movimentos das camadas populares do negro [...] e da juventude [...], por outro lado, o mercado, os grupos dominantes e o próprio governo apropriam-se desses direitos a seu favor e em detrimento da população que deles necessita” (p. 122). Entende-se que essa

realidade se apresenta quando se analisam dados referentes à situação da população negra, em particular, de crianças, adolescentes e jovens (IPEA, 2019). “O racismo e o preconceito contra negros e afrodescendentes são orgânicos na realidade brasileira, impregnam toda a produção de certo conhecimento” (SOUZA NETO, 2016, p. 129).

Gomes e Laborne (2018), na esteira de Guerreiro Ramos (1957), frisa que o autor já nos alertava que o “problema do negro brasileiro” seria, na verdade, uma “patologia do branco”, e chamava atenção para elementos da branquitude que vão embasar o trato da questão racial no Brasil. Ramos (1957) se pronunciou diversas vezes defendendo o caráter indefinível não apenas das pessoas em geral, mas do próprio negro, como ser dinâmico e indecifrável. Esse é o sentido, por exemplo, de passagens como a seguinte, do ensaio *Patologia social do branco brasileiro* (1957), em que o autor distingue entre as categorias negro-vida e negro-tema.

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos (...). Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 171).

Gomes e Laborne (2018) assinalam que “o racismo é estruturante dos padrões capitalistas de apropriação/expropriação do trabalho, da terra e do conhecimento. E precisa ser superado. Ele se dá nas relações pessoais, nas instituições, está arraigado em nosso imaginário, práticas e nas estruturas sociais” (p. 2). Compartilha-se das reflexões dos autores no sentido de que enfrentamentos têm acontecido no universo da cultura, da música, da arte, e da educação antirracista.

Juventude negra, dimensões do racismo e da violência

Adota-se uma concepção de racismo que integra dimensões estruturais e simbólicas para a compreensão da produção e reprodução das desigualdades sociais (ESSED, 1991; GUIMARÃES, 2005). A discussão sobre o racismo institucional permite melhor percepção acerca de mecanismos de produção e reprodução das

desigualdades étnico-raciais. Para sua desconstrução, é necessária à implementação de políticas públicas, bem como seu monitoramento e avaliação (SILVA, 2017).

Estudamos, pois, o jovem negro e a diversidade sociocultural que o envolve. Há de se considerar, no entanto, a importância da educação no processo de formação da juventude, bem como a sua prática. No que se refere a educação de jovens nas sociedades contemporâneas, compreende-se que, quanto mais se articula o conhecimento frente ao mundo, mais jovens estudantes se sentirão desafiados a buscar respostas, e, conseqüentemente, quanto mais incitados, mais serão levados a um estado de consciência crítica e transformadora frente à realidade (LEMONS et al., 2017; TAKEITI e VICENTIN, 2019). Essa relação dialética é cada vez mais assimilada na medida em que educadores e estudantes se fazem sujeitos do seu processo.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e **afetivas** favoráveis para o ensino e para aprendizagens (BRASIL, 2004, p. 13, grifo do autor).

Vygotsky (1991) assinala que pensamentos são gerados por motivação, por desejos e necessidades, interesses e emoções. Assim, para entender o processo de aprendizagem de estudantes é necessário que se entenda a base afetiva construída a partir do entorno em que se vive. Alunos negros, em qualquer parte do mundo sofrem diversas situações de “humilhação”, tanto por colegas, como algumas vezes pelo próprio professor. Piadas e apelidos racistas são vistos como “brincadeiras” e ou apelidos “carinhosos” que reforçam o preconceito e o racismo (CAVALLEIRO, 2000).

Vygotsky (2001) frisa que a emoção é a reação reflexa de certos estímulos que são mediados a partir do meio sociocultural. “As emoções influenciam e diversificam o comportamento, portanto, quando as palavras são ditas com sentimentos agem sobre o indivíduo de forma diferente de quando isto não acontece” (EMILIANO e TOMÁS, 2015, p. 64).

E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta [...], a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato da gente ser preta (GONZALES, 1984, p. 234).

O racismo não é uma questão de afeto. Nas palavras de Gonzales (1984), “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica” (p. 228). A autora cita como exemplo, de maneira especial sobre a mulher negra.

A única colher de chá que dá prá gente e quando fala da “figura boa da ama negra” de Gilberto Freyre, da “mãe preta”, da “bá”, que “cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura” (p. 343). Nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente. Mas aí ele começa a discutir sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro (gente) prá chegar, de novo, a uma conclusão pessimista sobre ambos. (...). O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. (...) A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (GONZALES, 1984, p. 235).

Para Almeida (2019, p. 32), “o racismo é uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminaram em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. O racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. “O preconceito racial é o juízo baseado em estereotípicos acerca de indivíduos que per-

tençam a um determinado grupo racializado, e que pode resultar em práticas discriminatórias” (p. 32). Por sua vez, “a discriminação é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (IB.).

Nas palavras de Almeida (2019, p. 36), nos debates sobre a questão racial podem-se encontrar variadas definições de racismo e partindo dos seguintes critérios: relação entre racismo e subjetividade, relação entre racismo e Estado, relação entre racismo e economia. Ainda segundo o autor, o racismo, na concepção individualista, seria um “fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados, ou ainda seria um mecanismo uma ‘irracionalidade’ a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação da lei” (Almeida, 2019, p. 36). “A concepção individualista pode não admitir a existência de ‘racismo’, mas somente de preconceito, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política” (ID., op. cit.).

A concepção de racismo institucional, para Almeida (2019, pp. 37-38), não se resume a comportamentos individuais, “mas é tratada como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça”. Contudo, continua, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Vários autores têm se debruçado sobre os temas racismo e violência, bem como na interface com a juventude negra, a educação e as desigualdades sociais (ALVES, 2011; GOMES e LABORNE, 2018; SOUZA NETO, 2016). Nessa direção, gostaria de abordar rapidamente um pouco das dimensões de racismo e violência na sociedade brasileira. Gomes e Laborne (2018) compreendem a violência como “fenômeno multicausal” e discutem “o racismo como a macrocausa dessa situação, fruto da ideia de raça que se construiu desde os tempos coloniais no Brasil” (p. 1). Nas sociedades contemporâneas, o racismo institucional e as desigualdades sociais afetam diretamente trajetórias e oportunidades na vida de

jovens, sobretudo de grupos de jovens racializados (negros, indígenas, população Roma²), em particular no âmbito da violência.

O extermínio da juventude negra está envolto em uma causa perversa que permeia todas as outras aqui discutidas, a saber, o racismo que persiste em nossa sociedade desde os tempos coloniais. Essa perversidade se esconde na sua suposta invisibilidade, visto que, uma das artimanhas do racismo, no Brasil, é se esconder. Ora ele se esconde atrás da questão de classe, ora do Estado, ora da vulnerabilidade, ora da pobreza (GOMES e LABORNE, 2018, p. 12).

Gomes e Laborne (2018, p. 22) questionam: “Quais são as perspectivas políticas de libertação da juventude negra desse racismo estrutural, estruturante e exterminador?”. Para as autoras, essas perspectivas vêm da própria juventude negra.

Há um movimento novo no cenário protagonizado por esses jovens. A raça, usada e vista como fonte de extermínio pela sociedade, é por eles transformada e ressignificada como símbolo de afirmação, de luta e emancipação. Os cabelos crespos, as religiões de matriz africana, o mundo da cultura, da música, a entrada na universidade via cotas, o empreendedorismo negro e juvenil principalmente no mundo da comunicação e do design, são alguns dos espaços que têm sido tomados, hoje, pelos jovens negros e negras. Em todos esses espaços eles levam a denúncia: **Parem de nos matar** (GOMES e LABORNE, 2018, p. 22, grifo do autor).

Juventude, Sociedades Contemporâneas e Educação

Paulo Freire (1997) enfatiza que uma nova educação só poderá ser possível com uma profunda mudança da sociedade, da política, da ética, do cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. O tema juventude e educação apresenta-se na agenda das principais universidades e centros de pesquisa, que procuram responder a questionamentos e desafios emergentes de um mundo em transformação. Essa temática tem sido bastante discutida nas socieda-

2 Desde a década de 1970 tem havido uma crescente rejeição da palavra “cigano” como categoria para referir-se à população Roma ao ser considerada uma categoria de denominação externa, fruto do sistema de dominação racista (MAESO, 2019, p. 2039). Neste texto optei por utilizar a categoria Roma, na esteira de MAESO (2019).

des contemporâneas das últimas décadas, ampliando sua visibilidade e relevância (TAKEITI e VICENTIN, 2019; SPOSITO, SOUZA e SILVA, 2018; ROLDÃO, 2015).

Compreende-se que o racismo atravessa o sistema educacional por meio de práticas, discursos e ideologias. O processo de definição do que é saber e do que é conhecimento científico (e de quem é de fato o sujeito do conhecimento), na modernidade, é produzido a partir de uma branquidade que tem estabelecido padrões culturais e sociais em perspectiva civilizatória de sociedade. A branquidade, como expressão social e cultural hegemônica, no mundo ocidental, conforma traços de identidades de brancos e negros, igualmente. Para brancos, a branquidade incorpora traços de racismo, mesmo quando não conscientes, não manifestos ou reprimidos parecem ser esses traços. Para negros apresenta-se como uma barreira para a construção de uma identidade racial positiva: a negritude.

O espaço educacional em sociedades contemporâneas, com raras exceções, continua a ser um lugar de preservação de hierarquias raciais (CARONE e BENTO, 2002). A educação, em contextos como o da América Latina e mesmo na Europa, tem sido considerada historicamente como esfera crucial na luta antirracista, e a universidade cada vez mais tem sido espaço de resistência possibilitado e alimentado por conflitos e disputas que vão produzindo entendimentos de raça e antirracismo. Assim, consideramos fundamental refletir acerca dos marcos conceituais, discursos e práticas que vem sustentando ações do Estado e dos movimentos sociais em relação às políticas educacionais voltadas à inclusão de grupos racializados: negros, indígenas, e população Roma (ARAÚJO e MAESO, 2016; PEREIRA, 2019).

As práticas educacionais, como a construção do currículo, têm procurado desafiar o paradigma eurocêntrico através das diferenças representadas pelas experiências históricas de negros, indígenas e população Roma? No Brasil, no campo educacional, por exemplo, de um lado, políticas públicas foram implementadas visando ampliar o acesso da população negra e indígena às universidades (Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Políticas de ação afirmativa), tendo como desdobramentos o surgimento de coletivos negros, muitos criados a partir da in-

visibilidade da temática racial no currículo do ensino acadêmico, seja como disciplina ou transversal na grade curricular. De outro, o Brasil perpassa por dificuldades e desafios postos para a garantia e legitimidade de direitos educacionais e sociais, muitas vezes (des)legitimados por ausências de governos em cumprir políticas educacionais.

No Peru, a população afro-peruana tem buscado articular com o Estado ações a favor de seus direitos. De um lado, cita-se como exemplo o Plano Nacional de Desenvolvimento da População Afro-Peruana (2016-2020) e as estratégias que buscam visibilidade e contribuições culturais à promoção da participação política. Ressalta-se também o Censo Demográfico de 2017, no Peru, com categoria étnico-racial, além de outras ações, como a validação de Projeto de Lei contra o racismo e a discriminação racial, elaborado pelo Ministério da Cultura³, bem como iniciativas de combate à violência de gênero. No que se refere à juventude, em particular, estudos revelam que a taxa de acesso ao ensino superior de jovens afro-peruanos está em desvantagem em relação à média nacional (INEI, 2018). Com raras iniciativas de universidades particulares no Peru, a temática afro-peruana não consta em matrizes curriculares, em especial de universidades públicas, como sugere a pesquisa em desenvolvimento do projeto *Politics*⁴.

Em Portugal, nos últimos anos tenho participado de estudos sobre a temática das relações raciais, em particular da população negra na América Latina (Brasil e Peru) no contexto educacional no âmbito do *Politics*, que tem proporcionado aprofundar o conhecimento e o debate sobre o antirracismo em contextos europeus e latino-americanos. O estudo analisa como o racismo, enquanto sistema de opressão enraizado historicamente, está sendo desafiado por instituições e movimentos de base. Outro contexto que tenho participado consiste em realizar oficinas no âmbito do programa CES Vai à Escola⁵. A atividade visa contribuir para a divulgação de conhecimento nas áreas das Ciências Sociais e Humanidades, através da partilha de pesquisas acadêmicas e da promoção de debates, com jovens estudantes de instituições escolares portuguesas.

3 <https://www.gob.pe/institucion/cultura/noticias/24390-aprueban-proyecto-de-ley-para-prevenccion-eliminacion-y-sancion-del-racismo-y-la-discriminacion-racial>.

4 *Politics* - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas (ERC-2016-COG-725402).<https://politics.ces.uc.pt/>.

5 <https://www.ces.uc.pt/extensao/cesvaiaescola/>

As oficinas objetivam discutir sobre o imaginário e as representações sociais que os jovens fazem de diferentes profissões, além da inserção e/ou permanência na universidade, influenciam na escolha vocacional/profissional. Assim perguntamos: as escolas são lugares onde é possível aprender a planejar a vida e o futuro? É importante conversar sobre processos que envolvem a “escolha” de uma profissão? De um lado, há elementos de ordem subjetiva. De outro, questões objetivas que dificultam o processo, como a falta de oportunidades de acesso a cursos e profissões (SOUZA, 2014).

Como os estudantes imaginam o espaço universitário? Responder tais questões e equacioná-las, no entanto, não é tarefa fácil, sobretudo se tal desafio se realiza sem que jovens tenham espaços mediadores capazes de auxiliá-los na reflexão sobre desejos e visões de mundo e, ao mesmo tempo, de informá-los sobre o contexto social em que estão vivendo. Propomos discutir sobre o imaginário e as representações sociais que os jovens fazem de diferentes profissões; o curso e a profissão escolhida; a inserção e/ou permanência na universidade. “A Psicologia e outras áreas da ciência têm se dedicado ao estudo da adolescência, buscando avaliar a qualificação dos trabalhos profissionais com estes jovens e a compreensão dos ‘problemas’ sociais envolvendo a juventude” (BOCK, 2007, p. 64).

Nas sociedades contemporâneas entende-se que o racismo institucional afeta diretamente as trajetórias e oportunidades na vida, sobretudo de grupos de jovens racializados: negros, indígenas, população Roma. Para Almeida (2018), instituições estabelecem e regulamentam normas e padrões que devem conduzir práticas de sujeitos, conformando comportamentos, modos de pensar, concepções e preferências. Com base nessa ideia, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre grupos que desejam admitir o domínio da instituição (ALMEIDA, 2018, p. 30). Como instituições se relacionam com a presença de pessoas racializadas em diferentes posições e esferas de poder e influência? Quais esferas e trabalhos onde é provável ter pessoas racializadas? Ressalta-se que, nas oficinas realizadas, não observei a presença de alunos “negros” ou afrodescendentes.

Vale dizer que em Portugal não é realizada a recolha de dados estatísticos com base na raça, etnia ou cor de pele. Por isso o olhar do pesquisador recaiu sobre a heteroclassificação (atribuição de uma categoria étnico-racial a alguém, escolhida por outra pessoa). As discussões nas oficinas foram realizadas com estudantes brancos, o que implicou em uma discussão “limitada”. Ocorreu um silenciamento sobre a questão do racismo. Araújo e Maeso (2013) assinalam que:

[...] nos discursos políticos e no contexto educativo português, o racial se insere num jogo de in/visibilidades, sendo considerado como resultante da presença do “outro” da colónia e, logo, naturalmente irrelevante para a formação do espaço nacional-metropolitano e, de modo geral, para a formação da noção de “Europeidade”. [...] o racismo é interpretado como algo que sucede aos outros – etnoracialmente marcados – mas que não diz respeito ao que “nós” somos, um “nós” que, aliás, nunca é questionado (p. 145).

Por sua vez, Roldão (2015), ao investigar perfis e processos subjacentes a trajetos escolares bem-sucedidos de jovens de classes populares e descendentes de africanos em Portugal, como forma de contribuição para o entendimento das desigualdades sociais perante a escola, observou que, “do ponto de vista do debate das desigualdades, saem realçados os desafios de fundo da exclusão económica; as desigualdades nas condições de “continuidade cultural” de partida” (ROLDÃO, 2015, p. 3).

Finalizando: o olhar e os caminhos para a juventude

Apreende-se que não existe uma maneira única de ser jovem. Cada um constrói, à sua maneira, um modo de ser, de agir, de confabular e de fazer sua história, dentro de uma circunstância dada. As desigualdades sociais, o racismo e a violência, repercutem na vida e na formação do jovem. Essa realidade provoca o poder público, o Estado, a escola, a família e as sociedades contemporâneas a discutirem o mundo do trabalho, a capacitação profissional, da segurança, o combate à violência para com os jovens. “A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenómeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980 [...] Em

2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil” (IPEA, 2019). Há a necessidade de políticas públicas voltadas à população juvenil. Compreendem não apenas a formulação e implementação de políticas de inserção, como também de programas de lazer e cultura — há ausência de espaços culturais para jovens nas periferias, capacitação profissional e oferta de oportunidades para o exercício da cidadania e um projeto de vida adulta.

Numa sociedade marcada pela transitoriedade, repleta de sinais confusos, propensa a mudar com rapidez e de forma imprevisível, a escola, a família, o Estado e as demais instituições devem proteger os jovens, bem como cuidar da formação ético-social e profissional deles para que possam modificar suas biografias e das gerações futuras. É importante que necessidades da infância e juventude sejam contempladas com políticas públicas, de maneira específica e positiva, focada na promoção do desenvolvimento integral da pessoa.

Que o apoio para a infância e juventude seja complementado por investimentos em creche, educação, cuidados de saúde, proteção, cultura e lazer, bem como segurança, em especial para jovens negros e indígenas. Que dados e informações sejam coletados para identificar grupos vulneráveis de jovens em todas as regiões e as iniquidades que os afetam, para direcionar investimentos com vistas à garantia de direitos e oportunidades. Que os jovens sejam ouvidos nos processos de tomada de decisão como condição essencial para se alcançar a equidade. Que as escolas aproveitem a etapa de aprendizado dos estudantes e contribuam para que eles adquiram competências, habilidades e conhecimentos necessários para desenvolver todo o seu potencial, por assim dizer, promovendo uma educação de qualidade.

Que um esforço conjunto, contando com projetos integrados, seja feito para acabar com a violência que atinge em particular jovens negros, indígenas, nas sociedades contemporâneas. O que haveria de comum entre jovens? O que os diferencia? O que têm em comum jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados da cidade e jovens que moram nas favelas e periferias? Jovens racializados de diversos gêneros, classes sociais e idades semelhantes? Estamos diante de uma mesma geração quando sujeitos, em alguma medida, vivenciam espaços-tempos comuns de

sensibilidades, afetos, saberes, memórias, experiências históricas e culturais. Diante do agravamento das condições de vida de parte ampla da população jovem brasileira – em especial os setores mais vulneráveis: jovens indígenas, jovens negros e moradores de periferias e favelas – incide diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura (e presente até, porque estão muito mais expostos).

Temos visto que sobre eles tenham recaído as principais ações de controle social tutelar e repressivo e violento. Nesse processo, muitos jovens vêm pagando o preço de políticas econômicas que os excluem das possibilidades de participar de maneira produtiva e cidadã à sociedade. Um dos grandes desafios democráticos se relaciona com as encruzilhadas que podem ser percorridas para que a participação social se torne objetivo e meta realizável em uma sociedade onde tantos se encontram em processo de exclusão econômica e marginalização social. A ampliação de conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis, necessidades insatisfeitas, motivações e subjetividades em curso, especialmente àquelas relacionadas com os jovens pobres, negros e indígenas, que mais dificuldades enfrentam para realizar escolhas alternativas e projetos autônomos, é condição necessária para a definição de políticas públicas sintonizadas com sujeitos e realidades que se quer transformar.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Cenas juvenis. São Paulo: Scritta, 1994. p.172.

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa. p. 19-39.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém, 2019.p.264.

ARAUJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, “Portugal” e (pós-) colonialismo. Educ. rev., Curitiba, n. 47, p. 145-171, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=s>

ci_arttext&pid=S0104-40602013000100010&lng=pt&nrm=iso>.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. Os Contornos do Eurocentrismo: raça, história e textos políticos. Coimbra: Edições Almedina, 2016. p.385.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100007&lng=en&nrm=iso>.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004. p.37. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171>.

CAVALLEIRO Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, Preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000. p.122.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.189.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso>.

EMILIANO, Joyce Monteiro; TOMÁS, Débora Nogueira. Vigotski: a relação entre afetividade, desenvolvimento e aprendizagem e suas implicações na prática docente. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro*, v. 2, n. 1, p. 59-72. 2015. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200306.pdf>>.

ESSED, Philomena. *Understanding everyday racism: interdisciplinary theory*. Londres: Sage, 1991. p.320.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008. p.230.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pe-

dagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso>.

GONZALES, Lélia (Org.). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Ciências Sociais Hoje, Anpocs, São Paulo, p. 233-244, 1984. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6-FU6YunpJYbW-ZydGNFUG5PLUE/view>>.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2005. p.256.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA E INFORMATICA - INEI. Censos Nacionales 2017: XII de Población, VII de Vivienda y III de Comunidades.2018. Disponível em: <<http://censo2017.inei.gob.pe/resultados-definitivos-de-los-censos-nacionales-2017/>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA -IPEA. Atlas da Violência no Brasil 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>.

KAWAHALA, Edelu; SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Por uma psicologia social antirracista: contribuições de Frantz Fanon. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 408-410, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200023&lng=en&nrm=iso>.

LEMOS Flávia Cristina Silveira et al. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei, v. 12, n. 1, p. 164-176, abr. 2017. Disponível em <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1912>.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 15, n. 3, p. 118-133, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300009&lng=pt&nrm=iso>.

PEREIRA, Amilcar Araujo. BLACK LIVES MATTER NOS CURRÍ-

CULOS? IMPRENSA NEGRA E ANTIRRACISMO EM PERSPECTIVA TRANSNACIONAL. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 49, n. 172, p. 122-143, jun. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000200122&lng=en&nrm=iso>.

RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957. p.216.

ROLDÃO, Cristina. Fatores e Perfis de Sucesso Escolar “Inesperado” Trajetos de Contratendência de Jovens das Classes Populares e de Origem Africana. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jun. 2003.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100010&lng=en&nrm=iso>.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893201200050012&lng=en&nrm=iso>.

SAWAIA, Bader Burihan, ALBUQUERQUE, Renan.; BUSARELLO, Flávia. R.. Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p.370.

SAWAIA, Bader Burihan. Fome de felicidade e liberdade. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC (Org.). Muitos lugares para aprender. p.55-63. São Paulo: CENPEC/ Fundação Itaú Social/ Unicef, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso>

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA Bader. B. Sawaia (Org.). As artimanhas da exclusão uma análise ético-psicosocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006 .p. 97-118.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=en&nrm=iso>.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Racismo institucional: pontos para reflexão. *Laplage em Revista*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. p.127-136, abr. 2017. ISSN 2446-6220. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/223>>

SILVA, Marcos Antonio Batista da; SAWAIA, Bader Burihan. Influência familiar e a mobilidade educacional de pós-graduandos negros. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, [S.l.], v. 18, n. 3, p. e-2150, out. 2018. Disponível em: <<https://atheneadigital.net/article/view/v18-n3-silva-sawaia>>

SOUZA NETO, João Clemente de. Crianças e adolescentes afrodescendentes e o sistema de proteção integral. *Laplage em Revista*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. p.122-135, out. 2016. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/199>>.

SOUZA, Raquel. Guia Tô no Rumo- Jovens e escolha profissional – Subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2014. p.132p.

SPOSITO, Marilia Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, e170308, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100430&lng=en&nrm=iso>.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 256-262, dez. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600256&lng=pt&nrm=iso>.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes. 2001.p.576.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. A formação social da mente. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996. p.224.

Traços de alegria: um afeto que veste as moradoras de rua em São Paulo

Lívia Maria Camilo dos Santos

Do outro lado da porta: a rua.
Havia um ar de inocência em suas palavras, apesar de ser uma
mulher dura e muito sofrida, havia alegria em contar aquele
causo para nós e fazer nos divertir também.
Trecho de diário de campo em 26/07/2018

Introdução

Este trabalho retrata parte da pesquisa de campo realizada em São Paulo durante o período de meu doutorado, de 2015 até 2019, com mulheres que compartilharam da experiência de viver em situação de rua, em Centros de Acolhida ou em ocupações. Convém deixar claro que, apesar do prazo da pesquisa no âmbito acadêmico, enquanto houver mulheres vivendo em condições extremas de pobreza, na rua e em meio à violência, a luta por direitos elementares continuará. O doutorado é apenas parte do processo, no qual o envolvimento com essas mulheres aconteceu por meio de quatro vieses diferentes, mas com uma circunstância comum que é ter a rua como lugar de moradia (permanente ou provisória). Desse modo, o compartilhamento de experiências deu-se por meio de trabalho junto ao Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação (Cisarte); à ocupação Tia Estela, no Viaduto Alcântara Machado e, inicialmente, com o coletivo SP Invisível para em seguida partir para uma escuta mais autônoma, nas próprias calçadas do centro da cidade, onde muitas mulheres vivem. De modo a preservar a identidade das pessoas envolvidas no trabalho, todos os sujeitos são apresentados com pseudônimos de escritoras. O trabalho teve como objetivo investigar como essas mulheres são afetadas pela vida na rua e como podem nascer os afetos alegres, tendo como inspiração o referencial teórico da psicologia sócio-histórica e parte da filosofia de Espinosa, filósofo que inspirou Vigotski nas suas concepções acerca das emoções.

Os caminhos trilhados

O disparador inicial da pesquisa foi o trabalho do SP Invisível, um coletivo que sai às ruas aos domingos para conversar com moradores, ouvir histórias e retratar o momento da conversa com uma fotografia. Além de promover campanhas em sites de financiamento coletivo, como o “Catarse”, para arrecadação de agasalhos e cobertores para o frio, ceias de natal, distribuição de ovos de páscoa, dentre outras arrecadações pontuais em datas comemorativas ou períodos de maior vulnerabilidade. Esses encontros são semanalmente compartilhados em redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, onde são divulgadas fotos e narrativas das pessoas ouvidas pelo coletivo. Duas a quatro mil pessoas interagem nas postagens da página, que são compostas por uma fotografia da pessoa entrevistada e um texto com parte da história por ela contada.

Ao encontrar a página do *Facebook* do SP Invisível, passei a perceber a questão das pessoas em situação de rua com um olhar mais apurado, observando a complexidade de afetos, sonhos e desejos que permeiam esse cenário urbano. Entrei em contato com o coletivo e, em novembro de 2015, comecei a participar de algumas ações. No entanto, no decorrer deste processo, como o caminho se faz ao caminhar, senti a necessidade de me desligar do movimento e ir ao encontro das mulheres nas ruas de forma mais autônoma. Esse foi, com certeza, um novo desafio, que ainda hoje enfrento, no que se refere aos encontros e à maneira de se aproximar das mulheres que estão nas ruas. Cada experiência é única. Às vezes basta uma palavra de abertura, uma “senha” para abrir o diálogo. Noutras, nenhuma aproximação se efetiva. Trata-se de um eterno aprendizado, este que se conhece desde baixo, em uma escuta afetiva entre os corpos, sozinha, atenta, no coração da cidade, na Praça da Sé, que é onde elas se concentram, sobremaneira.

Desde então, passei a me envolver com diferentes atividades realizadas com a população em situação de rua na cidade de São Paulo, sendo que duas delas também compuseram a pesquisa: uma ocupação na Radial Leste e um espaço de inclusão localizado no viaduto Pedroso. Esse último, Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação (Cisarte), é atualmente a sede do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), em São Paulo, e tem como objetivo promover acesso à informação e aos

direitos de cidadania por meio de oficinas e projetos com arte, cultura, economia solidária, assistência social e saúde. Já a ocupação no viaduto Alcântara Machado possui um modelo de organização coletiva e acolhe, em média, 250 pessoas, entre as que vivem no lugar e aquelas que passam para almoçar/pernoitar/tomar banho. Os recursos para funcionamento do espaço provêm de campanhas de arrecadação e doação de alimentos, roupas, mantimentos e brinquedos. Todo o trabalho é realizado por membros do Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais (Catsó) junto à população de rua. O espaço existe desde final de 2015, ainda é alvo de constantes ameaças de reintegração de posse, mas a luta continua. O processo está em andamento junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo e, não raras vezes, é necessário que o coletivo se organize para abrir diálogos com o poder público no intuito de permanecer no local.

Comecei a frequentar o espaço no início de 2016, primeiro fazendo um processo de aproximação e compreensão da dinâmica de funcionamento, das atividades, das pessoas, dos sonhos e das demandas. Em meio a esse processo conheci a Luta com Amor (Artesanato das Mulheres Organizadas na Rua). É um coletivo de mulheres que se une semanalmente para fazer oficinas de artesanato com aquelas que ali vivem. A Luta com Amor me conquistou, e até hoje vou à ocupação para trocar com essas mulheres, fazer artesanato, conversar e nos encontrarmos em um momento em que é possível sentir, escutar, falar sobre o dia a dia, as dificuldades e as conquistas que habitam esses corpos e almas femininas. Trabalhamos com artesanato, arte, com as mãos, contamos histórias e trocamos experiências, sempre construindo tessituras entre as mãos, considerando que o ofício de ocupar as mãos nos permite esse encontro pausado, leve, onde dividimos o que aprendemos umas com as outras. É esse processo certamente nos conduz à expansão.

O Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação (Cisarte) está localizado no Viaduto Pedroso, que sobrepõe a Avenida 23 de Maio na altura da Rua Pedroso, região central de São Paulo. É um espaço que tem por objetivo promover cursos e oficinas de economia solidária, grafite, reciclagem, além de salas de cinema, biblioteca e outras atividades artísticas para a população de rua. Atualmente, é também a sede do Movimento Nacional

da População em Situação de Rua (MNPR) em São Paulo. O MNPR tem uma importante contribuição na história pela conquista de direitos, ao menos no âmbito Legislativo. Foi oficialmente institucionalizado no ano de 2005. No entanto, na década de 1960 já se observavam iniciativas de organização em algumas cidades brasileiras. Nas décadas seguintes, apoiadas por organizações sociais, pessoas em situação de rua realizavam mobilizações e manifestações por melhores condições de vida e por políticas públicas que assegurassem sua autonomia. Naquele momento, uma parte da população em situação de rua, que trabalhava na catação de material reciclável, formou as primeiras associações e cooperativas de catadores, depois organizadas no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. No final dos anos 1990 e até o início dos anos 2000, inúmeras mobilizações nas principais cidades brasileiras tornaram visíveis, à sociedade e aos poderes públicos, as duras condições de vida na rua. Parcerias foram se consolidando por meio de fóruns de debate e de manifestações públicas, com presença de pessoas em situação de rua nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento.

Em 2004, na cidade de São Paulo, ocorreu a barbárie conhecida como “Chacina da Praça da Sé”. O episódio vitimou fatalmente sete moradores de rua e foi seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do país. A partir daí, grupos da população de rua em São Paulo e Belo Horizonte iniciaram a mobilização para consolidar o Movimento Nacional da População de Rua. Em setembro de 2005, novamente a história da rua e dos catadores se cruzaram. Convidadas a participar do 4º Festival Lixo e Cidadania, as pessoas em situação de rua de Belo Horizonte mobilizaram companheiros de Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá. Foi neste encontro que houve o lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), como expressão dessa participação organizada em várias cidades brasileiras.¹ Em São Paulo, o movimento tem, ao longo de sua trajetória, buscado construir uma atuação que esteja para além de pautas específicas, como participação em Grupos de Trabalho, congressos e outros eventos específicos voltados a esse público, tal como se manifesta na proposta de criação do Cisarte.

¹ Disponível em: <https://popruasp.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 17 de outubro de 2019.

No espaço, começamos a construir um grupo de mulheres que se reúne semanalmente no intuito de colocar suas pautas na roda, encontrar acolhimento e propor estratégias de luta e enfrentamento das mais diferentes formas de opressão sofridas por elas no cotidiano. Trata-se de um trabalho contínuo e não muito fácil de consolidar, uma vez que a adesão é baixa e há questões estratégicas que dificultam o acesso de mulheres aos grupos. Por exemplo, não raras vezes, ao chegarmos ao espaço no dia de nossos encontros, o portão estava fechado.

Por esses e outros motivos, nosso grupo vai se fazendo e desfazendo. Mas, ainda assim, os momentos em que nos sentamos juntas para conversar e sonhar são preciosos, pois contêm a oportunidade de uma escuta ético-política, um acolhimento conjunto, em que é possível tocar em assuntos tão delicados quanto às violações de direitos, sofridas por mulheres moradoras de rua e usuárias de centros de acolhimento.

Como relatado, comecei a trabalhar com a população de rua a partir de quatro diferentes posicionamentos estratégicos: inicialmente com o SP Invisível e depois de modo mais autônomo: nas calçadas, sozinha, em encontros passageiros com moradoras de rua; outro mais político, que tem como objetivo (ao menos do ponto de vista formal) o engajamento para o cumprimento de políticas públicas e formação educativa: via Cisarte; e um terceiro, que se autodeclara anarquista e auto gestor, vinculado à ocupação, todos apresentados nessa contextualização.

As histórias que elas contam

Na epígrafe que abre este capítulo, nos referimos a um momento em reuniões de mulheres no Cisarte, onde uma delas nos contava episódios de quando trabalhou em uma “casa de família”, como empregada doméstica. Enquanto nos relatava os detalhes, sorria, dizia que os talheres eram todos feitos de ouro; e os exageros que compunham a narrativa deixavam dúvidas a respeito da veracidade desses fatos. No entanto, o que nos conectava naquela circunstância era o compartilhamento de experiências, a forma leve e alegre como ela recuperava aqueles registros de sua vida, nos quais se deparava cotidianamente com o outro lado da desigualdade social, o lado dos “de cima”. E os recontava em forma de

brincadeira para as suas companheiras de luta, extravagando os costumes de uma casa de família burguesa com escárnio.

Em todo momento, nos parece necessário reforçar que falar a respeito de mulheres em situação de rua, é um lugar bastante desconfortável quando não se está nessa condição. Por isso, falo com elas. E este texto está totalmente incorporado com suas falas, seus mistérios, seus sonhos, suas raivas e alegrias. Das idas a campo, as sensações foram tão complexas que não foi possível identificar o que acontece nas ruas e com todas as mulheres nas suas peculiaridades, porque cada uma das duas mil² vive e sente experiências totalmente distintas. Por isso, é importante ressaltar a definição trazida pela PNPR (2009) de população em situação de rua como “grupo populacional heterogêneo”. Sim, mesmo entre mulheres, esse grupo também se diversifica e cada qual tem sua própria experiência. Por mais que algumas situações de vida se cruzem e se assemelhem, elas são vividas de acordo com o prisma da experiência emocional individual (VIGOTSKI, 1929). Trataremos, portanto, sumariamente deste conceito, cunhado inicialmente por Vigotski para dar luz às nossas análises.

Uma experiência no singular

O termo *perejivanie* é algumas vezes traduzido para o português como “experiência emocional”. Noutras, como “vivência”. No seu cerne, consiste numa proposta do psicólogo bielorrusso em trazer uma unidade de análise a fenômenos psíquicos, compreendidos enquanto síntese das múltiplas determinações componentes da subjetividade humana, pontuadas como I) histórica, II) concreta, III) social e IV) forjada nas relações. O conceito se configura enquanto percepção atribuída de sentido e unidade de análise (VIGOTSKI, 2006), uma vez que concentra as propriedades do todo sem perder a singularidade na qual facetas do interior e do exterior se encontram na dinâmica da processualidade humana de estar presente no mundo.

A vivência possui uma orientação biossocial, é algo intermediário entre a personalidade e o meio, que significa a relação

2 De acordo com o censo realizado pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) em 2015; havia 15.905 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, entre acolhidos e não acolhidos. Dentre elas, 2.326 mulheres.

da personalidade com o meio, revela o que significa o momento dado do meio para a personalidade. A vivência determina de que modo influi sobre o desenvolvimento da criança um ou outro aspecto do meio. Vemos, pois, que na vivência se reflete, por uma parte, o meio em sua relação comigo e o modo que o vivo e, por outra, se põem em manifesto as peculiaridades do desenvolvimento do meu próprio “eu”. Em minha vivência se manifestam em que medida participam todas as minhas propriedades que se formaram ao longo de meu desenvolvimento em um momento determinado (VIGOTSKI, 2006, p. 383).

Essa vivência, portanto, está plena de sensações, memórias, afetos, desejos que vão sendo atribuídos ao longo do desenvolvimento individual do sujeito, porém na relação com as condições sociais, com a materialidade histórica da sociedade. É o momento em que a realidade vivida ganha forma e corpo singular de acordo com a experiência humana comum, tendo como filtro dessas percepções as emoções, que para Vigotski são sempre ativas, inerentes ao processo viver, de estar presente, como corpo e tudo, num mundo material. É importante compreender que essa emoção ativa possui a relação intrínseca com a definição espinozista de *conatus*, que, sumariamente, refere-se a um respeito ontológico pela natureza, ou melhor, um esforço empreendido para perseverar na existência e aumentar a potência de vida. Nesse sentido, emocionar-se é processo intrínseco a viver.

A psicologia sócio-histórica entende que complexidade e contradição presentes nas relações entre as pessoas no mundo externo reaparecem no plano interno, subjetivo (VIGOTSKI, 1929). Para o autor, determinações sociais configuram o psicológico, mas não se cristalizam em forma de caráter ou identidade rígida ou massificada, uma vez que as funções psíquicas são totalidades abertas que se desenvolvem de acordo com circunstâncias históricas, porém vivenciadas de maneira singular no plano individual. A crítica de Vigotski, às psicologias da época, era que, ao eleger como objeto de estudo ou o comportamento ou o inconsciente, a psicologia fragmentava o humano enquanto síntese de múltiplas determinações e trabalhava com sujeitos diferentes, compartimentalizados.

O objetivo de Vigotski era romper com a fragmentação da compreensão do psiquismo e contribuir com a superação de teo-

rias que tendiam a criar dicotomias como razão vs emoção, indivíduo vs coletivo e corpo vs mente. Vigostki enfatiza que emoções se estabelecem enquanto elementos fundantes do ser social, uma vez que pensar, sentir e agir constituem parte de um processo único, pois não há ação e pensamento sem emoção. O autor enfatiza que “[...] toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela [...] as emoções são esse organizador interno das nossas reações, que retesam, excitam, estimulam ou inibem essas ou aquelas reações” (VIGOTSKI, 2001, p. 139). O que abordamos até então almeja contribuir para a compreensão da forma como é vista a perspectiva da subjetividade entre a população de rua: de forma histórica e material, porém desenvolvida de acordo com as expressões vivas das emoções em cada corpo singular.

É nesse sentido que Espinosa nos traz contribuições fulcrais para a compreensão de ser humano na perspectiva sócio-histórica da psicologia vigotskiana, ao enunciar a concepção de afeto não enquanto vício ou virtude, como tradicionalmente se pressupunha, mas como elemento constituinte da singularidade humana. Assim sendo, interessa trazermos algumas ideias norteadoras do filósofo para direcionar as análises posteriores feitas em torno de um afeto (a alegria) que escolhemos para guiar a práxis neste trabalho tão complexo.

*Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente –
o que produz ventos.*

(Guimarães Rosa)

A Ética demonstrada segundo a ordem geométrica é onde se concentra o grande tratado de Espinosa sobre os afetos. Está dividida em cinco partes³ e constitui uma obra que mais nos interessa nesses estudos, por dar uma base sólida para caminhar na direção da libertação dos grilhões que prendem a vida humana das mais violentas e miseráveis maneiras, uma vez que vai desde a positividade ontológica baseada nos afetos até a liberdade humana.

3 I - Deus; II- A natureza e a origem da mente; III – A origem e a natureza dos afetos; IV – A servidão humana ou a força dos afetos; V- A potência do intelecto ou a liberdade humana.

Partimos da Ética I, onde o conceito de substância se alicerça e permite compreender toda uma relação de continuidade e diferenciação desde Deus aos seus modos. O filósofo define substância (ou Deus) como aquilo que existe *necessariamente* e que é concebido por si mesmo, não dependendo de forças externas para permanecer na existência. À sua natureza, como nos afirma na Proposição XII, “pertence o existir”. Existir necessariamente é sempre condição afirmativa, de modo que sua essência envolve uma existência que não é contingente, mas necessária, eterna e infinita (porque ilimitada) e *causa sui*. Ademais, na substância está o movimento, a potência em ato, que se desdobra nos seus infinitos atributos, os quais somos capazes de conhecer apenas dois: pensamento e extensão (*res cogitans* e *res extensa*), que dão origem aos modos mente e corpo, respectivamente. O atributo, qualidade da substância, de acordo com definição espinosita, “exprime a realidade, o ser da substância” (EI, P. X). É por meio dos atributos que nós (modos finitos) somos capazes de perceber o mundo.

Os modos ou modificações são as afecções desses atributos e é a forma como a substância se realiza na concreticidade do mundo material. Como são modificações, os modos não são *causa sui* e não se bastam para constituir-se, dependendo sempre de forças externas para sua permanência. Em última análise, essa força externa será a substância. O modo é “simultaneamente modo *na* substância e *da* substância como efeito imanente do real causado por ela, que nela existe, por ela existe e por ela é concebido” (CHAUÍ, 2016, p. 77). Mas diante da magnitude das relações do mundo essas forças se modificam na sua complexidade, constituindo-se inicialmente desde a origem na concepção, no nascimento. Isto é, a causa da existência de um ser humano foi o encontro entre dois corpos: os dos seus pais, no caso, e sua conservação depende dos encontros cotidianos que um corpo faz com outro corpo, com uma mente, com tudo aquilo que está fora e dentro de si e que o afeta, para mais ou para menos. Os modos, de acordo com Chauí (2016), na filosofia espinosista são expressivos, uma vez que a essência de Deus se exprime neles, seguindo a intensidade da potência que constitui essa essência.

Esse grau de potência varia conforme os afetos vívidos por esses corpos, bem como a sua capacidade de afetar e ser afe-

tado. Importa, portanto, a definição de afeto (*affectus*) para Espinosa, que são as modificações do nosso *conatus*⁴ e é definido como “afecções do corpo pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (ESPINOSA, E III, Def. III). Podemos compreender, portanto, por meio desta definição, que corpo e mente são simultaneamente afetados, sem que haja uma hierarquia e/ou uma relação causal entre ambos. A mente é ideia de seu corpo, de modo que nada ocorra com esse corpo, sem que seja concebido pela mente que o envolve.

O que quer que aconteça no objeto da ideia que constitui a mente humana deve ser percebido pela mente humana, ou seja, dessa coisa dar-se-á necessariamente na mente a ideia; isto é, se o objeto da ideia que constitui a mente humana for um corpo, nada poderá acontecer nesse corpo que não seja percebido pela mente (E II, P. XII).

Da relação da mente com seu corpo deduzimos o monismo espinosano, no qual ambos são indissociáveis e parte de um todo que se afeta mutuamente. A mente, ou o ato de pensar, é a ideia das modificações corpóreas. É na parte II da *Ética* que o filósofo expõe a associação intrínseca do pensamento com a extensão, como sendo “[...] um modo da extensão e a ideia desse modo são uma só e mesma coisa, que se exprime, entretanto, de duas maneiras” (E II, P. VII). Na medida em que a mente humana é o ato de pensar de seu objeto (o corpo), quanto mais esse corpo estiver habilitado a agir, mais a mente será capaz de pensar. Porém, o conhecimento que temos desse corpo raramente é claro, uma vez que as afetações não são vividas distintamente apenas pelo próprio objeto da mente, mas numa rede confusa de múltiplas e diferentes afecções de outros corpos. Todas as maneiras pelas quais um corpo aumenta ou diminui a sua potência estão relacionadas com aquele que provocou esse afeto, como vemos no *Corolário 1* da E II: “Disso se segue, em primeiro lugar, que a mente humana percebe, juntamente com a natureza de seu corpo, a natureza de muitos outros corpos”.

4 A potência de agir, ou *conatus* é o esforço que o corpo realiza para permanecer vivo, para perseverar na existência.

Deste modo, as ideias produzidas na mente, geralmente são ideias inadequadas que se referem a um conhecimento parcial e imaginativo, supersticioso e confuso. Trata-se de um conhecimento que advém do primeiro gênero: imaginativo.⁵ Por isso, ele é raso, superficial e mutilado. Pois o que ocorre é o conhecimento dos efeitos e não das causas dos afetos. As ideias inadequadas contribuem para manter-nos em uma cadeia de servidão e passividade, dificultando, assim, o processo de autonomia e clareza dos encontros no mundo. E para esclarecer, trazemos o exemplo que o próprio Espinosa nos dá, no Escólio da Proposição 35 da Ética II e se refere à ideia que inicialmente fazemos do sol, pois quando o miramos temos a sensação de que está próximo, uma vez que nos baseamos, num primeiro momento, pela imagem que se forma na nossa retina.

Assim, quando olhamos o sol, imaginamos que ele está a uma distância aproximada de duzentos pés, erro que não consiste nessa imaginação enquanto tal, mas em que, ao imaginá-lo, ignoramos a verdadeira distância e a causa dessa imaginação (E II, P XXV, Escólio).

No entanto, na medida em que o conhecimento passa do nível das imagens para o da ciência racional, ele passa a envolver a causa, a totalidade do definido e não somente suas partes. Nesse processo, obtém-se a clareza do ato de pensar, das ideias adequadas, que impulsionam as potências de ação à autonomia. Além desses dois gêneros do conhecimento, o filósofo ainda aborda um terceiro, que é a ciência intuitiva. Na parte 5 da Ética que a maneira de conhecer as coisas e o mundo vai ser trabalhada, por pertencer àqueles pensamentos que estão próximos da liberdade humana, do conhecimento adquirido pelos sábios que, conforme nos orienta, é “tão difícil quanto raro”, tendo em vista que “este gênero de conhecimento parte da ideia adequada da essência formal de certos atributos de Deus para chegar ao conhecimento adequado da essência das coisas” (ESPINOSA, Esc. 2 P. XLII).

5 Gêneros do conhecimento: I- Imaginação II- Razão III- Intuição

No entanto, como já dito, sobremaneira, nós nos orientamos pelo conhecimento imaginativo, repleto de ideias inadequadas. Quando muito, alcançamos com algum esforço o segundo gênero e esse processo de desenvolvimento do ato de pensar envolve, igualmente, os afetos. Pois uma ideia não se combate com outra ideia, mas com um afeto. E o afeto mais forte, o de alegria, sobre o qual nos reportaremos a seguir, é aquele que pode orientar ideias e ações no sentido da busca por conhecimento adequado, mais real e com propostas ao aumento dos *conatus*, individual e coletivo.

A força da alegria em Espinosa

[...] quem deseja ajudar os outros [...] falará longamente sobre a virtude ou potência humana e sobre o meio pelo qual ela pode ser aperfeiçoada, a fim de que os homens se esforcem, assim, o quanto puderem, por viver segundo os preceitos da razão, movidos não pelo medo ou pela aversão, mas apenas pelo afeto da alegria (ESPINOSA, E IV, Apêndice, Capítulo 25).

São inúmeras as metamorfoses da alegria em Espinosa (FERREIRA, 2014). Uma alegria que está presente nos corpos singulares de diferentes formas e níveis. Para compreender um pouco mais a respeito desse sentir que impulsiona o corpo e a mente para ações de maior perfeição e realidade, espinosistamente, é imprescindível, no entanto, que possamos compreender ideias norteadoras do referencial que nos direciona nesse momento específico do trabalho. Logo de início é bom deixar claro que o sentimento da alegria, independente da qualidade com que atua e age, leva sempre a aumentar o *conatus*: ou força, ou esforço para perseverar na existência. Por possuir na sua gênese a propriedade de mover o corpo, em simultâneo com a mente para um maior grau de perfeição, a alegria possui ademais, um caráter libertador, pois está sempre relacionada à potência de ação.

Ainda no plano das alegrias/paixões, o filósofo menciona a *laetitia* que, como vimos, nunca pode ser diretamente má pois corresponde a um aumento da nossa potência de agir (Et III, prop. XI; Et IV XLI); a *felicitas* (Et. II, prop. XLII, esc.); o *amor*, com o qual nos regozijamos quando não é excessivo (Et. III, DA, def. VI; Et. IV, prop. XLIV *apud* FERREIRA, 2014, p. 76).

Invariavelmente, além disso, o afeto de alegria, bem como demais afetos, é sentido por meio do contato com outros corpos, nunca no isolamento, como aponta o filósofo. “É totalmente impossível que não precisemos de nada que nos seja exterior para conservar o nosso ser, e que vivamos de maneira que não tenhamos nenhuma troca com as coisas que estão fora de nós” (ESPINOSA, E IV P. XVIII, Escólio). Convém lembrar, ademais, que a alegria, enquanto se configura como paixão, é também originada de ideias inadequadas, ou ideias que não se conhecem pela sua causa verdadeira⁶. Por isso, existem diferentes estágios pelos quais esse afeto percorre corpo e mente humanas e é importante que tenhamos essa noção clara para não confundirmos uma excitação leviana com um afeto que produz transformações mais sólidas. A alegria pode ser paixão ou ação, dependendo do conhecimento das suas causas. A qualidade desse afeto está relacionada com o grau de entendimento e compreensão da sua origem no corpo que o sente, podendo, como dito acima, ser originado por ideias adequadas (no caso da ação) ou não (no caso da paixão).

Quanto mais próximo às causas adequadas, mais potente o afeto de alegria será no sentido de mover o corpo e a mente para ações coletivas. No entanto, ainda que a alegria que toca um corpo possa não ser, e raramente será, uma alegria plena (suprema), é, mesmo assim, um afeto que eleva a vontade de agir, de criar e de lutar. Uma vez que “[...] um desejo que nasce da alegria é mais forte, em igualdade de circunstâncias, do que um desejo que nasce da tristeza” (ESPINOSA, E. IV, p. 18).

Interessa ainda evidenciar que a definição trazida pelo filósofo aponta a ideia de movimento, de passagem, como nos mostra claramente o escólio da proposição 11 da Ética III.

[...] a mente humana pode padecer grandes mudanças, passando ora a uma perfeição maior, ora a uma menor, paixões essas que nos explicam os afetos da alegria e da tristeza. Assim, por alegria compreenderei, daqui por diante, uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor. Além disso, chamo o afeto de alegria, quando

6 E II, Def. 4-As ideias inadequadas, no entanto, não possuem as propriedades pelas quais se compreendem na sua essência.

está referido simultaneamente à mente e ao corpo, de excitação ou contentamento (*op. cit.*).

A dinâmica afetiva leva sempre ao movimento. É por meio dos encontros com outros corpos que o processo de construção de uma maior perfeição, que, em Espinosa, é o mesmo que a realidade, acontece. A realidade, ou a perfeição, é um processo que concorre à ação e à autonomia, diminuindo, por conseguinte, o estado de passividade e heteronomia. O caminho para a alegria suprema de viver é percorrido na cidade (*civitas*). Ou seja, em meio à convivência com outros corpos é possível trilhar a descoberta para o mais íntimo sentido da alegria. No entanto, não se trata a sociedade como o fim do processo, mas parte dele. A alegria reside no encontro do ser com sua essência, sendo que, como reiterado, esse conhecer-se tem origem no mundo composto por outros corpos.

De modo que, ao longo do processo, conhecendo o mundo, afetando e sendo afetado pelos outros, o encontro com a expressão alegre de sentir e pertencer à vida acontece. Quanto mais se considera em si mesmo uma potência de agir, maior é a força do afeto e da alegria. O papel do Estado nesse sentido deveria, pois, ser um meio de alcançar a libertação, mas não o seu fim. A organização da sociedade civil democrática levaria justamente a proporcionar uma realidade de segurança na qual fosse viável aumentar, junto com os outros, a nossa própria potência de agir.

A boa organização da *civitas* favorece a realização dos homens e agiliza a salvação, até porque 'o homem que é conduzido pela razão, é mais livre na cidade onde vive segundo o decreto comum, do que na cidade onde apenas obedece a si mesmo' (ESPINOSA, IV, prop. LXXIII *apud* FERREIRA, 2014, p. 162).

O que, diga-se de passagem, está imensuravelmente distante dos objetivos do atual Estado tal qual se configura em um dos países mais desigual do mundo. Apesar de não se tratar de esQUIVA ou até mesmo de dissimulação de uma realidade social, isso é conversa para outro momento. Importa agora compreender o que são as potências alegres e os bons encontros do que continuar evidenciando o processo histórico que cria e alimenta miseráveis, tiranos e oprimidos. Assim, reiteramos que outro ponto impres-

cindível de consideração, e que Espinosa faz questão de afirmar, é o afeto sobre o qual tratamos e que consiste na *passagem* de uma perfeição menor para uma maior. O que implica supor que não é estático, mas sim está em constante movimento. Não é um estado a que se chega, mas faz parte de uma busca permanente de maiores capacidades humanas de afetar e ser afetado. A força de afetação pode ser sentida de múltiplas maneiras, desde um pequeno prazer até uma grande mudança no corpo e na mente de indivíduos e coletivos.

[...] quanto maior é a alegria de que somos afetados, tanto maior é a perfeição a que passamos, isto é, tanto mais necessariamente participamos da natureza divina. [...] é próprio do homem sábio recompor-se e reanimar-se moderadamente com bebidas e refeições agradáveis, assim como todos podem se servir, sem nenhum prejuízo alheio, dos perfumes, do atrativo das plantas verdejantes, das roupas, da música, dos jogos esportivos, do teatro e coisas do gênero. Pois o corpo humano é composto de muitas partes, de natureza diferente, que precisam, continuamente, de novo e variado reforço, para que o corpo inteiro seja, uniformemente, capaz de tudo o que possa se seguir de sua natureza e, como consequência, para que a mente também seja, uniformemente, capaz de compreender muitas coisas (ESPINOSA, E. IV, p. 45).

São inúmeras e diferentes as possibilidades que direcionam as ações e sentimentos rumo à alegria, à vontade de viver e lutar. Por isso, temos como orientação dessas experiências parte da filosofia de Espinosa, para nos inspirar a conhecer mais de perto aquilo que não se expressa com tanta claridade no mundo obscuro das ruas: as saídas possíveis desta situação passam por uma política pública que se efetive junto aos afetos. E, principalmente, pelas potências clandestinas presentes em lugares onde a vida brota apesar de todas as correntes contrárias.

Voltemo-nos, nesse momento, novamente para as cenas, de modo a trazer para o plano material a complexidade de afetos, ideias e experiências emocionais que abrangem relações humanas em um contexto violento de desigualdade social como o que envolve a população em situação de rua e, em especial, as mulheres.

Quando se entende o chão em que se pisa, ele começa a entender a gente

Como exposto nas considerações anteriores, voltemo-nos neste trabalho para o afeto de alegria, ainda mais para aquelas alegrias ativas, que possuem a propriedade de aumentar a força de luta e perseverança na vida. Falamos em afetos, pois todos os sentimentos estão presentes na rua, assim como na vida cotidiana das mulheres e homens que a habitam. Como diz um entrevistado pelo SP Invisível, “[...] aqui na rua eu sinto de tudo. Dor, raiva, tristeza e alegria. O que não falta é sentimento”.

Ademais, a rua também se configura como um território sempre atravessado por uma grande dificuldade em reunir as pessoas numa organização coletiva de luta comum. É um desafio trabalhar com a população de rua. Pensamos isso juntas, eu mais as mulheres e homens que participaram de alguns dos encontros na sede do movimento nacional (no Cisarte). O desafio consiste, principalmente, em encontrar a potência de agir de pessoas que vivem no extremo das violações dos seus direitos mais essenciais. Por isso, a presença das alegrias ativas está nos detalhes, todavia, nos encontros mais escondidos, no miúdo do cotidiano.

Os grupos não eram homogêneos, pois a rua não é assim, como já posto. Ela é complexa, diversa, cheia de contradições. Assim também ocorre com os grupos, que inclusive em muitos momentos não se fizeram valer, porque a rua não está dentro da lógica da formalidade, ela está atravessada pela densidade de contradições, é por onde escoam a miséria da sociedade, é onde o lixo é posto para o recolhimento, ela é a sobra do quarto de despejo (JESUS, 1963). Porém, esse é, ao mesmo tempo, também o lugar onde as pessoas arrumam suas malocas, seus barracos, seus cabelos e lavam suas roupas com um cuidado e uma criatividade que não se encontra em muitas casas de classe média, por exemplo. Mais instigante ainda é ver, na convivência com algumas dessas mulheres, como elas vão, ao longo da caminhada, formando-se mediante uma força imensurável, engajando-se em movimentos sociais, defendendo suas companheiras de luta em momentos de ações truculentas da Guarda Civil Municipal (GCM) mesmo depois de terem sido abusadas, agredidas e violentadas.

Algumas delas não se cansam. Mesmo quando a rua dila-

cera as potências vivas, às vezes até à morte, esse espaço também conduz ao fortalecimento de alguns corpos. Em um mesmo contexto, são as pessoas vivas que fazem a rua, e é em alguns pequenos encontros que a situação vibra, vira, revoluciona. Como se observa após anos de convivência nestes espaços, um encontro com um palhaço, com uma palavra da Bíblia, com a morte de um(a) amigo(a) são momentos dramáticos que levam a lugares de padecimento e, também, de potência. O encontro com o movimento nacional, com a ocupação, com jovens do SP Invisível e com pessoas que passam todos os dias pela rua são provocadores de afetos (ativos ou passivos). Cada evento se expressa de uma forma nessas pessoas, e não há determinada condição única que nos afirme que tal ou qual encontro levará a pessoa a tomar as rédeas da luta e da vontade de viver. Mas a experiência tem mostrado alguns caminhos comuns, principalmente aqueles por onde o afeto de alegria se expressa.

Diante de todos os relatos reunidos em diários de campo, foi importante olhar para e pensar com cautela de que forma poderia trabalhar com eles. Foi logo no início da chegada em Lisboa, para realizar parte do doutorado com a filósofa Maria Luísa Ribeiro, da Universidade de Lisboa, que entendi que meu trabalho nesse processo, agora, seria descobrir as alegrias, em todas as suas possíveis formas, em meio a esses registros.

“Tô me sentindo viva, acabei de descobrir que sou feliz assim...”

(Depoimento de uma PSR, em 13/06/2018)

Assim eu gostaria que começasse e terminasse esse trabalho, com as manas na rua. Essa frase foi compartilhada no *Facebook* por Cecília, uma das mulheres que morava no espaço Tia Estela e sempre participava das nossas oficinas. Depois de quase dois anos convivendo com essa jovem mulher, foi muito bonito ver sua mudança ao longo desse processo. Faz pouco tempo voltei ao viaduto e a encontrei. Ela disse que estava saindo dali. Há cinco dias tinha ido morar com uma “galera” de um coletivo que trabalha junto à PSR, em uma casa que alugaram. Estão fazendo alguns reparos e ela, o companheiro e sua filha de dois anos foram para a casa.

Ela estava feliz com a nova morada e, também, porque passava sua maloca para outra mulher que estava chegando agora no espaço, com um bebê de pouco menos de seis meses, e precisava de auxílio.

Ficamos um pouco ali, conversando sobre nossas oficinas, e comentei que não iríamos fazer naquela data, pois estávamos com pouco material, inclusive, poucos moldes para desenhar, e “ninguém aguenta mais desenhar coruja e galinha”, comentei! Ela riu, sugeriu trazer desenhos como ursinhos, casas, natureza, material impresso de revista mesmo. Conversamos sobre o chá de bebê coletivo que pretendemos fazer novamente no Dia das Crianças, para arrecadar doações a gestantes e mulheres com bebês de até três anos de idade. Ela disse que vai levantar os nomes dessas mulheres e que, apesar de estar em uma casa agora, está “colando” todos os dias no viaduto. Esse momento revela a tonalidade ética de um compromisso engendrado no corpo desta menina-mulher após anos de vida nas ruas. A realização deste evento é para ela uma alegria ativa, que a conduz a um movimento calcado no coletivo, na comunidade com a qual viveu inúmeros encontros que deixaram cicatrizes de afetos potentes em sua existência.

Em outro momento, neste mesmo dia, fiquei conversando um tempo com Hilda, que estava bem deprimida e comentou sobre a relação com o companheiro, que anda muito estressante. Ela se queixava de que ele não lhe dá atenção, que está gestante e com uma criança de dois anos desse homem. Contava que ele passa muito tempo com os amigos no viaduto. Eles sempre ficam em um grupo, na maioria de homens, conversando o dia todo por ali. Comentamos sobre a importância de nossas oficinas por se tratarem de um momento em que as mulheres também se encontram. Perguntei se ela não poderia ficar ali junto com seu companheiro, já que quer ter a companhia dele. Mas ela afirmou que ele não gosta que ela fique, pois tem ciúme e discute com ela quando tocam no assunto. Nesse momento ela solta a frase: “Ele não me bate nem nada, mas não gosta”. O que pude fazer foi ficar um pouco ali, escutar seu lamento e trazer algumas palavras que pudessem contribuir com um pouco mais de clareza para a situação. Naquele dia foi importante estar presente com ela, mais do que em qualquer outra atividade pontual.

Noutra oportunidade, fui fazer uma visita à Carolina Maria, que há muito tempo não via. Bati no seu barraco, ela atendeu.

Disse que não estava participando das oficinas porque anda meio doente. Tomara a vacina da gripe e se sentia indisposta. Sempre que a encontro ela se queixa de alguma dor, de algum mal-estar. Antes de eu ir embora, ela me chamou. “Queria te pedir uma coisa, mas fica pra outro dia”. Perguntei o que era, ela disse que queria contar, mas longe dali, mas que não era nada demais. Então fomos para longe do seu barraco e ela me disse: “eu queria saber se você não pode fazer um currículo pra mim?” Esse era o pedido. Perguntei se ela tinha algum currículo guardado e que não usava, porque aí ficava mais fácil. Ela procurou e me trouxe. Anotamos algumas coisas e levei para casa o papel.

É complexa a sensação de estar na rua, ver pessoas florescendo na sua juventude, no encontro com a militância, levando filhas e filhos para viver em uma casa, com outras pessoas que lutam pelos direitos dos de baixo. Mas ao mesmo tempo também ver o choro e a violência que Hilda, por exemplo, vive porque não teve ainda o mesmo rumo em sua vida, não por conta de limitações pessoais, mas por uma infinidade emaranhada de condições históricas, sociais e patriarcais presentes na rua e fora dela. Por isso, a prática constante de olhar para esses relatos em busca do afeto de alegria se faz necessária. Não para maquiagem uma realidade que se sabe ser violenta. Mas para, justamente, dar luz àquilo que não se nota com tanta facilidade.

Não me preocupa saber que ao longo desse trabalho, de todos esses anos de convivência com a rua, eu não tenha chegado a um ponto final. Seria em vão, ou até mesmo impossível, encontrar respostas definitivas nesse processo, porque quanto mais conheço desse lugar de violência e potência, mais perguntas aparecem. Para não cair na abstração, porém, encontrei na alegria a fonte de inspiração para o compromisso de estar junto a essas mulheres. Igualmente, o afeto imprimido no trabalho trouxe concreticidade às pesquisas, com a realidade do chão onde se pisa. A questão central na discussão foi, para além de esmiuçar vicissitudes desse afeto tão importante e suas origens em relação à mente, reiterar que ele leva ao aumento da potência de agir e de perseverar na existência. Claro que com todas as ponderações já postas. Para que fique claro que não falamos aqui de qualquer alegria, mas daquelas que impulsionam o corpo e a mente para ações de maior

potência, como vimos, por exemplo, no movimento de Cecília neste relato. Para buscar nesse lugar uma alegria, ou várias, ou muitas, se possível.

Ainda que na atual conjuntura política, estejamos distantes de pertencer a uma sociedade democrática que contribua com a máxima expansão do *conatus* humano, cabe estar atentos ao papel enquanto pesquisadoras e pesquisadores, comprometidos com uma mudança social, buscando por afetos alegres mesmo em condições desiguais; por relações que elevem as potências vivas de nossos corpos e nossas mentes. Como nos afirma um colega da ocupação: “O prazer do Estado é matar pobre. E o prazer do morador de rua é continuar vivendo.” A construção de uma lógica diferente de existência configura-se no cotidiano, na luta diária de compreender que em meio à barbárie e à opressão produzimos singelas alegrias que mantêm vivas as mulheres nas calçadas. Não são poucos os exemplos de violência pelos quais essas mulheres passam praticamente todos os dias. São relatos corriqueiros de agressão, assédio, trabalho precário e, às vezes, até não remunerado. São violências sustentadas pelo Estado. Mas ainda assim, restam fagulhas de alegria que vão surgindo de suas próprias vontades de permanecer na vida. À psicologia social cabe, pois, encontrá-las (as fagulhas) e contribuir com a combustão da fogueira.

Referências

BRASIL, Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato20072010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

CHAUÍ, Marilena. A Nervura do Real: Imanência e Liberdade em Espinosa, volume II. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

ESTES, Clarissa Pinkola. Mulheres que correm com os lobos. Mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1994.

ESPINOSA, Baruch de. Ética. Belo Horizonte. Autentica, 2010.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. As metamorfoses da alegria. in Spinoza e as Américas, X Colóquio Internacional Spinoza, Rio de

Janeiro/Fortaleza, UECE, 2014, pp. 265-276.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS/Prefeitura de São Paulo, 2015.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo. Edição Popular. 1963.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Manuscrito de 1929. Educ. Soc., Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, jul. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200002>. Acesso em 04 abr. 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. A crise dos sete anos. Traduzido de: VIGOTSKI, L. S. La crisis de los siete años. Obras escogidas. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006. p. 377 386.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Psicologia pedagógica. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

BLOCO II

A desigualdade social da violência no
contexto brasileiro e latino-americano:
afetações dolorosas e resistência

As memórias da ditadura: o que pode a gestão do sofrimento?

*Silvia Queiroz
Edson Teles*

É possível pensarmos na construção de democracias robustas sem atos de justiça contra algozes do passado recente? O que ocorre com sociedades que bloqueiam, silenciam e manipulam os sentidos sobre os crimes dos quais se desdobram? O que acontece com as vítimas da violência estatal quando governos democráticos se recusam a produzir um espaço público de elaboração? Que efeitos essas operações lançam sobre os modos de agir do contemporâneo?

Essas são questões que circulam na superfície da sociedade brasileira do pós-ditadura. Para além da dor e do trauma que provocou em diferentes categorias de vítimas¹, sabe-se que o aparelho do Estado ditatorial utilizou o sofrimento dos militantes políticos como dispositivo agenciador de desejos, medos e condutas. Sabe-se também que devido aos bloqueios impostos pela impunidade acordada na transição fecharam-se espaços de narrativa e de escuta. A elaboração do traumático segue impedida². Em decorrência, as políticas democráticas de reconhecimento acabaram por ter seus contornos modelados para priorizar o controle e o cuidado da memória (QUEIROZ, 2019).

1 A ditadura fabricou as tradicionais vítimas da militância política de esquerda, porém também produziu vítimas da violência de gênero, LGBTs, crianças, camponeses, indígenas, pobres, negros, etc. Cf. COMISSÃO Nacional da Verdade (2014).

2 Durante o período que se convencionou denominar de transição, em 1979, por uma diferença de cinco votos foi aprovada a lei de Anistia, que garantiu a liberdade de presos políticos não condenados por crimes de sangue e a volta de exilados, mas cuja interpretação possibilitou também a impunidade dos algozes. Vale lembrar que essa aprovação se deu em meio a um Congresso Nacional golpeado por intervenções da ditadura como o Pacote de Abril de 1977, onde foi instituído que um terço do Senado seria escolhido indiretamente, os denominados senadores biônicos. Em democracia essa interpretação foi revalidada quando em abril de 2010 o STF julgou a ADPF 153 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). Para os ministros, a impunidade decorreu de um acordo político. Em 2012, foram protocolados embargos declaratórios contra a decisão do STF, que seguem sem análise conclusiva.

Embora sejam evidentes as dissimetrias entre ditadura e democracia, pode-se dizer que no caso brasileiro o militante político transfigurado para um estado de vítima ocupa a centralidade dos discursos e das práticas governamentais. Se em ditadura a violência de Estado se justificava através da invenção do comunista terrorista, em democracia o vivido pelas vítimas fatais da repressão política se associa às trajetórias de seus familiares e de sobreviventes da militância, e em complementaridade se tornam o centro das políticas de memória³.

Se por um lado, em ditadura o aparelho de Estado justificava a exceção através do discurso da necessidade de combate ao inimigo interno, por outro, devido aos efeitos da impunidade em democracia os familiares das vítimas e os sobreviventes são mantidos em estado de exceção permanente⁴. No percurso, fabrica-se a vitimização desse coletivo associada ao argumento do cuidado com o sujeito danificado, que vem à tona em conjunto com o discurso da imperiosa reconciliação entre os dois lados do conflito: militantes da luta armada *versus* ações de uma linha dura de militares descontrolados. Tanto a vitimização, quanto a vigência do espectro de um suposto conflito do passado, promovem a perpetuação do bloqueio aos atos de justiça. Nas duas situações se produzem implicações que agem no social, interferindo assim nos regimes de fabricação dos desejos e das condutas⁵.

A produção do corpo vitimizado

Em ditadura, uma das principais estratégias para produzir a subjetivação do inimigo a ser atacado foi o uso das medidas de segurança potencializadas através da Doutrina de Segurança

3 Ainda que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia representem importantes conquistas no reconhecimento da ditadura, numa espécie de inversão da figura do comunista terrorista, essas comissões fabricaram medidas de reparação circunscritas a categoria vítima política.

4 A prática do estado de exceção dentro do estado de direito tornou-se paradigma para a governança e para a ação política. A medida de exceção não é apenas um direito especial do Estado, mas um poder do soberano de suspender o próprio ordenamento. As medidas de exceção não estão fora da jurisdição da estrutura legal, pois, em princípio, são medidas soberanas de governos forçados a atitudes extremas diante de situações emergenciais. Mais importante do que a “verdadeira” necessidade é quem a diz. Não há necessidade em si, objetiva; há um dizer sobre ela, subjetivo, que foi do rei, no Estado absoluto, dos militares, na ditadura e, no estado de direito, é do Congresso Nacional, do poder Executivo e, também, acionado pelo poder Judiciário (AGAMBEN, 2004).

5 Sobre a relação entre ausência de atos de justiça e o discurso de reconciliação nacional que opera nas políticas de memória brasileiras cf. Lei 12.528/11, Comissão Nacional da Verdade. Lei 10.559/02, Comissão de Anistia. Lei 9.140/95, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Lei no 6.683/79, Anistia.

Nacional (DSN). No Brasil, sua elaboração e divulgação em discurso ideológico ficaram sob a chefia da Escola Superior de Guerra (ESG), uma das instituições que mais formaram militares para os principais postos de comando na ditadura⁶. Ela funcionou como justificativa para o deslocamento, dentro do contexto da Guerra Fria, da tradicional guerra de fronteiras para o conflito dentro do território nacional, ao mesmo tempo em que fortaleceu a produção do inimigo interno⁷.

Em 13 de dezembro de 1968, outro artefato de violência foi criado, com o Ato Institucional n. 5 (AI-5). Os corpos deixaram de ser protegidos pelas leis quando diante de uma necessidade maior. O AI- 5, em seu artigo 10º, suspendeu “a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”. Esse é o momento em que ocorre a institucionalização da tortura (TELES, 2011: 83), apesar de sabermos que desde antes de dezembro de 1968 a tortura era prática governamental. Nos primeiros meses após o golpe de 1964 cerca de 50 mil pessoas foram presas no país. A maioria delas, sequestrada e torturada (TELES, 2011: 83)⁸.

Na ditadura o aparelho de Estado profissionalizou a tortura. Desenvolveu-se uma complexa maquinaria que agia de forma sistematizada e atenta aos detalhes. Uma rede que ia do Estado Maior das Forças Armadas aos denominados porões da ditadura⁹.

6 Tradicionalmente, na doutrina jurídica os crimes contra a segurança nacional são compreendidos como ameaças à segurança interna, podendo ser caracterizados como atos de subversão cujo foco é o aparelho de Estado. Com a Doutrina de Segurança Nacional, no entanto, as ações dos movimentos sociais e da militância oposicionista passaram a ser tratadas como atos contra a população, cujo efeito mais imediato foi o fortalecimento das medidas de criminalização da ação política. Cf. LEI de Segurança Nacional. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/lei-de-seguranca-nacional>>. Acesso em: 4 mar. 2018. No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional foi desenvolvida nas Forças Armadas e teve entre seus ideólogos mais ativos o general Golbery do Couto e Silva, que em 1954 fez parte de um ciclo de conferências: “Planejamento e a Segurança Nacional”, onde defendeu o desenvolvimento de uma política que planejasse a forma como seria declarada guerra contra parte da população brasileira. Cf. NAPOLITANO (2004).

7 O Decreto-lei 314 de março de 1967, em seu artigo 3º, estabelece que “a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”.

8 Esse número pode estar subestimado, já que em 2019 o jornal The Intercept Brasil divulgou a existência de um ofício onde consta que “foram efetuadas cerca de 20 mil prisões nos primeiros dias da revolução”. É curioso observarmos ainda que a matéria fala de um Informe de abril de 1964 onde há indicações de que o Exército armou cidadãos para fazer “ações de limpeza” nas ruas (prender pessoas) e também desapareceu com presos. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/03/30/documento-inedito-mostra-que-numero-de-presos-nos-primeiros-dias-do-golpe-militar-de-64-pode-ser-quatro-vezes-maior>. Acesso em: 20 fevereiro de 2020.

9 Cf. COMISSÃO Nacional da Verdade. Tomo I. Capítulo 16 – A autoria das graves violações de direitos humanos (2014).

Dentre outras operações, a prática e a gestão da tortura envolviam treinamentos em corpos vivos. Posteriormente, quando o método era praticado nos corpos de militantes estrategicamente selecionados sua execução contava com acompanhamento médico também especializado. Essa atenção particularizada visava governar a intensidade do sofrimento de acordo com a capacidade da vítima em suportar a dor. Buscava-se produzir o sofrimento até o limite da manutenção da vida do torturado (ARNS, 1985)¹⁰.

Assim, na maioria das vezes a ideia não era fazer morrer os militantes, mas fazer com que a passagem pelas salas de tortura fraturasse seus territórios físicos e subjetivos. Embaralhasse suas funções, os desorganizassem por meio de instrumentos, choques elétricos, vozes, gestos, movimentos, linguagens, estupros, que os faziam circular por estados de sofrimentos sem codificação. O ideal era quebrar os militantes para que eles distribuíssem informações e delações (TELES, 2011).

Em outros termos, embora o assassinato e o desaparecimento forçado tenham sido tecnologias de governo, os treinamentos e acompanhamentos especializados assim como o número conhecido de vítimas fatais dentre a militância política, indicam que em seus 21 anos a ditadura priorizou a produção de interrogatórios sem o extermínio biológico¹¹.

A comparação entre o número de vítimas fatais com o número de outras categorias de perseguidos políticos não minimiza, no entanto, a extensão e a profundidade da ditadura e suas implicações sociais. Ao contrário, demonstra que o aparelho de Estado se utilizou de seu poder torturador (TELES, 2013) como estratégia de controle, vigilância e extermínio não apenas da oposição política, mas também da potência de resistência de uma população acuada pelo Estado.

Se a circulação de notícias sobre mortes de militantes em falsos tiroteios, o que era comum, contribuiu para disseminar

10 Porém em caso de morte, médicos legistas eram acionados e laudos encobridores forjados. Sobre a falsificação dos documentos forenses ver “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil”, no item “Processos ético-profissionais contra médico-legistas” (COMISSÃO, 2009: pp. 30-32). Também se recorria ao expediente do desaparecimento forçado. Cf. ARNS (1985).

11 A Comissão Nacional da Verdade identificou 434 casos de mortos e desaparecidos políticos, em seu “Relatório Final”. O “Dossiê Ditadura” fala em 436 casos. Por outro lado, segundo o site da Comissão de Anistia, até 2017 haviam sido protocolados mais de 75 mil pedidos de anistia política. Sem falar nos já citados mais de 50 mil presos e torturados apenas nos primeiros meses da ditadura e a possibilidade desse número estar subestimado.

o medo da política e da polícia, a criação do sobrevivente foi essencial à produção de uma sensação social que não via o aparelho de Estado como engrenagem assassina. A narrativa produzida pela ditadura visava criar a imagem de um governo focado no cuidado com a segurança do cidadão de bem, mesmo que para isso eventualmente matasse um “terrorista”. Entretanto, é preciso frisar que para essa representação penetrar no social com eficácia, a associação entre as máquinas de triturar corpos, seus empresários parceiros, a Doutrina de Segurança Nacional, decisões do judiciário e o viés colaboracionista de veículos da grande imprensa foi de capital importância (COMISSÃO Nacional da Verdade, 2014)¹².

Vitimização e governo das subjetividades

Essas ações conjuntas funcionaram como significâncias que não diziam respeito a comandos explícitos, individuais, no imperativo, porém se infiltraram nas subjetividades dizendo o que reter e compreender acerca da violência de Estado e dos modos de agir dos atingidos.

Foram ações que operaram nos territórios subjetivos da população, provocando desterritorializações e reterritorializações¹³. Agenciamentos que circulavam entre os indivíduos e as instituições, por meio de relações de poder decorrentes de articulações que se fundavam em fluxos e cortes e não apenas em pessoas. De fato, funcionavam como máquinas cujas engrenagens implicavam tomada de decisão, gestão, burocracia, aparelho de Estado, razão de Estado, violência de Estado, fabricação de vítimas e produção de subjetividades, desejos e ações.

Em democracia os efeitos das produções ditatoriais não foram desfeitos, mas sobrecodificados. Não mais o militante quebrado, mas a reparação à vítima danificada. Cria-se o cidadão-vítima, composto por meio da impossibilidade de se constituir como sujeito de direito que, por exemplo, acusa e leva a julgamento seus algozes; ou que narra as histórias que comporiam outras subjetiva-

12 Sobre o judiciário, cf. PEREIRA (2010).

13 O território pode ser descrito como uma espécie de subjetivação fechada e constituída por agenciamentos que dão origem a comportamentos coletivos, culturais, etc., composições afetivas e sociais que agem produzindo universos de valor e de referência. A desterritorialização desfaz esses territórios, desorganizando-os e desestabilizando-os. Já as reterritorializações são tentativas de dar consciência aos territórios agora desestabilizados, um novo agenciamento que tenta instituir comportamentos, valores e referências, só que diversos dos originais. Cf. LAPOUJADE (2015).

ções do passado. Esse cidadão com direitos de segunda classe pode se tornar um ressentido, já que é afetado por uma justiça, prometida, mas que nunca vem. Encontra-se paralisado em uma estrutura psíquica desajustada, desqualificável e instrumentalizável¹⁴.

São políticas de memória cujos contornos são limitados pela perpetuação da impunidade e suas preleções acerca da necessidade de reconciliarmos dois lados radicalizados e que ainda rondariam por entre as práticas sociais do presente. Porém, são também modos de agir desenvolvidos por especialistas de Estado, que atrelados a teorias do direito e do cuidado promovem a gestão e a vitimização dos sofrimentos das vítimas¹⁵.

No processo, muitas das subjetividades não diretamente atingidas acabam por reter que a produção das vítimas políticas e a administração de suas dores não dizem respeito ao comum e ao contemporâneo. Essas vítimas são parte de um grupo de indivíduos congelados no traumático e na busca de uma imaginada vingança, que não lhes diz respeito.

Enunciados dominantes que vão de um dizer ao outro, de um saber ao outro, de um especialista ao outro, de uma vítima à outra, de nós a um outro de nós. Uma multiplicidade de agenciamentos que nos dizem: “veja essas vítimas, tantos traumas, dores, perdas, coitadas! Compreendemos seus desejos de vingança, esse ressentimento que as acompanha e chamam de justiça”.

Trabalhamos com a hipótese de que há um duplo investimento nas políticas de memória, conferindo a elas um caráter

14 Ressentimento que de acordo com Nietzsche diz respeito a algo que foi impresso na alma e não cessa de causar dor. É um sentimento reativo frente a uma ação infringida por outrem e pelo qual o indivíduo se considera injustiçado. Nasce em oposição ao outro que não eu. O filósofo associa o conceito a uma ruminação imaginária por vingança, que adquire a aparência do mérito e da justiça. O foco do ressentido não é o ato do passado, aquele que alimenta o desejo de vingança, mas o não cumprimento da promessa do presente em se desfazer das injustiças do passado. Cf. NIETZSCHE (2009).

15 Aqui pensamos no aspecto conciliador que compõe o conceito “justiça de transição”, e que abre espaço para o uso de medidas de reparação desatreladas de atos de justiça, como é prática no Estado brasileiro. Em 2012, no contexto de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade, um edital do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) voltado à contratação de especialistas em justiça de transição para apoiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, reforçou o aspecto conciliador do conceito, ao definir a justiça de transição como “uma abordagem para violações sistemáticas ou massivas de direitos humanos que tanto permite, por exemplo, reparação às vítimas, quanto possibilita ou aumenta as oportunidades para a transformação de sistemas políticos, conflitos e outras condições que podem ter sido a raiz das violações. Uma abordagem de justiça de transição, portanto, reconhece que existem dois objetivos em lidar com um legado de abusos sistemáticos ou em massa. O primeiro é obter algum nível de justiça para as vítimas. O segundo, reforçar as possibilidades de paz, democracia e reconciliação”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-contrata-especialistas-em-justica-de-transicao-para-apoiar-comissao-da-verdade-em-sao-paulo>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

ambíguo. Por um lado temos a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Comissão de Anistia e a Comissão Nacional da Verdade. Por outro, sabemos que essas políticas resultam, em grande medida, das lutas de familiares de vítimas, sobreviventes, perseguidos políticos e ativistas de direitos humanos. Opera-se com a ideia de que essas políticas são o que de melhor se produziu no país em termos de reconhecimento. Ainda assim, se constituem em técnicas de controle da memória e de seus efeitos subjetivos. Estratégias que fabricam o cidadão-vítima apartado do comum e do presente.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi criada em 1995. Sua invenção se deu a partir da abertura da Vala de Perus em 1990, durante o governo da Prefeita Luiza Erundina na cidade de São Paulo, que por sua vez decorreu das lutas de familiares de vítimas e sobreviventes. Contudo, os contornos de seu funcionamento se atrelam aos limites impostos pela ausência de atos de justiça e pelo discurso de reconciliação nacional. Em decorrência, a CEMDP garantiu basicamente a indenização pecuniária aos familiares das vítimas e um atestado de óbito, onde como motivo da morte constava “Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995”. Aos familiares coube o ônus da prova. Eles tiveram que entrar com requerimentos, procurar testemunhas e documentos comprobatórios nos arquivos abertos do DOPS, analisar fotos de cadáveres, etc (COMISSÃO, 2009).

A Comissão de Anistia foi criada a partir da Medida Provisória 2.151/01. Posteriormente convertida pelo Congresso Nacional na Lei 10.559/02. Sua criação atendeu a uma demanda por reparação pecuniária às vítimas que por suas escolhas políticas sofreram danos trabalhistas (MEZAROBBA, 2010). Assim como a CEMDP, essa Comissão foi modelada para operar nos limites do discurso de reconciliação nacional, onerando a vítima ao exigir que ela produzisse a prova¹⁶. O solicitante do estatuto de anistiado político não apenas deve apresentar documentos comprobatórios das perseguições de que foi vítima do próprio estado, que então julgará seus pedidos, como deve narrar seu sofrimento em frias palavras impressas em um requerimento. Opera-se como uma das

16 Sobre os procedimentos para a requisição do estatuto de anistiado político, cf. Comissão de Anistia. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/como-requerer-sua-anistia-politica>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

engrenagens de dissociação entre o vivido em ditadura, o contexto social de sua produção e os modos de desejar-fazer do contemporâneo. Assemelha-se a uma ferramenta, que por meio da vitimização fabrica nós e os outros. Nós, os “normalizados”. E os outros, “desajustados”, “radicais”, “ressentidos” e “sofredores”.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011 como desdobramento da condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Araguaia, em 2010¹⁷. Como as comissões anteriores, a CNV foi programada para operar nos limites das políticas de reconciliação nacional, e como indicam os formulários de autopreenchimento disponibilizados no *site* da CNV, embora voltada à inscrição da verdade histórica, ela também trabalhou na fabricação da vítima sofredora. Nesses formulários a vítima podia assinalar com “X” os tipos de violações de que fora objeto, como por exemplo: violação oral, vaginal, anal, introdução de objetos e/ou animais no corpo da vítima, manipulação/golpe nos seios, choque elétrico nos genitais, mutilações de órgãos sexuais, sexo oral, etc.¹⁸

São políticas constituídas para operarem dentro de uma lógica de governo fundada numa racionalidade segundo a qual a necessidade de proteger os diferentes interesses da sociedade legitima a gestão estatal. Gestão que é praticada por um conjunto de instituições como as forças de segurança nacional, o judiciário e as políticas de memória. São modos de operar próximos ao que Achille Mbembe descreve como codificação do sujeito racial, que em nosso contexto denominamos cidadão-vítima. “Quem é ele?”; “Como o reconhecemos?”; “O que o diferencia de nós?” “Poderá ele tornar-se nosso semelhante?”; “Como o governar para esse fim?” (MBEMBE, 2018: 61).

Para analisarmos o funcionamento das produções memorialísticas em estado de direito, para além dos efeitos de reparação e verdade histórica que elas fabricaram, é preciso direcionar-

17 A condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) decorreu dos desdobramentos da ação de 22 familiares de vítimas, desaparecidas na região do Araguaia entre os anos de 1972 e 1975, que em 1982 entraram na justiça brasileira visando a localização dos restos mortais de seus entes queridos, o esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes, assim como a responsabilização dos agentes envolvidos (CORTE, 2010).

18 No site da CNV localizamos três tipos de fichas: do Testemunho, da Violência Sexual e do Provável Violador, porém não identificamos formulários investigativos da história das lutas que transformaram militantes políticos em vítimas do aparelho de Estado ditatorial.

mos o olhar aos discursos e às práticas dominantes nas quais elas operam e que nos conduzem em nossas escolhas e possibilidades. Agenciando-nos não somente através do aparelho de Estado e suas estruturas de gestão, mas também em nossos modos de operar como indivíduos e grupos.

As máquinas de memória

No prisma da dominação, as políticas de memória se articulam aos discursos e às práticas que realimentam sofrimentos, medos, ressentimentos e inseguranças. Afetos que insurgem como desdobras das violências e dos temores produzidos em ditadura. Contudo, são percepções que não estão em livros, documentos ou arquivos, mas vivem como fantasmas grudados em nossas peles, músculos, subjetividades.

Trata-se de uma memória complexa articulada em uma variedade de questões e situações, que vão da comemoração ativa ao esquecimento. Da nostalgia à ficção. Do traumático à amnésia. Da vítima à vitimização. Da impunidade à democracia securitária. Da pacificação à guerra infinita contra o outro. Da dominação à resistência. Da imobilidade à subversão (MBEMBE, 2018: 185). Da vida à morte e do sentido que a morte dá à vida.

Devido à complexidade que a constitui e aos seus efeitos de controle essa política de memória tem um resultado socialmente devastador. Alimenta-se uma guerra que vem à superfície como uma *guerra pela segurança e pela paz*. Guerra onde as políticas de memória da democracia operam como parte das tecnologias que amenizam a dor dos corpos de familiares de vítimas e de sobreviventes através de terapias de fala e de cuidado, ao mesmo tempo que bloqueiam a emergência das potências subversivas que compõem as memórias de suas lutas. E conduzem o comportamento da população, incutindo o medo do outro virtualmente ameaçador, mas biologicamente executável, como ocorreu em ditadura e como acontece em democracia¹⁹.

Agenciamentos que penetram no social por meio de atos jurídicos e seus equivalentes, que julgam e coordenam processos

¹⁹ É o caso dos Crimes de Maio de 2006, quando mais de 500 pessoas (em sua maioria jovens-periféricos-negros) foram assassinadas, em um período de uma semana, por mascarados ou diretamente por policiais, configurando-se como a maior chacina da história contemporânea do Brasil. Cf. VIOLÊNCIA de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição (2018).

de subjetivação instituidores de sujeitos (DELEUZE; GUATTARI, 2011: 16). Atos ligados a enunciados fundadores de obrigações sociais, que operam por redundância e nos dizem o que é preciso “pensar, reter, esperar” (Idem, *Ibidem*: 17). E se expressam como discursos de verdade aparentemente neutra e imparcial, que entram em nós e nos compõem como peças autocontroláveis, mas que saem de nós como se fossem produções individuais de um *eu* enunciativo detentor de autonomia e vontade inexistentes.

Maquinarias, fundamentos, julgamentos e verdades que se conectam aos indivíduos compostos pelas máquinas de triturar e de desaparecer com corpos da ditadura, e os articulam aos contornos de controle das políticas de memória via máquinas estatais de memória. O acontecimento vivido nas salas de tortura e seus desdobramentos, tendo em vista que as mesmas salas continuam operando na democracia (em delegacias, febens, presídios, equipamentos psiquiátricos), são transformados num estado de sofrimento permanente que engendra no social uma memória constituída por imagens, narrativas e mecanismos de crueldade.

No processo, subjetividades vão sendo disciplinadas pelo medo do retorno à ditadura. Um medo que atua como espectro onipresente, inesquecível, indelével e eficaz na produção de contornos aparentemente racionais sobre o que hoje entendemos por viver em conjunto e bem. Ao mesmo tempo em que seguimos com medo do sempre atualizado inimigo interno ou íntimo (MBEMBE, 2017: 80-87).

Apesar das críticas, não temos a intenção de advogar que as políticas de memória em democracia sejam destituídas de relevância política, ou que as medidas de reparação e verdade histórica que elas fabricam não tenham inscrito parte do vivido em ditadura na memória coletiva. No entanto, como tantas vezes dito, nessas políticas predominam representações focadas no passado de uma vítima sofredora. No processo, fragiliza-se a percepção social acerca dos efeitos contemporâneos e comuns da ditadura.

Em outros termos, essas políticas compõem memórias dolorosas e feridas, que têm como uma das funções agir como peças de genealogias classificatórias²⁰. Memórias-raízes que se

²⁰ No texto *Genealogia e poder*, Foucault pensa a genealogia como ferramenta de combate às formas de dominação e a partir da conexão do conhecimento com memórias emergentes e locais. Contudo, o filósofo aponta que as memórias emergentes podem ser capturadas, recolonizadas. Transformadas no que denominamos de genealogias classificatórias. No processo, o antes desclassificado e ignorado é anexado aos sistemas de sujeição das teorias e das práticas que compõem os discursos globalizantes e suas hierarquias (Foucault, 2001: 167-177).

constituem como uma das vozes enunciativas do pensamento dominante. Instituído-se como um dos dispositivos de regulação do social. Funcionando como engrenagem da guerra contra o outro, por meio da ação que essas representações exercem sobre os processos de subjetivação.

Assim, embora as políticas de memória democráticas operem conectadas ao discurso da reconciliação e seus maquinismos de enunciação nos digam que as memórias assim produzidas nos fazem caminhar para “a mais estrita e pacífica normalidade institucional, social, jurídica, econômica” (PELBART, 2017: s/n), estamos em guerra. Uma guerra de reafirmação do colonizado e do colonizador. Uma espécie de novo colonialismo alicerçado na história da violência institucional (SANTOS, 2010: 44).

No Brasil, em meio a essa guerra não assumida, sem trégua e infinita, vemos fortalecer-se uma sociedade formalmente democrática e permanentemente racista, patriarcal e desigual, composta por um aparelho de Estado aparentemente agindo em nome da preservação da vida do desviante, mas que de fato o combate fortemente. Porém, a eficácia desse modelo de Estado só é alcançada pela corrosão da linguagem, pela perversão da enunciação, pela “sistemática inversão do valor das palavras e do sentido do próprio discurso” (PELBART, 2017: s/n).

No pós-ditadura, o “nós”, os não “negros”, não “periféricos”, não “indígenas”, não “vítimas militantes”, temos sido compostos para pensar que a sociedade está pacificada e reconciliada, e que os ataques das forças de segurança do Estado se readequaram, redirecionaram seus armamentos para atingir apenas territórios habitados por corpos matáveis que colocam em risco a ordem social.

De fato, o “nós” tem se constituído como a parte dos que vivem em meio a uma guerra travestida de uma batalha pela sua segurança e pela sua paz, na qual mais do que movimentar as políticas de reparação, verdade e justiça, interessa conservar as engrenagens securitárias do aparelho de Estado, pois são elas que hoje atacam e destroem seus inimigos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org.). Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

COMISSÃO de Anistia. Disponível em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/anistia>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e Instituto de Estudos da Violência do Estado. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil. São Paulo: Imesp, 2009.

COMISSÃO Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

COMISSÃO Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, Casa Civil, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil: sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DELEUZE; GUATTARI. Postulados da linguística. In: Capitalismo e esquizofrenia. Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 2. (Coleção Mil Platôs).

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

LAPOUJADE, David. Deleuze, os movimentos aberrantes. Trad. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. Políticas da inimizade. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MEZAROBBA, Glenda. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

NAPOLITANO Marcos. Historiografia, memória e história do regime militar brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, nº 23. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000200021>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral. Trad., notas e posfácio*: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PELBART, Peter Pál. Estamos em guerra. *Outras Palavras*, 19 jan. 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/brasil/peter-pal-pelbart-estamos-em-guerra/>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

PEREIRA, Antony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUEIROZ, Silvia Maria Brandão. As máquinas de memória: o corpo-vítima da ditadura militar brasileira como peça dos processos de subjetivação do contemporâneo. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos, São Paulo, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

TELES, Edson. *Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e África do Sul*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2015.

TELES, Janaina de Almeida. *Memória dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Apresentação. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIOLÊNCIA de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição. Relatório Final. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo, 2018.

Lo ético-político y el daño psicosocial en las luchas comunitarias de Costa Rica

María Andrea Araya Carvajal

Helga Arroyo Araya

Dylanna Rodríguez Muñoz

Introducción

Desde el año 2018 venimos realizando un esfuerzo colectivo de profundizar en reflexiones teórico-conceptuales sobre las manifestaciones de daño psicosocial y los procesos de sufrimiento ético-políticos producidos por el capitalismo neoliberal en las poblaciones más vulnerabilizadas¹.

Nos interesa explorar no sólo las afectaciones, sino también las prácticas políticas comunitarias de resistencia, que hacen que persista la lucha por la transformación social, en medio de la violencia, los despojos, el dolor y el sufrimiento.

En nuestro país las brechas y asimetrías territoriales en materia de pobreza y desigualdad, hacen que la mayor vulnerabilidad se concentre en los territorios rurales, campesinos, indígenas y costeros. Este artículo intenta hacer un análisis desde las dimensiones de daño psicosocial y sufrimiento ético-político de tres experiencias de acompañamiento comunitario.

La primera de las experiencias se vincula con la lucha territorial. La tenencia de la tierra en Costa Rica, se trata de un conflicto que no sólo está vigente sino también, que se reviste de múltiples violencias contra los territorios campesinos y pueblos indígenas. En este caso particular, se trata de la lucha campesina por tierra para trabajar y vivir, frente a un contexto transfronterizo de expansión del agronegocio que despoja de forma acelerada a las

¹ Producto de este esfuerzo se ha conformado el Colectivo Subjetividades y Rebeldías, conformado por Ignacio Dobles Oropeza, María Andrea Araya Carvajal, Helga Arroyo Araya, Dylana Rodríguez Muñoz y Patricia Velázquez Prada. Se busca la creación de un espacio de acción teórica-política, para reflexionar sobre los impactos del neoliberalismo en las subjetividades y las posibles resistencias.

familias campesinas, convirtiéndolas en mano de obra explotada de los monocultivos principalmente de la piña y de la naranja.

La experiencia de la comunidad El Triunfo en Los Chiles de Alajuela, es una de las recuperaciones de tierra más grande que se han dado en los últimos 10 años en Costa Rica y un ejemplo de cómo operan las violencias estructurales sobre los territorios pero también, de cómo desde los mismos territorios se generan procesos organizativos para la resistencia. Ésta experiencia fue abordada, a partir de un proceso investigativo interdisciplinario (Sociología y Psicología), en el marco de un Trabajo Final de Graduación, mediante la sistematización del proceso de lucha por la tierra que llevaron a cabo aproximadamente 160 familias entre el 2011 y 2016 y que sigue viva (HERNÁNDEZ y RODRÍGUEZ, 2016).

Por su parte, la segunda experiencia refiere a los procesos de resistencia de dos comunidades en la lucha por la protección del recurso hídrico. Estos resultados surgen de una investigación de la carrera de Psicología en la Sede de Occidente de la Universidad de Costa Rica, durante los años 2016-2018 que tenían como objetivo incidir en la recuperación de la memoria histórica y colectiva de dos movimientos comunitarios por la administración y protección del recurso hídrico en Playa Potrero en Guanacaste y la lucha por la protección de El Chayote de Naranjo, en Alajuela.

El proceso implicó la revisión bibliográfica, la familiarización con las comunidades, la etapa de entrevistas y el desarrollo de actividades conjuntas con las comunidades en el marco de las luchas y sus conmemoraciones.

La tercera experiencia se sitúa en el territorio indígena Bribri del cantón de Talamanca, de la provincia de Limón. En Costa Rica, el 2.4% de la población se define como indígena (INEC, 2011), constituyéndose el territorio indígena Bribri, en uno de los pueblos originarios más numerosos de nuestro país.

En el 2014 la problemática de suicidio en población joven en Talamanca fue declarada de emergencia cantonal. Como respuesta a esta declaratoria, la Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica, realizó entre el período de 2015 y 2017 una investigación para entender el impacto psicosocial del suicidio en el tejido comunitario (ARROYO y HERRERA, 2019).

Acerca de las categorías de sufrimiento ético-político y daño psicosocial

Entender la relación entre daño psicosocial y sufrimiento ético político, como dimensiones de la dialéctica de exclusión-inclusión, plantea la importancia de discutir los impactos del capitalismo neoliberal en las poblaciones con mayor vulnerabilización, cómo son los pueblos con un vínculo profundo con la tierra.

Martins (1997) afirma que esta relación dialéctica entre exclusión-inclusión, se concibe como una manifestación de las contracciones del sistémicas, en el cual operan lógicas perversas y desiguales, donde la inclusión vinculada a una posibilidad de consumo, no es más que una ilusión del aparataje capitalista que hace creer que se está incluido subjetivamente, cuando en realidad se está excluido (citado por PARDINI, 2014).

Sumado a lo anterior, Guattari y Rolnik (2006, p. 46), proponen que “los individuos son el resultado de una producción en masa [y] la subjetividad está esencialmente fabricada y moldeada en el registro de lo social”. Así, el sistema capitalista crea un sujeto que se coloca socialmente como un consumidor. Esta subjetividad está constantemente circulando por los diversos grupos sociales existentes, los cuales la asumen y la viven desde sus particularidades. Estos autores plantean dos extremos desde los cuales las personas pueden vivir esa subjetividad: “una relación de alienación y opresión, en la cual el individuo se somete a la subjetividad tal como la recibe, o una relación de expresión y de creación, en la cual el individuo se reapropia de los componentes de la subjetividad, produciendo un proceso que llamaríamos de singularización” (p. 48).

Marcuser (1993), en el *Hombre Unidimensional*, ya había referido con claridad al primero de estos fenómenos, llamándolo servidumbre voluntaria, entendida como la expresión absoluta de alienación, en que el ser humano se somete a lógicas de dominación a través del consumo, creyendo que es libre subjetivamente para poder decidir.

Sawaia (2014, p. 109), retoma a Foucault, para afirmar que la inclusión es un proceso dialéctico de la exclusión: “la inclusión social es el proceso de disciplinarización de los excluidos, por lo tanto, es un proceso de control social y mantenimiento del

orden en la desigualdad social”. Desde esta concepción, la autora plantea que la inclusión pierde su ingenuidad y es vista como un instrumento de perfeccionamiento del sistema capitalista para perpetuar el orden social, manteniendo la desigualdad como su eje central de funcionamiento.

Estas formas de vida estructuradas desde la desigualdad, producen transformaciones subjetivas que constituyen relaciones de “alienación, antagonismo y explotación, que son el núcleo de las relaciones de producción capitalistas, que adquieren los contornos, la estructura y los movimientos de esta sociedad” (SAWAIA, 2014, p. 5).

Para Sawaia (2009), la relación entre las amenazas provenientes de la injusticia social y las afectivas, produce un proceso psicológico que ella denomina sufrimiento ético-político, qué es un dolor profundo que genera sentimientos de deshumanización: “es el sufrimiento que surge de la situación de ser tratado como inferior, subalterno, sin valor, apéndice e inútil de la sociedad” (SAWAIA, 1999, p. 56).

Para la autora, la desigualdad social provoca miseria y deshumanización:

La desigualdad social se caracteriza por la amenaza permanente a la existencia. Ella cercena la experiencia, la movilidad, la voluntad e impone diferentes formas de humillación. Ese agotamiento permanente produce un intenso sufrimiento, una tristeza que se cristaliza en un estado de pasión crónica en la vida cotidiana, que se reproduce en el cuerpo memorioso de generación en generación. Bloquea el poder del cuerpo de afectar y ser afectado, rompiendo los nexos entre mente y cuerpo, entre las funciones psicológicas superiores y la sociedad (SAWAIA, 2009, p. 370).

Esto afecta las relaciones y la vida cotidiana y puede generar traumas psicosociales. El concepto de trauma psicosocial fue propuesto por Martín Baró (1990, p. 78) para entender el daño producido en las relaciones cuando “(a) La herida ha sido producida socialmente, es decir, que sus raíces no se encuentran en el individuo, sino en la sociedad y (b) que su misma naturaleza se alimenta y se mantiene en la relación entre el individuo y la sociedad”.

El autor refiere que el trauma psicosocial es la cristalización del sufrimiento las personas con relaciones dañadas (MARTÍN

BARÓ, 1990). Al respecto Dobles (2016), retomando a Martín Baró, enfatiza el carácter dialéctico e histórico del trauma psicosocial, siendo un daño que ha rebasado todas las defensas produciendo afectaciones subjetivas- Lo que en términos de Simões (2014, p. 11) es “un conjunto de síntomas psicosociales que se generan en un colectivo a partir de un proceso histórico caracterizado por intensa violencia política”.

Dobles y Rodríguez (2019) sintetizan las siguientes claves para realizar acercamientos prácticos y conceptuales al tema del daño psicosocial:

- » Se trata de eventos intensos que desbordan las capacidades de defensa.
- » Presentan un daño duradero.
- » La herida relacional provoca efectos en la psiquis individual.
- » Se distingue entre afectación y daño, precisando entre intensidad y temporalidad, en la que el daño tiene un efecto relativamente permanente.
- » El daño se puede internalizar provocando sentimientos de humillación, miseria, culpa y deshumanización.
- » Algunas dimensiones de daño: el miedo, la angustia, la incertidumbre, el sufrimiento ético-político, el fatalismo, la paralización, la violencia, la inseguridad generalizada, las rupturas en la cotidianidad y la alteración en el tejido social en lo material y lo simbólico.
- » Algunos indicadores de daño: la falta de confianza, la inseguridad identitaria, la imposibilidad de elaborar memorias, el aislamiento, la fragmentación, las enfermedades psicosomáticas, daños corporales, el despojo de lo identitario, la sumisión, entre otros.

Esta breve discusión conceptual entre la dialéctica de exclusión/inclusión, el sufrimiento ético-político, el trauma psicosocial y el daño psicosocial, nos llevan a cuestionarnos cómo se construyen procesos políticos de resistencia comunitaria que potencien lo colectivo, en medio de escenarios de despojo, deshumanización y desigualdad, lo cual profundizaremos en el siguiente apartado.

Procesos comunitarios de lucha y resistencia

La lucha campesina por tierra: la experiencia de El Triunfo²

En la década de los ochenta en un escenario de profunda crisis económica en Costa Rica, el sector campesino se vio fuertemente afectado debido a las transformaciones estructurales de la economía, y los procesos de territorialización y desterritorialización (LLAGUNO, CERDAS e AGUILAR, 2014). Durante esa época, se gestaron múltiples tomas de tierra por todo el país, ante la puesta en marcha de políticas estatales financiadas por la Agencia Internacional para el Desarrollo (AID).

Esta situación de transformación de las condiciones para el sector campesino queda evidenciada a través de las políticas estatales de las instituciones que deben velar por el bienestar de este sector, correspondiendo a la esencia misma del modelo de desarrollo colonial y capitalista que convierte a las culturas, a las personas y a los bienes comunes, en monedas de cambio mercantilizables y desechables. Frente a ese contexto de despojo nacional y regional es que tiene lugar el caso que compartiremos respecto a la lucha por la tierra.

¡Queremos tierra, queremos trabajar!

La investigación de Hernández y Rodríguez (2016), sistematiza el proceso de lucha por la tierra en la comunidad El Triunfo en Los Chiles de Alajuela -comunidad transfronteriza entre Costa Rica y Nicaragua-, en el cual un grupo de familias campesinas nicaragüenses y costarricenses, realizaron un proceso de recuperación de tierra en una finca de aproximadamente 360 hectáreas, perteneciente a empresarios holandeses y que era arrendada en ese momento, por un productor local de granos básicos (maíz, frijoles) y tubérculos (yuca, ñampi).

Este proceso de recuperación inició antes de la toma propiamente, pues implicó una organización previa que nació como iniciativa de un par de campesinos y se extendió a muchas familias que como ellos, tenían el mismo problema: falta de tierra. “El reconocimiento por parte de este grupo de familias en su condición de

² Video corto que retrata la memoria y las cotidianidades de la comunidad: <https://www.youtube.com/watch?v=CHaT8CQivLQ>.

ser campesinas y campesinos sin tierra, y de la falta de respuesta estatal ante sus demandas es lo que conllevó a la primera etapa organizativa, como una forma de encontrar soluciones colectivas a sus necesidades” (HERNÁNDEZ y RODRÍGUEZ, 2016, p. 126).

En caravana y con sacos cargados de esperanza y dignidad, el 08 de abril del 2011 ingresaron a la finca, dando inicio la lucha por la tierra en que se enmarca la constitución de esta comunidad, y en la que, gracias a la presión de la organización, el Instituto de Desarrollo Rural (INDER) debió intervenir (HERNÁNDEZ e RODRÍGUEZ, 2016). Fueron seis desalojos violentos los que estas familias enfrentaron, los cuales implicaron agresión física con armas de fuego y gases lacrimógenos contra las personas recuperantes, destrucción de cultivos y champas, contaminación de pozos de agua y amenazas de muerte. Todo ello, orquestado entre instituciones estatales e intereses privados, incluso, estos desalojos finalizan con la publicación de un audio en el que un Subteniente de la Fuerza Pública, instruye a oficiales de seguridad privada — contratados por el arrendatario —, para que disparen directamente a la cabeza de las personas campesinas.

Luego de evidenciar que la violencia era ejercida desde las estructuras de poder y tras fuertes medidas de presión por parte de las familias recuperantes, el Estado asumió (a medias) el caso e inició un proceso de expropiación para la dotación de tierras, que también fue violento pues mediante el proceso de selección de “familias clasificables a una parcela”, se transgredió la vida de las mujeres, se cuestionó su ser campesinas, se solicitaban requisitos absurdos como por ejemplo, facturas de compras agrícolas de hacía 10 años, solo por mencionar algunos. Esto hizo que incluso muchas familias, ante la desesperación y la incertidumbre decidieran abandonar su lucha y muriera la esperanza, es decir, se sumieran en aquello que Sawaia (1999), ha identificado como sufrimiento ético-político, que no solo pasa por un sentido económico de exclusión social sino de deslegitimación.

A partir del proceso investigativo, se puede analizar esta experiencia desde dos formas de violencias, por un lado, las que se reproducen a través de la institucionalidad y por otro lado, las violencias manifiestas que agreden y reprimen directamente a los cuerpos, eso último a partir de una construcción del “otro”

que justifica la violencia: el terrorista, el invasor. Como argumenta Martín-Baró (1990), el deshumanizar al otro, convirtiéndolo en el enemigo, no es otra cosa que la manera en que un grupo justifica el uso de la violencia represiva hacia quién considera amenaza para sus intereses.

Este proceso de recuperación de tierras se inscribe en una conflictividad territorial, cuya disputa se da entre dos modelos de desarrollo rural opuestos (producción campesina-agronegocio), al mismo tiempo, que es llevada a cabo por sujetos políticos (recuperadores), que desde la organización y los espacios colectivos, reivindican los derechos frente a las violencias.

Las múltiples violencias implican en esos sujetos, rasgos de lo que hemos posicionado como daño psicosocial, ya que elementos como el miedo, la incertidumbre, la inseguridad y las alteraciones de los tejidos sociales materiales y simbólicos, están presentes en esta experiencia. Sumado a lo anterior, Dobles y Rodríguez (2019) señalan que el daño psicosocial debe comprenderse en términos de las relaciones sociales, aunque atraviese lo individual.

Playa Potrero y El Chayote: comunidades que luchan por el agua

Desde la década de los setenta, en América Latina se ha tenido claridad de la importancia de que todas las personas tengan acceso al agua, potable para consumo humano, al ser este un elemento esencial para la vida humana (BECERRA, 2006). No obstante, la región no ha logrado asegurar que este recurso sea tratado como un derecho de los pueblos, por el contrario, hacia finales del siglo XX y durante el XXI, cada vez se trata al agua más como una mercancía, siendo codiciada por empresas transnacionales.

Esta situación presenta al recurso hídrico como un privilegio, y no como un derecho, por lo que desde el modelo neoliberal se exagera la explotación de fuentes de agua para su uso lucrativo y privado (SPRONK, CRESPO y OLIVERA, 2012). Los estados nacionales de la región han respaldado la privatización del recurso atentando contra la vida de las personas y los pueblos en general, y en particular de comunidades vulnerabilidades como lo son las zonas costeras, los pueblos indígenas, y zonas de desposesión y pobreza (PEÑA, 2005).

En ese contexto, las luchas de pueblos y comunidades para defender el derecho al agua han sido formas de oponerse a la explotación del recurso y también una forma de deslegitimación del modelo neoliberal (SPRONK, CRESPO y OLIVERA, 2012; PEÑA, 2005). Estas luchas han tenido logros, aunque lamentablemente aún no han sido suficientes para generar una transformación que garantice el agua para todos y todas (UNESCO, 2019).

A continuación, se presentará la experiencia entre el 2016 y 2017 de dos comunidades costarricenses que se han organizado para luchar por el derecho al agua: Playa Potrero en Santa Cruz de Guanacaste (Pacífico Norte), y El Chayote, en la comunidad de Naranjo, ubicado en el Valle Central, región de Occidente.

El contexto comunitario

En el cantón de Naranjo, en la provincia de Alajuela, se encuentra una zona protegida denominada El Chayote. En el 2010, ante amenazas de cambiar el uso de tierras de esta zona, se creó una Comisión para la Defensa de la Zona Protectora EL Chayote, generándose manifestaciones populares para evitar poner el riesgo los ocho ríos que allí nacen y que abastecen a varios cantones de la región de occidente. Tras años de resistencia se logró proteger la zona sin embargo, actualmente el agua está en peligro por un proyecto privado que promueve la creación de una embotelladora.

El caso de Playa Potrero se relaciona con el *boom* turístico que ha vivido la provincia de Guanacaste desde hace aproximadamente cuatro décadas. En el año 2014, el Instituto Costarricense de Acueductos y Alcantarillados (AYA), que hasta el momento había dado respuestas nulas a las denuncias de los malos manejos del agua de las empresas hoteleras transnacionales, por parte de entidades y colectivos comunales, decidió despojar a la comunidad del acueducto comunitario (ASADA), que administraban desde 1991. Ante esta situación y las amenazas de empresas turísticas de extraer agua sin permisos y de manera desmedida, la comunidad se organizó para defender el acueducto.

Los dos casos expuestos son ejemplos de estrategias político-económicas que vulnerabilizan más a poblaciones que ya tienen condiciones de exclusión social. Al respecto Butler (2014,

p. 48) señala que la vulnerabilidad tiene implicaciones entre las cuales se encuentra la comprensión de “quiénes somos [...] como seres que intentamos persistir, entendiendo que esa persistencia puede y está en peligro cuando las estructuras sociales, económicas y políticas nos explotan o nos malogran”. Es decir, vulnerar a personas que ya viven en condiciones de exclusión, les atraviesa en su percepción de sí mismos, ubicándoles ante sí y ante los otros como sujetos sin valor, de los cuáles se puede prescindir.

Poner el cuerpo ante el despojo

Segato (2016) indica que operan tres patrones de violencia que han sido utilizados para crear ambientes de miedo e inseguridad de la población, que finalmente lo que buscan es el control del territorio (y, se podría agregar, de los cuerpos). Estos son: a) la ejecución de atrocidades de una forma tal que se tornan de público conocimiento; b) la destrucción de todo lo que sea socialmente significativo, de los hitos de la historia y de la cultura, por medio de la remoción de sus huellas físicas, y de las edificaciones religiosas y de los monumentos históricos que permitan la reclamación territorial; y c) la deshonra por medio de la violación sistemática y el abuso.

En los casos que nos competen, se podría decir que, esos a quienes las personas entrevistadas perciben como entes externos a la comunidad que vienen a quitarles lo propio, han utilizado el segundo patrón mencionado por Segato para lograr controlar territorios. Lo han hecho de diversas maneras (uso de la fuerza policial, arrebato de organizaciones comunales, encarcelamiento de personas manifestantes, etc.) y utilizando diversas tramas discursivas (el desarrollo, el progreso, la competencia institucional, etc.).

Sumado a ello, se puede decir que el hecho de intentar despojarles del agua, es una forma de violencia que indiscutiblemente atraviesa la vida y los cuerpos de quienes viven allí, y aunque no llega a la violación sistemática y masiva que menciona la autora, sí se puede hablar de una violación contra los cuerpos: se les quita el agua, el derecho a la organización comunitaria, el derecho a la disidencia, se les coarta la autonomía, los derechos y la

libertad de las personas y las comunidades. Se les quiere arrebatar la tierra y el agua. Y eso significa matarles.

En relación con lo anterior, Sawaia (2014, p. 9) menciona que la dialéctica de la exclusión/inclusión generan subjetividades las cuáles “no pueden ser explicadas únicamente por la determinación económica, sino que ellas determinan y son determinadas por formas diferenciadas de legitimación social e individual, y se manifiestan en la vida cotidiana como identidad, sociabilidad, afectividad, conciencia e inconsciencia”.

En la experiencia de vida de las personas de las comunidades en que se trabajó, hay una clara percepción de los procesos de exclusión, los cuáles generan estrategias de resistencia. Ante este panorama, se pudo advertir en las entrevistas, que las personas resisten a partir de sus emociones, las cuales les vinculan con los territorios, y frente a las amenazas de despojo del agua (como parte del territorio) y a su relación con ella (de identidad y de necesidad) están en disposición de poner el cuerpo para resistir.

Entonces, se puede decir, que estas luchas se generan desde los cuerpos: las personas hacen presencia, alzan la voz, marchan, cantan, hacen vigiliadas, entre otros. Por lo cual se retoma el término “poner el cuerpo” de Sutton (2007), como una agencia política de resistencia que implica tanto estar presente en un espacio específico, como un involucramiento con una causa social por la cual se asumen riesgos concretos (etiquetas, despidos, heridas, torturas o incluso, la muerte).

La lucha se genera entonces a partir de la conciencia de lo común, de la defensa de lo que pertenece a toda la comunidad y no solo a unos cuantos, que además vienen de “afuera”:

Vecina: Yo pienso, verdad, es mi opinión, muchísima gente de la que hace construcciones dentro del desarrollo, pueden construir en cualquier momento y pueden dejar de construir e irse a construir a otro lado que son puros socios y esos socios tienen su buen dinero para invertir pero, ¿y la gente de la comunidad qué?, nuestros niños, nuestros adultos mayores, los que vienen desde hace muchos años manteniendo su origen dentro de ellas, entonces eso es lo que me hace estar posiblemente en este lugar (Entrevista M, Potrero, 2016).

Según esa percepción, se encontró que se concibe como un logro de la organización comunitaria, y su lucha por el agua la posibilidad de proteger los bienes comunes, pensando en generaciones futuras y en generaciones que han vivido en las comunidades desde hace muchas décadas. Es decir, el agua se vuelve un símbolo del bien común y la lucha por este recurso se convierte en una estrategia de resistencia colectiva ante un sistema de deshumanización y despojo.

De la exclusión al grito: Talamanca resiste

“Los Bribris nacemos en la oscuridad, pero crecemos en la luz”

Historias de Resistencia Bribri

El nombre del cantón de Talamanca tiene impresa las memorias del despojo: “Sólo Santiago de Talamanca, fundada en 1605 a orillas del río Sixaola logró permanecer cinco años, pero fue finalmente destruida por una rebelión de la población local. De Santiago lo único que quedó fue el nombre Talamanca” (GUEVARA y CHACÓN, 1992, p. 31).

Al igual que la tierra a la que pertenece, el nombre del territorio indígena Bribri es nombre impuesto. El sonido a los oídos españoles no correspondió a la palabra: Bribri parece haberse derivado de *“bibliwak”*, que es la referencia a tener clan (GUEVARA y CHACÓN, 1992). Se cree que su nombre verdadero es *“dëri”* qué significa fuerte, valiente, pueblo de espíritu guerrero (BOZA, 2014).

Como una extraña ironía, este territorio indígena de espíritu guerrero, que nunca pudo ser conquistado por los españoles, habita en una permanente exclusión material y simbólica (ARROYO, 2019). Talamanca, el segundo cantón más grande de Costa Rica, es el de los mayores índices de incidencia de pobreza y el de los menores índices de desarrollo humano y desarrollo social (INEC 2011; MIDEPLAN 2017).

Aunado a este contexto de exclusión, en el 2014, se registraron en Costa Rica 302 muertes por suicidio. Específicamente en el cantón de Talamanca, en este año se reportaron 47 intentos de suicidio, de los cuales 11 fueron consumados (CCSS; OJI, 2014). Tanto en los casos de intento, como de suicidio consumado la afec-

tación predominante estaba en el territorio indígena Bribri (ARROYO y HERRERA, 2019).

Según datos del INEC (2011), la población del cantón de Talamanca representa sólo el 0,66% de la población del país, por tanto, una incidencia de 11 suicidios consumados en proporción a la estadística nacional, suponía datos alarmantes. En setiembre del 2014, la Municipalidad de Talamanca, mediante acuerdo del Concejo, declara la problemática de suicidio de emergencia cantonal (ARROYO, 2019).

En este marco, la Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica realiza entre los años 2015 y 2017 la investigación-acción, desarrollada por Arroyo y Herrera (2019), sobre el análisis psicosocial del suicidio en población joven indígena Bribri. Esta investigación partió de un enfoque psicosocial del suicidio que, aunque reconoce los determinantes individuales de este continuum autodestructivo, enfatiza su análisis en los componentes estructurales, históricos y culturales que condicionan las subjetividades e intersubjetividades.

El vínculo con la tierra y la historia de despojos

El vínculo con la tierra en los Bribris es elemento fundante, que sostiene el sentido en la existencia: “En esta visión de mundo la relación del ser humano con la tierra se entiende como uno solo, es decir, ser humano es ser parte de la naturaleza y viceversa, ambos se encuentran en el mismo nivel, de modo que si se afecta la tierra, efectivamente existirán efectos sobre la persona misma” (MORALES, 2009, p. 12). En la Cosmovisión indígena Bribri, la preservación del equilibrio entre todo lo existente es el atributo central de su razón de ser.

Según Arroyo (2019) la memoria histórica no oficial del territorio indígena Bribri da cuenta de su lucha permanente por la defensa de la tierra. Para entender este fenómeno Rojas (2009) establece tres períodos en la historia indígena Bribri, donde ha prevalecido la resistencia a los intentos de violencia, colonización, dominación y destrucción de lo común:

- » 1500 hasta la segunda mitad del siglo XIX: intentos de colonización española.
- » Segunda mitad del siglo XIX hasta la primera mitad del

siglo XX: la llegada de la United Fruit Company (UFCO) ejerciendo una nueva forma de dominación a través del capital.

» 1950 a la fecha: El Estado a través de la imposición de políticas y formas culturales occidentales, que intenta aniquilar la diferencia, homogenizando y occidentalizando los saberes (ARROYO y HERRERA, 2017).

En estas violaciones se pone de manifiesto la desaparición de la persona jurídica, ya que hasta la década de los noventa, las personas indígenas no eran consideradas ciudadanas costarricenses (HILJE, 2014; ARROYO y HERRERA, 2019). A esto se suma, que la imposición de la educación occidental trae con ella la prohibición de hablar el idioma Bribri, lo que cercena la transmisión simbólica cultural más importante para ser sujetos sociales. Estos recursos de dominación y control, evidencia lo que Arendt (1968) denominó el aniquilamiento de la persona jurídica como vía para el despojo de toda la humanidad que hay en ella (ARROYO, 2019).

A estos períodos de violencia sistemática se suma uno con un carácter totalmente diferente: el de la globalización y el aceleramiento de los procesos de aculturación y debilitamiento de la identidad cultural indígena Bribri. Arroyo y Herrera (2019, p. 18) señalan que “en este sentido, la ausencia de fronteras y barreras, y así como la dinamización de lo global a través de mecanismos tecnológicos, crea procesos de tensión, ruptura y desterritorialización, que pueden devenir en formas de transculturación y aculturación”.

El sufrimiento ético-político y el daño psicosocial que se responde con la muerte

Cuando las personas habitan contextos de exclusión y violencia social, materializan en sus cuerpos y en sus relaciones el sufrimiento que generan estos entornos. Se trata de una ruptura psíquica y relacional, violenta y súbita, que encuentra una manifestación extrema cuando emerge de la desigualdad.

Sawaia (2018), afirma que el sufrimiento ético-político en grupos étnicos violentados, puede dar lugar a la muerte, porque provoca una nostalgia, un profundo sufrimiento por la cultura que

es arrebatada y aniquilada.

En este sentido no resulta difícil situar las dimensiones de sufrimiento ético-político presentes en el contexto del territorio indígena:

- » Procesos de violencia sistemática e histórica.
- » Altos indicadores de exclusión y desigualdad social
- » Debilitamiento cultural.
- » Proceso de aculturación dinamizados en la actualidad por tiempos acelerado que contradicen la visión del tiempo Bribri.
- » Paralización de la acción comunitaria ante el dolor y el sufrimiento
- » Destrucción de lo común
- » Trauma psicosocial

El pasaje al acto de darse muerte, constituye en este escenario de sufrimiento la expresión más profunda de deshumanización. Los resultados de la investigación de Arroyo y Herrera (2019, p. 19) revelaron que los factores incidentes del suicidio en el territorio indígena Bribri están vinculados con un trauma psicosocial, resultado de un proceso intenso, histórico y sistemático de violencia política, social, cultural y económica: “encontramos que, en el caso del territorio indígena Bribri, el sufrimiento generado por estas prácticas violentas se ha transformado en autodestrucción y en el pasaje al acto suicida”.

Los autores concluyen que en el territorio indígena Bribri el suicidio es la materialización de la muerte social y cultural previa (ARROYO y HERRERA, 2019), donde la violencia cobra en la actualidad dimensiones mucho más destructivas, que se construyen a partir de relaciones de desigualdad.

Estos procesos sistemáticos de despojos, trajeron consigo la fractura de la unidad del sujeto Bribri, que desde la Cosmovisión es la comunidad y no el individuo. Se produce un rebasamiento de las defensas, con efecto relativamente permanente, que se traduce en sentimientos de humillación, miseria, culpa y deshumanización (DOBLES y RODRÍGUEZ, 2019).

De esta forma se crea un abismo enorme, un hueco que amenaza con desaparecer al sujeto. Se trata de un mecanismo del capitalismo neoliberal donde la muerte se instaura como instru-

mento de dominación político, tal como lo señala Chul Han (2017, p. 10) “la violencia del otro no es lo único que resulta destructivo. La expulsión de lo distinto pone en marcha un proceso destructivo totalmente diferente: la autodestrucción”

Sin embargo, a pesar de estos resultados no tan esperanzadores, la recuperación de esta memoria de dolor y la significación del trauma psicosocial, posibilitó que en medio de la exclusión, se construyeran acciones comunitarias de incidencia política y de resistencia.

Se reconocen tres hitos en el proceso desde el 2014 a la fecha: 1. La conformación de una instancia local articuladora entre lo institucional y comunitaria que posibilitó la firma de un decreto ejecutivo -hoy de acatamiento obligatorio para todo el país- dónde se sientan las responsabilidades de cada actor social y en el proceso de prevención, intervención y posvención del suicidio. 2. La creación de un programa de clínica comunitaria llamado Casitas de Escucha, con un abordaje que reconoce el vínculo como factor de protección por excelencia ante el suicidio y el fortalecimiento de lo cultural como la vía de resistencia (ARROYO y HERRERA, 2019). 3. La construcción de iniciativas comunitarias de resistencia que buscaban la recuperación de los saberes ancestrales y la construcción de puentes entre las personas Mayores (quienes resguardan el conocimiento) y las personas jóvenes.

Estas acciones lograron que en el 2018 se redujeran los índices de intentos y suicidios consumados a la mitad, lo que le valió al cantón el premio nacional al Mejoramiento de la Calidad de Vida, por el reconocimiento a la acción colectiva comunitaria en la prevención del suicidio.

Reflexiones finales: resistir para vivir

La organización y la defensa de lo común, constituyen acciones grupales de resistencia a las imposiciones del modelo económico que apuesta por el individualismo, la opresión y el despojo (HERNÁNDEZ y RODRÍGUEZ, 2016). La recuperación de las memorias colectivas, la visibilización del sufrimiento y los procesos de defensa de lo común, constituyen fuerzas esperanzadoras y de resistencia.

Es necesario retomar el tema de lo común y lo colectivo

como un elemento fundamental para comprender las luchas comunitarias, así como otros movimientos de resistencia y organización social, En esta línea se retoma lo que lo que Castro (1993) denomina la “conciencia colectiva”. Para esta autora, una comunidad tiene como base que las personas estructuren una conciencia de ser parte de ella, lo cual posibilita que se pueda generar cohesión y fuerza. Lo anterior también se puede entender como “sentido de comunidad”, que se refiere “a las circunstancias de vida compartidas” (MONTERO, 2004, p. 100).

Dentro de este marco, se resalta esa concepción del sujeto colectivo que posibilita la desterritorialización, reterritorialización y la defensa por lo común. Por ello, la recuperación de la tierra, las luchas por el agua y las resistencias ante las violencias colonizadoras, aún con las secuelas dolorosas que deja frente a un contexto violento, opresor y de despojo, implica una forma de desafiar las formas institucionalizadas del poder coercitivo.

Los daños a los diversos territorios denotan relaciones de dominación propias de una estructura de poder que a través de políticas socioeconómicas, excluyen a los sectores campesinos, indígenas y costeros en virtud del modelo extractivista, pero la resistencia por parte de las comunidades, aún bajo condiciones de vulnerabilización, da cuenta de la dignidad que se construye desde la defensa colectiva de la vida y del territorio.

“No hay nada más subversivo que el Nosotros”

Libro de los saberes

Referencias

ARAYA, Maria y ARROYO, Helga. Programa. Transformaciones sociales y subjetividades: una aproximación psicopolítica a procesos de resistencia comunitaria. Manuscrito inédito. Archivo de Microsoft Word. 2020.

ARAYA, Maria y ROJAS, Marco. Las luchas comunitarias por el recurso hídrico: espacios de construcción identitaria y de transformación social. En: ARIAS, D. (Editor). Mutaciones de la cultura, el poder y sus categorías: Memoria del IV Coloquio Repensar América Latina. San José: Centro de Investigación en Identidad y Cultura Latinoamericanas, 2017. p. 133-161. Libro electrónico ISBN 978-9930-9611-0-0.

ARAUJO, Fátima. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, p. 60-69, 2014.

ARENT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid: Editorial Taurus, 1968.

ARROYO, Helga e HERRERA, D. Análisis psicosocial del suicidio en personas jóvenes indígenas Bribris. *Revista Reflexiones*, San José, Costa Rica, v. 98, n. 2, p. 7-22, 2019.

ARROYO, Helga. Exiliados en su propia tierra: suicidio, despojos, memoria y resistencias. En: *COLOQUIO HABITAR EL EXILIO: PENSAR LOS LUGARES A PARTIR DE LOS PROCESOS DE CREACIÓN*, 2019, París. Manuscrito inédito. Archivo de Microsoft Word.

ARROYO, Helga. *Historias de Resistencia Bribi*. Talamanca: Municipalidad de Talamanca, 2018.

BECERRA, Andrea. *Movimientos Sociales y Luchas por el Derecho Humano al Agua en América Latina*. Polis, Santiago, Chile v.14, 2006, p. 1-7. Disponible en: <http://journals.openedition.org/polis/5282>. Acceso en: 26 de febrero, 2020.

BOZA, Alejandra. *La frontera indígena de la Gran Talamanca 1840-1930*. San José: EDUPUC, 2014.

BUTLER, Judith. Vida precaria, vulnerabilidad y ética de cohabitación. En Sáenz, Begonya, *Cuerpo, memoria y representación*. Adriana Cavarero y Judith Butler en diálogo. Barcelona: Icaria Editorial, 2014. 125 p.

CASTRO, Maria. *La psicología, los procesos comunitarios y la interdisciplinarietà*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1993.

CAJA COSTARRICENSE DEL SEGURO SOCIAL. *Departamento de Epidemiología. Base de Datos 2014*. Área de Salud Talamanca, 2014.

CHUL HAN, Byung. *La Expulsión de lo distinto*. Barcelona: Editorial Herder, 2017.

DOBLES, Ignacio e RODRÍGUEZ, D. *Daño psicosocial: conceptualización y praxis*. Manuscrito inédito. Archivo de Microsoft Word, 2019.

DOBLES, Ignacio. *Martín-Baró: Una lectura en tiempos de quiebres*

y esperanzas. San José: Editorial Arlekin, 2016. 345 p.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. Micropolítica. Cartografías del deseo. Madrid: Traficante de sueños, 2006. 381 p.

GUEVARA, Marcos y CHACÓN, Ruben. Territorios indios en Costa Rica: orígenes, situación actual y perspectivas. San José: Editorial García Hermanos, 1992.

HERNÁNDEZ, José, RODRÍGUEZ-MUÑOZ, Dylanna. Recuperación del proceso de lucha por la tierra en la comunidad El Triunfo, Los Chiles, Alajuela (2011-2016). Trabajo final de graduación para optar por el grado de Licenciatura, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Costa Rica, 2016.

HILJE, Walter. La reconfiguración cultural indígena en Costa Rica: el caso de los bribri (Talamanca, provincia de Limón, Costa Rica). Tesis de maestría, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. Censo Nacional de Población. San José: INEC, 2011.

LLAGUNO, José, CERDAS, Gerardo, AGUILAR, Carlos. Transformaciones y continuidades en el capitalismo agrario centroamericano: el caso de Costa Rica. En: ALMEYRA, Guillermo, CONCHEIRO, Luciano, MENDES, João y PORTO-GONCALVES, Carlos (Coord.) Capitalismo, Tierra y Poder en América Latina (1982-2012). Argentina: Ediciones Continente, 2014.

MARCUSE, Herbert. El Hombre Unidimensional. Buenos Aires: Editorial Planeta-Agostini, 1993.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Psicología Social de la Guerra: trauma y terapia. San Salvador: UCA Editores, 1990.

MIDEPLAN. Informe sobre el Índice de desarrollo cantonal. San José: MIDEPLAN, 2017.

MONTERO, Maritza. Introducción a la psicología comunitaria. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MORALES, P. M. Siwa Ka: Informe de Final. Talamanca: Asociación Comisión de Mujeres Indígenas Bribris de Talamanca. Manuscrito inédito. Archivo de Microsoft Word, 2009.

ORGANISMO DE INVESTIGACIÓN JUDICIAL. Personas fallecidas en Costa Rica por suicidio en el 2014. Accesado en: <https://www.poder-judicial.go.cr/planificacion/index.php/estadisticas-2014?download=444:suicidios-analisis>

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. Informe Mundial de Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos 2019: NO dejar a nadie atrás. París: UNESCO, 2019.

PARDINI, Maura. Exclusión social: un problema brasileño de 500 años. En: SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Sao Paulo: Editora Vozes, 2014.

PEÑA, Francisco. La lucha por el agua Reflexiones para México y América Latina. En: _____, Pueblos indígenas, Estado y democracia. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROJAS, Daniel. Dilema e identidad del pueblo Bribri. San José: Editorial UCR, 2009.

SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAWAIA, Bader, ALBUQUERQUE, Renan y BUSARELLO, Flávia. Afeito e comum: reflexões sobre a **práxis psicossocial**. São Paulo: Editorial EDUA, 2018.

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. En: Revista Psicología Social, v. 21, n. 3, 2009, p. 364-372.

SCOTTO, Gabriela y RAMALHO, Angela. Conflictos ambientales en Brasil: ¿naturaleza para todos o solamente para algunos? Río de Janeiro: IBASE, 1997.

SEGATO, Rita. La guerra contras las mujeres. Madrid: Traficantes de sueños, 2016. 188 p.

SIMÕES, Bruno. Parecer técnico Psicológico sobre los impactos psicosociales de la población indígena Krenak. Manuscrito inédito. Archivo de Microsoft Word, 2014.

SPRONK, Susan, CRESPO, Carlos y OLIVERA, Marcela. Las luchas

por la justicia del agua en Latinoamérica: Alternativas públicas y 'público-sociales'. En: Alternatives to privatization: Public options for essential services in the global South. Ontario: Municipal Services Project, 2012, p. 1-33.

SUTTON, Barbara. Poner el Cuerpo: Women's Embodiment and Political Resistance in Argentina. En Latin American Politics and Society, 49(3), 129-162, 2007.

Em busca de repostas para a pergunta de Daniel: reflexões sobre a política de extermínio de jovens negros periféricos no Brasil a partir da psicologia sócio-histórica

*Aline Matheus Veloso
Cinara Brito de Oliveira*

Uma introdução-história para os escritos acadêmicos

Daniel teve que esperar eu ir almoçar para ser atendido, de modo que só nos encontramos quando retornei. Subimos para a sala de atendimento. Daniel e eu tínhamos criado um vínculo muito interessante. Sentado à minha frente, interrompeu o percurso da minha fala dizendo: “Aline, posso te perguntar uma coisa?”. Aceitei que sim com a cabeça e ele prosseguiu: “Você teve medo de morrer quando foi almoçar?”. Lembro-me de uma temporalidade que aquela pergunta gerou em mim, que certamente só pude me voltar para ele respondendo que “não!”.

Se não fosse pelo “surrupião” tomado pelo questionamento do menino eu teria investigado melhor aquela pergunta. Lembro apenas que ele me respondeu dizendo que não parava de pensar nisso e, também, de ter lido para ele qualquer trecho de um livro de Fanon anotado no meu caderno em cima da mesa. Então Daniel me fez outra pergunta: “Ele é preto?”, como quem fala de seu saber sobre Fanon que deve advir de suas, ainda que distantes, relações íntimas entre o menino sentado à minha frente e o autor que eu recitava.

Tempos depois, Daniel me ligou numa madrugada desesperado. Havia brigado com a mulher, como consequência ela o expulsou de casa e, como estávamos trabalhando episódios anteriores de agressão, saiu de casa como quem não quer se deixar repetir. Mas o que ocorria fora de casa? Uma rua deserta, pouco

iluminada, seu corpo preto na quebrada “aquelas horas”. Qualquer som poderia se delirar na sirene dos “homí”, das puta. Daniel gritava aos prantos do outro lado do telefone: “Aline, Aline, eu vou morrer. Aline, eu quero morrer. Aline, eu vou morrer aqui na rua. A essas horas, Aline? Como ela fez isso comigo?”.

Respirei e comecei por aí: pedindo para Daniel respirar. Perguntei onde ele estaria mais seguro, porque, antes de tudo, antes que eu pudesse escutá-lo melhor, antes que Daniel pudesse desabafar e narrar a experiência, precisava sair daquela rua deserta, precisava tirar seu corpo preto daquele cenário. E não lembro se Daniel chegou a ir na boca de fumo que gerenciava — acho que sim. Até que achou melhor desligar o telefone. Eu ouvi vozes de outros meninos — possivelmente pretos — e combinamos o próximo encontro. Uma possibilidade de futuro que nunca se realizou.

Na primeira vez ele desmarcou, na segunda disse que estava sem cortar o cabelo e que não ia sair parecendo um “mendigo” e que eu sabia que ele não andava assim. Depois o celular de Daniel só deu na caixa postal e o *whatsapp* marcava o dia desde o qual o menino não pegou mais o aparelho. Passados alguns anos, ainda que nunca mais possa vir a vê-lo, “a tua presença, entra pelos sete buracos da minha cabeça” — parafraseando Caetano —, colocando-me a buscar respostas

Respostas estas que talvez só encontremos refletindo sobre a relação entre a política de extermínio de jovens negros periféricos no Brasil e a experiência singular de Daniel em sua vivência amorosa, tarefa que objetivamos com esse texto. Assim, transponho esse relato de minha experiência como técnica de medida socioeducativa em meio aberto para um escrito acadêmico. Aqui Franz Fanon ao mesmo tempo em que é personagem, nos possibilita um diálogo entre a análise que ele elabora sobre o colonialismo, o conceito de trauma psicossocial desenvolvido por Mártin-Baró e os pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, em especial a mediação da afetividade explorada por Bader Sawaia.

Como diria Caetano Veloso: “alguma coisa está fora da ordem”, ou sobre a crítica ao conhecimento colonial

Como já dito na introdução, uma constante de pequenos acontecimentos produziu um flerte fortuito entre Daniel e as palavras de Fanon. A pergunta subsequente parece ser uma excelente

forma de começarmos a pensar as críticas necessárias ao modo como temos produzido conhecimento científico e de suas estreitas relações com a hegemonia eurocêntrica, colonial e branca.

“Ele é preto?”, pergunta o menino depois de ter lido um trecho do primeiro capítulo de *Condenados da Terra* (FANON, 1968), fichado na noite anterior ao atendimento e disposto na mesa da sala, no meu caderno de anotações. Algo do que diz Fanon é de tal modo conhecido pelo menino no campo de suas experiências cotidianas. Líamos sobre o papel da polícia na relação entre colonos e colonizados. Voltaremos a isso.

O reconhecimento acerca da negritude de Frantz Fanon demarca decisivamente a relevância da produção do conhecimento científico desgarrado das correntes coloniais ainda tão presentes na atualidade, para assim poder se aproximar de outras versões acerca da experiência do viver. Ação que passa a viabilizar o registro de diferentes versões que contradizem a história oficial. Como afirma Conceição Evaristo (2007, p. 21), “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias ‘para ninar os da casa grande’, e sim para ‘incomodá-los em seus sonos injustos’”.

A condição hegemônica da produção de conhecimento, sob a égide da perspectiva eurocêntrica, orienta e legitima as relações sociais e as ações políticas em nível global, desde o início da colonização, constituindo subjetividades, como também denuncia Reduzino (2016, p. 39) “a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário”. Ainda que não seja objetivo deste artigo discorrer sobre a construção do conhecimento colonial e da exploração legitimada por este conhecimento, vale ressaltar que este tem início no século XVI, a partir das grandes expedições, articulando-se, em um primeiro momento, à ideologia cristã e pondo o homem branco europeu como responsável por levar a salvação aos povos denominados como selvagens. Deste primeiro momento já se inicia o que se denomina como a construção mítica do colonizado, em uma ideia de que este é selvagem, sem alma e cultuador de forças demoníacas.

Com o questionamento do saber religioso como produção da verdade sobre o mundo e sobre os homens, vivenciado na Europa, tem origem a ciência como produtora desta verdade. O projeto colonial passa então a justificar suas tecnologias de explo-

ração a partir do conhecimento científico. Neste sentido, vale destacar as produções dos iluministas, que vão, entre outras coisas, colocar não somente o mundo como objeto de estudo e passível de conhecimento, mas o próprio humano. É no bojo da produção do colonialismo e dos processos de escravização que a ciência irá se perguntar sobre o que é o humano e os modos de conhecê-lo, classificá-lo e categorizá-lo. Como afirma Almeida (2018, p. 21), “[...] foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um dos processos de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou de colonialismo”.

Assim, diferenças fenotípicas, em articulação com diferenças nos modos de viver e conviver dos povos não europeus, passam a justificar relações de dominação e exploração, bem como de transformação de determinados grupos humanos em mercadoria comercializável, servindo como estratégia perversa para ampliar o projeto vigente de acumulação de riquezas. Segundo Schwarcz (1993) é somente no século XVIII que serão sistematizadas, sob discurso científico, afirmações e verdades sobre aquele que não é um homem branco europeu, originando a construção das teorias das raças, fazendo transitar da ideia de selvagem para primitivo e cravando no mundo a condição do branco como símbolo universal da humanidade. Reduzino (2016, p. 39) afirma que “o conhecimento se apresenta descorporificado e descontextualizado, com o objetivo de formular um saber des-subjetivado, isto é, universal e em acordo com a perspectiva iluminista, mantendo uma relação hierárquica dos indivíduos perante a episteme”.

Desta forma, o modo de produção do conhecimento que incide diretamente tanto sobre políticas executadas quanto sobre íntimos modos de relações humanas, traduz-se numa perspectiva em que qualquer um que seja diferente de homem, branco e heterossexual seja o “outro” e, como tal, encarna o lugar do primitivo, do selvagem, do inferior, do objeto passível de qualquer intervenção conveniente. Como dirá Fanon (1968, p. 30), “não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da experiência colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal”.

Desse modo, a produção do conhecimento contra-hegemônico se opõe à tradição positivista, eurocêntrica, androcêntrica e elitista com a qual o conhecimento científico havia se construído. Nesse sentido, críticas em torno da suposta neutralidade científica e de uma fantasia delirante de que as análises produzidas não estariam atravessadas pela subjetividade do pesquisador, são fortalecidas e afirmam a necessidade do posicionamento político na escrita científica, reiterando a necessidade de que outros corpos e mentes possam produzir conhecimento, e a partir de outras vivências oferecem novos sentidos e novas histórias à história oficial.

Todavia não se trata simplesmente de considerar uma gama múltipla de visões de mundo, colocadas umas ao lado das outras, mas de conferir destaque às experiências daqueles que vivem entre as demarcações adscritivas – nacionais, de gênero, étnicas e etc.” Para os estudos pós-coloniais é, portanto, no entremeio dessas demarcações, isto é, no espaço de sentido entre as fronteiras, que se articula a diferença móvel, aberta e cosmopolita, em oposição às adscrições de todas as ordens (COSTA, 2006, p. 16-17).

Em acordo com esta perspectiva teórica, na qual o conhecimento científico deve se posicionar politicamente, interessado nas histórias que não constam nos documentos oficiais, nos relatos e experiência daqueles que não são os vencedores e, longe de serem os herdeiros da história colonial, podem nos contar de uma outra forma de apreender a realidade, condição fundamental para a compreensão da história da humanidade. Porque “é nesta relação que estará a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, contrapondo-se à memória oficial ao pôr em suspensão a credibilidade da memória oficial ou a formar uma polifonia a respeito da disputa desta memória” (REDUZINO, 2016, p. 43).

Assim, o reconhecimento de Daniel ao autor negro Frantz Fanon reverbera a condição de ser identificado e de se identificar com a produção do conhecimento científico, afirmando não somente a sua versão da história, mas incluindo-a nos dados do mundo e legitimando-a enquanto experiência declarada como as primeiras palavras após a escuta das palavras de Fanon — “ele é preto?”. Essa pergunta parece dizer sobre aquilo que possibilita a Daniel reco-

nhecer a negritude de Fanon a partir de um trecho de seus escritos, que é a própria constituição colonial, que faz com que, em períodos históricos, territórios geográficos e classes sociais diferentes, o contexto violento a que os povos negros são submetidos ainda sejam semelhantes.

Como diriam os Racionais MC's: “aqui estou, mais um dia sob o olhar sanguinário do vigia”

Na cena do encontro com Daniel, demarco que, diante da temporalidade subjetiva aberta com a sua pergunta, — “Aline, você teve medo de morrer quando saiu para almoçar?” — respondi um “não” desacertado e, ainda que Daniel tenha falado um pouco mais sobre o significado daquela pergunta, o caderno sobre a mesa com os escritos de Frantz Fanon acabaram por nos desviar do assunto, colocando-nos a conversar sobre o trecho do livro.

Tal desvio, no entanto, não nos afasta de elementos que parecem compor questões provocadas por Daniel naquela ocasião. Fanon discute as dimensões da experiência relacional entre colonos e colonizados, demarcando a construção de duas cidades fundadas pelo colonialismo, a saber: a cidade do colono, que é limpa e farta, e a cidade do colonizado, suja e faminta. A possibilidade de manutenção de dois espaços tão desiguais se torna possível pela existência de forças que vão sustentar as fronteiras e o trânsito dos corpos pelos lugares. Localizando a polícia como este grande mensageiro, que leva ao colonizado recados de seu algoz, Fanon (1968) afirma que esta mensagem só pode ser transmitida a partir da violência, que busca na redução e subalternação desses corpos a manutenção do poder de exploração dos opressores. “A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias, o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão, é o gendarme ou o soldado” (FANON, 1968, p. 28).

Enquanto jovem, periférico e filho da diáspora africana, por meio do processo de escravização do povo negro, Daniel não só identifica a partir de qual lugar o autor fala, como também se identifica com a versão apresentada por ele. No entanto, também tem a narração do seu sofrimento amoroso interrompida pelo medo da morte. Ao estar de madrugada na favela onde reside, no

entrecruzamento de sofrimentos relacionados às diversas dimensões de sua vida, as condições concretas com a qual jovens negros periféricos se constituem subjetivamente parecem compor o possível para quem ainda recebe do carteiro as mensagens enviadas de seus antigos-novos colonos.

O Mapa da Violência 2016 (WASELFISSZ, 2016) revela dados alarmantes sobre a mortalidade de jovens, cujas taxas de morte no Brasil excedem às existentes em países envolvidos atualmente em conflitos bélicos. Segundo os dados dessa pesquisa, a partir dos 13 anos idade começa a se tornar expressivo o número de mortes por homicídio, crescendo continuamente até os 20 anos; no ano de 2012 a taxa de homicídio na juventude representou 53% dos homicídios totais do país; e quando considerada a variável cor, entre os anos de 2002 e 2012, houve um aumento significativo no que tange ao homicídio de jovens negros, constituindo um aumento de 32,4%, enquanto que as mortes de jovens brancos caíram em 32,2%.

Os dados explicitados apontam para uma política genocida no que tange à juventude pobre e negra do país, principalmente quando observados outros fatores, como a impunidade frente a esses crimes, pois em casos raros os autores são responsabilizados, encontrando-se na maioria dos laudos sempre uma escassez de informações contundentes, bem como uma inclinação para a construção de uma imagem “suspeita” em relação à vítima. Essa é a denúncia de Mello (2006), que as estatísticas demonstram permanecer atual.

Vergne et al. (2015) debatem acerca da perpetuação de práticas racistas no Brasil, incluindo-as nos fatores que apontam para a política genocida no país, uma vez que essa prática se estende para além do extermínio do corpo físico, atravessando a produção da subjetividade, a partir de artifícios como a desumanização de determinados grupos sociais. “Genocídio é uma forma de violência complexa; o efeito de um conjunto de práticas cotidianas baseado no desejo de eliminação, ou de afastamento, do outro e por isso consentindo, mesmo que silenciosamente, a sua eliminação” (VERGNE et al., 2015, p. 517).

A definição de genocídio supracitada corrobora com a definição apresentada na Convenção das Nações Unidas para a

Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio¹, que em seu Art 2º afirma:

Na presente Convenção, entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- a) Assassinato de membros do grupo;
- b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo;
- c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

Além disso, a sustentação da tese de Vergne et al. (2015) acerca da existência de uma política genocida contra a juventude pobre e negra em nosso país se dá historicamente pela ação de instituições relacionadas à educação, mídia e polícia, na construção de uma imagem desqualificada, potencialmente má, que deve ser eliminada. Neste sentido, no que se refere à instituição policial, é possível perceber com facilidade a submissão às práticas violentas em jovens pobres e negros do Brasil se encontram atrelados. O genocídio desta população compõe o arsenal de tecnologias sustentadas pela condição estrutural do racismo na construção brasileira.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Na retomada dos dizeres intercambiados entre Daniel e Fanon, encontramos dentro desse bojo da política de extermí-

1 ONU. Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Puni%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crime%20de%20Genoc%C3%ADdio.pdf>. Acesso em: 11/04/2020.

nio a problemática da violência policial, que parece ser uma das formas mais visíveis desta política genocida. Fanon (1968), como dito anteriormente, expõe o lugar social de intermediário ocupado pela polícia no jogo de relação entre colonizador e colonizado, imprimindo violência no corpo e na subjetividade do colonizado. “O intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem” (FANON, 1968, p. 28).

Não obstante, Martín-Baró (1988, p. 75), ao escrever sobre a guerra civil em El Salvador, institui o conceito de trauma psicossocial para “ênfatizar el carácter dialéctico de la herida causada por la vivencia prolongada de una guerra”. Segundo o autor, os processos de guerra agiriam numa dimensão de desumanização ao empobrecerem a experiência humana e ao cristalizarem as relações sociais de guerra na subjetividade humana. A presença constante do mensageiro, bem como de seus veículos de comunicação, podem ser escutadas no desespero que atravessa a verborragia repetitiva de Daniel, tanto na ligação — “Aline eu vou morrer” —, tanto quanto em sua pergunta situando que a mensagem pode ser entregue a qualquer hora e lugar: “Você teve medo de morrer quando foi almoçar?”.

Esta, de uma forma menos sutil, poderia traduzir-se em: “Você teve medo de ser assassinada quando foi almoçar?”. Ou, ainda, compartilhada em tantos outros relatos de garotos como Daniel, que relatam sentir o coração acelerar diante da passagem automotiva dos mensageiros, enquanto iam à padaria comprar pão, nas saídas para a praia com amigos e namoradas, ou mesmo no caminho para o cumprimento da medida socioeducativa. “Eu vou morrer, Aline” desemboca na sequência “Eu quero morrer”, parecendo também nos dar notícias da insuportabilidade da guerra e de seus efeitos sobre o desejo de viver.

Como intitula Gabriel Garcia Marquez: *Do amor e outros demônios*

Do amor e outros demônios, título de um dos livros do escritor Gabriel Garcia Marquez, parece um bom farol a nos guiar nos próximos caminhos deste capítulo, uma vez que condensa inúmer-

ras questões que pretendemos aqui desdobrar. Em um primeiro momento, a frase associa o amor a outros demônios, sendo representação das forças malignas na voz do conhecimento cristão, naquilo que nos desvia do caminho de Deus. Não obstante, podemos aqui, ao brincar com a frase, dizer que a ciência moderna parece ter internalizado tal concepção, pondo os afetos como perturbadores da razão humana e, conseqüentemente, da produção científica da verdade. Em contraposição a esta concepção e em acordo com Espinosa, Vigotski e Sawaia, posicionamos aqui neste capítulo a relevância da análise da dimensão afetiva no contexto da desigualdade social.

Espinosa denuncia um processo de cisão histórica na produção científica entre corpo e mente, que tem como consequência a criação de uma relação hierárquica entre razão e afetos. Para este pensador, corpo e mente constituem uma unidade indissociável, sendo o pensamento as ideias produzidas pela mente a partir das afetações que o corpo sofre nos encontros (ESPINOSA, *Ética*, III).

Nesta mesma perspectiva, Vigotski (1935/1998), inspirado em Espinosa e no método materialista-histórico-dialético desenvolvido por Marx, explicita a condição central da afetividade na compreensão da experiência humana, ao dissertar acerca da intensa relação entre os afetos, o pensamento e a ação humana. Para este autor, toda ação humana se constitui pela base afetivo-volitiva, sendo a partir da dimensão afetiva que se pode compreender o papel do contexto social no desenvolvimento das pessoas.

Em síntese, esses dois pensadores denunciam a crença científica de que os afetos são sempre da ordem do erro e da ilusão, devendo ser dominado pela razão, defendendo que “a vida ética começa no interior dos afetos, e não contra eles, pois constituem a base tanto da servidão como da liberdade” (SAWAIA, 2009, p. 366).

Espinosa (*Ética*, I) concebe o homem enquanto potência, como todos os outros seres, possuidor de uma força interna de luta para perseverar na existência, denominada *conatus*. O ser, por sua vez, se define a partir das variações referentes à intensidade desta força de existência. O aumento ou diminuição da potência de existência está diretamente relacionada às afetações sofridas pelo corpo no encontro com outros corpos. O conceito de afeto é definido pelo autor como “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de

agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (ESPINOSA, Ética, III, def. 3).

Para o autor, o aumento ou diminuição da potência de agir se encontra entrelaçado à qualidade dos encontros sofridos por este corpo e às emoções por ele vivenciadas. Assim, a alegria e a tristeza se constituem enquanto afetos primários, estando os afetos alegres vinculados aos bons encontros e os afetos tristes aos maus encontros. Neste cenário, Sawaia (2009) elabora a categoria de sofrimento ético-político, produzido no bojo da qualidade perversa do capitalismo, a partir do par dialético exclusão/inclusão social. Apoiando-se em Martins (2012) para associar o sofrimento ético-político à produção de sub-humanidades, produzidas pela inclusão social perversa de pessoas e ancorada em trabalhos extremamente precários e em condições indignas de vida.

Tal conceito parte da vivência em que cotidianamente os sujeitos são expostos, enfatizando as dimensões da dor e do sofrimento fruto dos processos discriminatórios, estigmatizantes e do veto da apropriação das condições materiais e culturais de um determinado tempo histórico. Este sofrimento fundamenta uma vivência humana perversa do ponto de vista da perseverança na existência dos sujeitos que se encontram submetidos a ela.

Ainda dentro da relevância de incluirmos a dimensão afetiva em nossas análises sobre processos de exclusão e opressão, no livro *Navio negreiro, uma história humana*, Marcus Rediker (2011) se dedica a escrever - como o próprio nome do livro sugere - a história humana presente na história oficial e nos dados de registros sobre os navios negreiros utilizados no tráfico humano. Contrapõe-se, assim, ao que denomina como uma violência de abstração, algo que se fez presente nos estudos sobre o tema, bem como parece permanecer quando debatemos a questão da política de extermínio.

[...] é como se o uso de livros de escrituração, almanaques, folhas de balanço gráficos e tabelas – os métodos reconfortantes dos mercadores – tivessem tornado abstrata, e, portanto, desumanizada, uma realidade que, por razões morais e políticas, deve ser entendida em termos concretos. (...) os números podem encobrir a tortura generalizada e o terror, mas as sociedades europeia, africana e americana ainda lidam com suas con-

sequências, os múltiplos legados de raça, classe e escravidão. O navio negreiro é um navio-fantasma que viaja nas fímbrias da consciência moderna. (REDIKER, 2011, p. 20-21).

Aqui, talvez possamos agora escutar por outras vias o título *Do amor e outros demônios*, ao recordarmos que os demônios também representam o campo do pecado ou, ainda, do desejo, daquilo que movimenta o humano por sua força e que pode, aos olhos do discurso religioso cristão, desviar-nos da ordem, fazendo-nos insubmissos. Como aponta Rendiker (2011, p. 16).

Ao brutal encarceramento, ao terror e à possibilidade de morte prematura, foram capazes de opor uma reação criativa e de afirmação de seu instinto vital: inventaram novas linguagens, novas práticas culturais, novos vínculos, e o esboço de uma comunidade entre os que partilhavam o mesmo destino a bordo (...) sua criatividade e capacidade de resistência os tornaram indestrutíveis, em termos coletivos, e aí reside o capítulo mais glorioso de todo o período.

Seguindo, assim, na análise acerca dos demônios que a ciência moderna tentou expulsar, voltemos a escutar mais uma vez o que Daniel nos aponta enquanto pergunta. Está posta, como vimos anteriormente, a presença da política de extermínio diante do medo da morte verbalizado por Daniel. No entanto, não se pode perder de vista que a urgência de sua ligação versa sobre a sua história de amor. Daniel não liga na madrugada para a psicóloga que o atende no Serviço de Medida Socioeducativa para tratar sobre a morte, liga para falar sobre o amor, sobre o desentendimento com a sua amada, sobre este afeto que, de alguma maneira, todos temos algo para narrar.

O desentendimento amoroso o leva para fora da casa em uma cena, quase clássica de tantas novelas e filmes: um membro do casal atirando pelas janelas as roupas do outro, pondo-os para fora, na rua, depois de uma discussão, muitas vezes o desfecho é o retorno do casal, a compreensão de que o ato enérgico de expulsar se justifica nas intempéries do próprio amor romântico, denunciando por muitas vezes a força do afeto. No entanto, a sequência das palavras de Daniel, a cena toda, parece apontar especificidades que não são narradas pelos filmes e novelas, afirmando a canção de Chico Buarque que diz “a dor da gente não sai no jornal”.

Daniel inicia a sua narração sobre o sofrimento amoroso e o momento do casal dizendo: “Aline, Aline, eu vou morrer. Aline, eu quero morrer. Aline, eu vou morrer aqui na rua. A essas horas, Aline? Como ela fez isso comigo?”. Misturam-se na sua narrativa amor e morte, mas não é uma morte metafórica relacionada ao morrer de amor; a sequência bagunçada das palavras e a desorganização das ideias, que também diz do tamanho da afetação, põe no interjogo a briga amorosa e a política de extermínio na mesma cena. Se, em um primeiro momento, podemos ceder às cisões disciplinares com as quais fomos formatados a pensar, separando em duas categorias a briga amorosa, de um lado, e a política de extermínio, de outro, como dois fatores que incidem sobre a vida dele de maneiras distintas e apenas compõem a mesma cena por pura coincidência, Daniel nos exige escutá-lo melhor ao dizer “Como ela fez isso comigo?”.

Isso de perguntar a si mesmo ao perguntar à psicóloga “Como ela fez isso comigo?”, poderia se traduzir em: Como ela teve coragem de me pôr em risco de vida? Como me entrega à rua, a essas horas? Como me deixa disponível para encontrar o mensageiro dos opressores? Como ela pode me amar e me deixar aqui exposto à morte?. As perguntas que o garoto deve estar se fazendo é o que nos provoca a pensar sobre o atravessamento da política de extermínio, do sofrimento ético-político, dessa invasão colonizadora naquilo que tomamos como uma das coisas mais íntimas da experiência humana — a saber: o amor; que, agora sim, talvez possamos dizer, encontra os demônios do colonialismo.

É aqui que a política de extermínio amplifica a cena amorosa e dá poucas chances aos perdões e retornos dos casais que assistimos nas novelas. É aqui que a pessoa amada passa a ser questionada em seu amor, a partir de parâmetros e balizas que não foram necessariamente pensados e intencionalizados no ato desta mulher e que não dizem sobre o que se sente, sobre o amor que se tem e se oferta, encobrindo-o no véu confuso da morte, fazendo ver na pessoa que ama o seu algoz. Daniel parece então nos provocar a pensar novas questões sobre política de extermínio e seus modos de operar na experiência singular dos jovens negros e periféricos, obrigando-nos, assim, a nos debruçar sobre os afetos na análise psicossocial, no momento em que a compreensão da

sua vida amorosa parece não escapar das determinações sociais impostas sobre a particularidade do seu corpo.

Considerações finais ou como diz Luiz Melodia: “cruel é isso tudo”

No intento ainda de permanecer escutando Daniel, e talvez mesmo pela impossibilidade de ter tido com ele um novo encontro, de saber sobre sua história de amor, no exercício de escutar o silêncio do menino que não retornou mais aos atendimentos, a sua ausência vazia de explicações parece ainda nos provocar mais uma vez a reflexão.

No que se refere ao vínculo entre a psicóloga e Daniel, está posto o depósito de confiança e investimento do menino no próprio processo, ao escolher, em meio ao caos, ligar para ela. Encontrando-se na rua “aquelas horas” e estando trabalhando nos atendimentos sua relação amorosa, Daniel escolhe ligar para a psicóloga em busca de acolhimento e espaço de narração.

A psicóloga atende ao telefone, diz talvez “alô” e o menino se põe a falar. O risco de vida narrado por Daniel torna-se senhor primeiro da cena e das preocupações. É possível escutá-lo daquele lugar? A psicóloga respira, pede para Daniel respirar, se acalmar, buscar um lugar seguro. Daniel caminha para o lugar seguro, onde encontra outros meninos. Parece ter gente demais no lugar, de modo que Daniel disfarça, acalma a psicóloga ao falar sobre a segurança do seu corpo, desconversa e encerra a ligação. “No próximo atendimento falamos disso”, talvez tenha sido como se despediu.

“Cruel é isso tudo”, diz Luiz Melodia em sua música e o que nos diz sobre essa intervenção da Psicologia? Talvez possamos aqui abrir mais questionamentos do que respostas ou julgamentos, mas não se pode deixar a mensagem entregue pelo carteiro do colonizador de lado na mesa, como se ela também não pudesse dizer sobre nós. A preocupação com a vida de Daniel, a urgência acerca da preservação do seu corpo, no comando de fazê-lo respirar e caminhar para um lugar seguro, faz esquecer do que o próprio Daniel elegera como urgente.

Seria ingênua a saída de que ele não se dá conta do perigo que corre. Daniel sabe melhor que a psicóloga sobre a política de extermínio, sobre as mensagens e o mensageiro que Fanon es-

creve. Sabe tanto disso que reconhece a negritude de Fanon pelas palavras do autor. Ele sabe e, ainda assim, parece haver uma outra urgência para Daniel, que não podemos aqui afirmar o que exatamente era tão urgente ao ponto de na rua, “aquelas horas”, resolver ligar para a psicóloga. Era urgente pensar sobre sua relação amorosa? Queria pensar junto à psicóloga uma forma assertiva de retornar pra casa? Queria apenas falar sobre o assunto, por fora, acalmar o coração depois de uma briga de casal? Queria desabafar, como faz a maioria daqueles que sofrem de amor? Essas perguntas ficarão mesmo sem respostas, visto que Daniel não voltou para respondê-las.

No entanto, o seu silêncio, o seu sumiço, o seu desaparecimento, a sua ausência que “entra pelos sete buracos da minha cabeça” provoca-nos a refletir sobre este ato, sobre a intervenção que, sob o discurso do cuidado e da preservação da vida, dá à psicóloga o direito de eleger o que é o mais urgente na cena, tutelando Daniel, excluindo a sua escolha de ligar, de falar, de berrar, fazendo-o caminhar para um lugar seguro onde ele se cala, que silencia e abafa a sua narração, seus afetos, que põe em segundo plano as suas urgências afetivas. Seria esta uma boa intervenção? Seria isto acolhedor? Antirracista? São questionamentos que desejamos compartilhar, provocações que emergem na busca de respostas para as perguntas de Daniel. Por hora, talvez possamos ficar com essas questões, lembrarmos dela na próxima ligação, ouvir mais Luiz Melodia. “O amor tá quase mudo, minha voz também, cruel é isso tudo”.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018

COSTA, Sergio. Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ESPINOZA, Benedictus de. Ética. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). Representações performáticas brasileiras: teorias,

práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño. Em Ignacio Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra* (3ª ed., pp. 234-247). San Salvador: UCA Editores, 1988.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a Nova desigualdade*. São Paulo. Editora Paulos, 2012.

MELLO, Silvia Leser de. A Violência Urbana e a Exclusão dos Jovens. In.: (2006), SAWAIA, Bader Burihan et al (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 129-140.

REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REDUZINO, Rodrigo Antonio. De João Francisco dos Santos à Madame Satã: Análise da incorporação do Racismo Científico do século XIX pelas instituições brasileiras. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Rio de Janeiro, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAWAIA, Bader Burihan. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader Burihan et al (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-13.

_____. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan et al (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 97-118.

VERGNE, Celso de Moraes et al. A palavra é... Genocídio: a contínuidade de práticas racistas no Brasil. *Psicol. Soc.*, [s.l.], v. 27, n. 3,

p.516-528, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO).

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. El papel del ambiente em el desarrollo del niño. La Genialidad Y Otros Textos Ineditos, 1935/1998.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2016: Homicídios por Arma de Fogo no Brasil. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf>. Acesso em:01/04/20.

Reflexões sobre a dimensão ético-política da memória coletiva e da violência de Estado no Brasil

Naiara R. Vicente de Matos

Quem controla o passado, controla o futuro.
Quem controla o presente, controla o passado.
(George Orwell)

Introdução

No campo da investigação sobre os conceitos de “memória”, busca-se enfatizar que essa é uma dimensão constitutiva da realidade social e que, a partir da abordagem psicossocial, destacando autores como Halbwachs (1950), Vázquez (2001) e Dobles (2009), entendemos memória como ação social, política e cultural, simbolicamente construída. Em que momento a memória se transformou no eixo central das funções intencionais do sujeito?

A pesquisadora, professora e historiadora britânica do *Warburg Institute*, da Universidade de Londres, Frances Yates (2007) em seu livro “A arte da memória”, insiste no seguinte aspecto: “durante séculos, a memória foi basicamente uma questão de estocástica”. Era uma operação mnemônica de “como era possível lembrar”. De “como era possível integrar a partir de uma presença imediata, no interior da consciência”. Daquilo que era da ordem de uma dispersão fundamental de narrativa. Quando a autora nos lembra isso, ela afirma nesse momento, que a memória está basicamente vinculada ao espaço-tempo.

Na base concreta material da elaboração desse espaço-tempo a Psicologia Sócio Histórica se apresenta como possibilidade de um saber crítico em Psicologia

Podemos afirmar que:

[...] a historicidade permite abarcar a complexidade do real e dos fenômenos humanos, sem reduzi-los a normas, concei-

tos ou práticas prescritivas, incorporando sua diversidade, as contradições e o processo recursivo contraditório próprio da dialética natureza e sociedade, indivíduo e grupo social, expresso no processo de subjetivação e objetivação da práxis humana (KAHHALE, 2009, p. 19).

A respeito desse princípio orientador da produção do conhecimento no materialismo histórico dialético, Sawaia (1987, p. 1) afirma que o empreendimento é o de compreender “(...) o ponto que contém todos os pontos, sem ser cada um deles”, e complementa:

[...] esse ponto não está dado, à espera de alguém que o descubra. Ele está sendo. Ele é devir, é identidade e diferença. É interpretação de contrários, é infinitos processos que formam um só. Não é possível vê-lo, a não ser quando se vê todas as coisas que serão, que são e que foram entretecidas numa trama de relações, da qual o sujeito cognoscente é um dos fios. Sendo um dos fios, o sujeito cognoscente não pode comandar o processo de conhecimento, ele precisa seguir o movimento dessa trama em transformação (SAWAIA, 1987, p. 1).

Dada as condições de complexidade da sociedade moderna, no momento em que algo da ordem de um novo conceito de história aparece, que a memória se modifica, mostra-se uma articulação profunda entre o campo da história e da Psicologia Sócio Histórica. Uma modificação estrutural do conceito mesmo de experiência social, pois é atravessada, não pela repetição da exemplaridade, mas pela tensão do não realizado. E essa tensão do não realizado, constitui uma nova ideia de temporalidade que vai ser entendido por tempo histórico. É um tempo que, ao mesmo tempo em que recupera o que ocorre no passado, transforma essas ocorrências em projeções de um processo futuro. A todo momento-confronta-se com contingências que não só quebram o sistema de expectativas, mas que também reordenam retroativamente tudo o que ocorreu. Então, nós entramos em uma dimensão de um tempo profundamente plástico. Para Dalmaz (2004), “a experiência é o fator que mais estimula a plasticidade, em espécies tão diversas quanto insetos e humanos”.

Benjamin (1987), em suas teses “Sobre o conceito de história”, que fala: “se nós perdermos, até os mortos não estarão em

segurança”. O que ele quer dizer é, basicamente, que dentro de um processo histórico, nada é completamente inscrito. Tudo pode ser transformado a partir das pressões do presente. Porque você está em um sistema de processualidade contínua, é como se estivéssemos pensando em um romance, que a todo momento é acrescido de um novo capítulo. E esse novo capítulo pode reordenar completamente a compreensão interna dos fatos anteriores, dependendo de como ele se desdobra. Esse é o tempo histórico.

Essa história, ela é a história dos traços em recomposição. E o que é fundamental nesse ponto? Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes.

Depois, isso vai ser recuperado por Marx (2011), que diz: “isso ocorre primeiro como tragédia, depois como farsa”. Ele fala isso, por exemplo, para falar de César, ou seja, César viveu duas vezes. A segunda era mais real do que a primeira. Ele vive, enquanto homem. É assassinado e retorna, então, os Césares¹, como uma inscrição simbólica. Mas uma inscrição simbólica que tem muito mais força e realidade do que a existência inicial, real, ou seja, o que é interessante dentro desse processo? É necessária uma segunda ocorrência que dá sentido à primeira, retroativamente, de frente para trás.

Esse processo, vai ser decisivo na constituição da noção subjetiva de memória. A memória vai ser um processo contínuo de reinscrição de acontecimentos. Quem entendeu isso de uma maneira absolutamente precisa foi, muito tempo depois, Derrida, ao falar da noção de memória em Freud.

Derrida (2005) no texto que chama “Freud e a cena da escritura”, diz: “o que nos lembra Freud? Que a memória é um aparelho que se constitui a partir de traços”. Por exemplo, quando eu tenho as minhas experiências de satisfação, eu não integro na recordação, na consciência, a integralidade da cena, eu absorvo traços dessa cena. São eles que vão ser conservados, preservados. Então, é um certo tipo de afeto, um tipo de olhar, um determinado tipo de cheiro, uma certa ambiência, eles estão lá como traços. Só que esses traços, começam a ser objetos de uma série de associações a partir de outras experiências. Isso vai fazendo com que se

1 Césares é o plural de César. Significado de César: [Figurado] Déspota, tirano. <https://www.dicio.com.br/cesares/>

tenha um sistema afetivo da memória e essa é a relação entre percepção e memória, ou seja, se absorve, mas aparece como traço. E depois vai se recuperando, absorvendo-se cada vez mais.

Derrida (2005), portanto, nos diz que temos um sistema de traços que depois começam a estabelecer relações de associação que vão sendo reinscritos a todo momento. E, se voltamos atrás, não teremos um objeto original, não teremos a imagem original, teremos traços. Então, não tem um original ao final, no sentido forte do termo.

Neste momento histórico, que nos parece ser decisivo, fica muito explícito o tipo de bloqueio, de paralisia da memória, das violências que a sociedade brasileira impõe aos setores da sua população ou à sua própria sociedade civil.

Movimento de Anistia - regime de paz ou pacto de silêncio: para quem?

Que tipos de mecanismos, por exemplo, de apropriação da subjetividade operaram sobre o Movimento de Anistia? Ao analisarmos, o Movimento de Anistia foi uma luta que nasceu na segunda metade dos anos 1970 (não como proposta do Estado), surgindo a partir dos familiares de presos políticos, de movimentos de direitos humanos de um modo geral — podemos dizer que foi a primeira luta a fazer uso do vocabulário de “direitos humanos” no Brasil (em termos de tomar as ruas) — e, como sabemos, o mesmo movimento obrigou a ditadura, no ano de 1979, a “aceitar” proposição forçada da Anistia. Como e por que isso ocorreu?

Ficou evidente que a Lei da Anistia aprovada não declarou, (não deixou claro ou intencionalmente foi mal interpretada) quem era o sujeito que estava sendo anistiado e, principalmente, qual era o ato a ser anistiado. Isso não teve espaço para a elaboração na sociedade.

A Argentina, ainda há pouco, teve um governo conservador, mas ninguém ousou atentar contra a democracia fazendo apologia a torturadores. “Se houvesse Justiça de Transição² efetiva

2 Trata-se do conjunto de ações, dispositivos e estudos que surgem para enfrentar e superar momentos de conflitos internos, violação sistemática de direitos humanos e violência massiva contra grupos sociais/indivíduos que ocorreram na história de um país. Renan Quinalha (2013), por exemplo, defende que “justiça de consolidação” ou “justiça”, sem adjetivos, se adequariam melhor a esses casos específicos que, de maneira equivocada, tomam consolidação por transição. Há também estudiosos que fazem uso do termo entre aspas – “Justiça de Transição” – para indicar algo fora de

no Brasil, Bolsonaro não teria se tornado presidente. Não teria sido eleito nem deputado”, diz a procuradora regional da República, Eugênia Gonzaga da CEMDP³ (2020). De acordo com ela, o Judiciário e os governos civis tiveram a chance de abordar o tema com maior sensibilidade, mas acabaram optando, em muitos casos, pela adoção de políticas mais protocolares do que verdadeiramente eficazes. Em entrevista ao Boletim de notícias - ConJur (2020), Gonzaga afirma que condutas como a de Bolsonaro podem ser explicadas pelo fato de que o Brasil nunca elucidou os crimes cometidos durante a ditadura.

No mundo contemporâneo, transições para a democracia são processos complexos e, não raro, colocam os agentes políticos diante de problemas amplos e sem precedentes. Guerras civis, conflitos étnicos, regimes totalitários e ditatoriais são, afinal, marcados por uma violência cujas consequências costumam persistir mesmo após a transição, levando para o novo regime heranças e problemas que precisam ser solucionados. Punir ou não os responsáveis por violações dos direitos humanos, buscar a verdade e construir políticas de memória e reparação, por exemplo, são algumas das questões mais evidentes que se impõem em contextos transicionais e de consolidação democrática.

Em 2010, o Supremo Tribunal Federal teve a chance de rever a Lei de Anistia⁴. A Corte, no entanto, decidiu pela sua manutenção. O STF deixou de ouvir os pedidos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e não quis se indispor com os militares. O Nelson Jobim [ex-deputado, ministro e presidente do STF, ex-ministro da Justiça e da Defesa], que contou ter negociado uma solução para os mortos e desaparecidos políticos, explica muito bem o

seu contexto habitual ou, como o faz o cientista político Antônio Costa Pinto, que recomendam usá-lo *stricto sensu*, ou seja, somente em contextos transicionais, no intervalo entre um regime e outro. 3 Presidenta da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP. Em 1º de agosto de 2019, pouco depois da fala, ela acabou exonerada pelo presidente, deixando a Comissão que chefiava desde 2014. Criada em 1995 por meio da Lei 9.140, a CEMDP tem como objetivo primordial localizar e identificar vítimas da ditadura. A normativa também estabelece um valor indenizatório aos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

4 Lei da Anistia, no Brasil, é a denominação popular dada à lei nº 6.683, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante a ditadura militar. Em sua redação original dada pelo Projeto de lei nº 14 de 1979 - CN, dizia-se o seguinte: Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.

“pacto” que foi feito. As políticas de reparação, de memória, verdade e justiça no Brasil sempre foram protocolares. Basta notar que o país precisou ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010 para que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) fosse criada, entretanto, ao invés de o governo dar estrutura para a CEMDP proceder e coordenar a busca, ele deu suporte para o Ministério da Defesa.

No Brasil, causar mal-estar aos militares sempre foi um problema. Nenhum governo lidou adequadamente com a questão porque houve um pacto de impunidade e isso não é um mal apenas dos políticos mais conservadores. Os políticos queriam voltar à legalidade, as cortes queriam voltar à normalidade. Seguindo-se com o pacto, todos eles deram sua palavra de honra aos militares.

Na época, os familiares ficaram de fora, só participaram depois que o Ministério Público questionou a medida. Na solenidade que instituiu a CNV, os generais estavam se sentindo desconfortáveis. Na ocasião, a Vera Paiva (filha de Rubens Paiva, desaparecido político), que era representante dos familiares, foi convidada a falar, mas acabou desconvidada. Entre descontentar os militares ou os familiares, o governo escolheu descontentar os familiares. É como se as medidas adotadas fossem sempre aplicadas com certo constrangimento. E todas as políticas ocorreram por meio do impulso dos familiares. “Muito mais poderia ter sido feito e todos os presidentes — sobretudo os progressistas — deveriam pedir perdão aos familiares, porque eles não fizeram o bastante”, diz Eugênia Gonzaga (Boletim de notícias - ConJur, 2020).

O Brasil é o único país da América Latina onde não há nenhum torturador na cadeia. Como resultado, o estudo de uma professora/pesquisadora dos direitos humanos e justiça de transição da Universidade de Harvard, Kathryn Sikkink, demonstrou que o Brasil é o único país da América Latina onde os casos de tortura na atualidade haviam aumentado em relação ao número de casos de tortura da ditadura militar. Seu último livro, *La cascada de la justicia* (2016), busca analisar como os julgamentos de crimes de lesa-humanidade – torturas, terrorismo de Estado e desaparecimento de pessoas – contribuem para o desenvolvimento das democracias que nasceram em países com passado autoritário.

Se tortura mais hoje do que na ditadura militar, mostrando-se um núcleo de necropolítica⁵ no sentido mais forte do termo, que se naturalizou na organização e no desdobramento do Estado brasileiro. Permitindo, então, que a sociedade brasileira se acostumasse a um nível de violência atroz. Um nível de violência atroz, primeiramente, contra setores mais vulneráveis da sociedade: negros, mulheres, imigrantes, público LGBTQIA+ aqueles que denominamos minorias de direitos, que de certa maneira, já trazem na sua própria história as marcas de uma repetição contínua dos sistemas de violência.

O caso brasileiro de não elaboração de Justiça de Transição justifica o suposto. Como testemunhamos, na medida em que foi uma transição extremamente controlada, com Anistia limitada, com uma volta dos civis à participação política institucional direcionada, sem uma atuação de transformação eficaz da Justiça de Transição, a visão sobre a história recente (neste campo de disputa) tornou-se turva e nebulosa. Assim, parte da população que apoiou o viés militar seguiu/segue hoje apoiando as benesses deste regime.

Essa forma matizada, heterogênicamente, que passava uma narrativa de ruptura, mas que continha aspectos de continuidade, acabou se juntando à elementos sócios históricos.

Esta questão se relaciona, inclusive, na escolha dos novos representantes civis que foram inseridos nos governos a partir dos pactos da transição, quer dizer, um dos pactos principais era que os crimes da ditadura não poderiam ser apurados e, assim, adotaram o silêncio. Então, produziu-se um consenso na construção da nova democracia, um consenso institucional pactuado bem longe das praças públicas, e tudo o que estivesse fora do consenso seria silenciado. Um desses silêncios produzidos foi sobre esse passado de violência da ditadura.

Rancière (1996) revela uma dimensão estética da política quando trata não só da ordem do dito, mas sobretudo daquilo que é pressuposto, dos elementos extra discursivos que apontam

⁵ Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer: O ensaio virou livro e chegou ao Brasil em 2018, publicado pela editora N-1. Para Mbembe, quando se nega a humanidade do outro, qualquer violência se torna possível, de agressões até morte.

para diferentes níveis de divisões entre aqueles que podem fazer parte da ordem do discurso e aqueles que permanecem fora de um espaço previamente definido como “comum”. O dissenso é um conflito estruturado em torno do que significa “falar” da partilha que delimita o horizonte do dizível e determina as relações entre ver, ouvir, fazer e pensar. O dissenso (ou desentendimento) é menos um atrito entre diferentes argumentos ou gêneros de discurso e mais um conflito entre dada distribuição do sensível e o que permanece fora dele, confrontando o quadro de percepção estabelecido. Os dissensos, ou as cenas de dissenso que promovem a emancipação e a criação de comunidades de partilha, são ações de resistência que buscam maneiras de transformar o que é percebido como fixo e imutável. O dissenso mostra as fissuras e fragmenta a ideia do grande corpo social protegido por certezas partilhadas e amplamente unido por princípios igualitários previamente acordados e quase nunca colocados à prova (RANCIÈRE, 1996).

Existiram momentos, destaca Edson Teles (2019), no pós-ditadura, em que dizíamos que o resto era o “entulho autoritário”: leis, instituições e, inclusive, indivíduos produzidos pelo regime comandado pelos militares. Eram casos, por exemplo, da Lei de Segurança Nacional, da Polícia Militar de José Sarney. Mas quando as instituições da nova democracia pareciam estar razoavelmente consolidadas — afinal já havia se passado alguns anos do governo de um partido de esquerda —, alguns movimentos sociais apontavam a permanência da Polícia Militar como um resto do passado autoritário (TELES, 2019).

Junto com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2012-2014) surgiram as primeiras expressões públicas em favor de uma “intervenção militar”. Para muitos, os porta-vozes desse discurso pareciam uma louca minoria oriunda diretamente dos anos 1960 e 1970. O Relatório Final da CNV coincide com a reeleição de Dilma Rousseff e, com isso, o início das articulações para a sua derrubada. Incluindo aí a criação de uma candidatura assumidamente defensora da ditadura. À época, o capitão-candidato (atual presidente da república 2019-2022) era incapaz de alcançar resultados eleitorais significantes (TELES, 2019).

Portanto, temos que a dimensão ético-política da memória coletiva nos aponta a emergência não só para outras formas de

ocupação do espaço público (como por exemplo, a continuidade e reconstrução das ações de Políticas de Memória), mas aponta o coletivo como *locus* da pensabilidade afetiva transformadora. O propósito da reflexão, assim, é contribuir com estudos sobre estratégias de poder e comportamentos sociais diante do autoritarismo, a fim de compreender bases sociais de sustentação do poder autoritário.

A função cognitiva e subjetiva da memória

Forjamos uma estratégia de continuidade entre a ditadura e a democracia que foi a manutenção silenciada/controlada da subjetividade do brasileiro, da existência de um “inimigo interno” habitando entre nós. Quer dizer, qualquer um de nós pode ser inimigo e qualquer um que está ao nosso lado pode ser o inimigo também.

A Psicologia Social, ao se propor a estudar o homem como um sujeito que está em movimento (na relação dialética objetividade/subjetividade), também analisou relações de alienação com o trabalho e seus modos de produção, que corrobora com a relação subjetiva da memória e com as disputas de narrativas vividas com intensidade pela sociedade brasileira.

É da quebra dos processos pensar-sentir-agir, que caracterizam a consciência, tal como foi proposto por Silvia Lane (1995). Isso faz com que a nossa ação no mundo seja marcada por comportamentos inconscientes, que muitas vezes não são passíveis de atender às necessidades que a realidade nos coloca (SANTOS, 2018). Segundo Santos (2018), temos entendido que na realidade a divisão do trabalho separa aquele que executa a ação daquele que organiza a ação, ou seja, entre o que pensa e o que realiza. E se essa forma de relacionar nega a essência da humanidade e faz da produção da própria existência um sofrimento constante, também no psiquismo essa organização é reproduzida: faço, mas não sei porque. Sei, mas não faço.

Acima de tudo, o que sinto não é determinante na minha forma de relacionar-me com o mundo porque, independente disso, tenho que fazer aquilo que me é exigido pela coletividade. Ou, melhor dizendo, pela classe dominante da coletividade da qual faço parte, cujos interesses e necessidades não são os mesmos que os

meus. Portanto, a quebra na unidade pensar-sentir-agir é resultado da organização social, que lança mão de diversos mecanismos que dificultam a compreensão da realidade e também de uma atuação criativa e capaz de transformar essa realidade.

A alienação rouba do homem a sua humanidade; nega a possibilidade de reconhecê-lo no outro e, com isso, também desenvolve um psiquismo marcado pelo conflito e pela cisão entre diferentes processos e funções. A hierarquização e o rompimento dos vínculos sociais aparecem também na organização psíquica e o inconsciente pode, nessa forma de organização social, quebrar nexos ontológicos que têm com a consciência e tornar-se absoluto na dinâmica psíquica (SANTOS, 2018). Para a Psicologia Social, há diferentes ideologias sintetizadas em determinado momento e o conflito entre essas visões de mundo se materializam nos indivíduos.

Destaca Santos (2018), que essa materialização se dá porque nos relacionamos com a realidade de forma mediada, pelos significados. Estes significados são transmitidos por meio das relações sociais por diversos mecanismos, que difundem a visão dominante da realidade – a ideologia burguesa, portanto, muitas vezes os significados que sujeitos se apropriam não são passíveis de abarcar a complexidade do fenômeno.

Ainda assim, são esses os significados que passarão a compor o psiquismo; ou seja, “toda ideologia, como mostrou Engels, sempre se realiza como falsa consciência ou, no fundo, de modo inconsciente”. (VIGOTSKI, 1925/1979, p. 40). Para Agnes Heller (2000), o cotidiano está no centro do acontecer histórico, de modo que ele é a própria substância da história. No entanto, geralmente não há registros dessa cotidianidade de que a história é feita. Daí a importância da memória, pois, na narrativa de fatos vividos pelo recordador, podemos reencontrar o ponto de interseção entre a história e a vida de seus protagonistas.

A memória é um processo psicológico superior (VIGOTSKI, 2000), semioticamente mediado por imagens, sentimentos e ideias, que constituem as lembranças do recordador, permitindo-lhe reportar-se ao tempo passado.

Contudo, há também uma dimensão intersubjetiva na memória, uma vez que, na apropriação do vivido, aquilo que é reti-

do pelo sujeito em forma de lembrança é mediado por significados socialmente compartilhados. Existe, portanto, uma função cognitiva da memória, já que ela advém de um conhecimento vivencial acerca do mundo, dos outros e de si mesmo.

Pensando a Memória - Dialética lembrança x esquecimento

Precisamos compreender, portanto, como operaram (e ainda operam) estes dispositivos de produção do esquecimento, que tentaram superar aquele momento de violência da ditadura a partir de uma política do esquecimento e também uma política do silenciamento.

Como a estrutura da subjetividade da memória coletiva sobre as ações de violência de Estado brasileiro modulou/modula a implicação da subjetividade no presente?

Quando a sociedade esquece fatos vividos, por exemplo, quando estes não são renovados nas comemorações, nos lutos, nos monumentos históricos urbanos, em símbolos, nas ruas e logradouros, não deixa para as gerações seguintes o conhecimento sobre o vivido.

Adorno, em torno do papel da articulação do passado na vida cotidiana e das suas materializações na cultura, em sua obra *O que significa elaborar o passado*, insiste nisso para dizer que não se elabora o passado para ficar fixado no passado, mas para impedir a fixação do passado. A única maneira de parar de se fixar no passado, é poder elaborá-lo de verdade. Neste contexto, a elaboração do passado é tomada como um meio eficaz de desencantamento do decorrido, na medida em que ele permite identificar estas situações e não se conformar com um esquecimento passivo ou com uma culpa estéril.

No fundo, tudo dependerá do modo pelo qual o passado será referido no presente; se permaneceremos no simples remorso ou se resistiremos ao horror com base na força de compreender até mesmo o incompreensível” (ADORNO, 1995, p. 46).

“Escovar a história a contrapelo, lutar contra o espírito da época antes que se unir a ele, enfocar a história para trás mais que até adiante”: este era o programa que Adorno compartilhava com Horkheimer e Benjamin. E é por isso que a crítica acerca da história como progresso se transformou em um tema dominante

de seus escritos a partir do início da Segunda Guerra Mundial, e assumiu características únicas dentro da tradição do pensamento radical.

Mundialmente, em todas as sociedades, introduzem-se ações a fim de conservar a memória coletiva de eventos traumáticos que em determinado local ocorreram. São eventos estes de conflito, genocídios, fome, pragas e de grandes crises humanitárias, entre outros. Desse modo, nos deparamos com um número de questões cruciais: qual é a função que a memória coletiva tem nos debates contemporâneos em nossa sociedade? Deve ter irremediavelmente um papel? Quais funções e impactos dos memoriais na reconstrução social e na Justiça de Transição? Como podem memoriais contribuir na reconciliação e na reconstrução social entre inimigos do passado? Como podemos assegurar que eles não tenham o efeito de preservar e ainda fortalecer divisões que causaram o conflito violento? Quais lembranças queremos preservar e como? Em nome de que/quem nos recordamos? Quanta memória é útil, especialmente em casos de assassinatos em massa e genocídios? Podemos limitar a manipulação das lembranças de domínio público por atores políticos que trabalharam/trabalham para os próprios interesses?

A construção do passado configura-se em diversas versões, que trazem um conflito de memórias (DOBLES, 2009). A memória se constitui de maneira com a qual as pessoas estabelecem um sentido ou um significado do passado e como conectam esse passado ao presente em suas vidas no ato da lembrança/recordação afetiva sobre ela.

Esta perspectiva implica em entender a memória como ação política e também subjetiva, ancorada na experiência singular/particular/universal e em marcadores materiais, simbólicos e afetivos. Como afirmam Negri e Hard (2016, p. 31), ações políticas são formadas por encontros, “mediante a construção dos afetos políticos”. Assim, muitas vezes somos iludidos e nos vemos defendendo nossa servidão pensando que defendemos nossa liberdade, ou quando buscamos ampliar o controle sobre as condições e melhorar nossa qualidade de vida, servindo a interesses dominantes (HOLZKAMP, 2016, p. 164 e 179).

Frequentemente, com novas relações de trabalho alienantes, vimos com a Psicologia Social que o certo e o errado ficam

desalinhados, e o mal muitas vezes se converte em uma presença tangível, sendo que culpados podem ser vistos como inocentes.

O esquecimento, porém, é uma das condições do fenômeno mnemônico e não sua negação, como se costuma argumentar. Em conformidade com essa tese, Nora (1984/1993, p. 9) afirma que a memória é “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. A condição para que a lembrança seja reconhecida como tal é sua articulação com o passado e sua atualização e reconstrução no tempo presente (RICOEUR, 1913/2007). Assim, para a Psicologia Social a constituição do sujeito e da subjetividade não é apreendida de modo cristalizado ou rígido, mas como “acabamentos provisórios” (MOLON, 2011, p. 620). Eis, pois, o caráter aberto e provisório da memória.

Considerações Finais

Se o tempo da memória cura/descura, fixa/transfixa, transmite, inverte/subverte, revela, distorce, desmente e mitifica atos de violência, como podemos deixar de refletir sobre o fato de que a sociedade não somente foi vítima da violência de Estado, senão parte dela. Muitos membros da sociedade foram cúmplices do que aconteceu ou, minimamente não elaboraram nossas vivências históricas de violência. A dimensão ético-política da memória coletiva da ditadura ainda se encontra em construção e constante movimento.

Na medida em que a sociedade brasileira não apurou a situação de um Estado violento durante o militarismo, mais do que isso, a sociedade manteve, dando continuidade para aquela estrutura autoritária e para as estratégias de violência do Estado brasileiro, isso quer dizer que, em democracia, o Estado brasileiro continuou promovendo a morte das vítimas, destas que não participavam da normalidade dos pactos da nova democracia.

E, com a Anistia forjada num “pacto” que tivemos, instituímos coletivamente que a violência de Estado fosse passível de não ser punida, criando uma cultura de violência a partir das narrativas hegemônicas produzidas pelo Estado. Além disso, a aceitação ou compreensão da impossibilidade de transformação (a não rememoração, como fenômeno social) por parte da sociedade, acabou produzindo um limite na própria sociedade a partir da não apuração dessas violências.

É importante encararmos o fato de que, como reflexo disso, no governo atual (2019/2022) tivemos um ministro da Justiça (o primeiro a assumir o cargo) propondo o projeto excludente de licitude. O excludente de licitude nada mais é que o mesmo mecanismo forjado da Anistia aos torturadores da ditadura, ou seja, ele supôs que em nome de uma guerra que estaria acontecendo na sociedade, e de uma condição de violência na qual o policial está inserido, ele pode cometer erros e mesmo assim justificá-los pela condição de estar em um estado de necessidade; em legítima defesa. Ele não será punido por isso. Este, sim, é o excludente de licitude proposto.

O mecanismo político de silenciamento (das negligências das ações de Justiça de Transição e/ou Políticas de Memórias) já se tornaram tão sofisticadas, internalizando essa herança ditatorial, que a diferença é que agora chegou em um momento cínico da violência de Estado, que se propõe uma Anistia mesmo antes de qualquer ato ser cometido. Quer dizer, esse é o plano da excludente de licitude: a polícia poder entrar em uma favela, matar um inocente e sair com a justificativa de que aquele território é violento, que um policial estava em estado de “extrema emoção no momento do ato” e que por isso ele é inimputável.

É todo um mecanismo que vai se articulando um no outro e, com isso, produzindo a sofisticação da violência brasileira. Em todos os períodos de nossa história houve um inimigo para justificar esse tipo de violência (TELES, 2019). Da época da colonização até os dias atuais, reflete-se o quão carente o Brasil é de uma verdadeira Justiça de Transição. Só nos ofereceram a “redemocratização ideologizada⁶”, porque sempre houve o mecanismo do silenciamento operando, do “não dito”, para a justificativa dos inimigos internos repetirem e se fortalecerem no discurso dominante.

6 A partir do que foi apresentado é possível perceber que a ditadura militar brasileira atuou ideologicamente em dois sentidos explícitos. Primeiro, como ideologizada, reproduzindo parcialmente a ideologia estadunidense da segurança nacional através da DSN (como elemento doutrinário) e da ESG (como instituto de formação técnica, política e ideológica), que, por sua vez, estava assentada sobre a ideologia da guerra fria e do capitalismo. Segundo, como ideologizadora, propondo intencionalmente uma leitura de mundo que, de um lado, atendia a ideologia da segurança nacional e, de outro, a do capitalismo. Essa perspectiva vai ao encontro dos interesses das classes dominantes, favorecendo, sobretudo, a dominação de classe por parte das elites econômicas. Essa perspectiva ideologizadora se concretiza através do falseamento intencional da realidade que tem por objetivo principal a manutenção da dominação que garante os privilégios da classe dominante.

A ditadura fez, na tortura, a institucionalização do regime de subjetivação silenciada dentro do Estado como nunca antes. Ela institucionalizou o que foi chamado de “doutrina de segurança nacional”, que estabelecia umas das principais missões do Estado na eliminação de supostos inimigos, que em algum momento foram os comunistas e aquilo que supostamente agredia a “família tradicional brasileira”. Não podemos nos esquecer que o fator “família” foi mobilizado no passado e hoje tem sido mobilizado novamente, porque essa é uma das principais instituições de manutenção desse regime de subjetivação da não memória e da não verdade e da não justiça. Desse sistema patriarcal, masculino, déspota, heteronormativo, que elimina a possibilidade das diferenças, das pluralidades de corpos, de formas de amar, de formas de se relacionar aparecerem.

E na transição da ditadura para a democracia houve uma discussão muito grande de como todo aparato repressivo do Estado, sofisticado em relação ao que existia antes em 1964, muito mais militarizado, produzia a ideia de inimigo para que não fosse desmontado. Tinha a necessidade de eleger um novo (velho) inimigo na democracia, onde mantém-se o preto, pobre da periferia. Tivemos no fim da ditadura uma grave crise política e isso gerou uma grande desigualdade, o fenômeno do desemprego, a explosão de uma série de conflitos sociais, inclusive causando conflitos que implicam em violência urbana com situação extrema de desigualdade.

Contudo, memória é uma dimensão fundamental na operação de reconhecimento. Reconhecer alguém, ou reconhecer algo, não é uma operação simples de reconhecimento. Reconhecer é, necessariamente transformar, não só aquele que é reconhecido, mas, principalmente, quem o reconhece. Porque o que não tem visibilidade, não tem existência. Ter visibilidade é nos afetar, é entrar no nosso campo de afecção, é entrar no nosso campo de percepção. E ser afetado é o modo relacional de ser e, como modo relacional de ser, implica-se uma transformação contínua. Não continuamos os mesmos depois de sermos afetado pelo outro.

Esse é o elemento fundamental da memória. Ela não deixa nada do jeito que estava. A memória é uma operação fundamental de transformação, ela transforma todos os elementos, modifica

todos os polos. E, mesmo um monumento, uma verdadeira obra de arte, tem uma reinscrição contínua a partir de fatos históricos, têm essa força de não se conformar completamente ao contexto no qual elas aparecem, e a todo momento se reconstituem, de impor novos desdobramentos, de explicitar a percepção de elementos que, até então, não estavam percebidos.

Nós lutamos pela memória, não para ficarmos com os ombros cheios de pesos do passado, lutamos pela memória porque a memória é a condição fundamental de um processo de transformação. E um elemento fundamental do tempo histórico é uma contração na qual todos os tempos passados se contraem no presente e a luta que o presente produz, libera as forças do passado, reconstituindo o sentido das lutas que ocorreram nesse passado, reinscrevendo essas lutas dentro de uma outra progressão. A verdadeira transformação, ela explode o contínuo do tempo, ela é transformação concomitante do presente, do passado e do futuro.

Referências

ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas, v. 1), 1987. p. 222-232.

BOLETIM CONJUR. Consultor Jurídico, 2020 – Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-02/entrevista-eugenia-gonzaga-procuradora-regional-republica>.

DALMAZ, Carla; ALEXANDRE NETTO, Carlos. Uma memória. Cienc. Culto. São Paulo, v. 56, n. 1, p. 30-31, janeiro de 2004. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000100023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de julho de 2020.

DERRIDA, J. Freud e a cena da escritura. In A escritura e a diferença. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005.

DOBLES, Ignacio. Memorias del dolor: consideraciones de las co-

- misiones de la verdad en America Latina. San Jose: Arlekín, 2009.
- HALBWACHS, M. La mémoire collective [La memoria colectiva]. Paris, Francia: Presses Universitaires de France, 1950.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOLZKAMP, K. Ciência marxista do sujeito. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- KAHHALE, Edna M. S. P.; ROSA, Elisa Z. A construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, Maria da Graça M. (Orgs.) A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p.19-53.
- LANE, Silvia Tatiane. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In LANE, Silvia Tatiane e SAWAIA, Bader Burihan. Novas veredas da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicol. estud.*, v.16, n.4, p.613-622, dez. 2011.
- NEGRI, A. & HARDT, M. Declaração: isto não é um manifesto. São Paulo: N-1 Edições, 2016.
- NETTO, J. P. Desnaturalizando o fenômeno psicológico. São Paulo: PUCSP, videoteca. Série Conversando sobre Psicologia Sócio-Histórica, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, 10, 7-28, 1984/1993. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em 08 fevereiro de 2020.
- QUINALHA, Renan. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.
- RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. Em Adauto Novaes (Org.), *A crise da razão*. São Paulo: Minc-Funart/Companhia das Letras, 1996.
- RICOEUR, P. De la fenomenología al conocimiento práctico: paisaje intelectual de mi vida. *Archipiélago: Cuadernos de Crítica de la Cultura*, 47, 31-40, 1913/2007.

SANTOS, L. Tempo de homens partidos: o inconsciente como quebra da unidade pensar-sentir-agir. Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial, B. SAWAIA, R. ALBUQUERQUE e F. BUSARELLO, Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

SAWAIA, B. B. A consciência em construção no trabalho de construção da existência: uma análise psicossocial do processo da consciência de mulheres faveladas participantes de movimentos urbanos de reivindicação social e de um grupo de produção de artesanato. 1987. 433 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

SIKKINK, K. La cascada de la justicia: cómo los juicios de lesa humanidad están cambiando el mundo de la política. Gedisa, 2016.

TELES, E. O que resta da Ditadura? Blog Boitempo, 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/03/28/o-que-resta-da-ditadura/>>. Acesso em: 05, janeiro de 2020.

TELES, E. O que resta da Ditadura? Podcast Filosofia Pop. Disponível em: <https://filosofiapop.com.br/podcast/083-o-que-resta-da-ditadura-com-edson-teles/>>. Acesso em: 05, janeiro de 2020.

VÁZQUEZ, F. La memoria como acción social: relaciones, significados e imaginario. Barcelona, España: Paidós, 2001.

VIGOTSKI, Lev S. Psicologia del Arte (1925). Barcelona: Barral editores, 1972.

_____. Sobre os sistemas psicológicos. In: VIGOTSKI, L. S. Teoria e Método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, p. 104-135 2000.

YATES, Frances A. A arte da memória. Trad. De Flávia Bancher. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Um estudo sobre os afetos e a arte na arena do slam

Laís Biasoli Moler

O presente texto trata de um recorte de minha pesquisa de doutoramento em Psicologia Social em que pude me dedicar a investigação dos fenômenos psicológicos presentes na participação das gincanas de poesia falada: Slam. O objetivo do texto está em demonstrar como a produção poética do slam vem se configurando como espaço de resistência, enfrentamento e afetos que transforma a vida de diversas pessoas e famílias. A construção dos vínculos afetivos, semeada na arena do Slam da Guilherminha, (zona leste de São Paulo) mas que ultrapassa seus muros, tem possibilitado a construção de um processo libertário que possibilita desviar de um destino definido *a priori* para o povo pobre e periférico possibilitando a construção de novos lugares sociais que questionam o modelo neoliberal de nosso tempo histórico.

A periferia é poética!

Quando começamos a fazer o Usperifa o pessoal da FEA [Faculdade de Economia e Administração da USP] nos convidou pra fazer lá e foi muito interessante porque tinha um pessoal de uma outra classe social e um cara comentou que ele era cheio de privilégios e que nunca ia saber das coisas do nosso cotidiano se não fosse pela nossa boca...Acho muito legal porque conecta as pessoas é muito mais um espaço de fala e escuta do que uma competição (...) (Midria, Slammer)

Slams são gincanas de poesias trazidas dos Estados Unidos para o Brasil. A palavra “slam” é uma onomatopeia que tem sua origem na língua inglesa e significa batida, estrondo¹. Porém, no mundo contemporâneo, acabou tornando-se sinônimo de uma modalidade de sarau. Concebido em Chicago por volta dos anos

¹ Dicionário Inglês Houaiss.

1980, o slam traz à cena poetas, os e as “slammers”, que declamam poesias de própria autoria a fim de participarem de uma gincana. De forma espontânea e inusitada, slammers e plateia interagem e constroem a cena do slam. Cabe dizer que no Brasil o slam ganhou uma característica peculiar em seu formato em função de ocupar os espaços públicos: ruas e praças de diversas cidades. Diferente dos demais países, no Brasil não há grande fomento à arte periférica, nesse sentido, ocupar as ruas faz do movimento de arte poética um movimento político de resistência.

Há dez anos no Brasil esse movimento ganha adeptos em diversos Estados, ocupando, especialmente, periferias. As gincanas produzem uma variedade de afetos a partir da autorrepresentação e demarcação de lugar de fala: falando sem representantes, o próprio povo narra sua história, suas vivências, percalços e superações. O conteúdo das poesias é literal. O sofrimento é narrado e nomeado. A narrativa abarca o conteúdo que trata da periferia, da vida das pessoas que ali estão, em sua maioria negras e que chegam muitas vezes num certo padecimento. Com a participação no Slam, a catarse é como que inevitável.

Catarse não é apenas a descarga de sentimentos com a sua consequente tranquilização. Ela se caracteriza pelo confronto de paixões contrárias, que gera a complexa transformação dos sentimentos. A arte suscita em nós emoções voltadas a sentidos opostos ao habitual e, ao pôr em choque impulsos contrários, destrói paixões, acarretando a complexa transformação dos sentimentos (VIGOTSKI, 1999, p. 270).

A gincana de poesias tensiona a estrutura de poder amparada na sociedade patriarcal, racista e homofóbica, que legitima apenas o discurso do homem branco e heterossexual. O confronto das paixões contrárias incide justamente na forma como essas pessoas passam a se reconhecer e o lugar que as estruturas da sociedade oferecem a esse público em especial. Nesse sentido, no Brasil, tem sido possível observar que à partir do espaço construído democraticamente na gincana de poesias tem possibilitado que aqueles considerados como “outros” ou à margem possam ocupar espaços de fala e de existência, anunciando uma localização social que contribui para a reflexão não apenas sobre o lugar ocupado

pelas pessoas negras, mas igualmente pelas pessoas brancas, e de como esse lugar também deve ser re-pensado. Desse modo, coloca-se em evidência como relações sociais são atravessadas pelas questões étnico-raciais e que ambos os lugares devem ser problematizados. Na configuração, a gincana de poesias é território para a construção de estratégias que possam romper com estruturas opressoras do sistema. É por meio da poesia que se encontram novas formas de estar no mundo, acessando a dor e a potência num movimento incessante e dialético.

Na contramão do ensino nas salas de aulas, a arena do slam de rua tem sido usada para educar, formar e debater a história política do país, especialmente as demandas do povo negro e pobre, a fim de que participantes possam construir um novo lugar para ser e estar no mundo, considerando as emoções que permeiam esse processo. A produção poética do slam é um registro de nosso tempo histórico, um produto cultural que coloca a periferia, de acordo com Souza (2011) em evidência a partir de sua potencialidade, de sua autovalorização, a partir da habilidade de construir um espaço de diálogo em que é permitido narrar os afetos, fazer arte e reescrever a história. Abandona-se um lugar marcado exclusivamente por carências e violências que, em geral, caracterizam os territórios periféricos. Dá-se espaço para o empoderamento e a produção de arte que, por sua vez, fomentam a promoção de estratégias coletivas para o enfrentamento da experiência vivida.

Nesse contexto, é possível observar a teoria de Espinosa (2008) sobre os afetos e a composição dos corpos. O processo de educação popular produzido na arena do Slam está pautado nos afetos, bem como na busca da liberdade e da autonomia. Os corpos se compõem na arena, aumentando a potência de vida, isto é, os participantes da arena ampliam seu território de ação no mundo. Existe um repertório de vida que é ampliado por meio da linguagem poética do slam e, por isso, é considerado como letramento de re-existência, o qual trata da habilidade de fazer uma leitura crítica da realidade em que estão inseridos e atuar no mundo de forma a transformá-lo.

Eu sou a contraindicação, favelado com livro na mão! Valeu,
Alessandro Buzzo pela inspiração! Literatura periférica é

minha ostentação. Então, toma! Poeta preto, tipo Luis Gama, poderoso como Obama, mais perigoso que o Osama! Sou racional, filho! Sou negro drama! Eu tôpela leste, pelos loucos, nordeste, meu povo! Papo reto, tipo Jebbie de boxeador, curto e direto exijo mais respeito, por favor! Eu não vim pra esclarecer, eu vim pra escurecer, tipo Macolm X, tipo KuntaKinté. Tô com o machado de Xangô e a leveza de um erê. Vou ressaltar minha cor, doa a quem doer. E, olha que ironia, olha que ironia, os meus erros de português vira gíria e os *boy* copia! Diretamente da periferia, eis aqui mais um representante do fundão. Nos meus versos protesto contra a covardia, protesto contra a discriminação. E o sistema gela quando vê um livro na mão do pretinho da favela. Tentam nos ludibriar com novela mentira, na tela propagam mazela, mas eu não dou guela, fecho com Marighella! Sou formado em viela, meu professor: Mandela! E esse Apartheiduma hora vai desmoronar! Racistas covardes, vão ter que se curvar! O império Axante contra-ataca. No olhar, o brilho constante pra iluminar as mentes opacas. Nosso exército tá fortemente armado, atirando poesia, crônica, rima e verso pra todos os lados. A sua educação privada não vai nos privar de mais nada, pois todo dia surge um sarau novo na quebrada E tamo fazendo mais lançamento que a Nasa, vai segurando! Vamo tomar a casa grande de assalto. Poeta suburbano colocando a periferia lá no alto! Ainda tem muita coisa pra mudar, ok, eu tô ligado. Mas quem um dia ousou nos humilhar vai nos ver exaltado com o punho cerrado. Pic Pantera no topo do pódium. O sorriso de um favelado em muita gente ainda causa ódio, mas, para mim, o sorriso negro é felicidade e meu povo não pede arrêgo. Tamo em busca de igualdade, ei, povo escuro, ei, povo escuro você tem muita luz, mais ainda quando coloca um sorriso na cara. Inspiração, Carolina Maria de Jesus, as forças vêm da guerreira Dandara. Poesia e RAP no mesmo proceder, batendo de frente até o fim, não podemos esquecer da Revolta dos Malê, da importância de LuisAmarrim. E aí, já deu pra entender que isso aqui é a revolução? Preto periférico e poeta, muito prazer eu sou a contraindicação (Cleyton Mendes, Eu sou a contraindicação).

Slam: as regras do jogo!

As poesias são todas de autoria própria. Cada poeta tem três minutos para dramatizar suas palavras. A gincana ocorre em três rodadas em que participantes vão sendo eliminados ou classificados de acordo com a pontuação que recebem do júri presente. O júri é formado sempre no início de cada gincana por pessoas que

se voluntariam a desempenhar esse papel. As batalhas acontecem durante dez meses, sendo o último mês o período em que ocorrem as finais de cada Estado brasileiro. O vencedor de cada Estado participará do evento que é o SlamBR que se trata da competição de nível nacional.

O vencedor do SlamBR representará o Brasil na Copa do Mundo, em Paris, na França. Ao longo do ano, edições ordinárias ocorrem em praças e espaços públicos das cidades em que o Slam se faz presente. No Brasil, atualmente, são quinze Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Pará, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Grande do Norte e Acre. Em todos os Estados brasileiros o slam se constitui por meio de um movimento urbano de ocupação dos espaços. Algumas edições, no entanto, são extraordinárias e ocorrem em espaços privados como o SESC, universidades particulares ou escolas. Na copa do Mundo são vinte poetas de diversos países que competirão durante uma semana de dezembro. No Brasil, o Slam ganhou esse corpo de formação política periférica. Nos demais países as poesias apresentam outro conteúdo mais próximo da estética normativa.

Slam da Guilhermina

O Slam da Guilhermina completou oito anos de existência em fevereiro de 2020. É o primeiro slam de rua da América Latina, fundado pelo poeta Emerson Alcade. Tornou-se inspiração para muitos outros. As batalhas acontecem todas as últimas sextas-feiras do mês, às 20h, na praça da estação do metrô Guilhermina Esperança, na zona leste da cidade de São Paulo, linha vermelha. As pessoas se organizam em um grande círculo para compor o espetáculo. O público é variável. Alguns demarcam território e se fazem presentes em todas as batalhas. Outros participam como convidados e, ainda há outros que compõem a cena eventualmente. Em geral, as pessoas se surpreendem com o espetáculo no caminho de volta para casa.

No Brasil, a ausência de políticas públicas que fomentem e viabilizem a arte marginal promove um convite para que a população possa ocupar os espaços públicos. Para Emerson, o fato de a slam acontecer na rua contribui para que demandas narradas nas

poesias tratem da rua. O slam de rua apresenta demandas relacionadas com a segregação racial, temáticas de homofobia, sexismo e educação pública. O primeiro slam brasileiro ocorreu na Zona Autônoma da Palavra (ZAP), idealizado por Roberta Estrela D’Alva, a primeira brasileira a conquistar um lugar na Copa do Mundo de Slam. Para D’Alva (2011), o Slam é um movimento político-poético que possibilita que o conflito, a convivência com a diversidade e a celebração transformem-se em possibilidades de diálogo para o enfrentamento e a superação das condições de existência das comunidades periféricas.

Para Roberta, o Slam é um espaço democrático de produção de poesia, onde pessoas assumem o microfone e seu lugar de fala para contarem quem são, de onde vêm e como percebem o mundo, co-construindo um espaço de partilha para as dores e do mesmo modo para as potências resultados das experiências vividas com maus e bons afetos. Emerson conta, em entrevista para autora, que seu objetivo em fundar o Slam da Guilhermina era trazer uma vivência diferenciada aos jovens da periferia. “Queria abrir a cabeça deles, trazer para periferia aquilo que eu tinha visto na faculdade. Nas periferias não há espaço de lazer e cultura, é preciso estar nas ruas para se reunir”, defende o poeta.

O Slam da Guilhermina foi idealizado por ele como fomento à atividade intelectual e de militância, na medida em que buscava promover uma abertura ao aprendizado a partir das provocações contidas nas poesias. Até então, só existia o ZAP que ocorria na região da Pompéia, em São Paulo/SP, com outro tipo de público. Eles traziam poesias mais próximas da estética normativa. Participante do movimento de ocupação de Ermelino Matarazzo, o idealizador conta que sentia falta de um espaço em que as pessoas pudessem falar livremente sobre seus anseios, sem a preocupação da agenda.

Nesse sentido, em uma perspectiva ideológica o objetivo do Slam de rua idealizado por Emerson Alcade foi o de facilitar que as pessoas possam desenvolver sua própria leitura do mundo e da realidade.

Nesse tempo eu vi a transformação nos jovens, ver as pessoas iguais a ele falando...transforma. Eles deixam o cabelo original,

as mulheres mudam o estilo de se vestir, querem fazer faculdade, são pessoas comuns que não tinham acesso aos livros, porque em casa não tem, e com esse espaço muitos começam a ler, ver um mundo diferente. São as pessoas falando sua realidade, seu lugar de fala, ninguém fantasia, cada um fala do seu lugar. Ninguém fala sobre algo, é uma poesia sobre a sua vida. Minhas poesias falam do meu bairro e da minha vida (Emerson Alcade).

O slam salva

Na arena, os poemas e as feridas existenciais sangram por meio do acesso ao passado – as memórias inseparáveis da trajetória da condição humana – e ao presente. Poemas e feridas configuram-se como um convite a refletir sobre a manutenção da sociedade e, desse modo, refletir também sobre como se constroem e mantêm as estruturas do sistema no cotidiano. Assim, evidencia-se o racismo. Questiona-se, por exemplo, como se naturalizam relações e de que forma sujeitos encontram estratégias para perseverar na existência.

[...] É só dar um rolê num dia de domingo. Observe a cor dos que passeiam e a cor dos mendigos. Só nós sabemos na pele a negação dos fatos históricos: a nossa cultura chutada e a maior representatividade nos velórios. Eu tô cansado do teu eurocentrismo que basicamente é isso: “cala a boca, preto, que eu sei o que é racismo (Felipe Marinho, Tumbreiro, eu e você).

Com efeito, pesquisar a exclusão pela escuta dos afetos, de acordo com Sawaia (1999), denuncia a desconsideração do sofrimento humano provocado pelo Estado, pela sociedade civil e pelo próprio indivíduo. Nessa perspectiva, a autora defende que a investigação do sofrimento ético-político — criado na interface entre sociedade e subjetividade, resultante das estruturas do sistema que acometem as pessoas em função de sua classe e situação social — viabiliza descortinar as diversas e distintas formas de espoliação humana escondida na aparência da integração social. Nesse caso, no mito da democracia racial, que acoberta entraves provocados pelo racismo e problemas que dele decorrem: desigualdade social, injustiça e a exploração.

Processos de conscientização propostos pela militância política são, muitas vezes, reduzidos ao pensar e ao agir, excluindo-

do-se o campo dos afetos. Tomar consciência, no sentido proposto por Paulo Freire (1982), refere-se ao processo de formação de uma consciência crítica em relação aos dados da realidade objetiva. O movimento que implica a transição de uma consciência ingênua à formação de uma consciência crítica é transpassado pelo acesso à consciência de classe, em que as classes desfavorecidas se reconhecem como tal. Entretanto, a retomada dos processos históricos não conta, na militância clássica, com um espaço para escuta, especialmente a escuta dos sentimentos que afetam os sujeitos nessa trajetória.

A dinâmica dos movimentos sociais está vinculada a uma sobrecarga de instrumentalização, normatização que resulta em ações concretas como preparação de reuniões, atos de mobilização, participação em editais, atividades que têm prazos para acontecer, que não possibilitam a escuta dos afetos. Pensando, por exemplo, em pautas jornalísticas, é comum ouvir dos militantes, desses movimentos, de denúncia, que ao produzirem pautas que atravessam suas próprias histórias nem sempre é possível um tempo para falar de como se sentem registrando determinada realidade, a realidade que os atinge diretamente. Nesse cenário, o slam adquire identidade e se potencializa também por ser espaço onde é possível abordar as afetações que a militância produz e recriar significados por meio da arte poética.

Não tinha evento de literatura na zona leste, tinha a ocupação em Ermelino, mas não tinha lugar pra gente se reunir. A gente fazia reunião, mas vai em reunião só quem gosta de reunião. Aí a gente quis fazer ali no metrô uma discussão, mas que não fosse uma reunião formal. A ideia era pegar as pessoas no trânsito, pegar o popular, comum, para mobilizar as pessoas, trazer questões políticas do momento relevantes da a zona leste. O objetivo era fazer uma reunião de discussão política cultural aberta, porque na ocupação só vai quem estuda. Agora numa reunião em roda as pessoas ficam mais à vontade e as poesias acabam fazendo a discussão (Emerson Alcade, em entrevista à autora).

O encontro dos corpos na arena do slam é o que produz a composição deles. Assim, como defende Espinosa (1977), o corpo humano precisa de outros corpos para se regenerar, permitin-

do a experiência de afetar e ser afetado. O *conatus* é a essência de um ser, a potência que parte de nós para se criarem condições de perseverar em nossa existência. Com efeito, a potência de vida é alterada em decorrência das relações estabelecidas, uma vez que os sofrimentos narrados são sentidos também na esfera coletiva construindo novos significados para a experiência vivida. Considerando que o slam nasce atendendo à necessidade da fala das afecções, configura-se como espaço legítimo para a fala, para a escuta e, por fim, para a elaboração de sentimentos que decorrem do processo de formação crítica e rompem com a racionalidade instrumental da militância que visa combater acontecimentos, concorrer a editais, enfrentar a realidade, mas, muitas vezes, sem espaço de fala e escuta das afetações dos corpos presentes. Em outras palavras é comumente relatado das pessoas que fazem militância de base que não podem abordar os questionamentos a partir de sua singularidade, de como determinado tema pode ser sentido em sua singularidade como pessoa e não como movimento.

Dessa forma, a arena possibilita o deslocamento do sofrimento ético-político vivido na singularidade para a esfera da coletividade. Na medida em que os poemas narram o sofrimento vivido a partir da estrutura da sociedade os sujeitos passam a entender que fazem parte de um coletivo e que sua condição étnico-racial, bem como sua classe social demarcam uma experiência afetiva de uma camada da população. Nesse cenário, a origem do sofrimento é localizada na estrutura do sistema, de modo que o sujeito não pode mais ser responsabilizado pelos afetos que o acometem. Nesse sentido, o movimento poético contesta o sistema neoliberal e seus determinantes na medida em que rompe com as individualizações, produzindo um sentimento de coletividade e pertencimento que produz potência de ação. Os desdobramentos do slam estão localizados na esfera da educação popular, a partir dos encontros nas arenas criam-se coletivos *crowdfunding*: financiamentos coletivos que reconfiguram cenários, trajetórias e sentimentos das pessoas envolvidas.

Tem uma potência quando você troca o sentimento ali porque muita gente acaba se identificando. Se assumir negra ou negro é comprar uma luta, né? Porque é muito difícil enfrentar o racismo quando você ainda se odeia...Então quando você se

assume como negro você começa a se perceber dentro dessa estrutura e se amar mesmo sabendo como essa estrutura te condiciona, você já está comprando uma briga, né. Qualquer coisa que empodere esse povo colocado à margem por questões de raça, gênero ou classe, qualquer coisa que empodere essa população automaticamente se compra uma briga (Kleber, 28 anos slammer).

Conclusões: a transformação virá pelo afeto

A pesquisa de doutoramento encontrou grande parte de seus entrevistados relatando uma situação de padecimento e a partir da vivência no slam, aliada à construção de novos vínculos afetivos, elaboração das emoções através das poesias, bem como, a construção de sua identidade, muitas vezes, como pessoa negra, além de abordar a periferia pela sua potência de vida e não mais por índices estatísticos de violência como é comumente abordada. Os relatos versam sobre a possibilidade de construir brechas que possam desviar os sujeitos da trajetória definida à priori para essa população que é preta e pobre. A declamação e sua convocação a luta fazem transbordar novos afetos. As pessoas gritam, aplaudem, vibram e celebram, pois se reconhecem nos conteúdos declamados. Experenciam, desse modo, diversas e recíprocas formas de afetação, resultando no aumento da potência de vida dos indivíduos em particular, e, igualmente, do grupo. Com efeito, por meio da poesia as pessoas têm experimentado a possibilidade de se colocar no mundo a partir de novos lugares sociais, produzindo uma reinvenção de si e do coletivo.

Nesse tempo eu vi a transformação nos jovens. Ver as pessoas iguais a ele falando, transforma. Eles deixam o cabelo original, as mulheres mudam o estilo de se vestir, querem fazer faculdade. São pessoas comuns que não tinham acesso aos livros, porque em casa não tem, e com esse espaço muitos começam a ler, ver um mundo diferente. São as pessoas falando sua realidade, seu lugar de fala, ninguém fantasia, cada um fala do seu lugar. Ninguém fala sobre algo, é uma poesia sobre a sua vida. Minhas poesias falam do meu bairro e da minha vida (Emerson Alcade, em entrevista a autora).

As poesias colaboram para a compreensão do cotidiano e são produzidas pelo caráter coletivo de reconhecimento e legi-

timação das reivindicações, anunciadas nas narrativas politicamente engajadas. Desse modo, se constrói um sujeito político em um meio cooperativo e essa produção do comum, ao narrar afetos que perpassam seus corpos nas vivências do cotidiano, slammers encontram acolhida na plateia. É frequente serem recebidos com abraços e beijos após a declamação. Muito mais que competição, a arena transborda afeto.

Partindo da reflexão sobre lugar de fala pelo viés de Djamil Ribeiro (2018), o discurso autorizado e não marcado era (e ainda persiste) o do homem branco, heterossexual. É ele quem está autorizado a falar de todos os lugares, proferindo o discurso (pretensamente) universal e verdadeiro. Na medida em que se demarcam novos territórios, o povo negro e periférico, silenciado há séculos, assume a autoria de sua vida, decidindo, no presente, escrever uma nova poética, agora registrada pela possibilidade de superação da luta cotidiana. Nesse sentido, o tempo presente, é tido como o intervalo de tempo em que é possível intervir. “A gente joga na poesia nossos transtornos e, aí a gente se reconhece, a gente sente a mesma dor e a mesma potência...” (Patrícia Meira).

A vivência na batalha de poesias provoca um choque de sentimentos, um confronto de emoções (emoções angustiantes e desagradáveis) contrárias, que promovem uma reorganização dos sentimentos. Desse modo, a arte possibilita a transição da condição particular de indivíduo à de gênero humano universal. Desse modo, a arte não distrai nossos sentimentos, mas nos força a vencê-los (SAWAIA, 2016).

Com efeito, a arte poética produzida no slam trata da realidade humana circunscrita a um momento histórico, mas que o ultrapassa, no sentido de ser algo além do mero reflexo do real. A escuta dos afetos possibilita a elaboração do sofrimento, que, em forma de poesia, configura um espaço de escuta para a dor, ao mesmo tempo em que possibilita a elaboração dessa dor. É na cena do slam que o sofrimento ético-político, vivido de forma individual, ganha novos sentidos e significados, passando da esfera individual à coletiva, da paixão à ação.

Os espaços construídos a partir das cenas do slam reverberam uma nova poética de vida, transbordam potência e produzem novas subjetividades enegrecidas, construindo novas pers-

pectivas e novas formas de estar no mundo. O deslocamento do sofrimento da esfera individual à esfera coletiva produz perseverança na medida em que coloca o sofrimento atrelado às estruturas do sistema, libertando àqueles que estão acometidos pela culpa de sofrer de seu sofrimento. A escuta dos afetos produz acolhimento e potência. A potência de ação produzida nas arenas é combustível para seguir adiante. O sonho de um novo mundo é semeado a cada nova batalha, fazendo florescer o coletivo. A forma como os conteúdos são expostos convoca a plateia para organização e luta, pois rompe com a fabricação da individualização da vida cotidiana ao produzir sentimentos de pertencimento a um tecido social e histórico, fabricando novos sentidos e novas reflexões na contramão do sistema.

Conclui-se que o slam se configura como um espaço de resistência, enfrentamento e afetos que transforma a vida de diversas pessoas e famílias, também é marcado pelas contradições, sendo possível a presença de discurso e práticas que são combatidas nas poesias, como o sexismo e competições desiguais, por exemplo. Além disso, toda sua potência, ainda não é suficiente para romper com o modelo de sociedade estruturado no racismo. Nesse sentido, a condição de ser negra(o) no país é interdita pelo racismo e pela segregação. Ser negro(a) e pobre no Brasil é ocupar um território de (im)possibilidades. Esse é o pano de fundo declamado com louvor em todas as poesias dramatizadas no slam: a possibilidade dentro do impossível. “Sejam realistas, exijam o impossível”. A liberdade de projetar um novo modo de ser e estar no mundo é um exercício constante.

Referências

D’ALVA, Roberta Estrela. Teatro Hip-Hop. 1 ed – São Paulo, Coleção Estudos, 2014.

ESPINOSA, Baruch. Ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____(1977) Tratado Político. Lisboa:Editorial Estampa, 2/ed.

MOLER, Lais Biasoli. Quando os olhos não vem mas o coração sente. Tese de doutorado Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, 2019.

SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes. (1999)

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 364-372, 2009.

SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes. (2010)

SAWAIA, Bader e Magiolino, L. S. (2016). As nuances da afetividade: emoção, sentimento e paixão. In Luci Banks-Leite, Ana Luiza B. Smolka e Daniela Dias dos Anjos, (orgs). *Diálogos na perspectiva histórico-cultural: interlocuções com a clínica da atividade – Campinas: Mercado das Letras*

VIGOTSKI, Lev. *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Referências complementares

BENTO, Maria Aparecida da Silva (org). *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p.25-57.

BERTH, Joice. *O que é empoderamento*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

LANE, Sylvia e SAWAIA, Bader. (Orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MUNANGA, Kabengele. Um branco pode ser negro. Não é uma questão biológica, mas política In: *Desconfiando: Porque o mundo é maior do que imaginamos*. 2009. Disponível em: <http://desconfiando.wordpress.com/2009/10/15/um-branco-pode-ser-negro-nao-e-uma-questao-biologica-mas-politica/>

NASCIMENTO, Abdias: O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3 ed. – São Paulo. Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Roberta Marques A performance poética do MC. Dissertação de mestrado (em Ciências Sociais – Comunicação). Universidade Pontifícia Católica, São Paulo. 2012.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala. Feminismos Plurais. Belo Horizonte – MG, Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SCHUCMAN, Vainer Lia. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

A experiência de viver em bairro pobre da periferia de São Paulo: uma análise centrada nos sentidos de lazer e diversão de adolescentes

*Bader Burihan Sawaia
Tainá Millainy Lima Pesqueira*

Introdução

O texto discute os resultados de uma pesquisa sobre lazer e diversão na perspectiva de adolescentes moradores do Morro do Socó (Colinas D'Oeste), entre o município de Osasco e Barueri, conhecido por conter áreas com risco de deslizamentos e infraestrutura precária.

O lazer e a diversão foram escolhidos como objetos da pesquisa por serem dimensões pouco consideradas quando se analisam questões referentes a adolescentes pobres das periferias. Boa parte dos trabalhos foca, exclusivamente, nos carecimentos materiais e sociais, na falta de políticas públicas adequadas a adolescentes pobres. Poucos destacam os espaços de lazer e a falta de políticas públicas voltadas para a construção e valorização de espaços de lazer em comunidades de baixa renda, embora o direito ao lazer seja garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, desconsidera-se a necessidade de lazer e diversão, negligenciando o que é parte da humanidade de adolescentes, como se essas pessoas não tivessem desejos (SAWAIA, 1995). Segundo Sawaia (2003), adolescentes estão ligados a uma rede de desigualdade e exclusão social que, no plano intersubjetivo, se revela como desqualificação social e discriminação e, no subjetivo, como alienação, revolta, medo, etc., experiências que ela conceitua de “sofrimento ético-político”.

Trata-se de um sofrimento que mutila a existência, bloqueando a capacidade humana de expandir a vida, através da incessante exposição às injustiças sociais. Faria e Faria (2007) apontam a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que façam jus ao direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), traduzindo a previsão legal para a realidade social.

A abordagem teórica que orienta a pesquisa é a psicologia social sócio-histórica, que permite analisar a adolescência na sua totalidade, configurada pelas determinações sociais que disciplinam, mas não eliminam o desejo e a criatividade (VIGOTSKI, 2009). Nesse contexto, o autor de referência é Lev Vigotski, psicólogo russo, do início do séc. XX, que introduziu o materialismo dialético na Psicologia. Ele analisa a adolescência como fenômeno histórico da ordem da dialética entre o social, o biológico e o psicológico, retirando-lhe o aspecto negativo de “crise” que culturalmente o tem acompanhado.

Vigotski destaca que a adolescência é momento de transição do pensamento concreto ao abstrato, o que garante a capacidade de imaginar e de aprender com a experiência dos outros. Portanto, para o autor, a adolescência é um momento de ampliação de potencialidades de desenvolvimento e criatividade, de abertura de horizontes e aquisição de novos interesses (VIGOTSKI, 2009). No processo, o mundo externo se apresenta de uma nova forma, o que modifica os sistemas de relações do adolescente com o mundo e com as pessoas.

De acordo com o enfoque da psicologia social sócio-histórica, apesar de esses adolescentes sofrerem com a violência e o descaso social, eles não abandonam a afirmação da vida e da felicidade, e seu desenvolvimento deve ser visto na sua totalidade, para além de suas necessidades de sobrevivência biológica. Devem-se observar também suas emoções, motivações, afetos e possibilidades de desenvolvimento e formação de coletivos. É nessa perspectiva que se escolheu pesquisar sobre as atividades de lazer e diversão realizadas por adolescentes de bairro periférico da região metropolitana de São Paulo.

Vigotski (2009) traz ainda outra contribuição importante ao presente texto quando distingue duas dimensões: o sentido e o significado. O significado refere-se ao sistema de relações obje-

tivas que se formou no processo histórico de desenvolvimento da palavra, consistindo num núcleo relativamente estável de sentido, compartilhado pela maioria das pessoas. Assim, significados propiciam a mediação simbólica entre o indivíduo e o mundo real por meio da linguagem.

O sentido, por sua vez, refere-se ao significado da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto de uso da palavra e às vivências afetivas de indivíduos. “O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. É todo um complexo, fluído e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual” (VIGOTSKI, 2009, p. 466).

É importante ressaltar que o lazer é entendido como um conjunto de ocupações, no qual o indivíduo pode se entregar livremente, “(...) seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER, 2001, p. 34). Embora o lazer e a diversão não sejam sinônimos, sociologicamente, a diversão é uma subcategoria do lazer, portanto, optou-se por tratá-los conjuntamente sob a expressão lazer/diversão, pois não interessa à pesquisa marcar a distinção linguística ou sociológica, e sim os sentidos que revelam para tais.

Metodologia

A pesquisa utilizou uma diversidade de procedimentos de coleta de informações, que se inserem dentro da perspectiva dos estudos qualitativos: entrevistas semiestruturadas individuais (registradas em gravação de áudio), observação participante das atividades de lazer e do cotidiano do território, complementada por conversas informais, devidamente anotadas em diário de campo e, por último, por uma dinâmica em grupo (registrada em vídeo gravação). Com isso, desenvolveu-se procedimento que foge das formalidades dos anteriores, visando transformar a coleta de dados em um espaço de lazer e criação.

A condução do processo grupal teve como principal referencial metodológico contribuições de Moreno (1974), criador

do psicodrama, e a teoria de grupos operativos do psicanalista Pichon-Revière (2009). O grupo se estruturou como um sociodrama, dentro dos pressupostos de Moreno, que tem por objetivo abarcar questões em comum entre as pessoas que o compõe.

Embora o sociodrama tenha como característica a de ser um grupo terapêutico, não foi utilizado com esse objetivo, mas adaptado para uma ferramenta de pesquisa. Também, seguiu-se a proposta dos grupos operativos, que tem por base o incentivo à comunicação entre pares, a criatividade e a autonomia do grupo e dos participantes em torno de uma tarefa.¹

O grupo durou 2h45 min e procedeu da seguinte forma: em um primeiro momento, foram feitas duas atividades de aquecimento com a apresentação de autodesenhos, a fim de possibilitar uma primeira conexão entre participantes e a pesquisadora-coordenadora. Foram propostas atividades de aquecimento a participantes com movimentos corporais rítmicos e música. Nessa ocasião, foi pedido que prestassem atenção ao próprio corpo, ao espaço, ao outro, ao que sentiam e que expressassem em uma palavra o que lhes vinha à cabeça naquele momento (técnica chamada de solilóquio²). Ao final desse aquecimento, foi proposto um jogo dramático chamado “Aponte o que Viu”³, no qual eles se debruçaram.

O segundo momento consistiu na aplicação de uma técnica de sensibilização, composta dos seguintes passos: movimentação pelo espaço físico, percepção da temperatura do chão, atenção aos próprios pensamentos, etc. Posteriormente, deitados no chão, o mais confortável possível, sob orientações da pesquisadora-coordenadora, foram convidados a imaginar uma situação de lazer e diversão que já experienciaram ou que gostariam de vivenciar. Ao final, a pesquisadora pediu que se despedissem do lugar e voltassem para a sala, trazendo lembranças do que imaginaram. Nesse momento, todos estavam mais à vontade para falar sobre suas experiências e relacionaram a imaginação às lembranças de lazer e diversão.

1 Nos grupos operativos, os seus integrantes passam a assumir diferentes papéis e posições diante de uma tarefa grupal que constitui sua finalidade (PICHON-RIVIÈRE, 2009).

2 O solilóquio é uma técnica verbal do psicodrama utilizada para expressar pensamentos e/ou sentimentos do indivíduo, que se passam naquele momento.

3 É um jogo dramático, adaptação de uma brincadeira, feito com todos em círculo, em que um dos participantes aponta para uma parte de seu corpo, afirmando, entretanto, ser outra. Por exemplo: Aponta para o nariz e afirma “Este é meu umbigo”. O seguinte, imediatamente, deve colocar a mão sobre a parte de seu corpo que ouviu e não que viu; no caso, colocar a mão no umbigo e afirmar; por exemplo, “Este é meu cabelo”. Caberá ao seguinte colocar as mãos sobre seus cabelos e fazer uma afirmação, indicando outra parte do corpo e assim sucessivamente.

No terceiro momento, a música *Comida*, de 1987, da banda paulista de rock Titãs, foi tocada e entregue a letra da música a cada participante. Foi pedido que, ao escutarem a música, fizessem uma relação com o próprio bairro e suas vivências. Terminada a escuta da música, os adolescentes criaram uma representação daquilo que foi suscitado neles e relacionado a lazer e diversão, fosse na forma de uma cena ou de outra representação. Foi utilizada a técnica do “Teatro Espontâneo”, criado por Levy Moreno – um teatro sem falas decoradas ou ensaios, com o objetivo de promover apresentações teatrais de modo espontâneo e livre. Ao final, abriu-se espaço para compartilhamentos de questões suscitadas, para discussão e para expressarem impressões produzidas no grupo.

Participaram sete adolescentes nas entrevistas semiestruturadas individuais, sendo três meninos e quatro meninas entre 13 e 19 anos. As entrevistas, assim como as atividades em grupo, ocorreram no Centro Cultural e Esportivo (CCE), localizado no campo de pesquisa. Os adolescentes entrevistados foram convidados a participar do grupo e três deles tiveram disponibilidade. No seu total, o grupo contou com quatro adolescentes. Os sujeitos foram convidados voluntariamente, por meio de abordagens pessoais no bairro, a conversas com pais e adolescentes ao mesmo tempo. Quanto ao perfil⁴ dos participantes, destacam-se: Alice, 13 anos de idade, estuda e não exerce atividade remunerada; Manuel, 14 anos, mora com a família no bairro há um ano, estuda e não exerce atividade remunerada; Paula, 15 anos, não trabalha, mas expressa muita vontade de trabalhar e estuda; Kamile, 17 anos, terminou os estudos e ainda não trabalha; Juan, 19 anos, finalizou os estudos e trabalha há um ano no Ceasa, é casado e tem uma filha de 2 anos; Bruno, 17 anos, estuda, exerce atividade remunerada há três meses; Jonathan, 18 anos, estuda e exerce atividade remunerada há quase um ano; Joe, 17 anos, mora fora do bairro e participou apenas do grupo, com o objetivo de compor e aquecê-lo.

Resultados da pesquisa

O material da pesquisa foi formado pelas entrevistas e pelo diário de campo que incluem registros das reflexões do grupo. Por se tratar de uma grande quantidade de dados, a estratégia utili-

⁴ Os nomes divulgados são fictícios, garantindo o anonimato dos participantes.

zada para a análise foi a de realizá-la em três etapas, imbricando-as ao final: i) análise das entrevistas; ii) análise do diário de campo – comparando as narrativas dos sujeitos com as observações do pesquisador, e iii) da atividade lúdica de coleta de dados (sociodrama adaptado).

Essas análises foram orientadas pela proposição de Vygotski de que por trás do discurso há um subtexto afetivo-volitivo que precisa ser conhecido para se entender sentidos ali expressos e de que o fenômeno psicológico deve ser analisado como processo, em seu movimento histórico. Assim orientada, a análise buscou identificar unidades de sentidos articuladas a atividades de lazer e diversão, o clima afetivo que as circundam e as contradições que apresentam, sempre situando historicamente essas análises, que no presente caso significou o bairro com toda precariedade que o caracteriza e a condição de classe dos sujeitos da pesquisa.

Territorialidade – O lazer e a diversão no bairro

Foram feitas visitas exploratórias para se conhecer melhor o bairro, que constataram o seu estado de precariedade, principalmente na região mais alta. No que se refere a saneamento básico, pavimentação e rede de eletricidade, moradores acabam por recorrer a meios precários para conseguir água, luz, passagens pelo território ou internet. Ações do Estado não garantem implantação de infraestrutura na região, apenas fiscalizando localidades sob responsabilidade da Defesa Civil. Muitas passagens são feitas pelos “corta caminhos” (caminhos mais curtos usados como atalho), por cima de barrancos de terra com passarelas estreitas, por onde transitam outras pessoas, inclusive crianças. Nessa mesma parte foram avistados restos de casas destruídas há anos por desabamentos que, inclusive, mataram uma família.

Nas entrevistas, algumas perguntas relacionadas a lazer trouxeram à tona questões referentes à infraestrutura do bairro. Alice diz que gostaria de jogar bola, mas que não joga: “porque na minha rua é descida e é muito ruim jogar futebol [...]”. Nesse discurso, e em outros, é possível perceber o sentido produzido pela condição da infraestrutura precária do bairro se entrelaçando e determinando as de lazer e diversão da adolescente.

O único espaço de lazer construído pelo Estado no bairro é a “Casa da Cultura” que, após algumas mudanças, passou a se

chamar Centro Cultural e Esportivo (CCE)⁵. Obter informações com moradores sobre o equipamento foi difícil porque houve divergências quanto ao seu funcionamento. Alguns afirmaram que o serviço não funcionava mais, outros que sim, enquanto outros não sabiam sobre o funcionamento. Entende-se, dessa forma, que o fechamento da “Casa da Cultura” e a sua reabertura como CCE não foram acompanhados por todos os moradores, e parte dos que acompanharam não compreenderam as mudanças.

Conhecendo seu funcionamento, foi possível perceber que há uma falha na organização dos serviços do equipamento, principalmente no que se refere ao aproveitamento adequado de salas e ao preenchimento dos horários e dos dias da semana. O espaço existe, mas as atividades são restritas, a falta de variedade de atividades em um mesmo horário limita os diferentes interesses de gêneros dos jovens, além de não haver atividades nos finais de semana e nem todas as atividades serem oferecidas.

A maioria relaciona o lazer e diversão ao “brincar” e essas dimensões ao estar junto com outras crianças e adolescentes: “ah, diversão, pra mim, é quando está muitas crianças juntas brincando se divertindo com vários esportes, várias brincadeiras” (Paula). O brincar não é utilizado como uma simplificação ou síntese para lazer/diversão, mas como um fenômeno referencial. Lazer e diversão também aparecem intrinsecamente relacionados aos ambientes específicos dessas atividades e ao exercício da própria liberdade, sendo uma ação feita de livre e espontânea vontade e para consigo mesmo.

Assim, são unânimes em afirmar que o bairro não oferece espaços de lazer e que a rua deles não é lugar para tanto, apresentando as demandas com clareza:

- Demandas de lazer e diversão:

A demanda mais enfatizada pelos adolescentes é a construção de uma quadra e/ou um campo aberto para atividades de lazer na comunidade. No geral, demandam mais áreas de lazer para a comunidade, em especial para as crianças. Juan, nesse mesmo sentido, aponta: “[...] tipo, abrir um campo, algo de esporte, porque

⁵ A Casa da Cultura foi fechada, em 2016, devido ao encerramento do contrato de financiamento do espaço pela Eletropaulo com a prefeitura. Em 2017, a Prefeitura de Osasco, por meio da Secretaria de Cultura, reabriu o Centro Cultural e Esportivo.

é difícil de ter, aqui, uma área de lazer, tipo piscina, esses negócios”.

Ao serem perguntados se havia alguma atividade de lazer e diversão que gostariam de fazer e não faziam, Alice e Paula responderam que gostariam de jogar futebol. Alice responde: “gostaria muito de jogar futebol, eu não sei por que, mas eu sempre gostei de jogar futebol”. Juan destaca que gostaria de fazer capoeira novamente, porém não tem mais lugar para fazer, além de as aulas serem dadas em outro bairro: “a única atividade de lazer e diversão que eu queria voltar a fazer era capoeira, só. O que eu mais me interesse e que eu mais foco é a capoeira; [...], mas a capoeira já faz um ano que não faço”.

Kamile falou do seu desejo de fazer zumba e natação, ou algum esporte, com o objetivo de se exercitar: “gostaria de fazer zumba, eu fico muito em casa, eu não faço exercício. Eu acho que seria necessário. Tenho vontade de fazer natação também, eu acho legal, algum esporte”. Não faz natação porque o lugar onde sabe que tem fica fora do bairro e é pago: “porque até hoje, pelo menos, eu não soube que tem aqui, o único que eu soube é lá na avenida, só que ele é bem caro”. Também afirma que gostaria de continuar com as aulas de teatro que fez na infância, mas que, para sua idade, não tem curso.

A maioria dos adolescentes respondeu que não conhece ou não se interessa por nenhuma atividade no/do bairro. Mas Kamile e Alice mostraram interesse por, pelo menos, duas atividades do CCE: kung-fu e zumba. Paula mostrou interesse em praticar vôlei no CEU, que fica no bairro vizinho. Porém, nenhum dos adolescentes frequenta os respectivos equipamentos atualmente. Então se, por um lado, as atividades não interessam aos adolescentes ou não as alcançam quando há interesse, por outro as que os interessam não são disponibilizadas. Dessa forma, resta a eles buscar outros interesses que possam ser atendidos.

Nas entrevistas, adolescentes ainda chamam o atual Centro Cultural e Esportivo (CCE) pelo antigo nome: “Casa da Cultura”. Todos apontaram como um benefício importante para a comunidade. Dois adolescentes afirmaram que ele é o lugar mais adequado para as crianças ficarem, pois no CCE elas aprendem mais e deixam de ficar tanto tempo na rua: “acho bem legal porque as crianças se incentivam mais aqui do que ficar na rua porque aqui elas apren-

dem mais coisas” (Alice). Juan também relata que o equipamento é um lugar de brincadeiras e distração, que se apresenta como uma terceira opção entre ficar em casa e na rua.

Chama atenção nas falas dos participantes que todos apontam o equipamento como útil e importante, no geral para as crianças e/ou para os outros, mas não para eles. Como podemos conferir, nas falas citadas anteriormente e a seguir: “ah, eu nunca cheguei a visitar não, mas não tenho o que falar não. É um benefício que dá para ajudar muitas pessoas dependendo do que for” (Jonathan).

Entendemos, assim, que o equipamento é extremamente importante para a comunidade, como os próprios entrevistados afirmam. É benéfico e útil para a população, mas sua instrumentalização encontra-se debilitada para atender eficientemente demandas locais. Sua manutenção é mais que necessária, porém é preciso que seu funcionamento se aproxime mais da população.

Rua - a ambiguidade dos sentidos

A rua atravessou diversos outros sentidos relacionados aos de lazer/diversão, tanto nas entrevistas quanto no grupo. Apareceu como um elemento complexo nas falas dos adolescentes. Às vezes perigosa, em outras um lugar de lazer/diversão, ou os dois ao mesmo tempo. Adolescentes destacam o incômodo com o uso de drogas explícito na rua: “eu sempre brinco na rua, é desagradável você andar e ter um monte de pessoas fazendo coisas erradas” (Alice); “[...] não sei se você reparou, você andando por aí, os caras são maior cara de pau, se você prestar atenção, olhando para os lados, você vai ver os cara fumando maconha [...]” (Juan).

Outro aspecto que aparece é a rua como um lugar que pode influenciar de forma negativa: “[Aqui não é um lugar] que ajuda as crianças né, e sim que influencia só as coisas ruim, porque aqui você só vê coisa ruim, nessa rua” (Juan). Apontam, ainda, outros riscos que a rua traz como, por exemplo, o risco de atropelamento. Juan destaca:

[...] a rua daqui não é muito segura não, depois então que o Bolsonaro foi eleito, tá cheio de polícia na rua, ainda fica esses lokos, aí, de moto roubada [...] que nem, esses dias aí quase pegaram a minha filha aqui, os cara andando de moto, na rua, aí

tipo, só espero que tenha mais Centro Cultural para os lugares, para as crianças se divertirem sem tá correndo muito risco, né.

Além desses aspectos, o papel da polícia na rua se mostra como um complicador do ir e vir dos moradores. No grupo, Paula e Alice falam sobre a postura desconfiada e injusta dos policiais com os moradores locais:

Paula: podia ter mais segurança né, mais respeito um com outro, né. [...] fica andando aí, tipo, a pessoa não tem nada a ver: para aí, para aí, pra ver se tem alguma coisa e a pessoa quando vai ver não tem nada [...]

Alice: às vezes só porque, tem, tipo assim, um exemplo, tem um amigo que ele fuma, aí só tem um amigo que está andando com ele, o policial além de parar os dois, às vezes pode segurar os dois porque só está andando com o outro, é, tá difícil.

Porém, a rua também é vista como um lugar de lazer e diversão. Pode-se observar os sentimentos que ela desperta, na fala de Manuel: “Ah, é gostoso [estar na rua], você sabe que não é bom, né? Mas é gostoso”. Na sua compreensão, a rua é prazerosa, mas perigosa. Percebe-se que a rua não se torna perigosa por si só, todavia são alguns elementos que a tornam mais suscetível a riscos: perigos incrementados pela ação da polícia, das drogas, riscos de atropelamentos, falta de segurança, etc.

Nessa contradição de sentidos, estranha-se a não referência ao baile funk e indaga-se sobre, suscitando, assim, uma discussão em torno do tema. Todos avaliam que ele é para adultos, além de ser um ambiente com muitas drogas. Eles não consideram o baile funk uma diversão, mas entendem que, para quem frequenta, é. Apenas dois dos entrevistados⁶, Juan e Bruno, responderam que frequentavam bailes funk. Juan, inclusive, disse ter parado de frequentar e expressou uma visão negativa: “não, parei com isso há muito tempo”. Bruno continua frequentando. É interessante notar que há diferentes visões entre adolescentes sobre o baile funk, embora no grupo tenha se apresentado uma visão mais homogênea.

Em momento posterior, a pesquisa buscou entender o que pensam do uso das drogas. Eles iniciam a discussão dizendo que o motivo do uso é a “mente fraca” do usuário. Manuel continua explicando:

⁶ Juan e Bruno não participaram do grupo por falta de disponibilidade.

[...] muitas vezes querem acabar, como eles falam. Muitas vezes eles falam que amortece a mente. Muitas vezes, eles querem acabar com o problema e eles pensam que usando isso a mente vai amortecer, mas não vai ficar totalmente.

Paula: vai piorar

Manuel: só vai viciar mais.

Ao serem indagados se o usuário de drogas se diverte, eles deixam claro que conhecem as drogas por meio da vivência de outras pessoas. Todos os adolescentes afirmam com convicção que sim, mas que é uma diversão envolta de problemas. Manuel ressalta que “numa fase sim, na outra não”. Paula afirma que eles se divertem, mas de uma forma que a sociedade não aceita: “se diverte de um jeito que a sociedade não gosta”. O uso de drogas é visto pelos participantes como uma tentativa malsucedida de escapar de problemas muito difíceis de serem resolvidos, por isso se torna “viciante”.

Dessa forma, mostra-se conveniente a produção de estudos que investiguem mais diretamente as dimensões de lazer e diversão no uso de drogas. Ressalta-se, segundo Sawaia (2009), que, para Spinoza, ninguém busca a autodestruição, mas a potência de vida. Assim, ninguém busca algo pensando que ele vai destruí-lo, mas porque sente que é um bem para si. (ESPINOSA, E.III, Prop. IX *apud* SAWAIA, 2009).

A fala de Kamile e Paula remete a uma unidade de contrário muito importante para entender que o ambiente de suas casas não oferece lazer/diversão: “sim, sair um pouco de casa e me distrai com as coisas” (Kamile). Manuel aponta que a falta de lazer e diversão equivale a ficar preso em casa, o que seria prejudicial para a saúde do corpo e da mente. Kamile denuncia as condições precárias de certos lares: “[...] Têm pessoas em condições precárias, que às vezes não têm nem água em casa, entendeu? Precisam de mais de estrutura”.

Dessa forma, pode-se questionar se as condições precárias de habitação não empurram os adolescentes para a rua em busca de lazer e diversão. Por outro lado, é preciso ressaltar a constatação de que eles ficam em suas casas mais tempo que as crianças, usando os meios eletrônicos de comunicação e de jogos.

“Aproveitar a vida” e “Distrair a cabeça”- Os sentidos de lazer e diversão

Todos os adolescentes ressaltam que o lazer/diversão é importante em torno de um eixo comum: pelo fato de proporcionar momentos satisfatórios na vida do ser humano, em contrapartida às dificuldades e responsabilidades que as pessoas têm na vida. A maioria dos adolescentes apresenta palavras que denotam uma apreensão sobre as responsabilidades: “trabalho”, “correria”, “problemas” e “dívidas”. Kamile e Juan, respectivamente, afirmam:

[...] Ah, todo mundo tem sempre uma vida corrida, tem problemas, então acho bom as pessoas terem um momento para elas, para se divertirem, distrair a cabeça, pra aproveitar a vida também; porque a pessoa também não é de ferro, a pessoa tem que se divertir, tem que se distrair, tem que ter uma ocupação na cabeça, né. Porque não é só trabalhar.

Alice resalta a importância do lazer/diversão porque é o que faz o mundo ter ânimo: “porque não haveria nada no mundo, tipo, graça”. Outro sentido importante do lazer se relaciona à liberdade ao desejo: “lazer eu acho que é uma coisa que quando nos pega, né, é uma coisa pra nós. Pra nós sair, se divertir, fazer umas coisas que nós gosta, não que os outros quer” (Manuel).

Manuel expressa uma afirmação instigante que tem várias interpretações: o lazer “distrai a mente”, que pode indicar o efeito psíquico de esquecimento e tranquilização, mas não só. “Esquecer” e “tranquilizar” são palavras que contêm, em seu subtexto, um sofrimento ético-político, que é o da servidão e da inatividade (SAWAIA, 2009). Pode-se, também, levantar a hipótese de que esses sentidos denotam a necessidade de se afastar de algo que impõe sofrimento, mas também do risco futuro que correm, por determinação social, de entrar por caminhos perigosos como a droga e o tráfico.

Em outras palavras, isso demonstra que esses adolescentes carregam um sofrimento ético-político em que o lazer/diversão se torna uma atividade de superação, ainda que momentaneamente. A fala de Paula exemplifica bem isso: “[...] mas poderia ter algum esporte, alguma coisa assim para se distrair um pouco das dívidas, porque só ficam em casa poderia sair um pouco”. Ou seja,

o sentido do lazer/diversão para além da distração, sendo também da ordem da saúde, da educação e da potência, como já visto.

Analisando, em conjunto, todos os sentidos de lazer/diversão presentes nas falas dos adolescentes nos diferentes procedimentos metodológicos, pode-se afirmar que eles são marcados pelos afetos alegres, ligados ao sentimento de estarem junto e ao sentimento de liberdade: “ah, eu gosto, né, dá vontade de fazer ainda mais. Dá vontade de fazer ainda mais, ficar lá o dia todo” (Manuel). “Ah, muita alegria, emoção, né, felicidade por estar com uma pessoa assim por perto que goste de você, é muito bom” (Paula).

Sawaia (2009), ao discorrer sobre a teoria dos afetos como questão política descrita por Spinoza em *Ética*, sua obra principal, destaca que o homem é um ser de desejo, uma potência de perseverar na própria existência e de se expandir, sendo este um direito que cada um tem, enquanto condição ontológica. Essa potência não se desenvolve por si, mas nas relações, nos encontros, que determinam o seu aumento ou diminuição. Quando sentimos a potência aumentada, a emoção que invade o corpo é de alegria (autonomia), o que ocorre, segundo os jovens, com mais frequência nos encontros de lazer. Quando essa potência diminui, a emoção é de tristeza (heteronomia), o que aparece nas falas dos sujeitos, sempre relacionado ao espaço da casa, do bairro e ao cerceamento da mobilidade.

Memórias, imaginação e sentidos do lazer/diversão

A dinâmica de grupo, realizada ao final, demonstrou o nexos entre o sentido de lazer, imaginação e memória, que é bastante enfatizado por Vigotski ao longo de sua obra. Segundo ele, a imaginação é, principalmente, a responsável por fazer cumprir o papel de criador do homem, colocando no real elementos completamente novos baseados em experiências passadas, juntando fatos e memórias.

Vigotski destaca a imaginação como processo dinâmico e dialético no qual o ser humano cria ao transformar o ambiente e a si. Para criar, o ser humano imagina, mas ele também imagina porque cria. Afirma que a produção de imagens da imaginação e todo o processo psicológico que a envolve parte da experiência, ou melhor, da forma como se percebe o mundo (SILVA e MAGIOLINO, 2018).

Essa reflexão vigotskiana orientou a dinâmica do grupo, bem como a análise dos sentidos expressos pelos participantes sobre lazer, entendendo que estes estavam embutidos nas imagens que os adolescentes descreveram. Os adolescentes imaginaram diversos cenários. Três participantes apontaram situações agradáveis do ponto de vista relacional e do cenário, destacando como elementos constituidores do lazer um lugar apropriado para a reunião de pessoas com disponibilidade de diversas opções de lazer. É interessante a riqueza de sentimentos alegres e de amor vividos na imaginação dos cenários de férias.

Alice imaginou-se num passeio na cachoeira com a família, fazendo diversas atividades:

Eu imaginei que eu estava se divertindo com a família, e a gente tinha ido pra uma cachoeira. E foi muito divertido, todo mundo brincando, é [...] conversando, todo mundo ali unido. E foi bem legal, bacana, eu gostei pra caramba. Foi o que eu imaginei [...] A gente fazia churrasco, nadava e ficava brincando de bola, por aí. [...] Foi divertido, foi muito legal e eu queria que acontecesse, que possa acontecer.

Apenas um, Manuel, imaginou uma cena que indica uma distância muito grande entre ele e o lazer/diversão, a ponto de nem ao menos conseguir vivê-lo na imaginação. A cena imaginada é de intenso sofrimento, tão forte que impossibilitou que surgisse qualquer vestígio de lazer e diversão na sua imaginação, dominada pela solidão, estranhamento e aversão: “eu sonhei que eu estava, [corrige] não é sonhar. [...] que tava dentro de uma caixa, é bizarro isso, na frente de um espelho enorme, só vendo o meu reflexo e tava tudo escuro”.

Após as cenas imaginadas, abriu-se um espaço no grupo para a narração de memórias relacionadas ao lazer e à diversão. Todos relataram cenas agradáveis, até mesmo Manuel, que falou sobre o dia que saiu com a ex-namorada: “Quando eu saí com a menina que eu tava namorando. Eu saí, foi da hora. Foi divertido [as outras participantes riram], nós saiu, assim, foi tomar um sorvete. [...] nós foi lá pro Largo de Osasco lá, aí foi da hora lá, foi legal, a gente se divertiu bastante, distraiu a mente”.

As memórias dos adolescentes reafirmam os cenários criados imaginariamente: um ambiente adequado, sempre fora da

própria casa e do bairro, com animais, natureza, mar, comida, balanço infantil, cinema e o “estar junto”⁷ de outras pessoas. Essa é a dimensão mais destacada: estar num grupo acolhedor, seja com pessoas amigas, namorada ou família.

O comum e a potência do método de investigação com grupo

Quando perguntados diretamente, adolescentes dizem ser possível se divertir em grupo e sozinhos. O mesmo ocorre com o lazer. Porém, nos exemplos, nas memórias e na imaginação, a diversão é indicada como atividade em conjunto: “ah, diversão pra mim é quando está muitas crianças juntas brincando se divertindo [...]” (Paula); “[...] diversão eu acho que é uma coisa em grupo, né. Que pode fazer também em grupo, que nem jogar bola é uma diversão, soltar um pipa” (Manuel). Alice respondeu em uma pergunta posterior: “acho mais legal brincar com os amigos do que sozinha logicamente [...]”.

As atividades grupais como procedimento da pesquisa foram um diferencial na coleta de dados, pois permitiram a manifestação vívida e apurada dos sentidos de lazer e diversão e, por outro lado, mostraram que elas são efetivas ferramentas de fortalecimento do comum e de transformação. Compreendemos, a partir de estudos realizados no núcleo de pesquisa Nexin (SAWAIA, ALBUQUERQUE e BUSARELLO, 2018), que ambos caminham juntos, o comum e a transformação coletiva. Chauí (2003, p. 250 *apud* SAWAIA, 2018, p. 34), inspirada em Spinoza, afirma que o comum é o sentimento de que nossa potência de vida só é possível por meio do outro, que é favorecido quando a lógica dos afetos permite a percepção da amizade e da generosidade como algo útil.

Nas entrevistas, adolescentes apontam que as relações interpessoais entre moradores locais são fatores determinante para gostar ou não do bairro: “Gosto [...] Ah, eu me dou bem com todo mundo, consigo interagir bem com as pessoas daqui. Me sinto à vontade aqui, acho que por isso” (Kamile). Os discursos de adolescentes indicam que o sentimento de comum tem um grande poder de gerar a noção de pertencimento, mesmo diante de diversas dificuldades. A única voz dissonante é de Juan, que afirma não gostar do bairro, porque as pessoas só se importam consigo mesmas:

⁷ Grifo das pesquisadoras.

“[...] [algumas pessoas] não sabe, tipo, ver que tem o próximo, né. Só quer olhar para seu próprio nariz, só quer saber sobre as coisas dele, vai lá e faz o que quer, onde quer, e não quer saber dos outros”.

O teatro espontâneo, encenado pelos participantes, a partir da música *Comida*, fomentou uma discussão em torno da letra que suscitou questões sociais relacionadas à importância das diversas necessidades humanas e, no final, trouxe à tona a noção do comum:

Alice: tem uma hora que a gente fala “por inteiro e não pela metade”, então o quê que a gente quis dizer, que a gente quer todo mundo junto e ninguém separado, pela metade. Então a gente representou como se fosse a amizade que a gente não quer se separar e nada pela metade.

Paula: Como ela falou, tipo, a sociedade só pensa em comer, né? Porém, não pensa em diversão, pra sair com os amigos, essas coisas assim. E dinheiro traz tudo pra você, porém dinheiro não traz tudo. [Há a falsa ideia de que dinheiro traz a] felicidade todinha do mundo pra você, a atenção toda pra você, só por causa do dinheiro, agora quando você não tem, você não tem nada, nem amigos. [A felicidade] é a união, a amizade é o carinho.

Adolescentes apontaram que união e comum são características verdadeiras da felicidade. Esse sentido apareceu em muitos momentos diferentes na coleta de informações, especialmente no processo grupal, mostrando-se com mais intensidade quando Manuel, diferente dos demais, na técnica de sensibilização, imaginou algo aversivo⁸ no lugar de prazeroso, como solicitado pela pesquisadora. Nesse momento, demais participantes buscaram entendê-lo, afetando⁹ Manuel positivamente, o que reforça a centralidade do sentimento de amizade, de “comunalidade” (SAWAIA e PURIN, 2018).

Nesse sentido, o sentimento de amizade e de comunidade compõe o sentido do lazer: “eu gostei que elas me compreenderam, assim né, de uma forma, a Paula, a Alice e a Joe, aí né, como eu posso dizer, eu gostei de ser percebido né, assim, notado”. Ou seja, o sentimento de comum circulado no grupo possibilitou uma aber-

8 Imaginou que estava dentro de uma caixa na frente de um espelho enorme vendo apenas o próprio reflexo e tudo estava escuro.

9 Utiliza-se a palavra “Afeto” sob a compreensão de Espinosa (SAWAIA, 2009).

tura de espaço para que houvesse esse bom encontro, que afetou Manoel positivamente, aumentando sua potência de vida a ponto de ele perceber o grupo como uma ferramenta de transformação importante, que deveria se expandir para alcançar mais pessoas.

Ao final, adolescentes problematizaram sobre a importância de se aprender coisas novas e viver em união para que se forme uma sociedade melhor, indicando o potencial criativo-transformador de jovens e como se pode aumentar pelo lazer e pelo sonho social.

Considerações finais

Na pesquisa, buscamos nos aproximar da realidade de adolescentes da periferia do Morro do Socó. A meta foi conhecer seus sentidos de lazer e diversão. Constatamos a importância dessas atividades e, conseqüentemente, a necessidade de a Psicologia investir em estudos referentes ao tema e entrar na defesa do direito de adolescentes de terem acesso a lazer e diversão.

O lazer se mostrou fundamental ao enfrentamento das condições precárias de vida e no contexto das carências afetivas a que estão submetidas essas pessoas. São dimensões de vida que as aprisionam, impedindo a abertura de horizontes para além de seus próprios espaços habituais. O lazer permite “aproveitar a vida” em liberdade e “distrai a mente” dos problemas da desigualdade e exclusão social, livra essas pessoas do aprisionamento da casa e proporcionando usufruto do sentimento de acolhimento, partilha e convivência com iguais.

Além da escassez da oferta de lazer e diversão, o bairro apresenta outros problemas estruturais e sociais, como os lugares de despejo de lixo e venda de drogas, além da precariedade ambiental, dificultada por barrancos de terra, caminhos estreitos e restos de casas destruídas, o que nos lembrou dos riscos eminente de desabamento. São características que desqualificam a rua como lugar de lazer e de encontros entre adolescentes, o que os levam a requisitar outros locais, equipamentos e formas de lazer mais apropriados.

Em síntese, a pesquisa retira o lazer e a diversão do lugar de atividades secundárias para jovens e os coloca como necessidades básicas. Conclui-se, retomando a defesa feita por Faria e Fa-

ria (2007), que é preciso fazer a transposição dos direitos ao lazer preconizados pelo ECA para a realidade social, fomentado que políticas públicas tenham a capacidade para isso. Contudo, é preciso que essas políticas estejam em acordo com o conjunto de valores que articulam as relações sociais e a realidade dos grupos ao quais se destinam, em busca de uma proposta que seja mais efetiva e politicamente mais significativa para a população.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90. Brasília, DF: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>.

DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e cultura popular. 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FARIA, Edson Vieira, FARIA, Eliete do Carmo. Lazer e Educação da Criança e do Adolescente: reflexões sobre políticas públicas. *Estação Científica Online, Juiz de Fora*, n. 4, abr./maio 2007.

MORENO, Jacob Levy. *Psicoterapia de grupo e psicodrama*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

SAWAIA, Bader. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20-24, 1995.

_____. Fome de felicidade e liberdade. In SAWAIA, Bader, ALBUQUERQUE, Renan, BUSARELLO, Flávia. (Orgs). *Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo, Alexa Cultural, 2018.

_____. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

_____. Afeto e Comum: categorias centrais em diferentes contextos. In SAWAIA, Bader, ALBUQUERQUE, Renan, BUSARELLO, Flávia. (Orgs). *Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo, Alexa Cultural, 2018.

_____, ALBUQUERQUE, Renan, BUSARELLO, Flávia. In SAWAIA, Bader, ALBUQUERQUE, Renan, BUSARELLO, Flávia. (Orgs). *Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo, Alexa

Cultural, 2018.

_____, PURIN, Gláucia Taís. Em busca de uma concepção psicossocial de território na convergência entre política, comunalidade e afeto. In SAWAIA, Bader, ALBUQUERQUE, Renan, BUSARELLO, Flávia (Orgs). Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo, Alexa Cultural, 2018.

SILVA, Daniele Nunes, MAGIOLINO, Lavínia Lopes. Imaginação e emoção: liberdade ou servidão nas paixões? Um ensaio teórico entre L. S. Vigotski e B. Espinosa. In: Afeto & Comum: Reflexões Sobre A Práxis Psicossocial. São Paulo: Alexa, 2018, p. 39-59.

VIGOTSKI, Lev. A construção do pensamento e da linguagem. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Vivência, direito e necessidade: um estudo sobre a dimensão psicossocial no processo de regularização fundiária de uma favela em São Paulo

Diana Jaqueira Fernandes

As questões em torno do problema de moradia na cidade de São Paulo compõem um campo de conflitos agudos, contudo, o estudo que este artigo se refere não se insere num eixo dinâmico, no entanto, faz parte do mesmo problema. Este artigo, fundamentado na dissertação de mestrado, propõe-se refletir sobre a dimensão psicossocial da questão social da moradia a partir da vivência do processo de regularização fundiária e do direito à moradia em área de ocupação irregular. A pesquisa de campo foi realizada em uma favela da zona sudeste da cidade de São Paulo, cuja primeira ocupação data de 1957 (HABISP, 2010).

Contextualizando o campo

Quando, na cidade de São Paulo, fala-se do problema da moradia, a maior parte das pessoas compreende do que se trata: dos altos preços dos aluguéis e das moradias precárias. O problema é percebido por todos, mas especialmente pelos pobres, que vivem de modo radical o problema do acesso à moradia em São Paulo. Há uma ideia do senso comum para justificar a difícil situação da moradia na cidade: os altos preços dos aluguéis, o grande número de cortiços, de casas autoconstruídas e as favelas decorrem do desequilíbrio entre a procura e a oferta, ou seja, a quantidade de pessoas que necessitam de moradia é maior que a quantidade de moradias disponíveis, ou espaço para construí-las. Seria, assim, um problema quantitativo.

Segundo esse modelo explicativo, não há espaço suficiente para tanta gente morar, o que é antagonizado por Kowarick (2009) que traz o olhar histórico. Ele diz que, diferente de algumas cidades litorâneas, como o Rio de Janeiro, por exemplo, a favela foi a última modalidade de moradia precária na cidade de São Paulo. Nas primeiras décadas no século XX, a moradia mais comum da população pobre eram os cortiços. A autoconstrução nas periferias passou a aumentar significativamente a partir dos anos 1940 e decrescer nos anos 1980-1990, quando ocorreu o aumento significativo das favelas.

A pesquisa de campo que este artigo se refere foi realizado em Santa Ângela, uma favela que teve a construção das primeiras casas no mesmo período da escrita e publicação do livro *O quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, no final de década de 1950. Ela está inserida no tecido urbano, ou seja, possui acesso regular à água e à luz e fácil acesso ao transporte e a equipamentos públicos, mas guarda muitas características da cidade ilegal, como a autoconstrução da infraestrutura, alta densidade e insegurança da posse. Considera-se a regularização fundiária um aspecto fundamental do direito a moradia, que tem uma das premissas a função social da cidade e da propriedade urbana, e Santa Ângela, no caso, cumpre os requisitos necessários para conquistar a segurança da posse no âmbito legal (Estatuto da Cidade, 2001, Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2014).

O Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns (Fundação São Paulo – PUC/SP), instituição que atua juridicamente para que a área seja regularizada e possui um convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, indicou Santa Ângela para realização da pesquisa de mestrado. A ocupação já possuía relação com o sistema jurídico desde o ano 2011, quando um dos moradores buscou a Defensoria, e naquele momento, ano de 2014, estavam realizando as atividades iniciais e ainda não haviam efetivado a ação judicial. O Escritório demonstrou interesse de que a pesquisa fosse realizada naquele local para que os ajudasse a entender porque parte dos moradores não confiava em seu trabalho e na proposta da ação judicial para a regularização fundiária. Essa opinião era refletida concretamente na pequena quantidade de documentos entregues para compor a ação. É importante destacar que, para o

juízo desse tipo de ação judicial, é necessária a participação documental da maioria dos moradores, por isso a demanda de adesão massiva.

O princípio orientador deste trabalho foi a pesquisa participante construindo-se à medida em que o campo era experimentado e se conhecia a necessidade dos sujeitos relacionada à questão da moradia. O acompanhamento das notícias sobre as ocupações, remoções e desapropriações e visitas a entidades para obter informação¹ contribuíram para a formação de uma leitura sistêmica do problema da moradia. Estas ferramentas fizeram parte da construção orientada pelos pressupostos da psicologia sócio-histórica, que se fundamenta na ideia de que é preciso captar o fenômeno psicológico em processo, na dialética objetividade/subjetividade e na contraditoriedade que o constitui historicamente. O diálogo que se construiu entre teoria-empíria foi demonstrando que a questão do porquê os moradores não colaboravam com a ação judicial era simplificadora da dimensão psicossocial da moradia, muitas vezes respondida por sua associação à alienação, à passividade ou ao fatalismo, características muitas vezes consideradas como naturais para quem vive na pobreza. Com essa forma de pensar, subjetividade e afetividade aparecem como negatividade, algo que impede a razão e ação transformadora. O que foi demonstrado ser apenas a aparência do fenômeno, que não é monolítico, mas contraditório.

A unidade de análise deste estudo é vivência (*perejivanie*), proposta por Lev Vigostski, que permite abarcar diferentes aspectos a um mesmo fenômeno e possibilita analisar o psiquismo em seu movimento e processualidade. A vivência é uma unidade indivisível e dialética, reúne as características pessoais e situacionais representadas, possibilitando a compreensão da unidade entre o meio e a atividade que o sujeito realiza nesse meio, a emoção e a razão, o social e o individual (VIGOSTKI, 1994).

A cidade ilegal sob a ótica do urbanismo

Importante observar como a favela foi se “concretizando” pela estruturação das casas e fixação dos moradores por longo tempo. Essa fixação também foi construída pelas obras de infraestrutura realizadas pelos próprios moradores, como a pavimentação

1 Escritório Modelo, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Observatório de Remoções.

ção das vielas, a canalização do esgoto, os pedidos de regularização de luz e água. A fixação dessas famílias é exemplo da construção da cidade ilegal, segundo a ótica do urbanismo, permitida (em alguns casos) e parte do desenvolvimento urbano no Brasil (MARICATO, 2013).

O processo de ocupação ilegal da terra urbana não é fruto de ação organizada de movimentos sociais, ela ocorre de modo espontâneo, ou seja, aos poucos e de modo desorganizado. Tanto as autoconstruções, também chamadas de loteamentos ilegais ou clandestinos, quanto as favelas possuem irregularidades do ponto de vista jurídico. A diferença entre as duas modalidades de habitação é que os loteamentos “podem apresentar diversas formas de ilegalidade em relação à documentação de propriedade ou em relação às exigências urbanísticas” (MARICATO, 2013, p. 154), enquanto a favela se caracteriza especialmente pela invasão de terra alheia, segundo a caracterização jurídica da propriedade.

Ermínia Maricato (2013) pontua características do processo de urbanização no Brasil. A primeira delas é que o processo de industrialização foi levado a cabo com baixos salários e com o mercado residencial restrito. Para a autora, a cidade foi construída como lugar de reprodução da força de trabalho e não levou em conta, no custo da força de trabalho, os custos com a mercadoria habitação.

A autora se refere às moradias urbanas ilegais como “expedientes de subsistência”, para diferenciar da moradia, mercadoria capitalista à disposição no mercado imobiliário, pois o primeiro tipo, apesar de não ser formal, é funcional para o conjunto de relações estabelecidas em torno da questão do acesso à terra.

Nos anos 1990, o financiamento para conquistar a “casa própria” oferecido pelo mercado privado legal (bancos), não atingiam aqueles que recebiam menos de dez salários mínimos por mês. Nesse mesmo período, a parcela da população da região metropolitana de São Paulo que atingiu essa margem era aproximadamente 40%. Os outros, em torno de 60%, estavam excluídos do mercado legal privado de moradia. Como analisa Maricato (2013), o direito à moradia é uma questão social associada à desigualdade gerada pelos modos e relações de produção, portanto um direito que vai de encontro à lógica capitalista de propriedade privada, em que a moradia é uma mercadoria.

A segunda característica do processo de urbanização, segundo a autora, são as gestões urbanas (prefeituras e governos estaduais) com a tradição de investimento regressivo. Os investimentos públicos, especialmente em obras de circulação viária, são orientados segundo a lógica da valorização de propriedades fundiárias e imobiliárias. “Proprietários de terras e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais” (MARICATO, 2013, p. 157).

A terceira característica apontada pela autora trata da legislação ambígua ou aplicação arbitrária da lei. A quantidade de pessoas que moram em áreas irregulares é bastante expressiva e boa parte dessas ocupações tem sido tolerada pelo Estado. Caso o Estado decidisse fazer cumprir a lei e removesse todas as famílias que vivem em áreas irregulares, o que poderia acontecer? A autora sustenta que as ocupações irregulares são permitidas desde que sejam em áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado.

Sobre as “leis que pegam” e “leis que não pegam”, traz outras questões além das acima citadas para explicitar o fosso existente entre o arcabouço jurídico e a realidade social. Os Planos Diretores, por exemplo, existem desde a década de 1970, década em que a produção dos Planos Municipais foi muito significativa, porém improdutiva. As entidades sociais que elaboraram a iniciativa da Reforma Urbana entendiam o caráter ideológico e dissimulador dos conflitos dos planos diretores, porém, o elemento central da luta da Reforma Urbana naquele momento era pelo controle sobre a propriedade fundiária e imobiliária, visando a sua função social, como foi inserido na CF de 1988. Mas, para a autora, o principal problema se refere ao investimento que os atores sociais de luta pela Reforma Urbana fizeram ao dedicar todos os seus esforços e energia em propostas legislativas.

Ao tratar de um estudo de caso da gestão Maluf (1993/1996) e seu sucessor, além de muitas outras questões dispostas ao longo do texto, a autora conclui que não é por falta de planos urbanísticos que as cidades têm problemas graves, nem por causa da qualidade desses planos, mas porque o seu desenvolvimento se dá à margem desses planos. “No caso das metrópoles, além dos grupos locais, o capital imobiliário e as empreiteiras con-

tam sempre na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito” (MARICATO, 2013, p.124), afirma. As forças que definem e orientam os investimentos públicos na cidade se utilizam das leis quando lhes convêm, e quando não lhes interessa, não obedecem aos planos. E assim crescem as moradias ilegais, produzidas pela dinâmica própria de produção da cidade.

Ao lado de legislação urbanística detalhada, a cidade ilegal é permitida, e, não só é permitida como faz parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil. A ilegalidade dessas moradias urbanas é funcional para a manutenção do baixo custo da força de trabalho, como também permite a sustentação da estrutura fundiária arcaica. Porém, de outra perspectiva, esse modelo fundado na segregação territorial é muito disfuncional para a população pobre, para a ampliação da cidadania, para a qualidade de vida urbana e para a sustentabilidade ambiental.

A vivência da moradia

As casas da favela eram quase todas de alvenaria, restavam menos de 10 casas de madeira, “barracos” como chamavam. O universo de aproximadamente 140 casas costuma ser contabilizado a partir do número de famílias por residência – há, por exemplo, casas de três andares que abrigam três famílias (com entradas independentes), e há casas de três andares que abrigam uma única família. São sete ou oito vielas ou corredores no interior, que dão acesso às casas de dentro; e a maior viela, a Viela da Mina, atravessa a favela de uma rua a outra. O IBGE (2010, p. 177) detalhou o perfil da população residente no período: 519 moradores, 243 homens, 276 mulheres, sendo quatro a média de moradores por domicílio. Segundo o Escritório Modelo (2015), a ocupação se situa em terreno particular que possui 9 matrículas.

Entrevistou-se na pesquisa seis pessoas da favela Santa Ângela, essas moradoras têm em comum o fato de serem chefes de família, com idade acima de 40 anos, não possuírem cônjuge (se separaram ou são viúvas), terem vindo morar na favela entre os anos 1980 a 2002 e terem entregues os documentos ao Escritório Modelo, exceto uma entrevistada, que não entregou porque é casada no papel e precisa se divorciar antes de entregá-los. Inferimos que o grupo das entrevistadas possuía interesse na ação de regularização fundiária já que entregaram os documentos para a ação

e também estiveram presentes na atividade de moradia proposta pela pesquisa.

Os relatos sobre a mudança para a favela Santa Ângela incluíram lembranças do momento que antecede a mudança, que foram apresentados como momentos de grande dificuldade. As moradoras, que já eram mães nesse momento, relataram conflitos e dificuldades diversas, mas com um elemento em comum: a dificuldade econômica. Outro elemento comum foi o intenso sofrimento vivido no momento da chegada. As dificuldades relatadas pelas moradoras apontaram a precariedade da casa, com os barracos de madeira e mesmo as casas de alvenaria, e o estranhamento com o lugar, que foi desvanecendo com o tempo.

A casa e a favela no início foram relatadas como motivos de tristeza e sofrimento, porém, ao mesmo tempo representavam a única segurança possível. As melhorias que as casas foram sofrendo e a segurança que o lugar ofereceu são motivos de satisfação, tanto que a casa é chamada por algumas delas de palácio, em comparação à casa do passado.

Julgar a casa um palácio, um lugar que valeu a pena os esforços, tem como referência a antiga casa e a condição de vida anterior. Não se trata, portanto, de um valor abstrato, e sim histórico. Há a sinalização de que a melhoria na condição de vida proporcionada pela fixação na favela Santa Ângela e simbolizada pela casa atinge outras dimensões da vida, como ter condição de criar os filhos, ter recursos para investir em outras despesas, etc. Essa satisfação da moradia atual foi traduzida pelos relatos dos sentimentos de honra, felicidade, segurança e tranquilidade, calcados no passado e resultados desses investimentos materiais e afetivos. Todas as interlocutoras afirmaram que sabiam desde o início que o terreno era invadido.

As relações no território são intensas, graças à proximidade das casas, às relações familiares e de amizade presentes, à circulação entre os pequenos comércios de bares, salão de beleza, venda de gelinhos, bolos e crochês nas casas e também pela venda de droga. As relações de vizinhança são diversas e podem ser simbolizadas com os opostos porta fechada e porta aberta. Uma parte das moradoras entrevistadas demonstrou ter uma relação de tensão constante com os vizinhos, ou com o lado de fora de casa, ou

ainda com a rua, e outra parte das moradoras se remeteu às qualidades de morar em comunidade, como a segurança e as relações afetivas. É importante dizer que cada viela tem um clima e a favela, apesar de possuir várias características parecidas ao longo de suas ruas, não é um todo uniforme. As pessoas possuem uma relação muito mais íntima com aqueles com quem compartilham a vizinhança direta, esse também é um dos motivos porque aparecem os sentidos contrários de alegria e tristeza.

Em Santa Ângela existem grandes núcleos familiares, pois é comum acontecer de os filhos, criados lá, se casarem e passarem a morar em outra casa na favela, ou irmãos e primos se mudarem para lá por indicação de quem chegou primeiro. Há também casais que se separam e passam a morar em casas diferentes.

A relação com o tráfico de drogas também é significativa de duas maneiras diferentes como medo do envolvimento dos filhos ou como uma espécie de pacto de convivência. A frase de Carolina “aqui é o lugar pros nordestinos morarem” é enigmática. Falava do tráfico em posição de aceitação quando se referiu ao lugar dos nordestinos, como um destino, e depois de interrompida a entrevista, retomou o assunto relatando o orgulho dos filhos, que foram criados lá. O que nos parece é que ela está sendo compreensiva diante da materialidade da situação: dentre as possibilidades de vida que ela e seus pares têm, estão incluídas tanto a de conseguir criar os filhos e trabalhar, como o envolvimento com o tráfico – os dois tipos convivendo em seu lugar, a favela.

A situação de pobreza gera muitas inseguranças, sendo a moradia apenas uma delas. Um exemplo pode ser a questão do emprego, como se infere pela ocupação das mulheres: Olga estava desempregada no período da entrevista, Soledad é aposentada, trabalhou como empregada doméstica durante muitos anos, Iara e Luiza trabalham como costureiras, Dona Helenira é aposentada e foi dona de casa, e Carolina trabalha atualmente como cuidadora. Todas elas nasceram na zona rural em estados do Nordeste, trabalharam na roça e migraram para São Paulo em busca de uma vida melhor.

A localização da favela é apontada por todas como um ponto positivo por causa dos serviços que o entorno oferece. Helenira diz que o bom de morar ali são os serviços do bairro (escola,

mercado, atendimento à saúde) e associa esses equipamentos às demandas familiares, especialmente das crianças. Para enfatizar seu ponto de vista, Helenira recorre à opinião da vizinha, mulher boa, trabalhadeira, que é a mesma que a dela, e mais, diz que não quer sair de lá da favela, por esse motivo, por ser tudo perto. Já Carolina e Soledad demonstraram os benefícios da localidade dizendo que além da facilidade de ter tudo por perto, tem até uma firma que emprega os jovens de lá.

As relações na favela Santa Ângela e no seu entorno são intensas. O que é particular da vida na favela? É possível perceber claramente o comum no território: a proximidade das casas, as relações familiares presentes, a origem nordestina, relações de trabalho frágeis, as ruas do entorno movimentadas, bem localizada frente à cidade, a questão da terra irregular. Mesmo entendendo que há tantos (e fortes) fatores comuns, não é possível pensar a existência da favela separada da cidade, pois toda a vida produzida ali responde à dinâmica mesma da cidade.

Sawaia (1995) em *O calor do lugar* se refere à vida na cidade grande criticando à ideia de segregação territorial. Para a autora, o homem de cidade grande, solitário na multidão, (traz as figuras do *voyeur* e do *flaneur*, e também diria o *blasé* de Simmel) que aparentemente está desconectado dos outros, tem um lugar de viver, tem um lugar para onde voltar, é onde encontra seus pares. Em defesa da vida no lugar, diz: “Um território pode ser excludente e, ao mesmo tempo, lugar de identificação entre pares, onde se gestam novas formas de sociabilidade alimentadoras da ‘potência de ação’ (Espinosa, s.d.) e de ‘calor humano’ (Heller, 1977)” (p. 23). Distingue o lugar dos não-lugares, que são aqueles espaços de circulação cotidiana na cidade e que podem gerar uma certa apropriação material e simbólica, porém, é no lugar que há uma vida integral, onde se permitem relações mais duradouras. Esse pertencimento ao lugar, por sua vez, é vivido como movimento, em constante transmutação e relação com o não-lugar. Essa perspectiva dialoga com a vivência de territorialidade das moradoras, vividas como conflito no lugar/não-lugar.

A relação das moradoras com a possibilidade da regularização fundiária é bastante ampla e envolve muitas dimensões da vida. Quando perguntadas sobre o que entendem do direito à mo-

radia as respostas não se referem ao texto da lei de maneira direta, mas se fundamenta na própria experiência, sofrimento e necessidade; portanto um direito natural. O direito natural segundo o filósofo Spinoza, é o direito que cada sujeito tem à vida, que implica em defender-se das opressões e afirmar-se enquanto persevera e expande sua existência. É o direito de existir exercido individualmente mas comum a todos os corpos, pois a potência pessoal é parte da potência da Natureza (CHAUÍ, 2006).

O tempo de moradia é uma justificativa do direito natural e do direito legal. O tempo de permanência no lugar é aqui entendido como sinalização da continuação, já que a fixação das gerações de famílias foi se consolidando ao longo de quase 60 anos de ocupação do terreno. Do direito legal, a condição para requerer a regularização em área pública ou privada, é de moradia por no mínimo cinco anos (Art. 10, p. 20, Estatuto da Cidade), mas essa informação do direito legal não repercutia em significado, ou seja, em argumento que justificaria o direito de posse. No conjunto dos elementos trazidos sobre o direito à moradia há um entendimento amplo, que equivale às “leis reais” de permanência no local, ao direito natural, porém as entrevistadas sabem que o direito natural esbarra com o social. Conhecem as forças sociais que podem vir a atuar ali: o interesse econômico, as relações com o poder público, em especial o pagamento do IPTU da área.

O sentimento de insegurança da posse, explicitado pelo medo de serem despejados da favela foi recorrente ao longo da pesquisa. Os dois conflitos de posse que aconteceram – o senhor que contratou capangas para derrubar os barracos na década de 1990 e o rapaz que se apresentou como proprietário e ameaçou expulsar as pessoas dali em novembro de 2015 – foram pontuais, mas estão presentes na memória coletiva dos moradores. A memória narrada e enfatizada sobre os conflitos de posse remete à palestra proferida por Vainer (2007) em um seminário de mediação de conflitos. O conflito referido pelo autor é o conflito de classes, capaz de uma gerar uma força social para romper com a reprodução da desigualdade. Os moradores de Santa Ângela vivenciaram esse conflito aberto de maneira pontual. O conflito vivido por eles é encoberto, pois a moradia ilegal está sendo, até então, permitida dentro da dinâmica de interesses da cidade.

A questão da insegurança da moradia também foi observado no relato do momento de chegada na favela. Algumas contam que, para garantir a posse da casa, além do pagamento em dinheiro, foi preciso entrar e dormir na casa, garantindo a posse com o próprio corpo. Um outro momento em que precisaram do próprio corpo e atitude na permanência no local (e não mediado pelo Estado) foi a situação referida de conflito, quando um dos proprietários colocou capangas para derrubar os barracos e expulsar os moradores, que revidaram e expulsaram os homens.

Diante das alternativas colocadas para a vida do povo, a reação foi fazer a sua própria lei, garantir a própria existência. Esse sentimento reforça ainda mais o sentido de moradia como direito natural. Essa ideia de direito, cuja defesa tem como uma das moedas o corpo, não é o único motivo que explicaria o não interesse pelas ações do Escritório Modelo. Por trás dessa postura está a percepção de que o Estado foi lhes impondo apenas desamparo ao longo de suas vidas. Desconfiam das intenções do Escritório Modelo, veem o Escritório Modelo como extensão do poder público, e acham que o trabalho de regularização pode ser um ardid com a intenção de cobrá-los imposto. Mesmo garantindo a segurança da posse, que poderá beneficiá-los, teria um motivo perverso de cobrar o IPTU da população moradora.

O conhecimento sobre o IPTU foi adquirido no decorrer da vida na favela. Um dos momentos que o imposto ganhou sentido foi quando os moradores pediram para um vereador amigo conferir o nome do proprietário do terreno, o que ele, além de confirmá-lo, lhes dá mais uma informação, que está devendo o IPTU e por isso os moradores devem ficar tranquilos. A lei, tanto a CF de 1988 (art. 182) quanto o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) consideram-no uma ferramenta de promoção da função social da propriedade. O IPTU não foi citado nas leis referentes à ação de Usucapião tratadas nesta pesquisa, porém na ocasião de umas das reuniões do Escritório Modelo com os moradores, durante o período de realização da pesquisa, a advogada disse ser o pagamento, ou não pagamento, deste imposto umas das provas de posse dos proprietários na ação judicial, e que o ônus com o IPTU não pago poderá ser de responsabilidade da população que ocupa ou será quitado pelo Estado, dependerá da interpretação do juiz.

Outro episódio que marcou a desconfiança explícita dos moradores apareceu nas conversas registradas no diário de campo. Refere-se a uma experiência coletiva/política despotencializadora do mutirão no Savério² em que os moradores de Santa Ângela participaram, mas poucos receberam os apartamentos. Dentre as pessoas que se referiram ao mutirão do Savério, nas entrevistas e no período da observação participante, Carolina foi quem falou com mais energia. Ela participou do mutirão e de atividades do movimento de moradia (relatados também em outros momentos da entrevista), mesmo com limitações em assumir trabalho, cuidar das crianças e lidar com o marido alcoólatra. Tão grande foi a sua frustração com essa experiência que adoeceu. Carolina que diz ao final da entrevista “eu ainda vou olhar pra você e vou dizer, eu tenho uma casa!”, mostra sua esperança, e, ao mesmo tempo considera a possibilidade de voltar para Fortaleza. Ela vê como alternativa concreta voltar para o lugar de origem, o lugar onde é possível ter moradia.

As alternativas de moradia, motivadas pela situação de insegurança, estão enraizadas no passado, na memória das experiências concreto-afetivas, e também nas perspectivas: pagar aluguel, voltar para norte, receber o auxílio aluguel, permanecer na favela, serem removidos, conseguir o documento do terreno ou construir prédios com auxílio do poder público. Observa-se que o sentido de futuro constitui o subtexto da ação no presente.

Considerações finais

Foi ficando claro o subtexto por trás do “desinteresse” da população pelas ações que aparentemente lhes trariam benefício. Fazer com que a população cumpra o dever de pagar o IPTU é um dos sentidos que a presença do Escritório Modelo, com sua persistência no processo de regularização fundiária, tem para as moradoras. Sentido que carrega o estigma do Estado, com todos os sentidos adquiridos ao longo de suas existências. A resistência em aderir ao processo de regularização demonstra a não confiança nas

² Muitos moradores de Santa Ângela participaram do mutirão no bairro do Jardim São Savério, mas poucos receberam os apartamentos. Os moradores atuais sentem-se injustiçados e os ex-moradores, que receberam os apartamentos em 2002, contam que precisaram atender emergencialmente pessoas de área de risco da região, por esse motivo nem todos os moradores de Santa Ângela foram contemplados.

ações do Estado. Outras experiências e perspectivas que a situação de insegurança da posse provocou, e que também funcionam no conhecimento do direito, são as referências vivas das possíveis alternativas de moradia. A insegurança, misto de medo e esperança, é um dos sofrimentos ético-políticos da exclusão/inclusão da moradia. Sobre a contribuição de análises psicossociais, Sawaia (2011) diz:

Buscar essas respostas para orientar políticas públicas significa incorporar aos cálculos econômicos os custos sociais e humanos das decisões econômicas. Para colaborar com a obtenção das mesmas a Psicologia Social deve oferecer conceitos e teorias que permitam compreender o subtexto dos discursos obtidos nas entrevistas, isto é, a base afetivo-volitiva que os motiva. Interessa saber quais os ingredientes psicossociais que sustentam os discursos dos excluídos no plano intra e intersubjetivo e o que custa a exclusão a longo prazo em termos de sofrimento. (p.114)

Para serem incluídos como trabalhadores na cidade de São Paulo, os moradores da favela Santa Ângela são excluídos da moradia legal. Outro modo de olhar o problema da moradia sob a ótica da dialética exclusão/inclusão social proposta por Sawaia (2011) é: há a permissão de morar, desde que em determinadas condições (com insegurança, precariedade). Um processo perverso de inclusão sob a égide da integração social. Maricato (2013) também colabora com a premissa acima, quando diz que a cidade ilegal e cidade legal, fazem parte de uma mesma produção de cidade, e que essa divisão é funcional para o sistema capitalista.

Morar na favela carrega o sofrimento da “obrigação” de viver ali, diante das alternativas de moradia, bem como a alegria por terem suas casas, resultado de esforços, numa situação melhor quando comparada à anterior. Carolina diz “é o melhor lugar que eu conheço em São Paulo”. Esse lugar melhor que todos os outros, assim como o palácio, não pode ser compreendido fora do contexto material e histórico, pois a base afetivo-volitiva dessa vivência é concreta e vivida por eles e seus pares. A casa é um símbolo enigmático pois concentra um cem números de significados em torno da habitação, da manutenção e reprodução da vida, da favela-entorno-cidade, do lugar de origem, da dignidade.

A pesquisa revelou algumas mediações do processo dialético entre objetividade e subjetividade, como a temporalidade. Observou-se que passado, presente e futuro se entrelaçam na forma de memória, projetos de futuro e afetações imediatas. Assim, aos poucos, o subtexto da não adesão ao processo de regularização fundiária foi se revelando. O processo de regularização foi vivido no bojo da dialética exclusão/inclusão, especificamente na forma como esta é vivenciada. O subtexto derruba o mito do fatalismo, o substitui pelo desamparo, e demonstra como ele rouba o futuro. Essa resistência em aderir ao processo de regularização demonstra a não confiança nas ações do Estado e também que seu pensar-sentir-agir está baseado numa outra lógica, a do direito natural.

A população demonstrou conhecer o direito à moradia. Não há nenhuma perspectiva idealista e o conhecimento que tem sobre a questão lhes traz sobriedade para ver as alternativas de moradia possíveis – a desconfiança em relação ao processo judicial está referido nessa concreticidade. Sendo assim, a segurança de posse é fundamental para que a população que já conquistou o direito natural (correspondendo às necessidades da vida) e o direito legal (função social da propriedade) passe de uma situação de insegurança e desconfiança para uma participação ativa sobre o destino de suas próprias vidas, e para isso, para a construção de uma cidade um pouco mais democrática do ponto de vista do solo urbano, é preciso observar como se dão os processos de garantias de direitos que produzem às condições de moradia da população pobre.

Referências

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jul. 2001.

CHAUÍ, Marilena. Espinosa: poder e liberdade. In: BORON, A. Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx. São Paulo: CLACSO, 2006. p.113-143.

HABISP - Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo. Assessoria Técnica de Planejamento e Pesquisa

da Secretaria Municipal de Habitação do município de São Paulo, 2010. São Paulo, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico. São Paulo, 2011. (12º Recenseamento Geral do Brasil).

JESUS, Carolina Maria. O quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Paulo de Azevedo Ltda, 1960.

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 121-192.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº13.430/2002. Diário Oficial da Cidade: São Paulo, SP, 01 ago. 2014.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 99-119.

_____. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20-24, 1995.

SEMINÁRIO NACIONAL PREVENÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS. 2007. Salvador, BA. Comunicação oral de Carlos Vainer. Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades. Salvador, 2007.

SIMMEL, George. As grandes cidades e a vida do espírito. Mana, Rio de Janeiro, v.11, n. 2, p. 577-591, 2005.

VIGOTSKI, Lev. O problema do meio, tradução do original: The problem of the environment. In: VAN DER VEER, R. e VALSINER, J. The Vygotsky Reader. Blackwell, 1994. p. 338-354.

BLOCO III

Em busca da práxis no diálogo
com a arte, justiça e educação

Imbricações entre a violência estrutural e a de Estado: a forma de (re)existir dos sujeitos compreendidas a partir das narrativas dos moradores da região central da cidade de Santos-SP

Nathália Franco Macedo

Raiane Patrícia Severino Assumpção

Introdução

As pesquisas sobre a temática “violência de Estado no Brasil”, no período democrático, passam por um duplo desafio: o de definir o que é violência e suas múltiplas manifestações; e, o de abordar a questão, como resultado de um processo sócio histórico, na relação com aspectos concretos da vida em sociedade. Essa necessidade advém, no nosso entender, da dificuldade de perceber e identificar o quanto a violência está presente na estrutura, na cultura e na dinâmica social brasileira — como violência estrutural¹ —, resultado de um processo de dominação e exploração. A violência de Estado no Brasil nos remete a uma sociedade marcada pela colonização e escravidão, pelo legado da ditadura militar e pelos desafios de romper com continuidades no âmbito das relações de poder rumo à construção da democracia — um regime que não incorporou todos os segmentos sociais na plena cidadania; ou seja, que revela formas de dominação decorrentes das contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão².

1 Minayo, M. C. de S. & Souza, E. R., Violência e saúde como um campo interdisciplinar de ação coletiva. In: História, Ciências e Saúde – Manguinhos, IV (3), pp. 513-531, fev. 1998, p. 08.

2 ASSUMPCÃO, R. P. S.; AMADEO, J.; FRINHANI, F.; ROCCO, A.; SILVA, V. O.; SILVA, D. A violência de Estado e a busca pelo acesso à justiça. Sur. Revista internacional de direitos humanos (IMPRESSO), v.15, n.27, p. 135-152, São Paulo, julho, 2018.

No entanto, o processo de construção social e cultural da identidade do “ser brasileiro” impôs uma narrativa que oculta os conflitos e as opressões vividas cotidianamente pelos sujeitos: foi criada a imagem do homem cordial³, do povo⁴, da democracia racial⁵ e da importância do patrimonialismo⁶ para edificar o que chamamos hoje de “sociedade brasileira”⁷.

Neste sentido, este artigo tem o intuito de abordar e contribuir com o debate acerca da violência de Estado no Brasil a partir da forma de (re)existir dos sujeitos na atualidade. Apresenta argumentos teóricos sobre a violência, concebendo-a como intrínseca à construção da estrutura e à dinâmica social brasileira, para estabelecer um diálogo com trajetórias de vidas. Apresenta algumas narrativas sobre os modos de existência de moradores da região central da cidade de Santos-SP⁸ para refletir sobre percep-

3 Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil* (1936), lançou o conceito de ‘Homem Cordial’; um retrato do brasileiro: patriarcal (o pai como detentor de direito de vida e morte sobre todos), de herança rural; um homem dominado pelo coração (afável por um lado, mas, por outro muito impulsivo e por vezes até violento), que não faz distinção entre o público e o privado; as relações sociais não consideram fronteiras entre o seio familiar e a rua.

4 RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; 480 p. O “surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios)”.

5 Segundo Clóvis Moura (1986), Gilberto Freyre caracterizou a escravidão no Brasil como composta por senhores maleáveis e escravos conformados. O mito do “bom senhor” de Freyre (1933) é uma tentativa no sentido de interpretar as contradições do escravismo como episódio natural, algo extremamente condenável, porém que resultou na construção de uma identidade racial notável. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933. MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala. Os quilombos e a rebelião negra*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

6 Faoro (1998) busca explicações para uma sociedade em que o poder público é exercido, e usado, como se fosse privado. Faoro, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Volume 2. Porto Alegre: Globo, 1998.

7 Segundo Ianni (1996), a interpretação do Brasil formulada por Florestan Fernandes revela a formação, os desenvolvimentos, as lutas e as perspectivas do povo brasileiro - formado por populações indígenas, conquistadores portugueses, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos incorporados como trabalhadores livres. Uma história baseada no escambo e escravidão, no colonialismo e imperialismo, na urbanização e industrialização, por meio da qual se dá, inicialmente, a formação da sociedade de castas, e, posteriormente, da sociedade de classes. Uma história atravessada por lutas sociais da maior importância, desde as revoltas de comunidades indígenas contra os colonizadores às lutas contra o regime de trabalho escravo. História essa que, no século xx, desenvolve-se com as lutas de trabalhadores do campo e da cidade pela conquista de direitos sociais ou pela transformação das estruturas sociais. Uma parte importante dessa contribuição encontra-se em livros como estes: A organização social dos Tupinambá, A integração do negro na sociedade de classes, O negro no mundo dos brancos, Mudanças sociais no Brasil e A revolução burguesa no Brasil. IANNI, Octávio. *A Sociologia de Florestan Fernandes. Estudos avançados*. São Paulo, v. 10, n.26, p.25-33, Apr. 1996. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100006>.

8 As narrativas utilizadas para a realização deste artigo foram produzidas no âmbito do seguinte trabalho acadêmico: MACEDO, Nathalia Franco. *As trajetórias e as estratégias de sobrevivência dos*

ções da violência, seu uso nas formas de poder político e sua composição para o funcionamento do Estado e da sociedade.

Trata-se de uma reflexão realizada por meio da abordagem qualitativa, em que a principal estratégia utilizada foi a do método cartográfico⁹, combinada com elementos da etnografia urbana¹⁰. Deste modo, a produção dos dados se deu através da vivência no território pesquisado: observações cotidianas e diálogos com os moradores.

As imbricações entre violência estrutural e violência de Estado: a política do medo, o controle dos afetos e a dominação/subordinação dos corpos

Partindo do pressuposto de uma ética não-normativa¹¹, a violência pode ser compreendida como o oposto da experiência ética; pois sua manifestação e instrumentalização produz a restrição da liberdade e, conseqüentemente, freia processos que são fundamentais para a construção e sustentação da autonomia. Nesta forma, a vinculação existente entre a violência e a objetificação/despolitização dos corpos merece atenção redobrada ao ganhar contornos nas relações que construíram e constroem a sociabilidade brasileira, refinada pela lógica e princípios norteadores do capital (e no caso do Brasil assumindo o lugar de nação explorada na divisão internacional do trabalho), acabam tornando-se sutil, disfarçada, escamoteada ou naturalizada, tornando-se difícil defini-la ou reconhecê-la. Trata-se da utilização da violência enquanto instrumento de dominação¹² que serve aos mais diversos interesses de quem a reivindica. O problema é justamente esse quem, no contexto citado anteriormente: não tem rosto ou nome, mas é a própria sociabilidade em que vivemos e todos os elementos políticos, institucionais, econômicos, culturais que a sustentam¹³. Reafirma-se, portanto,

moradores da região central de Santos-SP: formas de existência e a relação com os serviços das políticas sociais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Serviço Social e Políticas Sociais - Universidade Federal de São Paulo, 2019.

9PASSOS, E. KASTRUP, V. & ESCÓSSIA, L. (Orgs.) Pistas do método da cartografia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

10RUI, Taniele. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo, Terceiro Nome, 2014. MASCARENHAS NETO, Rubens. Da praça aos palcos: trânsitos e redes de jovens drag queens de Campinas-SP. Dissertação de Mestrado. UNICAMP Campinas, SP, 2018.

11 CHAUI, Marilena. Ensaio ética e violência. Revista Teoria e Debate, ano 11, n. 39, 1998.

12 ENGELS, Friedrich. Anti-Dühring. São Paulo, Boitempo, 2015.

13MARX, Karl. Cap 24 - A Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política - Livro I - vol.2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013. Pg.827-877.

de que o debate sobre violência é sinuoso: em alguns momentos é necessária uma abertura para a compreensão dos processos micropolíticos para ter a compreensão da essência das violências cotidianas vivenciadas, sejam elas relacionadas ao racismo, gênero, direitos básicos e humanos – como o extermínio. Mas é importante atentar que o uso da violência para a manutenção da ordem vigente não é um exercício apenas das classes dominantes ou do Estado, é reiterada em nosso cotidiano pela intersubjetividade e normatizações das relações sociais que colaboram para sua sustentação.

A sociabilidade capitalista, como se desenvolveu na sociedade brasileira, configura as relações sociais e as instituições de modo que determinadas vidas tenham menor valor frente às outras, remontando um sistema de violência e desigualdade social com bases estruturantes na formação socioeconômica. Esse sistema e seus modos de funcionamento ao longo da história é fundamentalmente operacionalizado a partir das diferenças e seus marcadores sociais (classe, raça, sexualidade, gênero e etnia), enquanto algo “naturalmente” inferior¹⁴ ou nem sequer humano.

Assim, evidencia-se que o Estado, que deveria ser o organizador da vida social e política, fica responsável por criar e sustentar mecanismos de dominação e controle, que restringe e/ou permite acesso à dignidade humana, como também mantém o silenciamento de grupos que questionam ou transgridam as leis colocadas, legitimando a violência institucional e estrutural¹⁵. Portanto, o Estado reafirma o seu papel de instituição fundamental para a mediação entre as classes, silenciando ou controlando o conflito que estrutura as relações sociais.

Neste ponto é importante refletir sobre a interposição, mas também a sutil distinção, entre a violência estrutural e a de Estado. Os poucos que concentram a riqueza decidem qual será a base ideológica e cultural que melhor se adequa aos seus interesses, viabilizando uma desigualdade social programada, que por si só já é violenta; assim, como decidem quais regiões do mundo terão uma intensificação das tensões, conflitos e problemas urba-

14 QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder; Eurocentrismo e América Latina. In: Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul. 2009.

15 MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

nos¹⁶ ou irão receber um investimento financeiro para um rápido desenvolvimento econômico¹⁷. No processo que institui a dinâmica social o Estado sustenta mecanismos de dominação e controle, executando a violência institucional (de Estado) e legitimando a estrutural, mas que não é reconhecida como violência - é traduzido pela naturalização -; somente adquire este reconhecimento em caso de exceção.

Miguel (2018), em diálogo plural com Gramsci, Poulantzas, Foucault, Bourdieu, entre outros teóricos, fornece contribuições importantes sobre a temática; chama a atenção para o fato de que é importante ter a percepção do quanto o Estado é maleável: se constrói de acordo com o momento histórico e com as particularidades da formação social e econômica. Suas diferentes instituições têm a capacidade de incorporar avanços dentro dos limites da ordem dominante. Trata-se de um campo de eternas disputas pelo direcionamento da sociedade, suas práticas, comportamentos, categorias de sujeitos e as instituições que compõem esse mundo social.

Assim, reafirma-se a compreensão de que a violência de Estado não se limita somente a sua força repressiva. Conforme Benjamin (2011), a violência é um meio de instituir ou preservar o direito; ao mesmo tempo, se ela não reivindica nenhuma destas finalidades, renuncia a sua legitimidade. Para instituir um direito é necessário a comprovação de vitória perante ao que existia anteriormente; e, para fazer a sua preservação é necessário que não se tenham novas finalidades; caso contrário, retornaremos à condição primeira de instituição. Mas o Estado continua sendo a única instituição que está isenta da justificativa das finalidades para fazer uso da força repressiva, pois serve tanto para instituir novas ordens quanto para preservar o que está estabelecido.

Cabe aqui retomar o diálogo com Miguel (2018), que sinaliza que a lei, a partir da instituição Estado, organiza a violência ao ocupar a posição de poder que exercita a escolha sobre a vida e a morte sem, necessariamente, fazer o uso da força física. A vida e a morte são operacionalizados em um plano simbólico e em plano concreto de possibilidades e/ou limites de acessos, nos quais os custos sempre serão mais altos para quem se encontra em uma

16 HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

17 CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

situação de precariedade. Portanto, a violência de Estado, quando não é materializada no uso da força policial, é incorporada como uma forma de “mediação”, expressa na seletividade feita pelas instituições por meio da burocracia, para a manutenção do funcionamento da estrutura e dinâmica social brasileira.

Nessa relação entre o plano simbólico e plano concreto do acesso ou limite, o mercado (transformado em biomercado¹⁸) gera uma aparente homogeneização das fronteiras das relações sociais: o marketing e a publicidade tornam-se parte da produção da política, a autoajuda e seus determinismos de antagonismos e binarismos produzem sujeitos autossuficientes e os paradigmas biomédicos e das neurociências criam doenças para explicar sintomas advindos da nossa própria realidade violenta e expropriadora de nós e de nossa capacidade criativa, transformadora e autônoma. É o controle dos afetos: a paixão pela ignorância, a obsessão pela normatização da vida e o ódio dos dissidentes e diferentes. Há a transformação do conflito e do debate político em ódio para a criação de inimigos; há a administração do medo a partir do fortalecimento da lógica militarizada; há a dissolução das estruturas institucionais modernas e democráticas para a produção de sensações de desamparo, desgoverno, entre outras que desmobilizam e desestruturam os velhos caminhos de luta e pressão e, por fim - mas não só-, sua forma letal de criação de territórios de guerra, onde matar é permitido.

Os argumentos aqui postos acerca da imbricação e também singularidade da violência de Estado e da violência estrutural ganham vida e concretude a partir das narrativas sobre as trajetórias dos sujeitos no seu processo de (re)existência. São narrativas atravessadas pelos efeitos da desigualdade social e do controle estabelecido pelas instituições e políticas públicas. A violência de Estado emerge no ato de resistência de quando essas existências se indignam com a precariedade e buscam meios institucionais, cotidianos ou ilegais para dar respostas às próprias necessidades ou se (re)voltar com o que momentaneamente se apresenta como imutável.

18 MERLIN, Nora. Colonização da subjetividade e neoliberalismo. Revista GEARTE, [S.l.], v. 6, n. 2, jul. 2019. ISSN 2357-9854. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/gearte/article/view/92906>>. Acesso em: 19 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.22456/2357-9854.92906>.

Entre a violência e a resistência: percursos de existência na cidade

Percurso 1 - Na audiência pública¹⁹ para revisão do Plano Diretor da cidade de Santos (SP), ocorrida no dia 04 de abril de 2018, no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura de Santos. Ele relatou todas as dificuldades que seu bairro enfrentava pela falta de infraestrutura, enchentes, água contaminada, trechos sem saneamento básico, lixos espalhados pelo canal de drenagem... contou que esse canal era um rio e que as atividades portuárias o mataram, só sobrou lodo. Após o relato desse morador sobre a precariedade da infraestrutura de seu bairro, uma mulher que estava entre as pessoas de roupa social se levantou, sem pedir fala e questionou: “Se essas são as condições de vida das pessoas que moram lá, onde qualquer chuva alaga tudo, como vocês da prefeitura querem incentivar que nossos negócios fiquem aí? Se vocês não se comprometerem a arrumar a infraestrutura dessa área, não queremos esse lugar”. Todos começaram a falar ao mesmo tempo na sala. Algumas tensões entre o grupo de empresários e a prefeitura começaram a surgir. Moradores de outros bairros também começaram a relatar suas dificuldades com as infraestruturas.

As exposições que surgem sobre a falta de infraestrutura dos bairros, que culminam em toda a sorte de condições insalubres para se ter direitos básicos garantidos, transparece a necessidade de manutenção e reorganização de seu espaço coletivo para uma convivência. E se todo o aparato institucional e burocrático montado para fomentar a participação popular nas decisões do poder público no que se refere ao manejo da cidade e das políticas públicas e sociais falha em acolher as demandas das classes subalternas, o que resta é agir.

Percurso 2 - O campo de futebol... Do lado de fora das estruturas arquitetônicas que acolhem *in locus* os processos participativos da população nas decisões e elaborações de políticas públicas, em uma rua distante, crianças jogam futebol no asfalto. Seus gols eram as caçambas de lixo, quem precisa de chinelos quando se tem estruturas perfeitamente quadradas que dão conta de captar a

¹⁹ A audiência pública é um mecanismo de participação popular e que, em tese, seria um meio de garantir possibilidades democráticas de construção/organização/melhoria da cidade a partir do diálogo entre os diversos grupos que compõem a sociedade. O poder público vai se relacionando com cada um destes sujeitos, intenções e demandas; acolhendo, reconhecendo ou silenciando na medida em que os tensionamentos abalam ou questionam o próprio Estado e sua legitimidade.

bola? Conforme comércios de gráficas e design foram se instalando na rua as crianças ganharam estruturas de gol móveis, que ficavam presos com uma corrente no poste. Não tardou muito para surgir um campo de futebol desenhado na rua, mas este era profissional, aos moldes oficiais do futebol de rua. Em outras partes do bairro a mesma tática também era usada, algumas vezes as crianças jogavam bola até mesmo com lixo dentro da caçamba-gol.

Crianças e adolescentes, agindo, para criar um espaço de brincar... interagem com o que compõe a rua: calçadas, lixeiras, asfalto. Ressignificam os espaços de forma concreta, orgânica, criativa, revirando os sentidos normativos e institucionais. A lixeira torna-se um gol, a calçada e o asfalto transformam-se em campo, as pessoas são espectadores para o reconhecimento de suas habilidades. Para alguns, a seletividade institucional é mais do que algo incompreensível ou desconhecido, é uma violência que reforça a percepção de que as necessidades emergenciais estruturais não vão ser resolvidas enquanto não se partir para o fazer... aqui, esperar elaborações de caminhos conscientes não é uma opção, a ação é espontânea e objetiva.

Próximo aos campos de futebol improvisados pelas crianças outra forma de ocupação do espaço: as famosas malocas, espaços ocupados por um grupo de pessoas que vivem nas ruas. Houve uma evolução da ocupação daquele espaço: dos caixotes de feira usados como bancos para a aquisição de um sofá e uma poltrona.

Percurso 3 - A população vivendo na rua... A responsabilidade coletiva de cuidar de um filhote de cachorro, a decoração do pé-de-cuca com panos coloridos e quadros de paisagens, o aumento da população ocupante e as relações com a vizinhança e os comércios do entorno. Também houve rapidamente a presença e as ações policiais que acabaram com meses de ocupação e construção de uma identidade do espaço. “bom dia senhorita, mais uma vez estamos aqui, sofremos uma ação mas estamos aqui”. Essa população, que a vida sempre foi ocupar espaços públicos com seus corpos, rejeitados pela sociedade e afetados radicalmente pela violência estrutural, está totalmente passível de sofrer a violência policial.

As ações policiais dos braços armados e a destruição de espaços de existência de quem vive nas ruas inauguram os

caminhos de quem é produto restante para as circulações econômicas. São os selvagens que precisam sair daqui ou que queremos que se adequem a nós... não bebem como a gente bebe, não se drogam como a gente, não vivem como a gente, não moram como a gente, não trabalham como a gente, não desejam como a gente... São um dos corpos urbanos alvo direto fazer viver ou deixar morrer... do deixar viver e fazer morrer. Dentro de todas as adversidades violentas, nos provocam em todas as nossas dimensões de existência: “pode passar por aqui, não vou te roubar”, “posso tomar banho na sua casa?”, “sabe o que eu tenho nessa bolsa, junto com os documentos? Uma faca”. São experiências que conhecemos e debatemos na sua forma de gentrificação da vida: guerra às drogas, violência, usos abusivos, precariedade da vida, abandono, atuações policiais dos profissionais e do Estado.

O homem que teve seus pertences levados pela guarda, de tanto tempo naquela rua, com os companheiros de rua, foi recriando o espaço, as relações e os códigos que o regem. Embaixo daquela árvore, foi se criando um espaço de sociabilidade com poltronas, cadeiras, caixotes, decoração, cachorros. Sua história representa os trânsitos da população pobre, preta, periférica, seu encarceramento e os limites da efetivação de seus direitos.

A reflexão sobre esses processos de gentrificação são necessárias para a concretização de pautas políticas, mas a eterna repetição destes grandes temas, por vezes nos afasta do que realmente nos fornece possibilidades de resistência: a própria vida e a organização cotidiana, de onde emergem ações políticas, culturais e econômicas diversas... Não se trata de uma romantização da precariedade da vida destas pessoas, mas de reconhecermos que estes sujeitos agenciam suas necessidades, e, assim, compreendermos seus processos e ações de resistência.

Na medida em que a indignação, as necessidades básicas, as perdas materiais, de sentido e de pertencimento estão presentes na vida dos sujeitos pobres, periféricos ou em contextos vulneráveis, cada vez mais surgem ações que buscam a sobrevivência. Trambicar, malandriar e usar a cidade e seus recursos para a garantia da própria vida são formas de resistência frente à realidade cotidiana que manifesta a violência em suas incontáveis facetas, por vezes até mesmo naturalizada ou despercebida. Adentrar no

cotidiano de um dado território e participar da vida que acontece sem cessar é uma oportunidade de extrapolar todas as percepções morais ou pré-concebidas sobre como as pessoas vivem, sentem ou significam sua própria experiência. São nas contradições identificadas e refletidas que podemos encontrar algumas possibilidades de ação ou intervenção, rachaduras para o fortalecimento do saber local, ocasionando um válido e potente questionamento das estruturas de poder que manejam a violência.

As narrativas apresentadas carregam em si significados e representações de modos de existir. São janelas de acesso aos efeitos da violência estrutural e de Estado, mas também à vida e à transitoriedade das experiências que constituem o território cotidianamente: que negociam a vida, a sobrevivência e a resistência através do corpo, das relações e da própria existência. Trata-se de relações com espaços férteis de aprendizado e elaboração de saberes, que fornecem pistas da dinamicidade cada vez mais necessária para ações que compõem o cotidiano e a existência desses sujeitos.

Referências

ASSUMPTÃO, R. P. S.; AMADEO, J.; FRINHANI, F.; ROCCO, A.; SILVA, V. O.; SILVA, D. A violência de Estado e a busca pelo acesso à justiça. Sur. Revista internacional de direitos humanos (IMPRESSO), v.15, n.27, p. 135-152, São Paulo, julho, 2018.

BENJAMIN, W. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, W. Escritos sobre mito e linguagem. Tradução de Ernani Chaves. Organização de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011. p. 121-156.

CHAUÍ, Marilena. Ensaio ética e violência. Revista Teoria e Debate, ano 11, n. 39, 1998.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

ENGELS, Friedrichs. Anti Daring. Versão para Ebook.brasil.com acesso <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/duhring.pdf>. 1875.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Volume 2. Porto Alegre: Globo, 1998.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001. IANNI, Octavio. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. Estud. av., São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, Apr. 1996. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006&lng=en&nrm=iso>. accessed 15 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100006>.

MACEDO, Nathalia Franco. Trajetórias e estratégias de sobrevivência dos moradores da Região Central de Santos-SP: formas de existir e resistir à violência de estado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Serviço Social e Políticas Sociais - Universidade Federal de São Paulo, julho de 2019.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Cap 24 - A Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política - Livro I - vol.2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013. Pg.827-877.

MASCARENHAS NETO, Rubens. Da praça aos palcos : trânsitos e redes de jovens drag queens de Campinas-SP. Dissertação de Mestrado. UNICAMP Campinas, SP, 2018.

MERLIN, Nora. Colonização da subjetividade e neoliberalismo. Revista GEARTE, [S.l.], v. 6, n. 2, jul. 2019. ISSN 2357-9854. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/gearte/article/view/92906>>. Acesso em: 19 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.22456/2357-9854.92906>.

MIGUEL, Luis Felipe. Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINAYO, Maria. Cecilia. de Souza. & Souza, E. R., Violência e saúde como um campo interdisciplinar de ação coletiva. In. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, IV (3), pp. 513-531, fev. 1998, p. 08.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. Os quilombos e a rebelião negra. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PASSOS, E. KASTRUP, V. & ESCÓSSIA, L. (Orgs.). Pistas do método da cartografia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul. 2009.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUI, Taniele. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo, Terceiro Nome, 2014.

Servidão como violência dentro dos muros da educação

*Elisa Harumi Musha
Kelly Cristina Fernandes*

Introdução

Somos duas mulheres atuando no espaço da educação, ambas com experiências na escola pública e no ensino superior privado. Juntas buscamos analisar, na perspectiva de Spinoza, como a ética, a política e os afetos podem ser compreendidos na relação da servidão com as violências sutis¹ que se expressam no contexto educacional. Ao levar em conta a filosofia da imanência desse autor, que coloca em um mesmo plano as leis da natureza, dos afetos, da política e da ética.

Por servidão parte-se da compreensão de que há uma impossibilidade para distinguir as causas das afecções no corpo, somos envolvidos por explicações parciais e mutiladas dessas afecções. Ou seja, com frequência não há uma precisão relacionada ao que nos causa determinado afeto, assim servos do que desconhecemos não agimos, apenas reagimos “submetidos aos afetos (...) a cujo poder [o ser] está a tal ponto sujeitado que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior” (SPINOZA, E. IV, Prefácio). Nesta perspectiva, compreende-se que o significado do conceito de servidão se relaciona com alienação, violência de estar sob a força dos afetos arrastado ao pior e a fraqueza da perda de direitos e poderes expressa na sujeição (CHAUÍ, 2011).

Na servidão, a pessoa padece submetendo-se aos movimentos arrastadores das paixões. A passividade é presente, uma vez que, ‘submetidos aos afetos’, deixamo-nos guiar por ideias ina-

¹ Entendemos violências sutis aquelas que estão implícitas no cotidiano; que não se expressam pela violência física, mas são veladas e sorrateiras. A violência pressupõe pela ação com a intenção de infligir sofrimento. Essas violências no contexto escolar se expressam de muitas maneiras como através: de atos preconceituosos, da avaliação escolar, do sistema educacional, do julgamento moral do bom e mau aluno, entre outros.

dequadas, ou seja, ideias das quais não somos nós mesmos as causas, mas que depositamos em outrem as causas dos nossos afetos. Estamos passivos ao que nos acontece e a ação do pensamento tem pequena abrangência, possuindo as afecções externas maior poder. Assim, pode-se dizer que para Spinoza a maior manifestação de violência ocorre quando o corpo perde sua capacidade de afetar e de ser afetado.

Dardot e Laval (2016) trazem a ideia de uma sociedade que funciona como uma empresa constituída de outras múltiplas empresas, assim, cada sujeito seria empresa de si. A sociedade, vista por esta perspectiva, funciona em uma constante competição para que os bens sucedidos vençam e o seu aprimoramento é feito individualmente e por toda a vida. Ou seja, em uma sociedade, na qual a meritocracia reina, os sujeitos objetificados competem para serem bem sucedidos, livres e felizes. Pode-se dizer que o trabalhador é responsável absoluto pelo seu salário e vive em risco constante e se falhar a responsabilidade é sua.

Os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais, e estes se resumem, por sua vez, a problemas psíquicos relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros. A fonte da eficácia está no indivíduo: ela não pode vir de uma autoridade externa. É necessário fazer um trabalho intrapsíquico para procurar a motivação profunda. O chefe não pode mais impor: ele deve vigiar, fortalecer, apoiar a motivação. Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em autocoerção e autoculpabilização, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que acontece. (DARDOT e LAVAL, p. 345, 2016)

A autocoerção e a autoculpabilização dão notícia da maneira perversa que violências “sutis” na educação tomam lugar na instituição escolar. Ora, se o culpado é o jovem por ter dificuldades escolares, se o professor é culpado de não dar conta de várias salas com até 50 alunos, assim o responsável é sempre o sujeito e não a instituição. Como se a escola apenas reproduzisse as violências sociais e não as sustentasse ou até mesmo criasse novas violências. Se a rede de afetos que circulam na instituição não forem desveladas a inclusão perversa, a violência velada dá sustento a uma educação que perde suas bases humanistas e o pensamento crítico.

Como exemplo, citamos uma situação vivenciada no término de uma aula em que uma estudante do quarto período do curso de Psicologia perguntou: “Sempre tive curiosidade para saber o que vocês (professoras/es) pensam sobre nós? Vocês devem pensar que é perda de tempo dar aula para nós. Não temos mesmo tempo para estudar”. Além de ser pega de surpresa, pois nunca cogitei essa ideia, senti tristeza ao constatar o quanto o espaço da sala de aula continua sendo excludente. Outro estudante que acompanhou a conversa, acrescentou: “Às vezes é até inconsciente, mas sinto raiva de pensar que aquele colega que não trabalha sempre tira dez nas matérias. Se eu não trabalhasse também iriam conseguir tirar”.

Citamos outra situação vivenciada na sala das professoras de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada, localizada na Região Metropolitana de São Paulo. Professores do curso de Direito começam a relatar suas experiências familiares no cuidado de seus filhos. “Tenho uma babá que é ótima, como ela faz pedagogia ela tem aquele olhar mais aprofundado para as crianças [...] O ruim é que sei que depois dela se formar, não vai mais querer trabalhar como babá.”

Tais relatos apontam para a importância de observar que as situações de violência não são genéricas, mas acontecem em espaços concretos (casa, escola, rua, escolas) em uma determinada sociedade e em determinado tempo histórico.

Por meio dos atravessamentos institucionais é possível escutar a denúncia da lógica de inclusão perversa da classe trabalhadora no ensino superior. Ao mesmo tempo em que as políticas de ações afirmativas possibilitaram que o sonho do diploma fosse possível para a classe trabalhadora, tais relatos representam o canto da sereia que camufla no discurso de que a “educação é para todos” a continuidade de uma educação que continua sendo seletiva, segregacionista, meritocrática e classista.

Schilling (2012) nos alerta sobre a característica da violência, se há uma “gramática da violência”, ela significa a anulação da fala de um outro. Pois se pode compreender a violência como o reino do corpo a corpo. Quando há violência há uma quebra dos discursos, um certo silenciamento de vozes, expresso pela produção de violência dentro das instituições. A anulação da fala do

outro pode também ser observada como uma não escuta das necessidades do outro, sendo importante esse fator para a escola ser vivenciada como um corpo coletivo democrático, na qual as relações dos sujeitos possam não ser pautadas em competição e produtividade, mas na amizade.

As relações de amizade podem constituir um importante exercício político de produção de espaços singulares de diálogo e ação coletiva implicados em práticas solidárias e com afetos de alegria que possam viabilizar o processo de realização de um projeto político de autonomia. De fato, a amizade como vínculo privilegiado de abertura à alteridade num contexto de igualdade política possibilita a experimentação e aprendizagem da consideração e escuta do outro [...] É no registro da micro-política que as relações de amizade podem compor laços de confiança que mobilizam a ação comum e a produção de modos outros de estar no mundo que se dá no ato mesmo de resistência - compreendida no sentido espinosano como direito inalienável à auto organização do corpo coletivo. (GOMES e JÚNIOR, p. 57, 2013)

A servidão da educação do controle

Qual o objetivo de nossas pesquisas? O de levar o problema à dimensão do humano, do nosso fazer possível como autoras no cenário da educação. As perguntas podem ser assim sintetizadas: qual é o conflito (onde, características); quais são as relações de poder em torno das quais se organiza o conflito (o quê); quem participa do conflito (quem); como é possível intervir no conflito (como); quais são os parceiros nesta intervenção (com quem). Pois deste olhar deriva a qualidade da intervenção, da nossa ação. Propõe-se trabalhar com a ideia de um “zoom”, de aproximações sucessivas, para negar a sensação de que nada há a fazer, pois que a violência tomou conta do mundo e é inevitável (SCHILLING, 2012).

Em *Ventos do progresso: a universidade administrada*, publicado originalmente na década de 1990, Marilena Chauí analisa o sentido da reforma universitária feita à sombra do AI-5, isto é, analisa a reestruturação autoritária da universidade brasileira em função de três princípios: segurança nacional, integração nacional e desenvolvimento nacional, tais como foram concebidos pela cúpula tecnocrata da ditadura. A reforma universitária, ocorreu em

conjunto com a desmontagem do sistema público de ensino para contemplar o lobby dos tubarões das instituições de ensino privado que apoiavam o regime (CHAUÍ, 1980). Tendo isto em vista considera-se que

O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica, nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que as pessoas fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam, e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas (CHAUÍ, 1999, p. 512).

Quando a educação se efetiva realmente, sempre se encontra algo mais do que se procura. É aí que as competências e habilidades se apequenam, pois o que está em jogo aqui são os desejos: aquele brilho nos olhos de alguém que acabou de significar a experiência que viveu. O mal-estar nas escolas (e universidades) adocece seus docentes, alimenta o bullying² e assédios na comunidade, transtorna vidas jovens ao ponto da automutilação e do suicídio. Seriam esses sintomas de esgotamento da instituição educacional (CARNEIRO, 2019)? Tudo leva a crer que não. Com a “ideologia da aprendizagem³”, perde-se um caráter importante da vida escolar, contido na polaridade do “ensino”, fundamental para que a educação seja educação e, por consequência, para que a escola seja escola. Pois, com a aprendizagem, reforçam-se as metas e o desempenho dirigidos diretamente ao indivíduo em processo de aprendizagem.

2 A palavra bullying começou a ser utilizada com repercussão internacional diante de um caso acontecido na Noruega em 1983, quando três adolescentes, expostos a violência extrema, cometeram suicídio (ALBINO e TERÊNCIO, 2010). Na literatura da área, há muitos estudos realizados que criticam essa palavra, por esta camuflar a discriminação, preconceito de raça, classe e gênero. O termo atende a ordem social vigente, ao invés de colaborar para a emancipação dos sujeitos e a transformação social. No entanto, o termo ainda é muito utilizado e promotor de programas contra a violência nas escolas. Porém, é necessário apontar que se compartilha das críticas já realizadas, uma vez que “[o] próprio conceito de bullying parece exercer esse papel de adaptação, ao classificar a barbárie e pretensamente controlá-la por essa via. O conceito de bullying coloca tudo em seu lugar, tenta arrumar e justificar aquilo que fere a ideologia democrática, e acaba por mascarar as tensões e contradições que estão na base da própria barbárie. Esse é o risco que se corre ao se utilizar a mera classificação e quantificação. Ao contrário, as práticas de violência devem ser compreendidas por meio da análise social, das formas de organização e das forças objetivas da sociedade, e de como tais forças se materializam e se calcificam nos sujeitos que se desenvolvem neste meio” (ANTUNES E ZUIN, 2008, p. 8).

3 Termo sintomaticamente empregado por Rossieli Soares, ministro da Educação no governo Temer, que depois assumiu a Secretaria da Educação de São Paulo no governo de João Doria.

Essas referências: formação e instrução/adestramento, serviram de modelo escolar efetivo para as instituições educacionais públicas e privadas, indicando o rumo da formação e a prática educativa em cada tipo de instituição. Educação e trabalho deixaram de ser momentos distintos da existência individual, pela necessidade de constante atualização dos conhecimentos. A absorção da escola pela empresa supõe uma mudança da forma escola (a instituição dá lugar à organização), que deve formar aprendizes permanentes capazes de filtrar, selecionar e reconhecer o que é relevante e interessante em meio à massa de fluxos informativos (BOLAÑO, 1997).

A interrogação sobre as peculiaridades do funcionamento da ideologia da competência no neoliberalismo concentra-se na análise de duas instituições determinadas: a universidade e a indústria cultural – este capítulo na primeira instituição (CHAUÍ, 2014). Sinal da crise geral dos meios de confinamento que afeta a escola, desfeita a trajetória previsível e segmentada da vida em favor do controle contínuo da aprendizagem e da formação intelectual – a “sociedade disciplinar” do fordismo sendo gradativamente substituída pela sociedade de “controle” contínuo, ou do “risco” (DELEUZE, 1992).

Apontamentos sobre afetos e a violência cotidiana na escola

É importante destacar que nem sempre a violência é explícita, pelo contrário, pode-se dizer que com a vigência do neoliberalismo o que temos é a presença de *violências sutis* que reforçam uma educação que combate o pensamento crítico e a liberdade de expressão. São exemplos, a violência da autodisciplina, da responsabilização individual, do preconceito, a falta de espaço para as relações, a inclusão perversa, da docilização e submissão dos corpos presentes no sistema educacional que denunciam a presença de condições paradoxais da nossa experiência atual. Daí surge a relevância em analisar tais violências com base no *Discurso de La Boétie* (1997), o que permite a analogia com esta leitura espinozista na compreensão de que o poder da autoridade política é proporcional ao grau de potência que ele é capaz de confiscar junto a uma *multidão*⁴ que, em consequência, o sustenta. Com efei-

4 Na concepção de Spinoza a multidão significa um recurso político contra a dominação que busca equilibrar o poder do soberano.

to, o soberano obteve um “corpo gigantesco” pelo favor daqueles que voluntariamente o servem. Afinal, só há tirania onde houver servidão voluntária.

Nossas experiências, seja no ensino básico ou no ensino superior, dialogam com as constatações de Flávia Schilling (2012) sobre as escolas que apresentavam queixas sobre violência no ambiente escolar. Foi identificado que “ninguém ocupa o seu lugar”: o aluno não ocupa o seu lugar de aluno, o professor não ocupa o seu lugar de professor, os coordenadores não coordenam, a direção não dirige. A percepção era de ambientes abandonados, lugares de passagem, não lugares.

É preciso considerar que estudantes ao ingressarem no ambiente escolar não tem ideia do que encontrarão nos próximos anos, salvo alguma coisa de seu imaginário. Pode-se dizer o mesmo das(os) professoras(es): elas(eles) não são vendedores que irão seduzir clientes adivinhando seus desejos de consumo, mas precisa lidar com um inesperado que atravessa seus planos escolares. No cotidiano escolar, “tudo” pode acontecer dentro da sala de aula. A alteridade radical da educação não é, pois, a relação de opostos diretos (o proprietário e não proprietário), mas é atravessada pelo que é estranho, e todo o desafio é incorporar esse “estranho” às relações educacionais (CARNEIRO, 2019, p. 44).

Na atuação com 23 escolas públicas do Estado de São Paulo e uma no Recife com crianças e adolescente, entre 8 anos e 17 anos, muitas opressões foram relatadas. Um dos aspectos que se repetiam nos relatos foram as violências de gênero. Um dos pontos que chamou à atenção foi como um ódio era direcionado a um sujeito individualmente, mas representando uma ideia, com frequência um preconceito. Por exemplo, foi possível constatar que o ódio aos homossexuais gera violência (implícita ou explícita); mas quem é odiado não é Maria por ser lésbica ou Eduardo por ser gay; mas a ideia de homoxessualidade que é odiada e todas as pessoas e coisas que se reportam a essa ideia são odiadas. Nas palavras de Spinoza,

Se alguém é afetado, de alegria ou de tristeza, por um outro, cujo grupo social ou nacional é diferente do seu, alegria ou tristeza vem acompanhada, como causa, da ideia desse outro, associada à designação genérica desse grupo, ele não apenas

amará ou odiará esse outro, mas também todos os que pertencem ao mesmo grupo (Ética III, Proposição 46).

Esse ódio causa uma sensação de intensidade e pertencimento, porque ele acontece em grupo, passa a ser uma identidade seja dos “machos”, das “pessoas de bem”, ou alguma ideia que justifique a violência desmedida contra determinada ideia e o grupo de pessoas que as representa. Spinoza (Ética IV) afirma que o ódio nunca pode ser bom e que a inveja, o escárnio, o desprezo, a ira, a vingança, estão relacionados a esse afeto; a circulação desses afetos na sociedade é injusta e desonesta. Infelizmente, nota-se que o ódio é um afeto que circula entre os jovens no ambiente escolar e que proporciona atitudes extremamente violentas, unindo grupos que é, também, apoiada pelos risos e omissões dos sujeitos.

Assim, os jovens, ao identificarem suas fragilidades singulares tendem a diminuir a agressão a um sujeito considerado o “mais fraco” de um grupo. Nestes casos é possível considerar que um jovem ao evitar agredir um outro pode estar evitando que certo tipo de agressão, advinda da fragilidade de alguém, aconteça com ele em outro momento.

Considerações finais

Nesse momento em que escrevemos o texto, vivenciamos uma pandemia em que a influência das violências, inclusive as sutis, se intensificaram, juntamente, com a impossibilidade de nos reunirmos fisicamente, ou seja, como um corpo político formado pela união de mais de um indivíduo. Assim, a “nova realidade” restringe os espaços de encontros presenciais a espaços virtuais, prejudicando a potência do corpo coletivo (potência da multidão).

Diante do terror da pandemia que evidenciou todas as desigualdades e injustiças, a realidade brasileira é reflexo de uma ausência da Reforma Educacional, que preservou o mesmo modelo de ensino mesmo após a Ditadura Militar. Com a constituição de 1988 que marca a luta pelos Direitos Humanos, fomos capazes de, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que determina os direitos de aprendizagem de todo estudante cursando a Educação Básica, estabelecer dez competências gerais. Destacamos a décima que anuncia: “Responsabilidade e cidadania para

agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. Em tempos de pandemia que escancara desigualdades sociais vem à tona a pergunta: como ser “resiliente” quando ainda vivenciamos a realidade das escolas de latas⁵?

O ensino superior abriu as portas com o aumento de ações afirmativas, sobretudo direcionadas a instituições privadas. Contudo, ações em relação a políticas de permanência de estudantes são tímidas ou quase inexistentes. Vivenciamos uma formação atravessada pela demanda de empresas privadas, em que predomina a lógica para gerar estudantes na relação de servidão (patrão-servo).

Relatamos neste capítulo situações do cotidiano da sala de aula que exemplificam o processo de inclusão perversa as quais acontecem em todos os níveis educacionais, desde o Ensino Básico até o Ensino Superior. No contexto da pandemia, chamamos a atenção para a lógica da exclusão digital por meio das atividades remotas, o que é sofrível para estudantes que não têm acesso a recursos (banco de dados móveis para acesso à internet, ambiente de estudo adequado, condições financeiras para pagar mensalidades pelos próximos meses e perda de empregos).

Nós, professoras(es), tivemos nossos corpos atravessados pela precarização do trabalho. Em poucos dias, tivemos que exercer a função de pelo menos quatro pessoas: webdesigner (busca de recursos criativos e ferramentas para realizar a manutenção das aulas); secretária (mediação com estudantes com relação a atividades remotas); gestora (comunicação com representantes de turmas para possível identificação de dificuldades e especificidades de cada um); e professora (função que se confunde com a de operadora das aulas online).

Os encontros alegres são possíveis dentro da sala de aula? Mais do que nunca são necessários. Quando se cria um espaço de legitimação dos afetos, mesmo que mediado por uma tela, é possível, pasmem – também, fiquei pasma – escutar relatos de

5 Reportagem de abril de 2019, realizada pelo Sindicato de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo denunciou que cerca de 60 mil estudantes estudam em Escolas de Lata em São Paulo. Disponível no link: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias2019/cerca-de-60-mil-alunos-estudam-em-escolas-de-lata-em-sao-paulo/>

que “faz sentido discutir esse tema”, “nossa, me emocionei quando você contou essa situação”, “não tá fácil, mas pelo menos a gente tá falando”, “nossas aulas são o melhor da minha semana”.

Permitir que cada educando manifeste a sua potência é tarefa árdua diante

[...] dos desafios de não sucumbir aos conteúdos programados para alimentar o mercado e ao crescente desprezo aos saberes que não se alinham às ‘ciências duras’ e às tecnologias confrontam-nos as salas de aula saturadas e a inércia de tantos que preferem servir a pensar. Compreendida com o forte sentido aqui proposto, a educação talvez seja o que menos ocorre em nossas escolas e universidades (RABENORT, 2010, p. 13).

Cabe a aposta nos encontros alegres dos estudantes com outros estudantes, com professoras (es), com os livros, com a sala de aula, com conversas e outros abrem o caminho para a potência de pensar, logo para a liberdade pautada no conhecimento. Também os encontros ruins ocorrem, os que nos estagnam ou nos diminui a potência de vida, além de evitar esses encontros é preciso saber que há uma impossibilidade real em compartilhar os pensamentos com todos e em quaisquer circunstâncias.

Somente exercendo ele mesmo o pensamento pode o educador inspirar a aprendizados do pensar. Isto talvez seja o que de mais significativo pode de fato ensinar: uma determinada relação com o pensamento, inspirações, gestos de atenção às ideias, uma certa alegria. (...) Longe do poder violento que impede que se ensine o que se pensa, alojada no coração da liberdade, a educação potente a que Espinoza nos inspira é um ato de amizade. Intercâmbio vibrante das forças que engrandecem o viver, o gesto educativo mais pleno traduz-se em caminho compartilhado e na formação de coletividades fortes, vivazes, sábias. Onde a política e ética confluem, cintila a preciosa educação a que aludimos (RABENORT, 2010, p.17).

Em suma, não há espaço na filosofia de Spinoza para se pensar a ação educativa indo a tal ponto que forme pessoas unicamente livres, sem quaisquer marcas ou traços de servidão. A vida, justamente porque consiste numa contínua variação de potência, estará sempre alternando entre liberdade e servidão, entre maior

ou menor servidão ou entre maior ou menor liberdade. Acreditamos que conviver com modos distintos de prática, com a heterogeneidade, nos faz questionar modelos cristalizados de nossa atuação e por consequência nos auxiliam na denúncia das violências sutis.

Referências

ANTUNES, Deborah e SOARES ZUIN, Antonio. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. Psicologia e Sociedade, Psicol. Soc. Vol. 20, n 1. Porto Alegre, 2008.

CARNEIRO, Silvio. Ensino médio: entre a deriva e o naufrágio. In: CÁSSIO, Fernando (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1º ed., São Paulo: Boitempo, 2019.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. Belo Horizonte: Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ventos do progresso: a universidade administrada. In: Descaminhos da educação pós-68. Cadernos de Debate, São Paulo, Brasiliense, 8: 31-56, 1980.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOMINGUES, José, TOSCHI, Nirza e OLIVEIRA, João. A reforma do ensino médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. Educação e Sociedade, v. 21, nº 70, p. 63-79, 2000.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento de uma prisão. Tradução Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Livia e SILVA JÚNIOR, Nelson. Experimentação política da amizade a partir da teoria dos afetos de Espinosa. Cadernos Espinosanos, 1(28), 39-58, 2013, <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2013.81266>.

GOULART, Patrícia Martins. O significado do trabalho: delimitações teóricas (1955-2006). Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol.12, nº1, pp.4-55, 2009.

HARDT, Michael. Gilles Deleuze – um aprendizado em filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

LA BOÉTIE, Étienne de. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1997.

RABENORT, William Louis. Spinoza como Educador. Tradução para o português Elizabeth Almeida Rodrigues, Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Marsana de Araújo Kessy. Fortaleza: EdUECE, 2010.

ROCHA, Mauricio. Paradoxo da formação: servidão voluntária e liberação. Revista Brasileira de Educação, nº 27,2004.

SANTIAGO, Homero. Entre servidão e liberdade. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHILLING, Flávia. Direitos, violência, justiça: reflexões. 2012. 229 f. Tese (Livre- docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SPINOZA, Baruch. Ética. Tradução de Tomaz Tadeu. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Obstáculos psicossociais para o manejo sustentável na Amazônia

Renan Albuquerque

Bader B. Sawaia

Flávia R. Busarello

Amazônia, uma questão global

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou seu mais recente relatório acerca do aquecimento global em 2013. A versão final do documento difundida em 2014 (IPCC, 2013, 2014, 2014a). Nele, são agrupados estudos científicos atuais sobre alterações ambientais globais. Segundo o *5º Relatório do IPCC*, há a necessidade de limitar o aquecimento da Terra em até 1,5°C e, entre outros pontos, nessa tarefa a Amazônia é o bioma de floresta tropical de maior importância para o planeta. O relatório foi coordenado por mais de 100 cientistas de 52 nações¹.

O texto apresenta cenários pessimistas sobre os efeitos do uso da terra por parte de agrofamíliares (pequenos produtores) e agroindustriais (grandes produtores) com atividade na Amazônia, bem como sobre o número de terras desmatadas e o impacto na emissão de gases de efeito estufa. Por sua vez, as próprias mudanças climáticas afetam a gestão do uso da terra no bioma tropical para plantio e cultivo. O *5º Relatório* retoma a discussão referente ao percentual de desmatamento crítico para manter a floresta em pé. Foi referendado que, se esse percentual variar em diferentes áreas do bioma de 25% a 40%, provavelmente se chegará a um ponto de não retorno, o que afetaria definitivamente o ciclo do carbono e geraria inúmeros eventos extremos de secas e cheias (IPCC, *op. cit.*). Atualmente, o percentual acumulado de per-

¹ De 1996 a 2020, período de trabalho do IPCC desde sua criação, foram produzidos 22 volumes de informes gerais de avaliação, 11 volumes sobre aspectos específicos (números especiais), 11 volumes sobre metodologias, 6 volumes sobre documentações técnicas e 10 glossários sobre terminologias usadas ao longo das pesquisas (ver https://archive.ipcc.ch/home_languages_main_spanish.shtml#tabs-3).

da de camada florestal da Amazônia brasileira é de cerca de 18% em território brasileiro.

No centro do debate, reconhece o IPCC, estão as 22 milhões de pessoas que moram na Amazônia e fazem uso da biodiversidade da região e, mais especificamente, em nosso caso de estudo, estão os assentados do bioma. Em geral oriundos de recantos geográficos multivariados do Brasil, na maioria regiões de extrema pobreza, como periferias, áreas de ocupação ilegal de terras e favelas urbanas, assentados, mesmo sem incentivo federal, passaram a integrar a área após o encerramento de projetos de colonização, no governo Collor (1990-1992). Collor não fez nenhuma desapropriação de terras com o intuito de reforma agrária, mas mesmo assim houve considerável fluxo migracional para a Amazônia no início da década de 1990. E em fins de 1992, após a retomada de ações de assentamento, com a posse de Itamar Franco, o volume de assentamentos aumentou na região.

As pessoas que migraram a partir desses projetos somaram-se à população rural já existente, que produzia itens florestais madeireiros e não madeireiros na Amazônia. Dentre diferentes grupos integrantes do bioma, assentados passam também a exercer parcela de influência no trato com o ambiente amazônico. Como consequência dessa migração mal planejada, tivemos: i) alta no índice percentual de retirada da cobertura florestal primária — e, portanto, madeireira — da região, que nos últimos 10 anos (2008-2018) atingiu 34,4%, apontando aumento da área desmatada e previsibilidade estatística de pico de 40% em áreas degradadas até início de 2021; e ii) e mudanças no direcionamento produtivo local, passando do fomento a itens florestais para o desenvolvimento de culturas agrícolas, além do interesse por piscicultura e avicultura (CESÁRIO, MOURA e OLIVEIRA FILHO, 2006).

Somou-se ao cenário a falta de ações de fomento de base técnica ao manejo florestal. De tal forma que, em quase três décadas de criação do assentamento, a extração de riquezas naturais da área aponta para incertezas quanto à permanência de grupos na região nos próximos 20 anos devido à retirada irracional de recursos naturais. Hoje, dentro da conjuntura regional, são essas populações de assentados que mais se encontram em situações de enfrentamento de problemas em razão das dificuldades de adaptação à

floresta (BALSADI, 2001; ALBUQUERQUE *et al.*, 2005). A continuar a exploração indistinta de fauna e flora na área do assentamento, a projeção é de alta em áreas degradadas sem a contribuição para a diminuição de desigualdades socioeconômicas ou a inclusão social de assentados (DIAS *et al.*, s/d).

É um problema que diz respeito a trabalho e renda porque, amiúde, pequenos volumes de itens madeireiros e não madeireiros produzidos conferem a eles pouquíssima ou nenhuma renda. E também guardam estreita ligação com o parco conhecimento que essas populações possuem para viver e trabalhar na floresta de modo sustentável. Segundo o documento do IPCC, a questão da produção sustentável é problemática central inerente a assentamentos amazônicos. Todavia, o 5º Relatório não aborda essas particularidades, de ordem socioeconômica e política, que concorrem fortemente para a pequena produção para subsistência ou venda de produtos florestais nessas localidades (VERÍSSIMO *et al.*, 2002; SCHNEIDER *et al.*, 2000).

São particularidades que concorrem para o não comprometimento com processos sustentáveis de extração ou produção de itens florestais (LUCKERT e CAMPBELL, 2002; MEDINA, 2004). Esse cenário parece exacerbar o problema do volume produtivo dos assentamentos, dada a maior dificuldade para o manejo de bens agriculturáveis, para a troca de informações sobre produtividade e venda comercial e ainda para a cooperação. Ademais, há vieses xenofóbicos e de estereotipia contra assentamentos por parte de grupos agroindustriais estabelecidos historicamente no entorno de áreas de assentados no Estado do Amazonas (ALBUQUERQUE, VASCONCELOS e COELHO, 2004). No futuro, a persistir esse contexto, no âmbito socioeconômico a escassez de recursos tenderá a ser rigorosa no tocante à produtividade, levando em consideração o empobrecimento faunístico e florístico decorrente não apenas do aquecimento global², mas igualmente do rebaixamento do potencial produtivo de fitoterápicos e nutritícios (CESÁRIO, 2004). Consequências que desembocarão em uma possível nova “era de migração” e mais mudanças geoprodutivas, decorrentes da destruição sequencial de ecossistemas.

² Em longo prazo, a consequência do desmatamento no assentamento será a crítica aceleração da emissão de dióxido de carbono e metano, a partir de níveis de 100 t/ano por hectare derrubado — enquanto um hectare em pé tem o potencial de sequestrar 1 t/ano (FEARNSIDE, 2003; FEARNSIDE, 2005; FEARNSIDE, 2006).

Acreditamos relevantes esses pontos por serem adjacentes à questão das dimensões humanas das mudanças climáticas, investigadas pelo IPCC no recente trabalho, bem como o paradoxo do volume de recursos naturais de uma região não refletir o nível de qualidade de vida dos residentes (DRUMMOND, 2002). Essas são questões que motivaram o estudo. Buscamos fundamentos para demonstrar que a conservação da floresta e a produção de riquezas retiradas dos recursos naturais disponíveis podem se associar sem que haja prejuízo a seres humanos e ao meio ambiente e que, para tanto, é preciso levar em consideração questões psicossociais aí envolvidas. O escopo da análise foi constituído de estudo de caso concreto, do manejo sustentável da madeira na Amazônia brasileira, em diálogo com teorias da Psicologia Social e da Antropologia.

O estudo utiliza, portanto, referencial teórico interdisciplinar, partindo de categorias analíticas do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão-Inclusão Social (Nexin), da Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam), que abrange áreas de Antropologia e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). A partir do diálogo entre dois núcleos, entendemos a desigualdade social para além de situação puramente econômica, pois “a segregação se configura espacialmente onde as relações caminham, no sentido de diminuir formas coletivas de luta pela libertação e cada um e pela igualdade de todos” (SAWAIA, 1995, p. 24).

Intencionalidade e constituição do estudo

Levantamentos sobre aceitação de planos de manejo em áreas rurais amazônicas (RODRIGUES, 2006, 2006a), incluindo-se assentamentos, concluíram que obstáculos para integrações de pessoas a atividades socioambientais são também de ordem psicossocial e perpassam por sentimentos de pertença social e coletividade. Supôs-se que assentados tendem a diluir a consciência de grupo, fragmentando possibilidades de ação coletiva, pendendo rumo a individualismos, tanto pelo baixo índice de sentimentos de pertencimento ante populações endógenas da área, quanto pela necessidade de sobrevivência em meio a contingências da vida

(ID., *op. cit.*). E isso dentro de uma conjuntura extrativista, com propensão a degradar o meio ambiente onde se inserem, caso não haja meios técnicos para o contrário.

Assim, ancoramos nossa análise em duas categorias da psicologia sócio-histórica, “sentido” e “comum”, sendo o comum o fortalecimento da potência frente a violências sofridas por assentados e o sentido a constituição psicossocial de pessoas em face ao pertencimento ao território. Partimos da ideia de “um projeto de assentamento caracterizado por ser um local de trabalho e moradia [e de vida] onde se constroem relações intra e intergrupais” (ALBUQUERQUE *et al.*, p. 500), o que significa pressupor que, com imbricados processos de ocupação e produção florestal em assentamentos na Amazônia, importa menos a quantidade de pessoas trabalhando e mais o modo como o processo produtivo está ocorrendo e é significado, juntamente com a efetividade de programas de manejo para áreas nativas do trópico úmido.

Corroborando com a linha de pensamento, Gehlen (2004) sugere que a lógica econômica na Amazônia tende a não ser mercantil, mas sim de sobrevivência e associativa à renda por excedente, postulando que “a existência econômica [na Amazônia] se baseia acima de tudo sobre o usufruto imediato dos bens” (p. 97). Em outras palavras, assentados procuram no imediatismo ter acesso e dirimir preocupações de ordem urgente, como alimentação e vestuário, primeiramente, antes de tentarem melhor qualidade de vida, tal a situação de fragilidade em que estão e dada a deficiência no acesso a políticas públicas de fomento à agricultura familiar.

O acesso democrático a recursos naturais, por essa tendência, não garantiria necessariamente a prosperidade a amazônidas (KITAMURA, 1994; DRUMMOND, 2002). A explicação da dicotomia poderia estar na divergência da qualidade de vida, alimentada pela necessidade de fomento à produção para mercados de consumo (SCHMINK e WOOD, 1992) em detrimento ao plantio e cultivo do próprio alimento. Em contrapartida, de modo positivo e por meio de projetos específicos de manejo florestal e madeireiro, direcionados de maneira concreta e efetiva, e ainda justificados dentro do contexto social dos assentados, há mais chances de aumento na tendência de otimização produtiva (MEDINA, 2004). A

justificativa parece reforçar a noção de que o manejo na Amazônia, vinculado a sistemas extrativos de produção, pode ser benéfico à formação de um sentimento de comum, pautado na constatação de que há entre eles, unindo-os, interesses similares.

Problematizamos duas questões as quais, a nosso ver, insinuam-se como interdependentes. Uma é a premissa da conservação da Amazônia, estudada e defendida pelo IPCC, e outra é a necessidade de sobrevivência, no mesmo bioma, de populações de assentados. Ora, se para conservar a floresta é preciso manter elevada governança socioambiental e, para que assim se dê, é mister produzir e distribuir riquezas equitativamente, com assistência técnica, então temos uma questão profunda para refletir: até que ponto a conservação da floresta e sua biodiversidade e a produção de riquezas mediante recursos naturais disponíveis se associam sem que haja prejuízo a seres humanos e ao meio ambiente? Foi exatamente nessa direção de questionamento que objetivamos o estudo.

O levantamento teve viés aplicado. Foi delimitado um *case* para avaliação externa. Ponderamos sobre obstáculos psicossociais centrados em sentidos e comum para a continuidade de uma ação de manejo da floresta no interior do Estado do Amazonas, na Amazônia Ocidental, sob a denominação de Manejo Florestal Comunitário. O trabalho foi executado no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da Resolução 184/92 de 20/03/1992. A área possui 42.910,76ha e tem capacidade para abrigar até 1,1 mil famílias, com o ideário de produção de alimentos para subsistência e pequeno comércio atacadista direcionado à capital.

As etapas da pesquisa foram: i) breve descrição histórica do assentamento, bem como das ações do programa de manejo via análise documental e observação participante; ii) delimitação do enfoque teórico questões do sentido e do comum, e consequentemente elaborar instrumento de coleta e análise de dados; iii) descrição da metodologia; iv) análise e discussão de resultados; e v) considerações finais.

Resumo histórico do assentamento e descrição do projeto

A terra e os assentados

O Assentamento Agrícola Tarumã Mirim foi homologado por decreto federal em 20/08/1992, no fim do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Nos quatro anos que se seguiram, até 1996, a área foi sendo povoada e atingiu razoavelmente o volume populacional que tem hoje, após em 27 anos. Subdividida em 1.083 lotes com tamanho médio de 25 ha, a região fica localizada na zona rural de Manaus, Estado do Amazonas, em extensa área de 42.910,7601ha., com 110,6 km de perímetro, distante 21 quilômetros de Manaus vizinha à capital amazonense. Em cada lote agrário reside um agregado de famílias de assentados (de três a cinco famílias). Pela BR-174, que liga o Brasil à Venezuela, o acesso é difícil, pois o assentamento se conecta por uma vicinal de barro, transversal à rodovia na altura do quilômetro 21. Essa vicinal se estende por mais 13 quilômetros adentro. Para trafegar pela BR, há ônibus de linha a cada três horas. Mas pela vicinal, a condução se dá por coletivo uma vez por dia. Fora essa opção, é preciso ter condução própria ou ir de carona. Pela via fluvial (barco, canoa, bote etc.), indo pela Marina do David, na mesma direção geográfica do Amazonas.

A fase de ocupação e adaptação da população assentada ocorreu em meio à convivência com povos originários da etnia Baré, habitantes do Tarumã Mirim desde tempos imemoriais. Os Baré são ocupantes dominiais das cercanias a norte da capital Manaus, o que compreende uma extensa faixa de terra de quase 100 mil hectares, considerando-se também o que foi homologado pelo governo federal. Sendo residentes hegemônicos da região à época de constituição do assentamento, produziam itens florestais não madeireiros para subsistência desde tempos passados.

Porém, com o povoamento do local por assentados e a conseguinte assimilação mútua de traços socioculturais, indígenas conheceram a noção mercantil dos brancos e os brancos tiveram contato com a parentela por afinidade dos povos originários. Os grupos foram mesclando de modo controverso seus sentidos e sua noção de comum (PIMENTEL e MATIAS, 2004; ALBUQUERQUE, 2005). Esse movimento de intersecção foi notório por duas facetas, a diminuição do adensamento florestal e a mudança no modo

de produção (CESÁRIO, 2004). Menos cobertura de floresta e alterações no sistema de trabalho contribuíram para modificar as relações entre os Baré e os assentados na medida do pertencimento à terra e aos sentidos do coletivo nela instalado (RODRIGUES, 2006A; RODRIGUES 2006B).

Antes da homologação formal do assentamento Tarumã Mirim, desde a redemocratização, em 1988, os Baré já experimentavam contatos importantes com a sociedade do entorno no que diz respeito à produção não madeireira. Indígenas fabricavam itens artesanais e vendiam em regiões adjacentes ou mesmo em Manaus. Supomos, portanto, que com a chegada de assentados na região o processo de incorporação de dinâmicas comerciais se acelerou. Nessa transição, houve maturação de afetos entre nativos e migrantes assentados, ocorrendo casamentos interculturais, cruzamentos familiares e sobreposição de cosmovisões. Os aspectos comerciais da interação se espraíram concomitante a esses campos de vivência.

Sob o ponto de vista legal, áreas de atuação do Promanejo Tarumã Mirim são pertencentes à União, sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e por isso necessitou-se o arcabouço legal para a pesquisa. O manejo florestal comunitário no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim foi criado para atender ao cumprimento da legislação florestal brasileira. Assim, funcionou como “braço” de um planejamento para o desenvolvido da região amazônica desde 1974, denominado programa Promanejo. O Promanejo foi implementado pelo Ministério do Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e tem como objetivo apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas com ênfase na produção sustentável.

O Promanejo do Assentamento Tarumã Mirim teve recursos orçamentários para que fosse possível o acesso de assentados a técnicas de manejo florestal e ao conhecimento de ferramentas que auxiliassem na gestão de negócios junto ao comércio da cidade de Manaus. No ensejo de elaborar um plano com base no inventário florestal (volume e biomassa) do assentamento, com licença de operação nº 299/99, os recursos requisitados pelo Promanejo chegaram a R\$ 450 mil, sendo verbas de contrapartida da equipe do projeto de R\$ 112,4 mil, em estrutura de laboratórios e equipamentos de mensuração.

Desde o início da segunda metade da década de 2010, pesquisadores da área de engenharia florestal da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e especialistas em antropologia e comunicação da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) organizam ações com auxílio de membros da associação dos comunitários do Tarumã Mirim e de consultores contratados para avaliações *ad hoc* de resultados. As atividades foram divididas em duas etapas básicas:

i) ministrar cursos de capacitação, com treinamento teórico-prático, voltados para o ensino científico e extensivo de planos de manejo florestal junto aos assentados (cursos organizados ao longo de 30 meses);

ii) fazer levantamento de inventário florestal em 100% da área do assentamento, estimada em 225 hectares para a posterior compilação de um plano anual de operação manejada junto à população (mensuração finalizada).

A expectativa era que comunitários tivessem contato com técnicas de manejo e pudessem trabalhar formas sustentáveis de extração madeireira e não madeireira na área. Dessa forma, cursos não teriam por objetivo apontar pessoas mais ou menos capacitadas para atividades de manejo, mas sim suscitar alternativas que pudessem ser acatadas por todos. Foi resguardado o direito livre de aceite ou negação aos planos de manejo florestal a toda a comunidade de assentados do Tarumã Mirim.

Quanto à liberdade de escolha frente ao programa, foi solicitado a comunitários não integrados em atividades do Promanejo (individual ou coletivamente) que assinassem carta documental expressando a negativa, sem a necessidade de justificativa do ato. A caracterização do programa, assim, ficava acertada em âmbito normativo para Estado e Justiça.

A carta apresentada no Tarumã Mirim ao MMA/Ibama destaca (cf. a seguir):

[...] o manejo florestal comunitário (no assentamento agrícola Tarumã Mirim) será uma atividade promissora e inovadora sobre o aproveitamento da utilização dos recursos florestais, bem como mitigadora dos impactos ambientais, tendo como resultado esperado a agregação de valores econômicos aos produtos advindos da floresta, estimulando o desenvolvimento

regional integrado e incentivando o desenvolvimento sustentado das comunidades (Cesário, Moura & Oliveira Filho, 2006, p. 6).

Método

Hipóteses

O estudo foi guiado pelas seguintes hipóteses: i) a aceitação do plano de manejo madeireiro sugerido pelo Promanejo Tarumã Mirim tende a ser maior entre assentados homens que desenvolvem trabalhos braçais (corte de árvores com motosserra e queima de lenha para o fabrico do carvão) porque guardam melhor conceito mútuo de pertença social; ii) variáveis *tempo de residência* e *escolaridade* são determinantes para a compreensão de planos de manejo, o que corrobora com o aceite das bases de ação; iii) a aceitação do manejo está condicionada ao ensinamento e acompanhamento técnico das ações dos assentados por parte de especialistas; iv) o sentimento fragmentário de pertença social dificulta às pessoas entenderem e aceitarem dar continuidade a projetos do tipo.

Participantes

Foram entrevistadas 107 pessoas do Assentamento Agrícola Tarumã Mirim, subdivididas em agrupamentos, conforme quatro subconjuntos de:

- » Agricultores — que têm história de vida relacionada com a agricultura familiar ou em escala comercial.
- » Madeiros e carvoeiros — que possuem história de vida ligada à exploração e produção de carvão ou madeira para uso pessoal ou venda comercial.
- » Piscicultores — que trabalharam ou trabalham atualmente, de forma cotidiana ou casual, na venda de peixes para o sustento familiar.
- » Autônomos — que atuaram ou atuam como diaristas nos mais diversos serviços, trabalhando por jornada.

A partir de uma população aproximada de 800 famílias produtoras no assentamento, o agrupamento de produtores de itens florestais, no universo dos 107 entrevistados, representou

70% dos participantes; piscicultores foram 19%; autônomos/comerciantes ficaram no patamar dos 10%. O contingente foi escolhido conforme dois critérios principais: a) ser assentado da reforma agrária que originou o núcleo e ter origem de regiões distantes da comunidade; b) ter participado de atividades técnico/educativas ou lúdicas coordenadas pelo projeto de Manejo Florestal Comunitário. Das 107 entrevistas, o critério de tempo de estadia no local ficou assim definido: 64,8% das pessoas participantes são residentes há, no mínimo oito anos no local; 21,6% são de residentes há, no máximo, quatro anos; e 13,5% são de residentes na faixa intermediária dos cinco a seis anos na comunidade de assentados.

A renda média atual considerada foi de R\$ 380/mês (moda R\$ 350). A projetada — tendo em vista a prospecção realizada via Promanejo, na qual todos passariam a trabalhar na exploração sustentável e venda de madeira manejada — foi de R\$ 5.500/ano (moda R\$ 5.300) em valores arredondados e sem considerar a oscilação sazonal do preço de mercado da madeira bruta.

Instrumento e procedimentos

Foi utilizado questionário híbrido, subdividido em itens objetivos e subjetivo/descritivos, contendo 27 questões concordantes entre si, elaborado a partir de dados de Rodrigues (2006a; 2006b) e Catão & Rodrigues (2006) sobre aspectos psicossociais das representações sociais de meio ambiente e autoimagem de populações rurais. As perguntas se destinaram (24 dos 27 itens) às expectativas das pessoas assentadas sobre i) seu futuro e o da sua família, ii) o posicionamento frente à escassez de trabalho e iii) o conhecimento do sentido do assentamento. Foi meta perscrutar acerca do modo de vida dos rurais a partir da produção de madeira manejada.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre do ano de 2018, mediante instruções sobre como proceder na abordagem. Tais instruções se deram assim: (i) era apresentada e explicada à pessoa participante o objetivo da pesquisa; (ii) havia uma breve conversação sobre assuntos próprios da região (*rapport*) e o programa de manejo florestal/madeireiro sugerido pelo Promanejo Tarumã Mirim; (iii) verificava-se se a pessoa podia ser enquadrada na amostra e, em caso positivo, perguntava-se se aceitaria

ser entrevistada; iv) após o aceite, era entregue questionário e explicadas item a item as perguntas; v) para facilitar a compreensão nas perguntas tipo *likert*, antes de iniciar a prática das respostas era repetida duas vezes uma questão similar a todas aquelas que as pessoas participantes teriam de avaliar em seguida.

Análise dos dados

Foram descritas coocorrências de respostas objetivas acerca do “perfil produtor e comercial” dos moradores do assentamento, as quais suscitaram implicações da população com a questão produtiva dos itens florestais relevantes no Tarumã Mirim. A meta foi buscar sentidos dominantes sobre o projeto via frequência de respostas. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para categorizar respostas subjetivo-descritivas e tabular dados (BAR-DIN, 2002). A partir daí, foram realizadas distribuições de frequência para correlacionar respostas.

Resultados e discussão

Perfil sócio demográfico

A relevância dos itens objetivos do questionário foi, inicialmente, para os tópicos: tipo de produção (TDP), venda do insumo (VDI) e renda de produção (RDP).

Quanto à fonte de renda ou sustento dos participantes, 60% deles deram ênfase à produção comercial de bens primários da retirada madeireira — destes, os que trabalham na venda da madeira (insumo) para atravessadores somam 69,6%, sendo 30,4% os que vendem para comerciantes ou consumidores diretos; 11,4% disseram ser a produção de subsistência (dos tipos peixe, frango e cupuaçu) a essencial fonte de sustento; 25,7% destacaram serviços de diarista (do tipo trabalho avulso por jornada) e 2,7% têm como fonte de renda aposentadorias ou pensões federais. Os dados indicaram conveniência inicial de comunitários à proposta do Promanejo conforme seis em cada 10 pessoas, entre cooperadas, associadas e lideranças comunitárias, segundo perfil produtivo individual.

Quanto ao histórico familiar de produção (HFP), pressuposto de desenvolvimento local e integração (cf. ALMEIDA, 2004), 40% dos respondentes avaliou que, no passado, seus parentes ti-

veram mais afinidade em práticas com madeira bruta; 21,6% afirmou que a família preferia trabalhar com artesanato; 15% apontou a castanha como produto comercializado; 10% disse ser o pau-rosa (hoje em risco de extinção na área do assentamento) o preferido há dez anos; 6,6% incluíram a copaíba como fonte de renda familiar de outrora e 6,6% não souberam opinar sobre seu histórico produtivo.

No que concerne a auxílios financeiros (AF), 48,6% dos entrevistados disseram já ter recebido verbas de custeio do Governo Federal, subdivididas entre os programas Bolsa Escola, Bolsa Família, Bolsa Floresta, Cartão Cidadão e Auxílio Habitação. Outros 51,3% afirmaram nunca ter ganhado dinheiro de programas de distribuição de renda. Associando o não recebimento de “auxílio financeiro do Governo” ao aceite do projeto de manejo comunitário do Promanejo, não foram encontradas tendências que associassem as variáveis. De tal modo que não pareceu não haver diferenças entre os que recebem auxílio (55,5% *Sim* ante 45,5% *Não*) quanto os que não recebem (68,4% *Sim* ante 32,6% *Não*) no tocante às possibilidades de aceitação a planos de manejo madeireiro.

A relação entre os meios de transporte utilizados pelos trabalhadores e os locais de venda no varejo/atacado foi destacada conforme o que segue: 21,9% da produção são vendidos dentro do próprio assentamento, enquanto 68,2% têm saída em Manaus. Os 9,7% restantes são destinados a vendas itinerantes, em qualquer local, conforme sazonalidade. Nesse âmbito, foi verificado que 20% do transporte utilizado para levar cargas são feitos em bicicletas (2%), canoas (2%), motos (2%), canoas motorizadas ou rabetas (6%) e outros meios veiculares (8%, jericos, carroças, carrocérias etc.). A premissa de que microprodutores vendem produtos localmente, sobretudo, enquanto pequenos produtores optam por levar de caminhões, caminhonetes (60%) e carros tracionados (20%) para Manaus (68,2%) foi assertiva no levantamento quantitativo simples de frequências.

O volume de produção da propriedade no assentamento é variável associada com o uso de transporte pesado (do tipo caminhonete, caminhão ou veículo tracionado) para levar cargas das áreas dos lotes para pontos de venda. Quanto mais robusta a produção, maior o tipo de transporte. Esse dado aponta que a lógica

de mercado caracteriza uma distinção entre assentados que não raro culmina em perspectivas excludentes para quem não tem uma produção com volumes maiores. As respostas concorrem para a negação da hipótese sugerida pelo Promanejo, de que trabalhadores homens, braçais, teriam melhor aceitação do manejo sustentado em razão da resistência física (MOURA, CESÁRIO e OLIVEIRA FILHO, 2006).

Ao que se indica, tanto a autoimagem sociotrabalhista dos rurais do Assentamento Tarumã Mirim, levando em consideração Rodrigues (2006c), quanto a distinção entre trabalho rural e produção rural, não são claras. O percentual de respondentes que conseguiu distinguir a ação de produzir e manter volumes requeridos pelo mercado da atividade de trabalhar como empregado em plantações ou coletas comunitárias foi de 45,94%, ante 54,05% daqueles que não souberam identificar com clareza sua posição frente ao desafio proposto pelo Promanejo, de trato sustentável de madeira, desde a década passada. Entretanto, por ter sido levantamento exploratório para a verificação da aceitação do programa em nível psicossocial, cabem estudos futuros e re-testes utilizando instrumentos outros (Albuquerque, Vasconcelos, Coelho, 2004).

Como suporte das descrições sociodemográficas, foram destacadas duas tabelas de produtos que são, segundo participantes (sem subdivisão entre agricultores, madeireiros/carvoeiros, piscicultores e autônomos) “melhores para produzir e vender” no assentamento e fora dele, com e sem a ajuda do Governo Federal. A primeira tabela diz respeito a questionamento não estimulado, no qual foi pedido que destacassem três produtos/insumos geradores de renda na atualidade e que eram bons para serem produzidos sem ajuda técnica do Promanejo. Foram tabuladas 494 respostas a partir dos questionários (1,3% invalidadas por abstenção). A segunda tabela é referente a questionamento estimulado e direcionado para o item “madeira”. Foi pedido destaque no mínimo de um e no máximo de nove produtos/insumos geradores de renda e bons para produção com ajuda do Promanejo, segundo lista fechada de itens considerados madeireiros/florestais (MOURA, CESÁRIO e OLIVEIRA FILHO, 2006). Foram tabuladas 498 respostas (1,9% invalidadas por abstenção).

Tabela 1. *Produtos potencialmente geradores de renda para assentados, segundo perspectiva espontânea*

	Peixes	Madeira	Verduras/ Legumes	Bovinos/ Suínos	Carvão
<i>Frequência</i>	96	35	197	35	45
<i>Percentual</i>	19,41%	7,70%	39,80%	6,79%	8,73%
	Aves	Apicultura	Aromas/ Extratos	Artesanato	Farinha
<i>Frequência</i>	46	5	15	15	5
<i>Percentual</i>	9,70%	0,97%	2,91%	2,91%	0,97%

Tabela 2. *Produtos florestais/madeireiros potencialmente geradores de renda para assentados, segundo perspectiva estimulada*

	Pau-Rosa	Sorva	Castanha	Borracha	Andiroba
<i>Frequência</i>	45	5	72	20	25
<i>Percentual</i>	8,97%	1,28%	14,10%	3,84%	5,12%
	Madeira	Balata	Copaíba	Artesanato	Nenhum
<i>Frequência</i>	153	5	51	102	20
<i>Percentual</i>	29,48%	1,28%	10,25%	20,51%	3,84%

Na tabela 1, produtos hortifrutícolas tiveram preferência, assim como a piscicultura, frente a itens granjeiros e madeireiros, segundo tendência de produção sem auxílio do Promanejo. Junto com a bovinocultura, a prática madeireira ficou em níveis mais baixos de preferência. Na tabela 2, o item madeira teve oscilação grande na correlação com respostas ordenadas na tabela 1, o que indica aceite por conveniência referente à proposta do Promanejo. Parece ter ficado nítido que o aceite a planos de manejo está condicionado a auxílio técnico permanente do governo para a atividade de proficiência com a madeira. A Tabela 1 indica que, sem assistência, a madeira não é o item escolhido prioritariamente por conta de ser um trabalho extremamente árduo e cansativo. As implicações dessas respostas denotam que a governança no âmbito da produção madeireira tende a fortalecer laços de sustentabilidade no ambiente, fortalecendo a ideia de comum entre os assentados.

Dentre itens identificados, foi observado que a maioria dos participantes, de todos os grupos estudados, possui percepção positiva acerca da produção hortifrutícola, porém sem descartar a possibilidade da produção madeireira, tendo em expectativa a condição de ser acompanhada por técnicos específicos da área, indicados pelo ProManejo. A hipótese da aceitação condicionada às peculiaridades do acompanhamento institucional pode ser observada em trabalhos de Fearnside (1989d), o qual estipulou existir medição denominada “Capacidade de Suporte Humano” (Fearnside, 1986), a qual mensura o gradiente de possibilidades de fracasso da produção de colonos rurais na Amazônia a partir da densidade populacional nas regiões manejadas com suporte de projetos institucionais.

Itens sobre sentidos

O conhecimento acerca da aceitação do programa de manejo comunitário do Promanejo, com base nas perguntas subjetivas/descriptivas do questionário e compreendido pela análise de conteúdo, foi dimensionado via duas categorias empíricas: concepções/descrições e significados/sentidos.

Referente à “concepção”, respondentes descreveram o que significava o Promanejo enquanto ação de inclusão produtiva por meio do manejo florestal. Quanto ao “sentido”, participantes tiveram de ressaltar o nível subjetivo de percepção acerca do projeto.

Tabela 3. *Frequências e percentuais da “intenção subjetiva de aceitação do Promanejo”, segundo agricultores, madeireiros/carvoeiros, piscicultores e autônomos (valores arredondados guardadas as proporções da responsividade da moda)*

Categorias	G-Agri		G-Mad/Carv		G-Pisc		G-Aut		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Afirmação	63	50	63	50	70	58	30	25	226	45,5
Neutralidade	13	10	31	25	36	29	63	50	143	28,5
Negação	49	40	31	25	17	13	32	25	129	26
Total	125	100	125	100	123	100	125	100	498	100

Discursos afirmativos sobre entendimento e propensão à aceitação do Promanejo giraram em torno de sentenças como:

[...] Vai ajudar a comunidade a preservar a floresta e fazer reflorestamento (G-Agri) ... Vai beneficiar quanto à agroindústria da madeira na região (G-Mad/Carv) ... Ajudará a montar minha marcenaria (G-Pisc) ... Com o conhecimento de exploração (que o Promanejo trouxe) poderemos desenvolver atividades como plantar ou criar e isso traria uma renda de auto sustento e um bem-estar (G-Aut).

Discursos neutros sobre entendimento, que denotam indecisão ao aceite do Promanejo, supostos segundo sentenças como:

[...] Ele trouxe orientação àqueles que trabalham com madeira (G-Agri)... Agora outras pessoas têm mais condições de trabalhar (G-Mad/Carv)... Fazer piscicultura é melhor, mas o projeto é bom (G-Pisc)... No meu terreno eu planto, não corto madeira, mas o projeto ajuda na conservação (G-Aut).

Discursos negativos sobre entendimento e propensão à aceitação do Promanejo foram supostos segundo sentenças como:

[...] O projeto vai me ajudar a expandir meu plantio (G-Agri)... Vai ajudar a gente a fazer carvão (G-Mad/Carv)... Sobre o projeto, bem, a floresta deve ser usada para extrair carvão, não é? (G-Pisc)... Não sei [sobre o Promanejo], só quero ganhar o suficiente para sustentar a minha família (G-Aut).

Respostas subjetivas sobre o nível de entendimento do projeto e a possível aceitação giraram em torno de três esferas: i) a da afirmação, vinculada à garantia de auxílio técnico por parte da coordenação do Promanejo; ii) a da neutralidade, na qual pessoas assentadas apoiam a iniciativa, mas não querem se inserir nela por entenderem a madeira como extrato difícil de trabalhar e obter renda; iii) a da negatividade, vinculada à não aceitação por conta de crenças relacionadas à baixa rentabilidade das atividades de manejo comunitário desenvolvidas.

Agricultores apresentaram frequência de 50% na subcategoria afirmação, ficando os índices negação e neutralidade em 40% e 10%, respectivamente. Madeireiros e carvoeiros tiveram 50% na subcategoria afirmação e 25% na negação, com igual percentual de respostas na subcategoria neutralidade, 25%. Piscicultores, na afirmação, tiveram 58%, e na neutralidade 29%, além de 13% de respostas enquadradas na subcategoria negação. Autônomos tiveram 25% na afirmação e 25% na neutralidade, com enquadramento de 50% na subcategoria negação.

A hipótese (H_1 , tópico da aceitação) de que a pertença social — formada também por ações e indicações oriundas do universo trabalhista e produtivo (KOURY, 2001; KOURY, 2002) — poderia angular o entendimento e a aceitação subjetiva dos assentados do Tarumã Mirim parecer ter sido atestada pelas respostas do grupo *G-Aut*, de trabalhadores autônomos. Pela análise do léxico-semântico (Bardin, 2000), três em cada quatro conjuntos obtidos de falas sugeriram algum tipo de desconfiança ou descrença sobre princípios do Promanejo na área. A percepção foi acentuada no decorrer da avaliação desse grupo. Sobre as respostas de *G-Agri*, *G-Mad/Carv* e *G-Pisc* não ficaram manifestos ou latentes esses conteúdos.

Tabela 4. *Frequências e percentuais de “concepções/descrições sobre o Promanejo”, segundo agricultores, madeireiros/carvoeiros, piscicultores e autônomos (valores arredondados guardadas as proporções da responsividade da moda)*

Categorias	G-Agri		G-Mad/Carv		G-Pisc		G-Aut		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Coletivista	74	60	84	68	88	72	92	75	338	68,2
Orgânica	49	40	40	32	36	28	31	25	156	31,8
Total	123	100	124	100	124	100	123	100	494	100

Discursos coletivistas acerca da concepção do Promanejo foram supostos segundo sentenças como:

[...] Ajuda a trabalhar de maneira organizada para evitar danos maiores usando os recursos naturais (G-Agri)... Com o manejo sustentável e a exploração da madeira nos beneficiaríamos da floresta (G-Mad/Carv)... O projeto ajuda a fazer o aproveitamento da madeira derrubada (G-Pisc)... O projeto nos ajuda a aproveitar todas as formas de especiarias que a floresta nos oferece sem prejudicar o meio ambiente e sem agredir a natureza (G-Aut).

Discursos individuais acerca da concepção do Promanejo foram supostos segundo sentenças como:

[...] Ajuda com que eu me beneficie da floresta (G-Agri)... Ensina eu a derrubar e aproveitar para plantar (G-Mad/Carv)... Ensina a aumentar meu terreno (G-Pisc)... ajuda na criação de peixe e frango (G-Aut).

Conceitos foram sublinhados em torno da indissociável ligação do que seria a “ação técnica para produzir em escala individual ou coletiva” com ajuda do Promanejo e a “ação técnica de comercializar a produção em escala individual ou coletiva” com auxílio do mesmo programa. Os resultados mostram dois diferentes tipos de concepção acerca do programa associados às esferas: i) orgânica (individualista — em que respondentes conceituaram o Promanejo como ação focada para ajudar a poucos) e ii) coletivista (de viés social — em que respondentes conceituaram o Promanejo como ação para ajudar a comunidade como um todo).

Dados apontaram convergências de concepções entre os quatro grupos estudados, no que tange a padrões de unidades temáticas verificadas. Agricultores apresentaram frequência baixa na subcategoria coletivista 60%, seguida da subcategoria orgânica, com 40%. Madeireiros e carvoeiros tiveram maior frequência, respectivamente, na subcategoria coletivista, 68%, e na orgânica 32%. Piscicultores, na coletivista, tiveram 71%, e na orgânica 28%. Autônomos tiveram 75% na coletivista e 25% na orgânica. Nos quatro grupos, a subcategoria realçada foi a coletivista (M = 68,2% ante M = 31,8% da orgânica). Importante frisar que os autônomos não são identificados com nenhum grupo de produção (piscicultores, madeireiros, carvoeiros, hortifrutigranjeiros) contatado pelo

Promanejo. Em geral, são pessoas que já experimentaram variadas atividades produtivas sem sucesso, estimuladas por projetos coletivos ou particulares, o que as deixa céticas quanto a iniciativas governamentais

Percentuais sugerem que tempo de residência e escolaridade (H_r , tópico da aceitação) não se mostram enquanto variáveis estritamente determinantes, na população, para a compreensão do plano de ação do Promanejo, o que corrobora com sugestão de Rodrigues (2006a) sobre a existência de ao menos quatro fatores de formação das percepções em comunidades rurais amazônicas.

Interregno: resultados e discussão

Associando dados da ação do Promanejo no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim ao suposto da análise de obstáculos psicossociais centrada em sentidos e sentimento do comum, temos que a atividade de manejo florestal da madeira e o consequente fomento a técnicas de reflorestamento, corte de madeira, beneficiamento e conservação de recursos foram importantes para pensarmos o pertencimento ao assentamento. Uma variável interveniente para a afirmação partiu das trocas de experiências e saberes notificadas, sobretudo em se tratando de ação pioneira em uma região que ficou mais de 10 anos sem auxílio básico — o que gerou enormes problemas, a começar por questões centrais, como saúde e educação, passando pela escassez crônica de investimentos no fornecimento de energia elétrica, a qual só se deu em 2005.

A pesquisa indica que, em termos gerais, não há o sentimento da floresta como bem comum e que o trabalho com madeira se configura como penoso e cansativo. Mas que, a partir da ação de governança do Promanejo, com apoio técnico, notava-se o início da assimilação de sentidos que enlaçam temas como território e afeto. Antes se tratavam de populações vindas de diversos espaços e que não possuíam ligação entre si ou com o território, principalmente aquelas pessoas de origem não amazônica. Após a atuação do programa, a relação com o local e entre a população se transformou.

Nossa afirmativa atesta que não defendemos um sentimento cristalizado entre assentados em relação ao manejo da madeira, pois conforme Sawaia a própria ideia de sentimento é engendrada em aspectos mutáveis e complexos da identidade das pessoas.

[...] E a identidade é conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades complexas, hierarquizadas e excludentes, bem como ao processo de inserção social nas relações internacionais. O clamor pela identidade, quer para negá-la, reforçá-la ou construí-la, é parte do confronto de poder na dialética da inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação dos direitos e pela afirmação de privilégios (SAWAIA, 2001, p. 124).

A identidade é importante para que as pessoas ocupem lugar nos debates sobre política pública e se tornem sujeitos políticos. A identidade com o outro e o meio, após o processo de manejo, passa a se revelar exatamente em razão do fortalecimento do sentimento do comum (SAWAIA, 1995, 1999, 2001), então suscitamos que a força do comum é potencializadora de resistências a violências no campo, de enfrentamentos a investidas do Estado relacionadas a isolamento forçado e falta de governança e suporte técnico, como também a identidade pode se tornar um elo para o sentimento de comum.

En resumen, hace falta recuperar un concepto de lo común que incluya los aspectos naturales, antropológicos, culturales y políticos que vertebran buena parte de la tradición occidental y de otras, adaptados al presente. Entre otros motivos porque la pertenencia a un solo planeta a todos los efectos encierra mucho más que un solo mundo de los negocios o la inmediatez tecnológica en el espacio y el tiempo, mientras que los miedos crecientes (espontáneos o azuzados por los diversos poderes) van instaurando la desmovilización social, el populismo, la mentalidad del *sálvese quien pueda* o en el mejor caso una derrotada resignación (ESPINOSA RUBIO, 2013, p. 186).

O comum favorece a “bons encontros potencializadores” no assentamento e à conquista de espaços de vivência compartilhada. “O comum, portanto, é ideia política, um princípio político no sentido de ordenar, comandar e reger toda a atividade política, que se contrapõe ao individualismo triunfante da pós-modernidade” (Sawaia, 2018, p. 35).

Se duas pessoas se põem de acordo e unem suas forças, mais elas podem juntas e, conseqüentemente, mais direito têm do

que cada uma delas tinha por si só na natureza, e quanto mais numerosos forem os homens que tiverem posto suas forças em comum, mais direito também terão eles todos em conjuntos (SPINOZA, 2013, Capítulo II, §13).

Populações vindas de diferentes partes do Brasil, com diferentes histórias de vida, por exemplo com história familiar de desmatamento e de dedicação a atividades diferenciadas, com o Promanejo começam a encontrar pontos comuns. Pessoas presas à busca imediata da sobrevivência, tendem a não sentir que a floresta é um bem. Pelo contrário, sentem que precisam defender a própria atividade e temem a mudança.

Porém, partindo de uma visão espinosista que não dicotomiza corpo e mente, razão e emoção, bem como supõe afetos como definidores da qualidade ética da vida (Spinoza, 2013), entendemos que maus encontros vividos historicamente por assentados tendem a lançá-los em condições de sofrimento ético-político, fruto da dialética inclusão/exclusão social e da desigualdade social. “O sofrimento dos que vivem a inclusão perversa revela o processo de exclusão, afetando o corpo e a alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome [...]” (SAWAIA, 1999, p. 115).

Ou seja, o sofrimento ético-político e a dialética inclusão/exclusão social são formas de violência social vivenciadas pelos assentados no território. São também essas interposições que marcam seu corpo e sua mente, pois:

[...] a vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento (VIGOTSKI, 2010, p. 686).

Essas vivências ocasionam a diminuição da *conatus* e, por conseguinte, afetam sujeitos que dependem do meio ambiente

para sobreviver. Outrossim, ao atacar o bioma e o território, também afetam os sujeitos, pois para muitos, principalmente comunidades tradicionais, esse espaço faz parte de si, os compõe. Aí se encontra a grande perversidade da violência, que não afeta somente o físico dos povos, mas também suas almas — o meio ambiente e seu território. Salientamos que violência é compreendida como:

[...] fenômeno em ato, desencadeada pelas afecções produzidas nas relações de servidão. A violência ocorre quando os homens sentem que sua potência está diminuída e buscam, imaginariamente, aumentá-la e, caso julguem que a causa de seus problemas é o outro, são facilmente dominados pelo ódio e pelo ressentimento, juntamente com ideias de vingança (SAWAIA, 2004, p. 34).

Além disso, apesar de se tratar de cenário avesso à implantação de programas de sustentabilidade estatais, a dinâmica da variável independente (ação do Promanejo) ante a variável dependente (mudança de atitude frente ao tratamento com a madeira e aceitação do projeto no assentamento), especificada em H_1 , foi percebida como positiva, segundo interpretações não paramétricas supostas por Cosby (2003). A correlação especificada nos ajuda a insinuar a manutenção de intercessões entre a mudança de atitudes dos quatro grupos pesquisados (agricultores, carvoeiros e madeireiros, piscicultores e autônomos) frente à execução do Promanejo em uma escala de dois anos de recorte (24 meses).

A interjeição de positividade com o Promanejo, todavia, não pode ser compreendida como objetivo fim. Ela é um meio de apontar novos trabalhos de avaliação acerca das contingências técnicas e de desenvolvimento dos assentados no tocante ao manejo comunitário madeireiro, e também uma forma de proporcionar outros encontros, possibilitando a potencialização desses sujeitos frente às violências vividas no e com o território. O trabalho com os grupos de assentados também

[...] supone otra manera de educar y el compromiso de tejer redes de apoyo (local y global) que faciliten un proceso de integración en/por lo común hoy apenas iniciado, amén de recuperar los vínculos que nos humanizan y establecer nuevas relaciones ecológico-parentales, económicas y políticas (ESPINOSA RUBIO, 2013, p. 190).

O projeto almejou incentivar outras formas de vivência com o que estava externo e fomentar novos encontros com o entorno e os grupos, supondo afetos positivos no assentamento. Foi meta demonstrar a importância de considerar o bioma como espaço dominial para os povos, visto a ligação e a forma de se relacionar com os ecossistemas. Resultados gerais apontaram que apenas um grupo minoritário (*G-Aut*) não logrou convergência de percepções com outros três maiores conjuntos populacionais, acerca das intenções de ação do Promanejo, o que pode ser justificado pela situação de desigualdade entre grupos no contexto do fomento a políticas públicas.

As respostas do *G-Aut* sugerem que existe integração intergrupual na assimilação de ações voltadas ao ambiente rural, mas contingências do presente são assimétricas. Aqui reside a importância da Psicologia Social, da Antropologia e da Comunicação (áreas de Humanas constantes como avaliativas neste estudo), mas principalmente da Psicologia Social, para o enfrentamento dessas violências. Temos que agir tanto nas condições sociais, quanto na forma como elas afetam as pessoas e se inscreveram em seus corpos e almas, o que significa atuar em sistemas constitutivos (SAWAIA, 2001). Deste modo, ao criar novas medições para avaliar a intenção de produção sustentável, com o uso da floresta, temos forte indicativo de que o Promanejo, no *case* estudado, se fortaleceu ao identificar formas de potencialização e enfretamento à desigualdade social, pois

[...] emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto somos as atividades que desenvolvemos [...] e somos afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que os cercam (LANE, 2006, p. 62).

Cabe também a ressalva de que, diante da relevância dos rurais na Amazônia, seria preciso que houvesse mais ações sociais e socioambientais para abarcar grupos alternativos, do tipo dos *G-Aut*, os quais não se enquadram em políticas oferecidas pelo governo. E não por serem menos ou mais merecedores de atenção especializada, mas por guardarem anseios que, quiçá, não vêm sendo supridos ainda que por atividades programadas de forma planejada, tal qual o Promanejo.

Diante do exposto, perguntas são inevitáveis: como institucionalizar práticas de construção de comuns? Como ampliar ações interdisciplinares nesses programas? Como fortalecer mais espaços de potência para os sujeitos? São questões extremamente importantes. Todavia, “no tenemos soluciones, solo la certidumbre de que es imprescindible una acción ciudadana pacífica, firme y paciente en la defensa de lo común para establecer el rumbo en una civilización hoy a la deriva” (ESPINOSA RUBIO, 2013, p. 192).

Considerações Finais

O estudo almejou contribuir para a compreensão dos resultados de um dos maiores programas de manejo de recursos naturais da Amazônia brasileira, o ProManejo, que leva técnicas de extração, beneficiamento e comercialização da madeira a rurais do bioma. Tendo em vista destaques suscitados, foi possível notar que existe relação entre entendimento e aceitação de atividades de manejo conforme há maior consistência e continuidade na taxa de auxílio técnico e acompanhamento aos trabalhos. Porém, a dificuldade de se fazer valer ações produtivas entre rurais é vigente, tanto pelas distâncias a serem vencidas quanto pela escassez de recursos.

Os afetos da experiência de sofrimento, violência, abandono e isolamento, que foram gestados ao longo da vida, geram descrédito e desconfiança em relação a ações do Promanejo. Porquanto, o projeto não deve focar unicamente do trato sustentável da madeira, mas possibilitar integrações a atividades agrofamiliares, tais como piscicultura, hortifruticultura e granjeira. Ademais, existem dificuldades psicossociais no contexto dos assentados que devem ser consideradas, conforme cada território em que o programa de manejo é aplicado. Para o enfrentamento à violência vivida nesses territórios faz-se necessária a formação do comum e a potencialização desses sujeitos através de bons encontros espinosanos, pois

[...] afetos não são pecados ou antagonicas à razão e à verdade, nem representações cognitivas desinteressadas ou experiência dispersas, eles indicam a forma como sou afetado pela sociedade, por forças mais poderosas e numerar que nós e que exercem poder sobre nosso corpo e mente simultaneamente, afetações que provocam variação da intensidade qualidade da potência de desenvolvimento e liberdade (Sawaia, 2015, p. 20).

E muitos desses caminhos são feitos com a mediação do programa, no entanto apontamos para ações futuras: i) acompanhamento técnico do ProManejo mais presente nas áreas de atividade — ao menos uma vez por semana —, com direcionamento, sobretudo, voltado a processos de comercialização e não apenas à produção dos itens; ii) melhor funcionalidade de aportes financeiros na área da infraestrutura do manejo, tendo em vista agilizar, por exemplo, processos comunicacionais intergrupos entre participantes, ajudando nas orientações teórico-práticas a assentados; iii) revisões periódicas (psicossociais) sobre intenções de manejo madeireiro de assentados participantes, e não apenas no final das ações, possibilitando aglutinar grupos mais homogêneos de produtores com um mesmo fim; iv) implantação de políticas de crédito a serem desenvolvidas, tendo em vista que produtores possam ter incentivo inicial para montar agrupamentos comerciais em razão da cultura madeireira; e v) acompanhamento de profissional de psicologia social junto a grupos de assentados, considerando ações de incentivo a sentimento de pertença e comunalidade entre atendidos do programa.

Referências

Albuquerque, F. J. B. de, Vasconcelos, T. C. & Coelho, J. A. P. M. (2004). Análise psicossocial do assentamento e seu entorno. *Psicol. Reflex. Crit.*, vol.17, no.2, p.233-242. ISSN 0102-7972.

Albuquerque, F. J. B. de, Coelho, J. A. P. M., Nóbrega, A. F. da *et al.* (2005). Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. *Psicol. estud.*, set./dez. 2005, vol.10, no.3, p.499-506. ISSN 1413-7372.

Almeida, M. W. B. de. (2004). Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Out 2006. DOI: 10.1590/S0102-69092004000200003.

Balsadi, O. V. (2001). Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. *São Paulo Perspec.*, jan./mar. 2001, vol.15, nº.1, p.155-165. ISSN 0102-8839.

Catão, M. F. F. M.; Rodrigues, R. A. (2006). Estudo das Crenças Acerca do Pensamento Mítico na Amazônia: Os Rurais Ribeirinhos e Suas Interpretações Coletivas. In: XV Conic (Congresso de Iniciação Científica) da Ufam, 2006, Manaus. Anais do XV Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Manaus: Edua (Editora da Universidade Federal do Amazonas), v. 15º. p. 268-268.

Cesário, J. M. A. G. (2004). Prospecção em uso de fitoterápico, fitocósmicos e nutricêuticos. Dissertação de mestrado. EST/UEA.

Cosby, P. C. (2003). Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Atlas.

Dias, A. S., Campos, J. J., Soto, R. V. *et. al.* (s/d). Manejo Florestal Diversificado em una Comunidad Ribereña de la Amazonía Brasileña: Consideraciones Sociales y Silviculturales. *Revista Forestal Centroamericana*. Disponível em: http://www.iieb.org.br/arquivos/artigo_manejo_florestal_diversificado. Acessos em: 21 de jun de 2018.

Drummond, J. A. (2002). Natureza Rica, Povos pobres? - Questões Conceituais e Analíticas Sobre o Papel dos Recursos Naturais na Prosperidade Contemporânea. *Ambient. soc.*, jan./jun., nº.10, p.45-68. ISSN 1414-753X.

Espinosa, L. (2013). Por una eco-antropología de lo común. *Dilemata*, año 5, nº 12, p. 171-197. ISSN 1989-7022.

Fearnside, P. M. (1986). Migração, colonização e meio ambiente: o potencial dos ecossistemas amazônicos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01, Nov, 2018. doi: 10.1590/S0102-311X1993000400005.

_____, (1989d). Manejo florestal na Amazônia: Necessidade de novos critérios na avaliação de opções de desenvolvimento. *Pará Desenvolvimento*, 25: 49-59.

_____, (2003). A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Manaus, AM. 134 pp. (ISBN 85 211 0019-1).

_____, (2005). Amazônia, Grande Desafio a Ser Enfrentado. *Visão Agrícola* 2 (4): 14-17.

_____, (2006). A vazante na Amazônia e o aquecimento global. *Ciência Hoje*. 231, outubro, 2006.

Gehlen, I. (2004). Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. *São Paulo Perspec.*, abr./jun., vol.18, nº.2, p.95-103. ISSN 0102-8839.

Godelier, M. (1984). *L'Idéal et le Matériel*. Paris: Fayard. 348 p.

IPCC. (2013). IPCC Working Group I full report. IPCC Media Advisory.

IPCC. (2014). WGII AR5: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability: Summary for Policymakers.

IPCC. Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems. Summary for Policymakers. Acess 09/09/2019. https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Edited-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf. 2014a.

Kitamura, P. C. (1994). A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Embrapa.

Koury, M. G. (2001). Enraizamento, Pertença e Ação Cultural. *Cronos* 2(1):131-37.

_____. (2002). Confiança e Sociabilidade. Uma análise aproximativa da relação entre medo e pertença. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. Um estudo do Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis: Vozes.

Lane, S. L. M. & Sawaia, B. B. (orgs). (2006). *Novas veredas da Psicologia Social*, São Paulo: Brasiliense, Educ.

Luckert, M. K. & Campbell, B. M. (2002). Expanding Our Conceptual and Methodological Understanding of the Role of Trees and Forests in Rural Livelihoods. In: Campbell, B.M. e Luckert, M.K. (ed.). *Undercovering the Hidden Harvest: Valuation Methods for Woodland and Forest Resources* (People and plants conservation manuals). London: Earthscan Publications Ltd. p. 228-238

Medina, G. (2004). Ocupação Cabocla e Extrativismo Madeireiro no Alto Capim: Uma Estratégia de Reprodução Camponesa. *Acta Amaz.*, vol.34, no.2, p.309-318. ISSN 0044-5967.

Moran, E.; McCracken, S. (2004). O ciclo de desenvolvimento de grupos domésticos e o desflorestamento da Amazônia. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 7, n. 2 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-53X2004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Out 2018. doi: 10.1590/S1414-753X20040002 00003.

Moura, J. B. de, Cesário, J. M. A. G. & Oliveira Filho, R. F. de. Manejo Florestal Comunitário no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim/AM. Fundação de Apoio Institucional Muraki, EST/UEA, Plano de Ação. Manaus/Amazonas, 2004 (revisado, 2006).

Pimentel, N. & Matias. (2004). Arranjos Produtivos Locais – Aplicação no Estado do Amazonas. *Rev. T&C Amazônia*, ano 2, nº 4, abril de 2004.

Rodrigues, R. A. (2006a) Representações Sociais por Comunidades Rurais Amazônicas do Conceito de Ambientalismo ou Preservação Ambiental. *Somanlu Revista de Estudos Amazônicos*, Ufam, v. 1, nº. jan/jun, p. 81-93.

Rodrigues, R. A. (2006b). Estudo Descritivo do Tema Ambientalismo Segundo Quem Produz a Notícia: Percentuais Comparativos Intergrupos. *Revista Intercom Norte 2006*, V Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Norte, Manaus/Amazonas.

Rodrigues, R. A. (2006c). Representações da Auto-Imagem Sociotrabalhistas por Comunidades Rurais Ribeirinhas de Manaus. In: 1º Simpósio da SBPC no Amazonas: Desafios e Perspectivas da Realidade Amazônica, 2006, Manaus. Anais do I Simpósio da SBPC Amazonas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, v. 1. p. 108-109.

Sawaia, B. B. (2018). Afeto e Comum: categorias centrais em diferentes contextos IN: Sawaia, B. B. Albuquerque, R. Busarello, F. R. Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial, Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busarello, Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

Sawaia, B. B. (2015) *Psicologia Sócio-Histórica: Interdisciplinari-*

dade e transformação social – uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. IN: MARTIN, Sueli T. F. (orgs), *Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro*. Goiania: Ed. Da PUC Goiás.

Sawaia, B. B. (2004). Uma análise social da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico. In: Souza, L., Trindade Z. *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Sawaia, B. B. (Org) (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2 ed. Petrópolis: Vozes.

Sawaia, B. B. (1999) Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. *Psyque*, vol. 8, n. 1, p. 19-25.

Sawaia, B. B. (1995) O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, n. 2.

Schneider, R. R., Arima, E., Veríssimo, A., Barreto, P. & Júnior, C.S. (2000). *Amazônia Sustentável: Limitantes e Oportunidades para o Desenvolvimento Rural*. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon. 58p.

Spinoza, B. (2013). *Ética*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Veríssimo, A., Barreto, P., Mattos, M., Tarifa, R. & Uhl, C. (1996). Impactos da Atividade Madeireira e Perspectivas Para o Manejo Sustentável da Floresta Numa Velha Fronteira da Amazônia: O Caso de Paragominas. In: Barros, Ana C. e Veríssimo, Adalberto (Eds.). *A Expansão da Atividade Madeireira na Amazônia: Impactos e Perspectivas para o Desenvolvimento do Setor Florestal no Pará*. Belém: Imazon. p. 47-73.

Vigotski, L. Semenovich. Quarta aula: A questão do meio na psicologia. [tradução Márcia Pileggi Vinha]. *Psicologia USP*, São Paulo, 2010, 21 (4), 681-701.

Violências e afetos vividos pelos estudantes do Movimento Secundarista Autônomo de São Paulo entre 2015 e 2018

*Gláucia T. Purin
Bader B. Sawaia*

Introdução

O fenômeno das ocupações secundaristas paulistas, no final de 2015, chamou nossa atenção, principalmente pela sua vitalidade de enfrentamento coletivo contra a proposta de reorganização escolar estadual¹. Atingiu, em poucos dias, aproximadamente 250 escolas públicas estaduais e algumas escolas técnicas estaduais em São Paulo.

A divulgação de vídeos diários sobre o que acontecia nas ocupações, publicados nas redes sociais pelos próprios estudantes, assim como a manifestação dos secundaristas nas ruas, deu visibilidade ao movimento político dos jovens. Com isso, denunciavam a desigualdade social que mantém a escola como uma instituição com precárias condições de infraestrutura para estudantes e professores, dentre as quais destacam-se: escassez ou inexistência de materiais de apoio para o ensino; alto nível de adoecimento dos professores pelas péssimas condições de trabalho; ausência de autonomia participativa para definir um projeto educacional de interesse comum a toda comunidade escolar; sistemas de avaliação punitivos aos alunos, professores e escolas.

O Movimento Secundarista Autônomo de São Paulo (MSA-SP) não se limitou apenas à denúncia. Os estudantes pro-

¹ O projeto do Estado para o remanejamento da rede estadual de Ensino propunha que cada escola acolhesse estudantes de apenas uma faixa etária/ciclo (ensino fundamental ou médio), o que levaria ao fechamento de aproximadamente 155 escolas, remanejamento de mais de 1 milhão de estudantes, e demissão e remanejamento de muitos professores.

puseram ao debate público que a escola assumisse uma nova estrutura de ensino e de funcionamento, uma nova dinâmica afetiva, coletiva e mais libertária para as relações não só do espaço escolar, mas para o funcionamento de espaços públicos, com alternativas concretas de mudança social, política e econômica (SANTOS e SEGURADO, 2016; SORDI e MORAES, 2016; CAMPOS e MEDERIOS E RIBEIRO, 2016; TAVOLARI, 2018; MEDEIROS e JANUÁRIO e MELO, 2019). Além disso, entende-se que a riqueza nestas propostas está relacionada à posição de enfrentamento assumida pelos alunos, diante das vivências contraditórias de uma realidade que funciona de forma desigual, injusta e violenta, por meio de metodologias aplicadas nas ocupações, protestos políticos, aulas públicas, assembleias etc. (PURIN, 2020). Por meio de sua agenda política, posicionavam-se contra a lógica neoliberal e o neoconservadorismo que ameaçam as políticas públicas, sociais e educacionais (SILVA, PIRES e PEREIRA, 2016).

Este texto objetiva registrar o movimento dos secundaristas após as ocupações de 2015, com destaque às violências e afetos vividos pelos estudantes integrantes do MSA-SP. Tem como base a tese de doutorado (PURIN, 2020) intitulada *Implicações psicossociais da participação de estudantes no movimento secundarista autônomo de São Paulo*², que utilizou a metodologia da Pesquisa Participante delineada por Orlando Fals Borda (1980) para a coleta e análise dos dados. Os procedimentos adotados durante 2016, 2017 e 2018 foram: observação participante; diário de campo; participação em assembleias, comissões de trabalho, reuniões, audiências públicas, manifestações públicas, encontros de socialização, apresentações de performances, peças de teatros, debates em documentários, conversas informais e entrevistas individuais.

Apesar de muitos jovens terem participado da pesquisa, destacaremos aqui a entrevista individual com Milton que, a partir das diferentes formas como a violência se personificou em sua vida, representa a complexidade do coletivo. Ele é um rapaz negro, tem 20 anos, ocupou sua escola técnica em 2015, quando já estava no 1º ano do ensino médio. Também ocupou o Centro Paula Souza em 2016 e participou do MSA-SP até 2018. É filho único, mora com a mãe em uma casa financiada por um programa social na região

2 Realizada no Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN), sob orientação de Bader B. Sawaia.

oeste da cidade de São Paulo. Seu pai mora na cidade, porém com outra família, com a qual Milton não interage. Passou a maior parte da infância e adolescência estudando e jogando vídeo-game, em casa, sozinho. Atualmente, faz graduação em uma universidade pública da cidade de São Paulo, reconhecida nacionalmente e está procurando trabalho.

Como referência teórica, este trabalho orienta-se pela psicologia sócio-histórica, principalmente na obra de Vigotski, seu principal criador, e cuja principal tese é a de que a subjetividade tem a gênese no exterior, na materialidade das relações. Defende que a subjetividade e, conseqüentemente, os afetos são fenômenos sócio-históricos e não exclusivamente psíquicos, que se configuram nas vivências. (VIGOTSKI, 2009). São os afetos que constituem o subtexto da linguagem e das ações humanas: “[...] mostrando que cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento de realidade ao qual se refere” (VIGOTSKI, 2009, p. 07).

Dessa maneira, a discussão sobre os afetos deste trabalho está baseada na teoria das emoções de Vigotski, que é inspirada em seu filósofo preferido, Espinosa, o qual propõe a superação da dicotomia mente-corpo. Segundo o filósofo, corpo e mente não são fenômenos distintos, mas possuem a mesma substância, de forma que todas as ideias da mente foram afecções do corpo. Assim, o que acontece no corpo, as afecções: “é experimentado por nós sob a forma de afetos (alegria, tristeza, amor, ódio, medo, esperança, cólera, indignação, ciúme, glória) e por isso não há imagem alguma nem ideia alguma que não possua conteúdo afetivo e não seja uma forma de desejo”. (CHAUÍ, 1995, p. 125).

Discutir sobre as diversas violências e as afetações que elas provocam nos estudantes não significa reduzir a luta do movimento social às emoções. Mas, com isso, busca-se dar visibilidade à população violentada, gerar registro do fenômeno das violências e denúncia científico-política.

Experiências de violências na Escola

A maior parte dos estudantes revelou que já vivia violências em suas vidas antes de ocupar suas escolas e/ou participar do MSA-SP. No entanto, todos relataram que após integrarem o MSA-SP passaram a enfrentar mais intensa e frequentemente vários modos de violências em todos os espaços que frequentavam.

O espaço escolar foi um dos ambientes onde os estudantes vivenciaram formas distintas e sutis de violências. Depois das ocupações nas escolas estaduais em 2015, os estudantes foram identificados como militantes do MSA-SP, distinguindo-se do restante dos estudantes da escola, visto que nem todos os estudantes se envolveram com esta pauta. Essa cisão possibilitou a fácil identificação dos que participaram da organização política na escola, integrando ou apoiando o MSA-SP, daqueles que não participavam ou eram contrários ao movimento.

Consequentemente facilitou a “marcação” ou perseguição política cometida por, principalmente, diretores e professores contra os jovens, mas também por outros alunos, conforme Milton nos mostra:

“Marcação” da direção:

[...] depois que ocupou, a direção chamou o pai de todo mundo que tinha ocupado, registraram um B.O. na delegacia contra um monte de aluno que tinha ocupado que sei lá, nem lembro qual que era a acusação, mas registraram o B.O e não falaram para ninguém. Só foram saber quando um aluno foi expulso da escola aí foi pegar lá na ficha que tava lá que tinha feito um Boletim no nome dele, e não falaram pra ninguém [pais e alunos].
[grifos nossos]

“Marcação” de professores:

[...] teve aluno que foi retido [repetiu de ano] por causa de ocupação. Tinham as mesmas notas que os outros alunos, fez as mesmas atividades e chegou tipo no último bimestre na hora de dar a nota... Aí repetiu o aluno por causa da ocupação.

Isso se demonstrava dentro da sala de aula tipo:

- vocês não podem fazer dupla porque vocês não podem sentar junto

- por que que não pode?

- porque não pode sentar junto! [se referindo à dois alunos que tinham ocupado a escola].

[...] Professor que fica marcando, você chega atrasado:

- não, não pode entrar na sala. Uma diferença clara entre os alunos que ocuparam e entre os outros alunos, e isso foi se desdobrando. No primeiro ano, acho que repetiram três ou quatro alunos. [grifos nossos]

[...] E os professores fazendo discurso na sala:

- Ah não, porque tem uns alunos bagunceiros que não quer saber de estudar, só quer ficar fazendo bagunça e isso e aquilo, vocês querem fazer alguma coisa? Tem que ser aluno exemplar, vocês tem que tirar nota boa pra poder falar alguma coisa. Você tem que demonstrar que você gosta de estudar pra você falar que você defende a educação. Com os moldes deles, dentro da caixinha do que é que tem que ser feito.

[...] o moleque pegava levantava a mão [para falar], nossa ele [professor] dichavava [repreendia] na sala...

- Nossa, o que que você tá falando aí?

- Tá falando besteira!

- Quantas vezes aconteceu isso o professor vir descascar [repreender] na sala de aula de você sair bambiando [atordoado]. Daí eles foram tesourando [impedindo de falar]... [grifos nossos]

“Marcação” de outros estudantes:

Aí chegou no outro ano, continua isso tá ligado?

[...] passava na frente da sala do primeiro ano, rindo do pessoal que tinha sido retido [reprovado], tá ligado? [grifos nossos]

As narrativas revelam a rede de violências que foi criada e se espalhou. Utilizou-se da publicação de boletim de ocorrência, reprovação escolar, entre outras ações, para perseguir politicamente os estudantes, com a finalidade de criminalizar, punir e humilhar os estudantes militantes. Vê-se na fala de Milton a desqualificação, a desvalorização e a culpabilização dos alunos, alegando que são incapazes, bagunceiros, só falam “bobagens”, “não” gostam de estudar e, portanto, são preguiçosos. Nesse contexto, o poder foi empregado para impedir que os estudantes falem o que pensam e sentem, e principalmente para coibir sua organização coletiva.

Assim como Milton, outros estudantes militantes também relataram perseguição política e criminalização vividas em suas escolas. Disseram ser responsabilizados por haver prova surpresa na sala de aula, cancelamento da festa de formatura, atraso do cronograma escolar causado pela “ocupação”, entre outros, fomentando assim, conflitos e estigmas. Os estudantes integrantes de grêmios foram intimidados pela polícia com convocações para

prestar depoimento em delegacias, e por diretorias de ensino regionais para prestar esclarecimentos.

Ao menos três estudantes foram proibidos de realizar a matrícula em suas escolas, permanecendo sem estudar. Três estudantes viveram sofrimentos tão intensos que os levaram a abandonar o ensino médio. Dentre estes estudantes, apenas uma delas retomou os estudos e fez a avaliação mediante o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Trata-se de um modo de operar vigilante, rotulador e que trata os estudantes com diferença, no qual aqueles que questionam o funcionamento da escola ou não cumprem o esperado estão condenados à exclusão social ou inclusão perversa, conceito elaborado e apresentado por Sawaia (1999). A autora nos indica que o processo dialético de exclusão/inclusão³ é causado por uma história de desigualdade social, demarcada por processos de discriminação e de inclusão excludente, ou uma inclusão perversa (SAWAIA, 1999).

A inclusão perversa no cotidiano de Milton é marcada pelo contexto socioeconômico e político da desigualdade social, bem como na injustiça de ser ameaçado, criminalizado e vedado de seus direitos, o que gerou nele o sentimento de discriminação, desqualificação social, e afetos de insatisfação, tristeza e indignação:

[...] a escola não era um ambiente agradável de se estar!
[...] Se você chega e obedece certinho tudo o que os cara fala:
- Beleza vou fazer isso, isso e isso, vou prestar atenção na aula!
- Chega no vestibular, você se fode do mesmo jeito. Nem quando você faz o que os cara falam:
- “Você vai sair daqui com o emprego na mão porque você fez ETEC, você já tem técnico!” [discurso do professor]
Você só ficou mais tempo da sua vida dentro de uma sala de aula ouvindo um monte de groselha [bobagens] de um monte de coisa.
Você sai do terceiro ano tenta lembrar o que passou no primeiro ano, não lembra, porque é chato velho, é chato, é insuportável velho.
[...] não faz sentido nenhum, não sei nem se os professores acreditam! [grifos nossos...]

3 A dialética exclusão/inclusão social é uma categoria de análise constituída por três dimensões: i) a dimensão objetiva/econômica, da desigualdade social; ii) a dimensão ética, da injustiça e discriminação social; iii) e a dimensão subjetiva, do sofrimento psicológico, denominando de ético-político.

[...] No segundo ano tinha dia [semana] que a gente ficava na ETEC três dias das 8h às 6h [18h], o outro era das 8h às 5h [17h] e o outro das 8h às 3h [15h]. Daí você já tem que ficar tempo pra caralho na escola, ficar tempo pra caralho na escola onde um monte de gente não gosta de você, os alunos, os professores, a direção, e você pensa:
- Caralho tio, por que tudo isso? [grifos nossos...]

Milton manifesta insatisfação e indignação não só com as violências que experienciou e assistiu, mas também com um modelo de ensino-aprendizado marcado pelo controle dos corpos mediante normas, disputas de poder e opressões que marcam seu corpo por inteiro e o desmotiva e entristece. Espinosa, que buscava explicar a natureza das coisas, auxilia na compreensão dessas superstições que geram tais afetos em Milton. Ele aponta que a indignação é “o ódio por alguém que fez mal a um outro” (ESPINOSA, *Ética III*, definição dos afetos 20).

Com isso, entende-se que o afeto vivido por Milton indica sua oposição ao autoritarismo e injustiças que viveu e observou serem reproduzidas. É por isso que expressa não se sentir pertencente ao espaço escolar, não concorda, nem se identifica e, logo, não faz sentido agir de acordo com as normas vigentes na instituição. Com isso, seu questionamento e de seus colegas são interpretados como indisciplina e em reação a instituição, mediante a direção e professores, os quais produzem diferentes formas de punições.

Milton também revela outra nuance das violências: o cansaço. Este é vivido por ele diante da necessidade constante do esforço para sobreviver e ter um emprego, atender às expectativas e alcançar mérito. Trata-se de um afeto que toma ele por inteiro de forma singular, abarca sua vida familiar de forma particular, mas também a desigualdade social. Milton cursou o primeiro ano do Ensino Médio duas vezes, acreditando que integrar a Escola Técnica seria o melhor para si. Neste argumento, também decidiu frequentar um ano inteiro de Curso Popular para prestar o vestibular e concorrer ao ensino superior.

Milton é de uma família de classe baixa, mora com sua mãe em um apartamento periférico financiado por um programa social. Na última conversa informal registrada, ele revelou que estava em uma faculdade pública, porém, à procura de emprego de

telemarketing, pois precisava suprir suas necessidades e contribuir com as despesas familiares e, apesar de reconhecer a precarização deste trabalho, observava que era a única possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Com isso, entende-se seu cansaço, irritação, frustração e tristeza, pois, apesar do esforço que empenha em sua vida, não é reconhecido e legitimado. Também o deixa triste a vivência da solidão no espaço escolar, principalmente quando descreve que precisa permanecer num espaço onde muitas pessoas não gostam dele, incluindo alunos, professores e direção.

Esses sentimentos de solidão, repressão e opressão são estimulados na sociedade capitalista moderna, como nos aponta Vigotski (2010), visto que são repercussões das relações excludentes que permeiam e constituem a nossa sociedade. Analisando a qualidade dos afetos, Espinosa menciona que na solidão não se tem forças para podermos nos defender e reunir o necessário para a vida (ESPINOSA, TTP, Capítulo VI, art. 1). Com isso, compreende-se que a solidão diminui a potência de agir do sujeito, mantendo-o em enredos entristecedores.

Dessa maneira, percebe-se que o sofrimento vivido por Milton e seus colegas é um sofrimento ético-político — proveniente exclusivamente da inclusão perversa, da situação social e histórica da pessoa, especialmente da “dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. (SAWAIA, 1999, p. 106).

Neste cenário, violências e inaptações de Milton e outros estudantes revelam a resistência à submissão a um ensino ineficaz, contraditório, dicotômico, gerador de afastamento da relação ensino-aprendizagem, que contribui para o esvaziamento do espaço escolar e afetos entristecedores.

Se olharmos com criticidade sobre o desenvolvimento histórico dos sistemas educacionais iremos perceber que, na verdade, os objetivos da educação: “sempre foram plenamente concretos e vitais e corresponderam aos ideias da época, à estrutura econômica e social da sociedade que determina toda a história da época” (VIGOTSKI, 2010, p. 74). O autor aponta que a classe exploradora dirigente sempre comandou a educação e seu interesse se voltava para a educação com o objetivo de docilização.

Saviani (2018, p. 23) também concorda com esta prerrogativa. Defende que a crise da educação no Brasil se inicia com a chegada dos Jesuítas, em 1549, os quais foram enviados por D. João III, com a finalidade de atuarem no ensino e na catequese de indígenas.

Vários pesquisadores já denunciaram o histórico (e atual) sequestro da educação pelo empresariado que busca atender objetivos de disputa ideológica e lucros, promovendo assim a Reforma Empresarial da Educação, a qual tornou-se uma aliança do Estado a serviço do mercado, conduzido por organizações internacionais e nacionais (LAVAL, 2019; FREITAS, 2018; CASSIO, 2019; PIOLLI e OLIVEIRA, 2019; BEZERRA, 2015)⁴. Tal projeto político visa acentuar a precariedade e desigualdade já existente, como vemos no projeto “Voucher da Educação” (Projeto de Lei nº 434/2019) que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Trata-se de um título/vale que permite à família matricular seu filho em uma escola privada conveniada. Critérios de meritocracia são a base da ementa do projeto. Na prática, esta proposta aumenta a segregação, conforme demonstra a pesquisa de Treviño et al. (2018 apud FREITAS, 2018) sobre o sistema de *vouchers* no Chile. Ela revela que as famílias [de classe média] não escolhem as escolas, mas sim as escolas que escolhem as famílias/estudantes que querem que cursem em sua instituição. Logo, estas famílias, quando aceitas, precisam complementar individualmente o voucher com recursos próprios.

Desse modo, constata-se que as violências na escola são fruto de uma realidade contraditória. Mantida por um sistema ineficiente que chama a atenção para o equívoco e erro, de modo que “o aluno começa a aprender para evitar uma nota ruim ou tirar uma boa nota. De igual maneira a nota reúne em si todos os aspectos negativos do elogio e da censura” (VIGOTSKI, 2010, p. 320). Ou seja, nessa lógica escolar perde-se o objetivo da aprendizagem e foca-se em evitar o fracasso.

Isso constitui a própria inclusão perversa no sistema educacional, visto que mesmo que o Ensino Regular seja um direi-

4 Grande parte destas “tendências” aparentes na Reforma Empresarial da Educação são coordenadas pelas seguintes instituições: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e Banco Mundial. Contam com o apoio de diversas outras instituições privadas e institutos.

to constitucional de todo cidadão brasileiro, sua formação constitui a “não aprendizagem” e gera uma série de sofrimentos nesses alunos que, ao escancararem a farsa que vivenciam por meio de sua militância, são excluídos, criminalizados e repudiados por professores, diretores e colegas. Torna-se assim uma experiência onde, segundo Milton: “Você sai do terceiro ano tenta lembrar o que passou no primeiro ano, não lembra, porque é chato velho, é chato, é insuportável velho”.

As violências Policiais

Desde 2016 até 2019 os estudantes do MSA-SP mostraram-se contra a PEC da Morte, Reforma do Ensino Médio, Reforma da Previdência, Reforma trabalhista, Projeto Escola Sem Partido, Passe livre, Máfia das Merendas, Reforma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impeachment da presidenta Dilma Rousseff, entre outros projetos. Realizaram várias atividades políticas, como manifestações na rua, escrachos, aulas públicas em praças, panfletagens em ruas, metrô e escolas, divulgações de informações nas redes sociais, rodas de conversa, entre outras.

No entanto, este enfrentamento não ocorreu sem prejuízos. Muitos estudantes revelaram já sofrerem violências policiais desde a infância, principalmente no período da adolescência. Mas, quase a totalidade dos estudantes ouvidos descreveram que após integrarem o movimento passaram a viver mais intensa e frequentemente violências policiais. Além disso, suas famílias e amigos também se tornaram alvos. As atividades nas quais sofriam com mais frequência a violência policial eram durante e após as manifestações públicas nas ruas, organizadas pelo MSA-SP.

Os estudantes descreveram vivências de violências físicas durante os “enquadramentos” (ação de abordar um “suspeito”), prisões arbitrárias, abuso de poder com uso de armas letais e tiros para dispersão, uso de bombas de gás lacrimogênio e de estilhaço, balas de borracha, spray de pimenta e uso de cassetete de forma violenta e desproporcional. Há também relatos de impedimento de registro dos abusos policiais em Boletins de Ocorrências. Foram criminalizados por protestar e reunir-se em grupo, incriminados por depredação de patrimônio, formação de quadrilha, terrorismo e baderna. Os policiais também foram omissos quanto ao socorro de feridos durante as manifestações.

As violências psicológicas decorrentes de ações de extrema vigilância não só fizeram parte das estratégias policiais contra os estudantes do MSA-SP, seus familiares e amigos, como foram as mais intensas, segundo as narrativas dos estudantes. Eles sofreram ameaças de morte constantemente, tiveram seus celulares hackeados e apreendidos sem justificativa. Pelo menos quatro estudantes informaram que tiveram suas casas invadidas, arrombadas e reviradas. Além disso, a “ronda escolar⁵” realizada por policiais foi utilizada para vigiar e controlar toda a rotina dos estudantes, seus familiares e professores.

Ademais, a violência sexual também fez parte do arsenal de violências empregado pela Polícia Militar. Durante a desocupação do Centro Paula Souza, em 2016, uma das ações de desocupação mais violenta daquele ano, uma estudante foi abordada por quatro policiais, que passaram as mãos por todo o seu corpo durante a revista, enquanto diziam “secundarista é tudo puta, mas é gostosa”. Foi seguida até entrar na estação de metrô, enquanto os policiais gritavam da janela da viatura: “Quer ocupar escola? Ocupa minha cama também. Vamos ocupar sua boceta também”. Outra secundarista também denunciou ter sido abusada e ameaçada de estupro por quatro policiais enquanto realizavam a desocupação do Centro Paula Souza (TAVOLARI, 2018; SALVADORI, 2016).

Conversas informais com os estudantes, em 2016, já indicavam que estava havendo uma intensificação das violências policiais. Percepção que foi confirmada no segundo semestre de 2016, com uma ação cinematográfica organizada pelo Exército Brasileiro, juntamente com o apoio da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e do judiciário⁶ para sustentar a arbitrariedade, perseguição e criminalização de militantes por reunir-se em grupo e manifestar. Um capitão do exército infiltrou-se em grupos de mensagem instantânea e redes sociais de movimentos sociais e organizou um encontro no Centro Cultural São Paulo para depois seguirem para o protesto contra as propostas de Michel Temer.

5 Segundo informações da polícia militar de São Paulo é um Programa de Policiamento Escolar voltada à segurança dos estabelecimentos de ensino e do perímetro escolar e visa cumprir a segurança escolar.

6 Um relatório demonstra que no Brasil, desde junho de 2013, os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) intensificaram sua articulação institucional e sofisticaram mecanismos de restrição à direitos de protesto progressivamente, aumentando a repressão policial. Para consultar o relatório acesse: https://artigo19.org/5anosde2013/files/2019/02/infografico_5anosde2013.pdf

O grupo foi abordado por uma ação com aproximadamente 40 policiais armados, ônibus, viaturas e um helicóptero. Deram 21 jovens, dentre eles três menores de idade, e alguns secundaristas. Sofreram violências físicas e psicológicas por mais de dois anos, período que responderam processo jurídico. Os jovens e seus familiares foram tratados durante todo o período como criminosos de alta periculosidade pela polícia e judiciário. Qualquer ação, desde uma simples entrega de documento, era feita de forma teatral, com corredores de viaturas, policiais armados, sirenes ligadas etc.

O relato de uma mãe dos acusados demonstra que foi um período de espera, tristeza, medo, angústia e pavor. Pavor, segundo Espinosa (Ética III, Prep.. 39), é um afeto mais forte que o medo, na qual o sujeito teme não conseguir evitar o mal que imagina. Com esta definição e considerando os acontecimentos narrados, pode-se compreender o afeto de pavor, pois as violências contra os acusados e suas famílias foram se acentuando de uma forma que mesmo sem provas os acusados estavam condenados ao suposto crime, levando-os a acreditar que não haveria justiça sobre seus atos.

O ambiente vivido neste período foi sentido por todos que acompanharam de perto a luta do movimento. Apesar das violências contra estudantes terem sido denunciadas em diversas instituições e instâncias brasileiras e internacionais, elas não cessaram. Inclusive a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) negou excessos e abusos de forças policiais e também o reconhecimento do sofrimento decorrente das violências durante a audiência temática⁷ sobre as violações à Convenção Americana de Direitos Humanos cometidas contra estudantes, por agentes públicos da SSP-SP, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em Washington, em 2016.

Ainda sobre uma organização do Estado, exatamente no ano de 2016, em São Paulo, aconteceu uma importante mudança jurídica durante protestos contra a “Máfia da Merenda”. A Secretaria de Segurança Pública e o judiciário do Estado uniram-se e tornaram crime quaisquer ocupações de equipamentos públicos

⁷ A audiência ocorreu após a verificação de um Dossiê sobre violências elaborado pelo Comitê de Mães e Pais em Luta, um grupo de pais, amigos, pesquisadores e ativistas criado exclusivamente para dar apoio, suporte técnico e jurídico aos jovens militantes do MSA-SP.

de ensino. Ou seja, deste período em diante, toda ocupação escolar foi desocupada pela polícia em menos de 24 horas com força letal e sem necessidade de mandato judicial (TAVOLARI et al., 2018).

Neste contexto truculento, os militantes secundaristas tiveram seus corpos e mentes marcados por muitos afetos, narravam e demonstravam inúmeros sintomas, como: sensação constante de ser vigiado em qualquer lugar - na rua, metrô, a caminho de casa, etc.; vivência de paralisação do corpo diante de barulhos altos, semelhantes a bombas e tiros; sucessiva perda de memória e/ou confusão na orientação temporal/espacial geralmente em locais tumultuados; etc. Os sofrimentos foram tão intensos que constatamos pelo menos sete casos de tentativas de suicídio, e um caso de uma estudante que se suicidou.

Por medo e como estratégia de proteção, para evitar serem reconhecidos muitos estudantes modificaram seu visual completamente, mudaram de escola e alteraram completamente sua rotina. Muitos secundaristas afastaram-se por algum tempo das atividades do movimento, já outros as abandonaram completamente. Outra forma corriqueira de violência policial e produção de sofrimentos para os estudantes e suas famílias envolve a detenção policial, conforme aponta Milton:

[...] Pra ela (mãe), até hoje é difícil de eu falar. Mas ela já sabe quando que tem manifestação. [...] Porque ela fica nervosa, não nervosa, ela fica muito preocupada, muito preocupada, ela se preocupa demais comigo, tá ligado? Eu sou filho único, pah, ela fica muito preocupada, já ficou em choque...

[...] A minha mãe e meu pai foram lá no DEIC porque tinha que ir, na segunda vez não teve como, porque era B.Ozão (grande problema). Foi bem quando a Dilma sofreu o impeachment, aí a gente foi detido... [...] não foi nada de mais, os policiais deu uns tapas, mas não foi nada assim:

- nossa, levei uma surra.

Foda foi, a violência psicológica, sabe? [...] os policial chegou, pah, levou a gente lá no DEIC ficou a maior cota, em pé (muito tempo) na parede, os policial tentando tirar nós de burro e ficavam falando assim:

- Mano, vocês vão se fuder, vocês não estão ligados, vocês vão tomar no cu!

- Vocês sabe pra onde vocês vão? (policiais)

Ficava dando risada, tá ligado?

- Vocês estuda a onde? (policiais)

- Ah, então vocês estudam em ETEC, né? (policiais)

- Vocês tem maior cara de burro do caralho e vocês estudam em ETEC? (policiais)

- Qual que é a soma dos ângulos internos de um triângulo? (policiais)

-Ácido mais base? (policiais)

- Quem descobriu o Brasil? (policiais)

Querendo tirar nós de burro, tipo, só são um bando de cabaço que vai pra lá só pra causar, tá ligado? [...]

[...] Pegou um celular e gravou a gente, [...] pressionando pra gente falar as coisa que eles queriam ouvir. Os cara não eram só da polícia civil, era força especial, do GATE! E gravando com um flash na nossa cara, tirando self nossa, mandando no grupo dos policial, sabe?

O policial lá que tava pesquisando preço de alguma coisa e falando que matou um cara no farol porque ele veio assaltar. Com a maior naturalidade, assim:

- Ele veio e dei dois (tiro de arma letal) no peito ele, saiu arrasando, não sei se o filha da puta morreu. (policiais)

E a gente lá ouvindo... Foi um bagulho que a gente viu outras coisas, tá ligado?

- Vocês vão para a Fundação Casa. (policiais)

E falando que a gente ia ser estuprado lá, falando que iam raspar nossa cabeça, que a gente ia apanhar todo dia. E mano, acho que pela primeira vez, eu senti talvez o que muitas mulheres sentem todo o dia, tá ligado? Que medo de ser violado, de eu pensar:

- Caralho eu vou entrar lá e vou me fuder e não tem o que eu fazer mano.

Você chega lá e o quê? Abaixa a cabeça todo mundo e vai passar, é licença senhor, desculpa senhor e é isso! A gente só pensando nas coisas que iam acontecer. Na hora foi foda (Difícil)! Falavam:

- Vocês vão ser expulso da ETEC! Vocês estragaram a vida de vocês e já era seus bando de... (policiais)

[...] Entrar lá (na Fundação Casa), tinha moleque de uns dez anos, onze anos que tava com a cara toda cortada, toda cheia de ponto, e mano... foi maior fita! (gíria para difícil) [...] Durou trinta e duas horas, [...] ficamos sem comer, sem dormir... Depois desse dia, foi bem mais difícil da gente colar, colar na disposição e nos atos. A gente continua indo, só que com o "cú na mão" (expressão para medo). (grifos nossos).

Milton demonstra em sua narrativa que, apesar de ter sofrido violências físicas, a mais dolorosa foi a violência psicológica. Foi humilhado, ridicularizado, tratado como tolo, inútil e sem valor.

Os policiais do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) violaram vários direitos humanos, violentando física e psicologicamente os estudantes, os mantendo sem comida e em pé por horas. Os ameaçaram indiretamente, descrevendo violências que cometeram com outras pessoas, inclusive causando a morte por arma letal, a sangue frio, de um possível assaltante. Os ameaçaram diretamente dizendo com detalhes como passariam a sofrer violências na delegacia e Fundação Casa, bem como citando repercussões que teriam em suas vidas acadêmicas e pessoais pela detenção.

O afeto mais revelado por Milton é o medo. De modo geral, compreendemos, em acordo com Espinosa (Ética, III, Proposição 18) que esse afeto é vivido como uma tristeza instável que surge da imagem de uma coisa duvidosa e de que algo ruim ocorra. O filósofo nos alerta ainda que ele provém da impotência de ânimo (Espinosa, Ética IV, capítulo 16).

Considerando o contexto no qual se insere a detenção policial descrita por Milton, entendemos que o medo vivenciado por ele e seus colegas, todos negros e periféricos, está associado à incerteza quanto à preservação de sua vida pelos policiais; primeiro pelas histórias de horror que os agentes do Estado contavam, segundo pelo genocídio dos jovens pretos que é internalizado e sinalizado pelas experiências de violência vividas antes dessa experiência de detenção.

O medo vivido nesta experiência foi tão intenso que deste momento em diante se afastou dos atos do movimento para garantir sua segurança de vida. Além disso, reconhece o medo vivido por seus pais, contando inclusive que sua mãe teve um “choque” devido ao excesso de preocupação. Milton vive um drama: a esperança e vontade de lutar com os outros no movimento, materializada na participação do MSA-SP, mas também o medo de um trauma maior causado pelas violências físicas e psicológicas que sofreu e imagina que poderá viver continuando no movimento.

Considerações finais

Verificou-se que depois dos estudantes participarem do MSA-SP passaram a conviver mais frequente e intensamente com as múltiplas formas de violência. Viveram violências físicas e psicológicas. Elas aconteceram em diferentes ambientes, na escola,

na rua, à caminho de casa e em atividades com o movimento. Seu agressor mais constante foi o Estado, por meio da polícia, secretarias estaduais, diretorias de ensino, diretores de escola, professores, e o judiciário. Bem como afetaram a eles, suas famílias, amigos e companheiros amorosos por inteiro.

Conviver com violências decorrentes da participação no movimento passou a fazer parte do contexto social dos estudantes. Foi tema de muitas conversas com outros militantes, amigos, familiares, pesquisadores etc. Viveram terríveis momentos pelas múltiplas formas de violência. Sentiram medo, indignação, frustração, entre outros afetos. O impacto nos seus corpos e mentes ultrapassou o momento das agressões, de modo que o sofrimento ainda acompanha alguns deles. Essas vivências determinaram seus afetos, pensamentos e ações. Alguns sentiram-se impotentes, afastaram-se do grupo e isolaram-se. Uma estudante secundarista se suicidou, como salientamos. Outros, apesar de sentirem medo, motivaram-se em enfrentar coletivamente o Estado e a escola, organizando politicamente atividades em espaços públicos.

Os estudantes fazem parte da escola e da política enquanto cidadãos, no entanto, revelam as nuances da violência nas relações, nas quais são incluídos perversamente, sendo tratados com disciplinarização e controle, para manutenção da ordem na desigualdade social. Eles agiram na escola e na rua, mas foram criminalizados; expressaram seus pensamentos, mas foram julgados e deslegitimados; demonstraram afetos, mas foram repreendidos, desvalorizados e tratados como inúteis, bagunceiros, burros e baderneiros. Ou seja, são responsabilizados individualmente, julgados como culpados pelo próprio sofrimento.

Assim, a inclusão perversa aparece nas narrativas como uma constante inadaptação individual nos diferentes espaços que ocupam. Milton e outros estudantes são marginalizados e tornam-se casos individuais de patologia da sociedade sã, que acredita que precisa “ajustá-los a ela”. Como marginalizados, são considerados “à margem de”, como se estivessem fora da sociedade. Nesta premissa, o que pretendem os opressores “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”. (BEAUVOIR, 1963⁸, p. 34 apud PATTO, 1997, p. 60). Neste contexto, a desigual-

⁸ Referência da obra: Simone de Beauvoir, *El pensamiento político de La derecha*. Buenos Aires, Siglo Veinte S. R. L., 1963, p. 34.

dade social manifesta-se para os secundaristas, cotidianamente, nas relações com a direção, professores, polícia, etc., na precariedade das políticas públicas, na escassez e precariedade dos espaços públicos, entre outros.

Neste trabalho, uma força crescente foi acompanhada. Observou-se que a ação coletiva dos estudantes do MSA-SP foi valente e gerou impacto nas políticas estaduais. Tem-se como exemplo a revogação da reorganização estadual das escolas, em 2015, e a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar suspeitas da “Máfia das merendas”. No entanto, verificou-se que a CPI foi arquivada e a gestão estadual encontrou formas sutis e silenciosas para dar continuidade à reorganização escolar, fechando entre 2015 e 2018 mais de 9.000 salas do ensino Fundamental, Médio e de Adultos (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo/Apeoesp).

Em síntese, este texto reafirma que o Estado deve ouvir e entender o sofrimento ético-político dos jovens e não se somar às violências que sofrem cotidianamente. Também não pode cercar ou penalizá-los por buscarem unir-se em “multidão”, uma potência coletiva em ato de um sujeito político coletivo (ESPINOSA, TP, CAPS. IV, VII e VIII) que fortalece o poder de ação política de cada um, mas também do próprio movimento. Nesta força, o que move os estudantes é a busca de um ensino e políticas eficazes e o enfrentamento das violências e injustiças sociais.

Referências

BEZERRA, José E. B. Direito a educação e a progressão continuada: para além da aparência. São Paulo, Serpente, 2015.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa Participante. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 42-62.

CAMPOS, Antonia, MEDEIROS, Jonas, RIBEIRO, Márcio. Escolas de luta. São Paulo: Veneta, 2016 (Coleção Baderna), 352p.

CASSIO, Fernando. (Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo, Boitempo, 2019.

CHAUÍ, Marilena. Espinosa: uma filosofia da liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.

ESPINOSA, Baruch de. Ética. Trad. Thomaz Tadeu. (3ª ed.). Belo Horizonte: Autentica, 2010.

_____. (1988). Tratado Teológico Político. (2ª ed.). Lisboa: Estampa.

FREITAS, Luiz. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. Revista Fevereiro, São Paulo, v. 9, p. 35-76, abr. 2016.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MEDEIROS, Jonas; JANUARIO, Adriano; MELO, Ruruin. Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil. São Paulo: editora 34, 2019.

PATTO, Maria H. S. (Org) Introdução à psicologia escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PIOLLI, Evaldo; OLIVEIRA, Tatiana. (Orgs). Educação e trabalho docente no Brasil: gerencialismo e mercantilização. São Paulo: Fonte Editorial. 2019.

PURIN, Gláucia T. Implicações psicossociais da participação de estudantes no movimento secundarista autônomo de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020).

SALVADORI, Fausto. Secundarista diz que PMs a ameaçaram de estupro. Ponte Jornalismo, 24 nov. 2016.

SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel; SEGURADO, Rosemary. Ocupação dos espaços públicos e a produção do comum: a ação política dos estudantes secundaristas nas escolas públicas de São Paulo. 40º Encontro Anual da ANPOCS. ST13 - Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais. 2016.

SAVIANI, Dermeval. A Defesa da Escola Pública no Brasil: difícil, mas necessária. In: Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Nora Krawczyk (org.). Campinas, SP: FE/UNICAMP; Uberlândia, MG: Navegando, 2018. 230 p.

SAWAIA, Bader. (Org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Maurício Roberto, PIRES, Giovani De Lorenzi e PEREIRA, Rogério Santos Pereira. Da “perfeição” perversa da antipolítica de Fora Temer à resistência ativa da “ocupação das escolas” pelos jovens da “Primavera Secundarista”. *Motrivivência* v. 28, n. 49, p. 6-14, dezembro/2016.

SORDI, Denise e MORAIS, Sérgio Paulo. “Os estudantes ainda estão famintos!”: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. *RELIGACION. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*. Num. 2, Quito, Junio 2016, pp. 25-43

TAVOLARI, Bianca, LESSA, Marília Rolemberg, MEDEIROS, Jonas, MELO, Rúion, JANUÁRIO, Adriano. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015–2016): Entre a posse e o direito à manifestação. *Novos estudados. CEBRAP SÃO PAULO*, v.37, n. 02, 291-310, mai-ago, 2018.

VIGOTSKI, Lev. S. A Construção do pensamento e da linguagem. (1934). São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Psicologia Pedagógica*. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 3º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção textos de psicologia).

Sobre autoras e autores

Aline Matheus Veloso

Aline Matheus Veloso é doutoranda em psicologia social pela PUC-SP, pesquisadora do Nexin. Contato: alinematheusveloso@gmail.com

Bader B. Sawaia

Socióloga. Mestre e Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Docente na Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social. Membro fundadora do GT A Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp). Coordenadora do Grupo de Trabalho Estudos Psicossociais sobre Afeto e Política no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É Assessora Ad Hoc do CNPPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Contato: bsawaia13@gmail.com

Cinara Brito de Oliveira

Psicóloga. Mestre e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa da Dialética Inclusão/Exclusão Social (Nexin). Coordenadora adjunta e docente no curso de Psicologia, docente na pós-graduação em Psicologia Social (lato sensu) da Universidade Santo Amaro (Unisa). Integra o Núcleo São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). Contato: cibrito.psi@gmail.com

Diana Jaqueira Fernandes

Psicóloga, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC SP, pesquisadora do Núcleo Núcleo de Pesquisa Dialética Inclusão/Exclusão Social (Nexin). Contato: dianajaqueira@hotmail.com.

Dylanna Rodríguez Muñoz

Licenciada en Sociología por la Universidad de Costa Rica. Cursante de la Maestría en Derechos Humanos y Educación para la Paz de la Universidad Nacional. Docente de la Universidad de Costa Rica (UCR), con experiencia en temas vinculados a: procesos comunitarios organizativos, género, feminismo comunitario, extractivismos, pedagogías críticas, Derechos Humanos, conflictos socioambientales. Miembro activa de la Red Mesoamericana Alforja y del Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe (CEAAL), colectivo Costa Rica. Integrante de la Colectiva Subjetividades y Rebeldías, espacio de acción teórica-política, para reflexionar sobre los impactos del neoliberalismo en las subjetividades y las posibles resistencias. Contato: dylirm@gmail.com

Edson Teles

É professor de filosofia política no curso de graduação em Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde coordena o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp). Coordena também o Núcleo de Filosofia e Política (FiloPol - Unifesp/CNPq). É militante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos da Ditadura e ativista das resistências aos modos autoritários de gestão da vida. Tem como caixa de ferramentas conceituais os pensamentos de Michel Foucault, Giorgio Agamben, Beatriz Nascimento, Achille Mbembe, Frantz Fanon, Félix Guattari e Hannah Arendt, bem como saberes emergentes de lutas por uma vida digna. Seus principais temas de pesquisa são: violência de Estado, lutas e movimentos sociais, ditadura, Estado de exceção, democracia, militarização, memória, narrativa, regimes de subjetivação e governo por algoritmos

Elisa Harumi Musha

Psicóloga graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Psicologia Hospitalar em Hospital Geral pelo Instituto Central do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), mestra em Psicologia Social pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade

Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP). Atuou como membra da Comissão Gestora do Conselho Regional de Psicologia da Subseção do Grande ABC e professora de Psicologia na Universidade Nove de Julho/Osasco. Atualmente, é membra da Associação Brasileira de Psicologia Social/Núcleo São Paulo (Abrapso-SP; membra da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP)/Núcleo metropolitano; pesquisadora no Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin) da PUC-SP. Professora de Psicologia nas seguintes instituições: Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e Universidade Presbiteriana Mackenzie / Campus Higienópolis. Atua como supervisora de estágio em Psicologia Analítica na Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e como psicóloga clínica. Desenvolve a coordenação do Grupo de Escuta para reflexão crítica e práticas de apoio aos/as estudantes na Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos. Contato: elisa.hmusha@gmail.com

Flávia R. Busarello

Graduada em Psicologia e História pela Universidade Regional de Blumenau (Furb). Mestra e Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin) da PUC-SP. Realizou estágio sanduíche na Universidad de Salamanca (Usal). Contato: frbusarello@gmail.com

Gláucia Tais Purin

Psicóloga. Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Docente na Faculdades Integradas Guarulhos (FIG), psicóloga clínica, pesquisadora no Nexin e integrante do Núcleo São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Contato: glaucia-tp@hotmail.com

Helga Arroyo Araya

Máster en Arquitectura con especialidad en vivienda y equipamiento social y licenciada en Psicología de la Universidad de Costa Rica. Docente de la Universidad de Costa Rica. Tiene más de 15 años de experiencia en procesos psicosociales de acompaña-

miento comunitario, en temas vinculados a: producción social de hábitat, educación popular, procesos políticos, fortalecimiento organizativo comunitario, salud mental comunitaria y poblaciones indígenas. Fundadora y exdirectora del Programa Preventivo Casitas de Escucha, Premio Nacional 2018 al mejoramiento de la calidad de vida, por el reconocimiento de la acción comunitaria cantonal en la prevención del suicidio. Es integrante de la Comisión para el Abordaje del Comportamiento Suicida del Colegio de Profesionales en Psicología de Costa Rica. Contato: helga.arroyo.araya@gmail.com.

José Carlos de Oliveira

Graduado Teologia pela PUC- Campinas e Bacharel em Comunicação das Artes do Corpo com habilitação em Teatro pela PUC/SP. Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Pesquisador no Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin) da PUC-SP. Contato: zecaput@ig.com.br

Juliana Berezoschi

Psicóloga, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC SP, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Dialética Inclusão/Exclusão Social (Nexin). Contato: julibere@gmail.com

Kelly Cristina Fernandes

Licenciada em educação artística pela USP. Teatro educadora. Mestre e Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Pesquisadora do Nexin. Coordenadora do curso de pós graduação Teatro do Oprimido e processos grupais na psicologia social. Atuou como formadora em Teatro do Oprimido na Saúde Mental sob a direção de Augusto Boal. Coordenou projeto de fomentação de grêmios escolares em escolas municipais na cidade de São Paulo, o projeto contou com a formação aos professores de escolas municipais e a fomentação de debates políticos nas escolas mediados por processos artísticos. Faz parte do Coletivo Garoa. Atualmente participa como pesquisadora de um projeto internacional sobre a violência nas escolas e o papel da mediação da arte e coordena um grupo de Teatro Terapêutico com pacientes do Hospital Dia - CAISM Vila Mariana no Projeto Quixote. Contato: kellydibertolli@gmail.com

Laís Biasoli Moler

Doutora e mestra em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora do NEXIN e do NUTAS. Atualmente, trabalha com Psicologia Clínica. Contato: lais.moler@gmail.com.

Lívia Maria Camilo dos Santos

Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo com período sanduíche na Universidade de Lisboa (2018-2019). Mestre em Psicologia Social pela PUC SP (2015). Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, 2008). E-mail:limac62@hotmail.com

Marcos Antonio Batista da Silva

Psicólogo. Mestre em Psicologia Educacional e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Integrante do projeto “Politics - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas” (Projeto: 725402 - Politics - ERC-2016-COG). Tem pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais, no tema das relações étnico-raciais (raça, racismo e antirracismo) e juventude. Em recentes publicações, têm discutido sobre educação e antirracismo no contexto do ensino superior e currículo, com foco nos estudos das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira. Contato: marcosilva@ces.uc.pt

Margarida Barreto

Médica. Doutora em Psicologia Social – Departamento de Psicologia Social, PUC/SP. Pesquisadora do Nexin. Diretora da ABRASTT – Associação Brasileira da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Coordenadora da Rede Nacional de Combate ao Assédio Laboral e outras manifestações de Violência no Trabalho. Contato: megbarreto2016@gmail.com

María Andrea Araya Carvajal

Licenciada en Psicología y egresada de la Maestría en Historia Contemporánea de América Latina de la Universidad de

Costa Rica. Tiene diez años de experiencia como docente en dicha institución, en la que se desempeña actualmente. Es investigadora en temas de corte psicosocial, vinculados a movimientos sociales, género, y organización comunitaria. Desde hace siete años es encargada de un proyecto de acción social en temas comunitarios y de educación popular. Asimismo, tiene once años de experiencia como psicóloga clínica. Integrante de la Colectiva Subjetividades y Rebeldías, espacio de acción teórica-política, para reflexionar sobre los impactos del neoliberalismo en las subjetividades y las posibles resistencias. Contato: mariaandrea.araya@ucr.ac.cr.

Naiara R. Vicente de Matos

Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Atualmente é docente nos cursos de Psicologia (graduação) e Educação Especial (graduação) da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes). Ex-coordenadora da pasta “Educação em Direitos Humanos” e da pasta “Memória, Verdade e Justiça “ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo. Possui experiência em gestão de Políticas Públicas, no desenvolvimento de processos formativos via Educação em Direitos Humanos. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin) da PUC-SP. Contato: naiara_m@hotmail.com.

Nathalia Franco Macedo

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp-BS, Santos-SP, Brasil. End. eletrônico: nframacedo@gmail.com

Raiane Patrícia Severino Assumpção

Doutora em Sociologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp-BS, Santos-SP, Brasil; pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: raianeunifesp@gmail.com

Renan Albuquerque

É Professor Adjunto IV da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas. Possui

doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM, 2013). Realizou pós-doutorado em Antropologia, com etapas de estágio na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Nacional da Colômbia (2017). Atualmente, é pós-doutorando em Psicologia Social pela PUC-SP. Desenvolve atividades como Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/Ufam) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCom/Ufam), onde orienta pesquisas em nível de mestrado e doutorado. Lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam) e chefia o Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda). É membro titular do Conselho Consultivo da Compós (2018-2020). renanalbuquerque@ufam.edu.br.

Silvia Queiroz

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direitos Humanos pela Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Mestre e doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com tese indicada ao Prêmio Filósofas (edição 2020). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Filosofia e Política -FiloPol/Unifesp. Da graduação ao doutorado pesquisa a ditadura militar brasileira e suas implicações subjetivas e contemporâneas. E-mail: silmaribra@gmail.com.

Tainá Millainy Lima Pesqueira

Graduanda do 5º ano de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Dialética Inclusão/Exclusão Social (NEXIN). Contato: tainamillaine@gmail.com

Este livro foi compilado a partir de incentivos técnicos do
Laboratório de Editoração Digital do Estado do Amazonas
(LEDA), vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas
em Ambientes Amazônicos.

O exercício teórico-metodológico empreendido para pensar a relação entre violência e afetos dá centralidade à categoria/conceito de sofrimento ético-político desenvolvido por Bader Sawaia, na análise dos processos de exclusão/inclusão. Pensado como potência de padecimento, o sofrimento ético-político sustenta e é sustentado nas/pelas tramas afetivas-imaginativas que derivam das recorrentes experiências entrecortadas por afetos tristes como o ódio, o medo, a ganância, a esperança... Enquanto efeito da qualidade dos encontros a potência de padecimento só poderá ser superada no campo relacional, na construção de comuns, aqui entendido como princípios éticos e políticos úteis ao bem viver na contemporaneidade. Esse caminho analítico e propositivo representa a trajetória dos projetos de estudo e pesquisa do NEXIN. Neste sentido, da atualidade, a obra é um convite ao debate urgente e necessário sobre as diversas formas de expressão da violência e seus mecanismos que operam sobre corpos humanos e não-humanos, enfraquecendo o conatus, retirando-lhes o direito/poder de autogovernar-se, a liberdade. É ainda uma convocação à Psicologia Social para a (re)afirmação do compromisso ético-político com a transformação social e com a defesa da vida, assim como, para o desbravamento de novos caminhos de sua constituição enquanto ciência e profissão.

Que a leitura abra caminhos para novas provocações! É o que desejo..

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo
Prof^a Dra. da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.
Pesquisadora do NEXIN

ALEXA
CULTURAL



UFAM



ISBN - 978-65-8764-345-6



9 786587 643456